UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL

ROBERTA CRISTINA IZZO

MEMÓRIAS E PROJEÇÕES:

A CULTURA DA PAZ NAS NAÇÕES UNIDAS – DE 1989 A 2001

FRANCA

2008

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL

ROBERTA CRISTINA IZZO

MEMÓRIAS E PROJEÇÕES:

A CULTURA DA PAZ NAS NAÇÕES UNIDAS – DE 1989 A 2001

Dissertação entregue ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista – campus Franca, para a obtenção do título de Mestre em História e Cultura. Área de Concentração: História e Cultura Política

Orientador: Prof. Dr. Samuel Alves Soares

FRANCA

2008

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL

ROBERTA CRISTINA IZZO

MEMÓRIAS E PROJEÇÕES:

A CULTURA DA PAZ NAS NAÇÕES UNIDAS – DE 1989 A 2001

Dissertação entregue ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista – campus Franca, para a obtenção do título de Mestre em História e Cultura. Área de Concentração: História e Cultura Política

Orientador: Prof. Dr. Samuel Alves Soares

BANCA EXAMINADORA:

Presidente: _____

Orientador: Prof. Dr. Samuel Alves Soares

1° Examinador: _____

Prof. Dr. Nizar Messari (PUC – Rio)

2° Examinador: _____

Prof(a). Dr(a). Margarida Maria de Carvalho (UNESP – Franca)

Franca, 30 de setembro de 2008

Aos meus pais e irmão – Eduardo, Thereza e Júnior – pelo esforço e pela dedicação em proporcionar a mim o melhor que lhes seja possível, pela paciência com minhas teimosias, pela força nos momentos de crise, pelo incentivo aos estudos e pelo apoio incondicional, expresso minha gratidão e meu amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Samuel Alves Soares pela confiança em meu trabalho, pela paciência, pela amizade, pelos ensinamentos e, principalmente, pelo exemplo de integridade, profissionalismo e competência.

Ao Augusto Salamanca, pela ajuda com as pesquisas, pela amizade, pelo companheirismo... e por me fazer descobrir a relatividade do tempo e das fronteiras...

Ao Héctor Saint-Pierre, à Suzeley Kalil Mathias, ao Evaldo Doin, à Érica Winand, ao Eduardo Mei e à Maria Cecília, o apoio, os conselhos, a amizade, o carinho.

Aos queridos amigos: Helena Margarido, Muriel Volz, Flávio Nascimento, André Guzzi, Odair Júnior, Raquel Altoé, Bia e Eliseu, Fernanda Sant'Anna, Sara Bonadio, Wellington (Tiros), Luciana Bergo, Jonas Marangoni, Paula Dutra, Júlia Porto, Ana Tomaselli, Paulo Gustavo Pellegrino, Juan Morelli, Jimena López, Aureliano Ponte e Iñigo Guevara, pelo incentivo, pelas boas memórias que criamos e pela amizade que construímos.

A Alberto Gonzales, pela gentil ajuda com documentos e livros relacionados às origens peruanas dos escritos sobre cultura da paz e a Javier Arévalo, pelas informações sobre as atividades sobre o programa Cultura da Paz da UNESCO, em El Salvador.

À Laura (biblioteca), Vânia (DECSPI) e Maísa (Pós-Graduação), pelo muito que contribuíram, frente a tantas dúvidas!

Aos professores Dr. Nizar Messari, Dra. Margarida de Carvalho e Dra. Janina Onuki, pela gentileza e contribuição à minha carreira acadêmica.

À CAPES, pelo financiamento,

Em memória da Profa. Dra. Ana Maria Stuart.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar a concepção e a conformação da cultura da paz, enquanto conceito e programa de ação das Nações Unidas, no cenário internacional da década de 1990, e o significado do referido conceito frente à axiologia da paz. Os anos de 1989, que simboliza o término da Guerra Fria, e o de 2001, com a declaração da "guerra ao terrorismo", pelo presidente dos Estados Unidos, demarcam o período delineado para a análise desenvolvida, pois permitem a configuração de um período com características semelhantes no que concerne ao predomínio da cooperação internacional e da multilateralidade, à recorrência de grandes conferências internacionais, no âmbito das Nações Unidas, e de reformulações teóricas e práticas no mandato das operações de paz, ensejando um ambiente normativo propício para a criação do conceito e do programa cultura da paz, conforme constatado. Quanto à análise do conceito de cultura da paz frente aos demais significados da paz, empreende-se, nesta pesquisa, análises histórico-analíticas que abrangem desde a concepção tradicional de paz enquanto ausência de guerras, quanto uma análise pormenorizada do conceito de cultura da paz.

Palavras-Chave: Cultura da Paz – Cenário Internacional Pós-Guerra Fria – Nações Unidas – Estudos da Paz

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the conception and the conformation of culture of peace as a concept and action programme of the United Nations, within the international scene during the 1990s, and the meaning of such concept regarding the axiology of peace studies. The years of 1989 – considered a symbol of the end of the Cold War – and 2001 – with the declaration of "war on terrorism" by the president of the United States – are the historical references for this research due to some particular characteristics of the period of time between these two years. Such period of time can be described as a decade when international cooperation and multilateratelism were predominant in the international system, when worldwide international conferences within the United Nations regularly occurred and when there were major alterations regarding the mandate and practices in peace operations. All these facts generated a period that can be described as a normative environment, in which the concept and the action programme on culture of peace could be developed. The concept of culture of peace is therefore analyzed in a historical-analytical framework that made it possible to consider from the traditional perspective of peace – as the absence of wars – to the meaning of culture of peace.

Key-Words: Culture of Peace – International Scene Post Cold War – United Nations - Peaceresearch

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 8
CAPÍTULO 1 20
PROTÁGORAS E ARIADNE NOS CONTORNOS DO LABIRINTO: A CARACTERIZAÇÃO DO CENÁRIO INTERNACIONAL DA DÉCADA DE 1990 20
1. O Fio e a Espada: A Criação e o Mandato das Nações Unidas 24
1.1 Teseu Chega a Atenas: A Emergência de Novas Ameaças à Paz e à Segurança 32
2. A Obra de Dédalo: As Características da Década de 1990 40
2.1 O Desenrolar do Fio de Ariadne: Novas Perspectivas para a Atuação das Nações Unidas 49
2.2 As Metas do Milênio e o Encerramento da Década: Saída para o Mar ou Via Bloqueada . 57
CAPÍTULO 2 60
O EMPLASTO BRÁS CUBAS E A CULTURA DA PAZ: MEDICAMENTOS SUBLIMES PARA A HUMANIDADE 60
1. "Decida o Leitor Entre o Militar e o Cônego": As Duas Faces da Cultura da Paz 61
2. A "Cultura da Paz" é o que se faz de uma "Cultura de Paz" 66
3. "O Menino é Pai do Homem": A Fase Inicial da Cultura da Paz 70
4. Que Escapou a Aristóteles: A Fase Intermediária 76
5. O Delírio: Fase de Transição 87
6. Última Etapa: A Concepção do "Emplasto" 93
CAPÍTULO 3 102
VISHNU E SHIVA: DA MANUTENÇÃO À DESTRUIÇÃO 102
1.Vixnusahastanama-stotra: os conceitos da paz 103
2. O lótus, a concha, o disco e a clava: os elementos da cultura da paz 122
2.1. Educação para a Cultura da Paz 123
2.2. Igualdade de Gênero 125
2.3. Participação Democrática 132
2.4. Desenvolvimento Sustentável 133
2.5. Direitos Humanos 135
2.6. Compreensão, Tolerância e Solidariedade 136
2.7. Livre Circulação de Informações e Conhecimento 137
2.8. Paz Internacional e Segurança 139
CONSIDERAÇÕES FINAIS 143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 147
ANEXOS 162

INTRODUÇÃO

Ao longo da década de 1990, a expressão "cultura da paz", começou a aparecer em artigos de jornais, revistas e campanhas promovidas por Organizações Internacionais e Não-Governamentais, que a incorporaram em seus léxicos, vinculando-a à "promoção da paz". O apelo social que o termo "paz" sugere contribui para que seu uso fosse amplamente utilizado, a fim de legitimar discursos e criar consensos. [1] Afinal, quem não quer a paz? Será que chegamos à possibilidade de um objetivo comum para a humanidade? Esses questionamentos decorrem de um outro, que fundamenta este estudo, e se resume nas seguintes perguntas: O que, de fato, é a paz, ou mais propriamente, em relação ao que vemos nos meios de comunicação, o que é a cultura da paz, face à concepção de "paz"?

Tomamos a cultura da paz, nesse sentido, como objeto deste estudo. Identificamos, preliminarmente, que, apesar de ser uma temática há tempos presente entre as metas das Nações Unidas, o conceito, em si, foi elaborado na década de 1990. Por que, então, isso ocorreu justamente na década de 1990, e não antes, ou depois? Partindo desse pressuposto, optamos por buscar, no cenário internacional do período em questão, os elementos que pudessem não somente responder a essa indagação, mas também os que nos possibilitassem compreender como, onde e por que esse conceito foi criado, e o que, de fato, significa, semântica e historicamente, e no contexto da pesquisa científica da paz.

A pesquisa científica da paz se caracteriza por sua natureza multidisciplinar – por articular elementos da psicologia, da história, das relações internacionais, do direito e da ciência política – e por colocar em perspectiva as condições de uma paz efetiva e estável. Embora o estudo científico da paz tenha, de fato, se desenvolvido no século XX, a paz, enquanto antítese da guerra, era estudada há mais tempo, visto que os estudos da guerra são milenares. A paz costumava ser estudada, desse modo, não enquanto objeto, mas como um estado frágil e temporário que antecedia e sucedia a guerra, como a ordem jurídica conformada pela guerra: sua conseqüência. Em outras palavras, a paz era concebida enquanto um pacto firmado entre vencedores e vencidos na guerra, para reger os tempos que tinham início ao fim de cada conflito. Surgiu, desse modo, a definição "clássica" de paz: a ausência da guerras.

---

[1] GALTUNG, Johan. Violence, Peace and Peace Research. **Journal of Peace Research**, vol 6, n. 3. 1969.

O desenvolvimento dos estudos científicos da paz, denominados "*peaceresearch"*, ao longo da segunda metade do século XX, é entendido como uma reação aos traumas gerados pelos grandes conflitos mundiais que ocorreram nesse século. Frente aos horrores da Segunda Guerra Mundial, a sociedade internacional, fragilizada com o nível de violência do conflito, continuou com os propósitos – malogrados e interrompidos, em 1939 – de instaurar mecanismos internacionais que contribuíssem para a segurança internacional e para a prevenção de conflitos, ou seja, com o fim de contribuir para a manutenção da paz, mais propriamente, com o fim de "salvar as futuras gerações do flagelo da guerra". [2] Desse modo, na esteira da Liga das Nações, da década de 1920, criou-se, em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU); também foram criadas outras instituições internacionais, a exemplo do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, do GATT[3], entre outras que, do mesmo modo, foram concebidas com o propósito de atrelar os Estados em interesses pactuados para a busca de consensos entre os povos, regidos pelos princípios da cooperação, em detrimento da competição.

A criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), no âmbito das Nações Unidas, como uma das instituições acima mencionadas, obedeceu a essa lógica. As origens da UNESCO remontam ao desenrolar da Segunda Guerra Mundial, em 1942, quando os Estados europeus que confrontavam a Alemanha e seus aliados reuniram-se no Reino Unido para a Conferência dos Ministros de Educação dos Países Aliados (CAME)[4]. Apesar das incertezas quanto ao término do conflito, os ânimos centravam-se na reconstrução dos sistemas educacionais dos países[5] representados na referida Conferência, quando a paz fosse restaurada. Ensejou-se, nesse contexto, a criação de uma Organização voltada à educação e à cultura. Como o projeto fora bem recebido, ganhou alcance mundial e levou países não localizados em solo europeu, como os Estados Unidos, a participarem das negociações para o estabelecimento dessa Organização.

Para tanto, foi agendada uma nova Conferência, agora sob os auspícios das Nações Unidas. Ocorrida em Londres, de 1º a 16 de novembro de 1945, tal Conferência reuniu

---

[2] Preâmbulo da Carta de São Francisco, que criou a Organização das Nações Unidas.
[3] O GATT, na verdade, não é considerado uma organização internacional, e sim um acordo comercial. No entanto, entra na definição dos esforços para uma maior integração mundial no referido período. De fato, o GATT é considerado predecessor da OMC, esta, sim, uma Organização Internacional, criada no âmbito do GATT, com término da Rodada Uruguai de negociações comerciais, em 1994, em Marrakesh.
[4] CONFERENCE of Allied Ministers of Education. Disponível em: <http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=6207&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 10 out. 2005.
[5] Países europeus aliados ao Reino Unido e à França.

representantes de quarenta e quatro países, sob uma iniciativa conjunta da França e do Reino Unido, nações marcadas pela guerra. Intentava-se uma organização que incorporasse uma genuína "cultura de paz" e estabelecesse a "[...] solidariedade intelectual e moral da humanidade [...]", de modo a evitar a insurgência de um novo conflito. Em 16 de novembro de 1945, trinta e sete países fundaram a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, com sua efetiva instituição em 4 de novembro do ano seguinte, quando vinte países ratificaram sua Constituição. Durante sua primeira década, a UNESCO contava com cinqüenta e nove Estados-membros; Atualmente, a UNESCO conta com 191 Estados-membros e seis membros associados.

Ainda que a Organização possua diversas linhas de atuação, [6] sua missão central refere-se à paz:

> O propósito da Organização é contribuir para a paz e a segurança, promovendo cooperação entre as nações por meio da educação, da ciência e da cultura, visando a favorecer o respeito universal à justiça, ao estado de direito e aos direitos humanos e liberdades fundamentais afirmados aos povos do mundo.[7]

Segundo Federico Mayor Zaragoza, diretor-geral da Organização de 1987 a 1999, "a UNESCO é a consciência das Nações Unidas", [8] visto que, constitucionalmente, ela deve alimentar a solidariedade intelectual e moral da humanidade. Desde sua criação, a UNESCO tem agido em consonância com os princípios delineados no preâmbulo de seu Ato Constitutivo: "Uma vez que as guerras começam na mente dos homens, é na mente dos homens que as defesas da paz devem ser construídas". [9] Nesse sentido, a UNESCO é uma das grandes instituições que promovem a *peaceresearch.*

A partir de 1952, discussões promovidas pela UNESCO inspiraram centros de pesquisas sociais a fomentar estudos para a paz, sendo que em 1959 os primeiros centros de estudos para a paz foram criados: o de Oslo, chefiado por Johan Galtung, e o da Universidade de Michigan, o *Center for Research on Conflict Resolution*, que passou a aplicar a teoria dos jogos no estudo dos

---

[6] A UNESCO atua em setores relacionados à educação, às ciências e meio-ambiente, às ciências humanas e sociais, à cultura, à comunicação e informação, à pesquisa e informação e ao desenvolvimento social, concretizados nas diversas publicações que realiza.

[7] UNESCO. **Constitution of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.** Artigo 1º. Disponível em: < http://www.un-documents.net/unesco-c.htm >. Acesso em: 7 abr. 2005. Tradução livre nossa.

[8] FONT, Carmen. Interview: Federico Mayor Zaragoza. **Worldpress.org**, New York, 7 jan. 2004. Disponível em: <http://www.worldpress.org/Europe/1731.cfm> Acesso em: 16 set. 2005. Tradução livre nossa.

[9] Preâmbulo da Constituição da UNESCO. Disponível em: < http://www.un-documents.net/unesco-c.htm >. Acesso em: 7 abr. 2005. Tradução livre nossa.

conflitos. [10] Em 1964, foi criado o *Canadian Peace Research Institute*, que produz importantes publicações, como a *Peace Research Abstract Journal*. A partir de então, os estudos da paz foram se consolidando, porém se distanciado, de certa forma, da ciência política, e se aproximando da sociologia e da psicologia, adquirindo os contornos de uma disciplina dentro das ciências humanas.

Seguindo com o objetivo de contribuir para a paz, mediante o fomento de pesquisas e a cooperação intelectual entre os povos, em finais dos anos 1980, a UNESCO promoveu um encontro em Yamoussoukro, na Costa do Marfim, intitulado "Conferência Internacional sobre a Paz Nas Mentes dos Homens". O ano – 1989 – marcaria o término do conflito que dividiu o mundo em dois pólos de poder, um capitalista, outro comunista, na segunda metade do século XX, e que afligiu o planeta com ameaças de guerras nucleares. O tema – a paz – era propício ao final de um conflito, quando novos arranjos internacionais começavam a tomar forma, e novos temas emergiam na Agenda das Nações Unidas. Não obstante, no prazo de uma década, encerrariam tanto o século, quanto o milênio, gerando questionamentos e expectativas. Diante dessas perspectivas, o objetivo dessa conferência realizada pela UNESCO era:

> [...] convidar os Estados, organizações intergovernamentais e não-governamentais, comunidades científicas, educacionais e culturais do mundo, além de particulares, a contribuírem para a construção de uma nova visão da paz pelo desenvolvimento de uma cultura de paz, embasada em valores universais de respeito à vida, à liberdade, à justiça, à solidariedade, à tolerância, aos direitos do homem e à igualdade entre mulheres e homens [...][11].

Nessa conferência a expressão "cultura de paz" veio à tona, tornando-se o principal elemento na consecução dos compromissos assumidos em Yamoussoukro. O desenvolvimento de uma "cultura de paz" pressupunha o estímulo a modos de vida pacíficos e uma nova maneira de agir e pensar a paz, mediante o respeito mútuo, a prática da tolerância e da justiça. Contudo, nem mesmo os participantes do Congresso de Yamoussoukro sabiam, exatamente, os significados que a expressão "cultura de paz" abrangeria.

---

[10] Id. Ibid.

[11] **Declaração de Yamoussoukro sobre a paz nas mentes dos homens**. Yamoussoukro, Costa do Marfim, 1º jul 1989. Disponível em:< http://www.unesco.org/cpp/fr/declarations/declarations1.htm>. Acesso em: 25 jul. 2005. Tradução livre nossa.

Em primeiro lugar, isso era devido à ampliação do conceito de paz, proporcionado pelos avanços na *peaceresearch,* que passou a considerar a paz não somente o período de "não-guerra" entre os Estados, mas também a ausência da violência, física ou chamada estrutural, medida em termos das mortes que poderiam ser evitadas com infraestruturas adequadas nos sistemas de saúde, habitação, educação; em síntese, trata-se de condições ausentes em situações de subdesenvolvimento. Em segundo lugar, essa incerteza era devida à inclusão da palavra cultura, também passível de diferentes interpretações. Para evitar que isso ocorresse, decidiu-se, na UNESCO, criar um conceito para a cultura da paz.

Em 1992, enquanto a UNESCO, devido a procedimentos burocráticos, estava ainda dando início aos estudos da cultura da paz, o então Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali, publicou o documento "Uma Agenda Para a Paz", no qual analisava o cenário internacional e os desafios para o alcance da paz que emergiram com o término da Guerra Fria. No documento, o ex-secretário-geral convidava as agências do sistema das Nações Unidas a contribuirem para a construção da paz. A resposta da UNESCO a esse convite foi um Programa de Ação chamado "Cultura da Paz", que deveria ser implementado, inicialmente, no âmbito das Operações de Paz das Nações Unidas, e, com o tempo, conforme a autorização e a requisição dos países, mesmo aqueles que não estivessem em processos de reconstrução. A partir de então, o tema passou a ganhar espaço na UNESCO, e o conceito de cultura da paz começou a ser esboçado, transcendendo o escopo de atuação da própria UNESCO, chegando à Assembléia-Geral das Nações Unidas, que proclamou a década 2001-2010 como a "Década da Cultura da Paz".

Estabelecida a hipótese da influência do cenário internacional do período, genericamente denominado "Pós-Guerra Fria", na criação do Programa Cultura da Paz da UNESCO, cabe-nos analisar como isso ocorreu. Para tais fins, dedicamo-nos, no primeiro capítulo desta pesquisa, à análise do cenário internacional dos anos 1990, a fim de identificarmos elementos que possam ter influenciado na concepção da cultura da paz nesse período, haja vista que a idéia geral de uma "cultura de paz" remonta à época de criação da própria UNESCO. O objetivo do primeiro capítulo, nesse sentido, é situar a idealização e o processo de construção dos programas de atividades sobre a "Cultura da Paz" e o respectivo conceito, em seu contexto histórico e, principalmente, no sistema das Nações Unidas, onde teve origem. O recorte temporal

selecionado corresponde aos anos 1990, cujas características particulares são identificadas entre os anos 1989 e 2001, período que denominamos, em nossa análise, como a "Década de 1990".

Na seqüência desse estudo, a proposta do segundo capítulo é apresentar os processos de construção do programa de ação sobre a Cultura da Paz na UNESCO, de formulação do respectivo conceito e do transbordamento de ambos ao sistema das Nações Unidas, em programa(s) de âmbito global. Considerando que, em nossa hipótese, a idealização da cultura da paz resultou da convergência de concepções, estruturas, dinâmicas particulares da década de 1990 e do próprio contexto histórico em questão, porém iniciadas a partir da criação das Nações Unidas, em 1945, o segundo capítulo vincula-se estreitamente ao primeiro. A ênfase, no entanto, recai na UNESCO, a fim de que o processo de construção do programa da UNESCO, o conceito, a declaração sobre o tema pela Assembléia Geral das Nações Unidas e a proclamação do Ano e da Década Internacional para a Cultura da Paz sejam relatados, analisados e contextualizados no todo que os envolve e com eles interage.

Delineados o contexto histórico da formulação do conceito de cultura da paz, e seu processo de construção e disseminação mundial, passamos, no terceiro capítulo desta dissertação, à análise da paz que a expressão "cultura da paz" sugere. Para isso, dividimos o capítulo em duas partes: na primeira, apresentamos os principais conceitos de paz – ausência de guerras, conceito negativo e/ou positivo, ausência de violência, regulamentação jurídica e conformação política universal, "pax", ou "paz imperial" – a fim de estabelecermos parâmetros para a avaliação do conceito de cultura da paz frente aos demais conceitos. Na segunda, analisamos os elementos que conformam o conceito de cultura da paz. Desse modo, situamos a evolução da *peaceresearch* e, principalmente, a contribuição da UNESCO nesse desenvolvimento. Não obstante, a partir dessas considerações, podemos articular o primeiro e o terceiro capítulos, vinculando, portanto, o cenário internacional pós-Guerra Fria a novas concepções de paz, mesmo porque se trata, eminentemente, de um "pós-guerra", ou seja, é um período de paz, pelas definições mais clássicas do termo.

Em relação aos estudos da década de 1990, trata-se, no âmbito da historiografia, de uma contribuição para a construção da história do tempo presente e, ao mesmo tempo, para a história das relações internacionais. De acordo com Maurice Vaïsse, o "tempo presente" corresponde ao período que transcorre desde 1945; trata-se, conforme ressalta o autor, de uma definição arbitrária, para efeitos metodológicos das pesquisas historiográficas, com o objetivo de distinguir

as obras classificadas no âmbito da História, da Ciência Política e do Jornalismo, cujas fronteiras, entretanto, têm se tornado cada vez mais tênues. Outro fator a ser considerado, que também contribui para a diluição entre as disciplinas, é o estudo da história das relações internacionais, que transcende a história diplomática. Enquanto esta última se fundamenta, eminentemente, nos documentos de chancelaria, a história das relações internacionais extrapola o meio estritamente diplomático, alcançando as chamadas "forças profundas", identificadas por Renouvin e Duroselle em "*Introducción à l'Histoire des Relations Internationales*".[12] As chamadas "forças profundas" consistem em condições materiais e morais que condicionam a estrutura internacional, vinculam-se a seu tempo, podem ser de ordem geográfica, demográfica, econômica, financeira e até mesmo ideológica, e são capazes de influenciar a tomada de decisões políticas; [13] por isso avançam metodológica e tematicamente em relação à história diplomática, permitindo ao historiador maiores vestígios para a interpretação dos fatos.

A história do tempo presente, por exigir do historiador uma capacidade analítica profunda, a fim do alcance da "objetividade", é preterida por alguns autores, que desconsideram a validade do caráter historiográfico desse recorte temporal, admitindo ser esse objeto das disciplinas anteriormente mencionadas. Bernstein e Milza, entretanto, argumentam que a "[...] história do presente é primeiramente e antes de tudo história; [...] por seus objetivos, seus métodos, suas fontes, não difere em nada da história do século XIX". [14] Os autores, contudo, enfatizam as especificidades que a escrita da história do presente requer, tais quais o rigor analítico, a prudência na síntese dos fatos, a desejável relativização dos fenômenos de longa duração e, principalmente, a carência de análises epistemológicas e metodológicas, devida à multiplicidade de fontes – audiovisuais e orais, por exemplo – e a necessidade de abundância de fontes documentais, a fim de que o historiador possa "encontrar o necessário confronto entre as múltiplas abordagens que, sozinhas, legitimam a veracidade do fato, tecido inexcedível de toda reflexão histórica". [15]

---

[12] RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste;**Introduction à l'Histoire des Relations Internationales**, Armand Colin, 1991.
[13] VAÏSSE, Maurice. **La historia de las relaciones internacionales en Francia**. Institut d'Études Politiques (IEP), Paris. IN: RÉMOND, René et. Al. (Orgs.) **Hacer la historia Del siglo XX.** Madrid: Biblioteca Nueva. Universidad Nacional de Educación a Distancia Casa de Velázquez, 2004. Pp. 81-94.
[14] BERNSTEIN, S.; MILZA, P. Conclusão. IN: CHAUVEAU, A.; TÉTARD, Ph. (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999. P. 127.
[15] Id. Ibid.

O cuidado com o tratamento das fontes documentais de pesquisa para a construção da história do presente motivou-nos, neste trabalho, a recorrer à referida abundância de fontes documentais. Desse modo, empreendemos um estudo baseado em fontes bibliográficas e primárias, que consistem em documentos [16] da Assembléia Geral e do Secretariado das Nações Unidas, da UNESCO, do ECOSOC - Economic and Social Council – e nas "memórias pessoais" de David Adams,[17] que versam sobre a história da "Cultura da Paz" segundo a perspectiva de um de seus idealizadores – o próprio autor. Os demais documentos em questão – Resoluções, Declarações e Plataformas de Ação – consistem em relatórios dessas Organizações e "resultados finais" de Conferências. A seleção dos documentos efetuou-se segundo dois critérios: citação nas memórias e pertinência à pesquisa, de modo que contribuíssem para o delineamento do cenário internacional e do processo de idealização e consolidação da temática nas Nações Unidas.

As memórias de David Adams foram redigidas em 2003, intitulam-se "Early History of Culture of Peace – a Personal Memoire". Adams foi o consultor responsável pelo delineamento do "Programa Cultura de Paz" na UNESCO, em 1992, ocupou cargo "sênior" nesse mesmo programa, de 1993 a 1997, e foi Diretor do "Ano Internacional Para a Cultura da Paz" (2000), de 1998 a 2001, quando se aposentou. A partir de então, conforme comenta em suas memórias, manifestou curiosidade em relação à história da Cultura da Paz e a maneira pela qual ela foi disseminada, alcançando mais espaço na mídia internacional.

Em nossa análise documental, o meio utilizado para o registro dessas memórias – a Internet – é um fator relevante, em termos de historiografia. Além dele, outro elemento a ser destacado na elaboração de uma pesquisa historiográfica é a subjetividade encontrada em "memórias". Por ter acompanhado diretamente o processo de implementação da temática no âmbito da UNESCO, Adams deixa explícita a subjetividade textual de seus escritos. Objetividade e subjetividade são questões sensíveis na escrita da história, principalmente quando se trata da história do tempo presente. Preliminarmente, a ciência histórica se distinguiria da memória dos fatos pela objetividade; entretanto, como balizar esses elementos diante das fontes? A díade "história e memória", de tempos em tempos, é reexaminada e posta em perspectiva, obedecendo às transformações sócio-culturais que

[16] Resoluções, Declarações e Relatórios.

[17] O Dr. David Adams foi professor de Psicologia nas Universidades Yale e Wesleyan, onde atuou como especialista nos mecanismos cerebrais responsáveis pelo comportamento de agressão, na evolução da guerra e na psicologia dos ativistas pela paz. Ingressou na UNESCO em 1993 como consultor responsável pelo desenvolvimento da proposta para o Programa Cultura de Paz.. É autor de livros e publicações na área da neuropsicologia, fisiologia cardiovascular, genética, etologia, biopsicologia, psicologia social, antropologia intercultural, história e ética, domínios que contribuíram para lançar as bases científicas do trabalho em direção a uma cultura de paz. Disponível em: < http://www.comitepaz.org.br>. Acesso em 06 nov 2006.

acompanham e conduzem o porvir dos fatos e idéias. Ancorando-se nas conformações epistemológicas e ontológicas dos antigos gregos, tem-se, já, discrepâncias. Tucídides põe à prova o método de Heródoto, proporcionando um primeiro aspecto a ser aqui discutido. Enquanto Heródoto parte em busca de "testemunhos", de modo a obter "credibilidade" aos fatos que pretende narrar, Tucídides desconfia da confiabilidade da memória para o registro verossímil da realidade, lançando argumentos à recorrente e ainda atual problemática da relativização dos pontos de vista e até mesmo da "boa fé" dos "entrevistados"; tudo pode ser interpretado segundo as intenções dos interlocutores.

O método de Heródoto corresponde literalmente, segundo Gagnebin,[18] ao significado do termo "histôr": "aquele que viu, testemunhou". A legitimidade dos dados emitidos por quem testemunhou um fato, desse modo, delimita a cronologia do narrável, sob o risco da perda dos fatos no tempo. O método de Heródoto relaciona diretamente a memória à história, dado que o não-memorável corre o risco de imiscuir-se ao mitológico, ao passado remoto "deslegitimado", "não-visto", sem testemunhas. O conceito de memória que se aproxima dessa abordagem é o de "memória coletiva" de Halbwachs que, segundo Jacy Alves de Seixas, consiste em uma "[...] atividade natural, espontânea, desinteressada e seletiva, que guarda do passado apenas o que lhe possa ser útil para criar um elo entre o presente e o passado [...]". [19] Nesse sentido, é oral e afetiva, capaz de embasar várias narrativas.

Já a mencionada crítica de Tucídides reside na pluralidade de concepções passíveis de serem extraídas de testemunhas de um evento. Considerado o primeiro historiador crítico, Tucídides ressalta a impossibilidade do trato objetivo e "exato", se é que há **uma** verdade no relato de um acontecimento. Ainda segundo Gagnebin, a história, em Pierre Nora, "[...] é uma reconstrução intelectual sempre problematizadora que demanda análise e explicação, uma representação sistematizada e crítica do passado. Trata-se, portanto, da escrita que 'organiza e unifica numa totalidade sistematizada as diferenças e lacunas' ''. [20] É nesse contexto que os fins políticos da utilização da memória podem ser incorporados ao debate: à medida que a totalização de uma única "Verdade" é assumida, pontos de vista podem ser suprimidos e relegados à "falsidade", à inferioridade conceitual, ou mesmo ao mito.

---

[18] GAGNEBIN, Jeanne-Marie. "**O início das lágrimas de Tucídides**", Sete aulas sobre linguagem, memória e história. São Paulo: Imago, 1998, p.15-37.

[19] SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. P. 37-58. IN: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs) **Memória e res(sentimento):** indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2001/2004. p. 40.

[20] GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Op. Cit, p. 40.

A apropriação da memória para fins políticos ilustra uma definição de memória, por excelência: a retomada do passado em função do presente. Esse aspecto atinge produções acadêmicas, o mercado editorial, a mídia, e até mesmo a moda. A gerência da memória torna-se estratégica quanto à detenção do poder político, expandindo-se ao econômico e também ao social. O político, pela ideologia da retórica inerente a esse tipo de atividade; o econômico, pelo potencial mercado a ser explorado diante da materialidade que a memória venha a expressar. Finalmente, há de se ressaltar o poder social, resultante das relações estabelecidas entre as coletividades: rivalidades, cooperativismo, beligerância ou neutralidade.

Os mecanismos de reconstrução da memória para fins políticos, como acima expostos, representam um exemplo de identificação entre história e memória, quando a espontaneidade da memória é suplantada pela reconstrução interessada dos fatos, passando, inclusive, a ser caracterizada como uma "criação do passado", [21] assim como a história.

Nesse sentido, o referido documento utilizado nesta pesquisa deve ser minuciosamente confrontado com outras fontes, a fim de que sejam identificadas as convergências e as diferentes perspectivas sobre o registro dos fatos. Sua relevância à pesquisa, entretanto, é inegável, por veicular as impressões de uma "testemunha" diante de todo o processo de criação e implementação do Projeto Cultura da Paz, fator que legitima o discurso textual como absolutamente "verdadeiro"; Adams "viu", logo, "sabe". Apesar de seu conhecimento ser limitado às percepções que obteve e à ótica a ele permitida enquanto partidário de uma causa, o texto é rico em detalhes, o que nos fornece uma compreensão mais apurada do funcionamento das Organizações em questão.

A acessibilidade da informação proporcionada pela mídia, de modo geral, é, reconhecidamente, um dos principais fatores que difundiram o Projeto "Cultura de Paz" e fizeram dele o mote das agências das Nações Unidas nos dias de hoje. Segundo Adams, o desenvolvimento do Programa foi permitido, entre outros, pelos seguintes fatores: massiva campanha publicitária com peças veiculadas em televisão e rádio e pelo uso extensivo da internet. Adams se mostra ciente do poder atingido pela rede desde o início, a ponto de sugerir projetos a serem implementados no mundo todo, e veiculados somente via internet. Além da fácil acessibilidade à informação, outro aspecto que viabiliza a internet como principal mecanismo de "registro do mundo atual" é a disponibilidade de idiomas. Segundo Adams, em 2001 o Manifesto Para uma Cultura de Paz, lançado em 1999, já se encontrava disponível em 44 idiomas; não obstante, nesse mesmo período, foram registradas aproximadamente 75 milhões de assinaturas de indivíduos interessados em engajar-se à campanha.

[21] SEIXAS, Jacy Alves de. Op. Cit, p. 42.

Também explícito no documento em questão é o volume de informação disponível, principalmente se considerarmos os "links": a partir de um único arquivo, é possível obter dados sobre inúmeros indivíduos, institutos e departamentos envolvidos, textos esboçados e finalizados de documentos assinados pela Organização e fotografias contendo integrantes do projeto em questão. Todos esses fatores tornam o documento rico em detalhes e de fácil acesso, no mundo todo, como pretendido pelos idealizadores do projeto. Essa multiplicidade de informações parece substituir, em certo sentido, a busca de "testemunhas" como fator de comprovação da realidade dos acontecimentos registrados, visto que, apesar de "virtual", transmite, de fato, a impressão de uma verdade, corroborada por imagens de indivíduos de tal modo representados.

O resgate do passado contra o esquecimento consiste, já em Heródoto, em função ímpar da história. Ao salvar o "memorável" dos gregos, Heródoto colaborou para a conformação de um caráter "heróico" dos gregos da Antiguidade, o que se tornou, de certo modo, uma ideologia. Eric Hobsbawn, em "A Invenção das Tradições", [22] atribui à ideologia uma função consideravelmente peculiar à conformação das tradições, visto que não se relaciona simplesmente à rotina cotidiana de uma coletividade, mas às justificativas psicológicas que possibilitam reconhecimento individual e honra de pertencimento a esse grupo. Para Jeanne Marie Gagnebin "[...] memória e tradição formam este conglomerado confuso de falsas evidências, do qual o presente tira sua justificativa".[23] A memória, portanto, pode tanto preservar a grandiosidade de um povo, como estigmatizar suas desgraças, suas falhas, através dos ritos, costumes, ideologias e tradições que possa manter ou vir a instaurar. Os registros históricos do século XXI, nesse sentido, assumiram novas dimensões, que não devem ser negligenciadas, visto que, se considerarmos o que nos disse Hobsbawn, podemos estar diante da "invenção de uma tradição" na historiografia contemporânea: a da "memória eletrônica" que, além de armazenar dados em grande quantidade, qualidade e acessibilidade, é de extrema eficácia na veiculação da informação, o que, como vimos, no caso de programas direcionados ao mundo todo, tornou-se elementar.

A análise das "memórias" de Adams faz transparecer essas concepções, cujas conseqüências podem ser averiguadas em números, ou seja, na imensa adesão à causa. A crença na possibilidade do conhecimento "total" do passado, tal como preconizado pelo historicismo, contrasta-se com as concepções historiográficas que atribuem valor aos chamados "lugares de memória". Por

[22] HOBSBAWN, Eric. A invenção das tradições. Trad. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
[23] GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Verdade e memória do passado. Revista do Programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de história PUC SP. Projeto História. São Paulo, nº 17. Novembro, 1998. pp.213-221.

relacionarem-se mais aos aspectos subjetivos humanos que à objetividade do relato de fatos ocorridos, as questões da "memória" aproximam-se ao terreno do "irracional", preterido pela História enquanto ciência. No entanto, a confrontação de inúmeras “verdades”, ou seja, vários pontos de vista, pode resgatar o passado sob várias perspectivas, sem que ocorra a exclusão de discursos “parciais”, imbuídos de ideologias.

Diante de fontes documentais diversas e de tantas indagações, sejam estas referentes ao contexto internacional da década de 1990, ao valor e ao significado da paz, à criação e à evolução do conceito de cultura da paz, realizamos esta pesquisa que, em suma, visa a empreender uma análise não somente sobre a concepção da “Cultura da Paz” enquanto conceito e programa de ação da UNESCO e das Nações Unidas, mas também do cenário internacional no período que sucedeu a Guerra Fria, uma década particular por abranger o encerramento de um conflito não-bélico de proporções globais, e por preceder o início de um novo século e de um novo milênio. Que conseqüências os fatos dessa década trouxeram para a constituição das relações internacionais no século XX, principalmente no que concerne às normas, às temáticas e à dinâmica do sistema e aos modos pelos quais essa década pode ser caracterizada, assim como às maneiras como a paz, a violência e a guerra se interpõem, alternam e complementam, são as indagações que perpassam esta pesquisa e circundam o elemento capaz de articular a *peaceresearch* e a história das relações internacionais do tempo presente: a construção da cultura da paz.

CAPÍTULO 1

PROTÁGORAS E ARIADNE NOS CONTORNOS DO LABIRINTO: A CARACTERIZAÇÃO DO CENÁRIO INTERNACIONAL DA DÉCADA DE 1990 [24]

[24] O título deste capítulo refere-se ao filósofo Protágoras, cuja obra "A Verdade" inicia com a frase: "o homem é a medida de todas as coisas, das coisas que são enquanto são e das que não são, enquanto não são". Já Ariadne é uma personagem da mitologia grega, cuja atribuição é ajudar Teseu, herói grego, a aniquilar o minotauro – monstro que habitava o labirinto da ilha de Creta – presenteando o herói com uma espada e com um fio que lhe auxiliaria a não se perder no labirinto. Nossa alusão aqui a Protágoras e a Ariadne é a caracterização da década de 1990 como um labirinto e da criação das Nações Unidas como o fio que liga o início desse labirinto – o momento de criação dessa Organização – ao seu final: o ano de 2001. O regime internacional dos direitos humanos, ou seja, "o homem enquanto medida de todas as coisas" e a simbologia da mulher, cujos direitos ganham força com a criação das Nações Unidas, constituem fatores importantes para que a saída do labirinto não seja perdida.

Não haveria melhores atributos para designar a década de 1990 que "síntese" e "transição". Em um período que se estende de 1989 a 2001,[25] destacam-se, eminentemente, quatro elementos que indicam a unicidade da década, nos termos propostos. Em primeiro lugar, o conceito de soberania, como concebido desde os acordos de Westphalia[26], em 1648, foi posto em perspectiva[27], contribuindo para a busca empreendida pela Organização das Nações Unidas pela assertividade no cenário internacional. Em segundo lugar, o indivíduo e a sociedade civil, de modo geral, angariaram espaço nos fóruns diplomáticos multilaterais, indicando a entrada veemente dos direitos humanos no topo da Agenda das Nações Unidas. Um terceiro aspecto sobressalente nesse período é a vinculação entre paz, desenvolvimento e democracia, cujos desdobramentos incidem na insurgência das questões sociais entre os temas de segurança internacional, que fez da parceria entre Estado e sociedade civil as causas, as conseqüências e os objetivos das "particularidades" da década de 1990. Em quarto lugar, destacamos um movimento decrescente do otimismo em relação à paz e à segurança internacional, que se foi esmorecendo ao longo da década, esgotando-se, em grande medida, no ano de 2001, com os atentados nos Estados Unidos e a proclamação da "guerra contra o terrorismo".

O término da Guerra Fria, em 1989, encerra um período ímpar na história das relações internacionais. Para o ex-secretário-geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali, o pós-Guerra Fria ocasionou fortes impactos no sistema internacional, comparáveis aos efeitos causados por grandes terremotos. No documento Suplemento da Agenda da Paz, redigido em 1995, ele diz:

> [...] Ainda estamos em um tempo de transição. O fim da Guerra Fria foi um grande movimento de placas tectônicas e os impactos continuam a

[25] Embora, de fato, sejam 13 os anos que consideramos como uma "década", trata-se de um período que se inicia em 1989 e, nitidamente, encerra-se em 2001. Suas particularidades caracterizam a década de 1990.

[26] A noção de soberania estatal teve início com os Acordos de Westphalia, em 1648, que encerraram a Guerra dos Trinta Anos e que, consensualmente, fundaram o sistema internacional moderno. A soberania caracteriza-se por suas interfaces – a externa, enquanto mútuo reconhecimento entre as unidades do sistema, e a interna, que caracteriza a autoridade legítima e a exclusividade do monopólio da força pelo governo, no interior de um determinado território.

[27] A soberania pode ser considerada um dos principais fatores que influíram para que os Estados Nacionais se consolidassem, nos séculos VXIII e XIX, para que atingissem, segundo nossa percepção, seu ápice, no século XX – internamente, com os regimes totalitaristas dos anos 30-40 e externamente, com o "equilíbrio do terror" entre as duas grandes "potências", durante a Guerra Fria – e para que, nos anos 1990, passassem a se tornar limitados para responderem aos incipientes desafios a eles facultados, conforme discutiremos neste capítulo.

> ser sentidos. Contudo, mesmo que o chão sob nossos pés ainda não tenha se assentado, vivemos em uma nova era promissora, tanto para a paz, quanto para o desenvolvimento. [28]

O esmorecimento do conflito Leste-Oeste engendrou perspectivas para uma dinâmica internacional renovada, a exemplo da consideração de questões de natureza política, social e econômicas enquanto ameaças à segurança internacional e da temporária relativização do conceito de soberania Estatal. Tidas como preliminares, as ameaças definidas – guerras nucleares e, para o Ocidente, também o comunismo – na segunda metade do século XX, caracterizaram um período de configurações políticas e estratégicas bem delineadas e, por esse motivo, parâmetro para as incipientes análises e predições sobre a década de 1990. A ordem internacional da Guerra-Fria parece-nos, ademais, a exacerbação daquela iniciada no século XVII, que se delineou em torno dos Acordos de Westphalia, e que vigorou, sem questionamentos, até o final da década de 1980. Os anos que sucederam a Guerra Fria, entretanto, apesar de aparentemente desconexos em relação aos anteriores, não podem ser concebidos sem alguns elementos de continuidade, articulados, principalmente, com a década de 1980.

Os movimentos de integração regionais, econômicos e políticos que deram a tônica das especulações teóricas dos anos 1990, e da incipiente noção de interdependência entre as principais problemáticas globais e os países desenvolvidos, subdesenvolvidos e "em desenvolvimento" constituem os exemplos mais evidentes da permanência, até mesmo a consolidação de determinadas estruturas internacionais após o referido "conflito". A Organização das Nações Unidas também constitui fator de continuidade, porém com nuances diferenciadas: embora tenha sido criada no pós-Segunda Guerra Mundial e perdurado durante e após a Guerra Fria, teve, naquele período, seu mandato balizado pelas rivalidades ideológicas entre as duas grandes potências. Ao se fortalecer na fase subseqüente, devido, sobretudo, à predisposição para a multilateralidade e à recomposição do sistema internacional, as Nações Unidas tiveram participação no desencadeamento dos fatores que mais caracterizam o momento em questão, a exemplo da crescente disposição das operações de paz nas áreas em conflito, do

---

[28] […] we are still in a time of transition. The end of the cold war was a major movement of tectonic plates and the after-shocks continue to be felt. But even if the ground beneath our feet has not yet settled, we still live in a new age that holds great promise for both peace and development. BOUTROS-GHALI, B. **Suplement to an agenda for peace**. Parágrafo 20. Disponível em: <http://www.un.org/Docs/SG/agsupp.html >. Acesso em: 07 dez 2005. Parágrafo 5. Tradução livre nossa.

"ciclo de conferências dos anos 90", [29] e da inserção da sociedade civil nas instâncias diplomáticas multilaterais. Nesse sentido, o estudo da década de 1990 não se sustenta sem as indagações relativas às alterações sistêmicas e conceituais que o fim das tensões Leste-Oeste propiciou, e tampouco se completa sem um exame paralelo das atividades da Organização das Nações Unidas nos respectivos contextos. [30]

Tendo esses temas em consideração, optamos por abordar os anos 1990 da seguinte maneira: em primeiro lugar, discorreremos sobre o porquê do término da Guerra Fria ser considerado um marco na história das relações internacionais, principalmente no que concerne à atuação das Nações Unidas. Em segundo lugar, identificaremos os indícios da "ascensão" da ONU na cena internacional durante a década de 1990, que não somente justificam essa busca de assertividade das Nações Unidas, como também convergem enquanto fatores característicos desses anos, agregando-se aos quatro elementos anteriormente mencionados para o delineamento do período em questão. Trata-se da predominância dos "conflitos civis" em detrimento dos interestatais, da falência institucional de alguns Estados e seus desdobramentos em relação à segurança internacional, das operações de paz das Nações Unidas, da publicação de relatórios pelo secretariado dessa Organização e a ocorrência "seqüencial" de conferências multilaterais, permeadas pela temática dos direitos humanos, convocadas pela ONU, e ancoradas pelo pressuposto de terem contribuído para que a parceria Estado-sociedade civil tivesse início e fortalecimento no trato das "ameaças" à segurança internacional. Finalmente, trataremos dos fatores que proporcionaram o encerramento da "década" em 2001 e dos "resultados" da década, sintetizados na "Declaração do Milênio".

A parceria Estado-sociedade civil, juntamente com as operações de paz das Nações Unidas, remete-nos à questão inicial da soberania. Desse modo, ela nos possibilita arrematar uma discussão circular que, muitas vezes, não nos permite distinguir entre causas, efeitos, objetivos, meios e fins, mas que fizeram da década de 1990 um período de "checks and balances" dos arranjos internacionais desde 1648 e de prenúncio das aspirações humanas para o século XXI. Ao levantarmos as principais características da década de 1990, temos como objetivo maior a contextualização da emergência da "cultura da paz", tanto na UNESCO, quanto no sistema das Nações Unidas, a fim de corroborarmos nossa hipótese de trabalho, que aponta para a construção

[29] ALVES, J. A. L. **Relações internacionais e temas sociais**: a década das conferências. Brasília, DF: IBRI, 2001.
[30] Desde sua criação, em 1945, e no pós-Guerra Fria.

do conceito e dos programas de ação "cultura da paz" como resultados das realizações, concepções e esperanças, "sintetizadas" nos anos 1990: um pós-guerra diferenciado por não reunir uma conferência de paz, mas muitas, e que não contaram somente com os "vencedores", e sim com a "sociedade global", multilateralmente ativa para a normatização do cenário internacional para o século XXI.

1. O Fio e a Espada: [31] A Criação e o Mandato das Nações Unidas

O século XX, apesar de "curto", [32] consiste em um período de intensas modificações na dinâmica das relações internacionais e nos próprios conceitos civilizacionais da humanidade. De uma dinâmica fundamentada por um concerto de nações européias, no início, sucedida por uma ordem internacional bipolar, culminando com a emergência de uma potência hegemônica e de novos atores internacionalmente influentes, a humanidade passou por duas – ou três, se considerarmos o conflito ideológico da segunda metade do século – guerras de alcance mundial, por quarenta anos de fragmentação política, econômica e ideológica, pautada, em primeira instância, no confronto entre as duas potências emergentes da Segunda Guerra mundial – Estados Unidos e União Soviética – configurando a chamada Guerra Fria, por movimentos de desintegração de Estados e integração de Regiões geográfica e geopoliticamente constituídas e por rearranjos na política internacional, que culminaram, na década de 1990, em um momento de confluência dos ordenamentos, fatos, idéias, e traumas que marcaram esse "breve" espaço de tempo, e em uma fase de delineamento das perspectivas para o século subseqüente, a fim de que as memórias resultantes desse passado recente se convertessem em referenciais para a construção de novos registros, menos sombrios que os anteriores.

O término da Segunda Guerra mundial proporcionou uma dinâmica singular frente à sociedade internacional. Nas palavras de Paulo Roberto de Almeida, "o mundo que se descortinou em 1947 rompeu radicalmente com as heranças da balança de poder do século XIX e

[31] Analogia ao mito grego do minotauro. O fio e a espada são as "armas" que Ariadne entregou a Teseu para que ele conseguisse adentrar o labirinto, aniquilar o minotauro e sair sem se perder. O título sugere a criação e o mandato das Nações Unidas, as quais consideramos enquanto as "armas" – ou seja, o fio e a espada – que indicaram a "saída" do "labirinto" – a década de 1990.

[32] Referência a Hobsbawn, que considera que o "século XX" teve, de fato, início com a Primeira Guerra Mundial, em 1914, e término com o fim da Guerra Fria, em 1989.

com os anos de transição e de instabilidade do período entre as guerras". [33] Surgiu uma Ordem Internacional caracterizada pela Bipolaridade, na qual, as principais potências disputam a hegemonia do poder global mediante a demonstração dos respectivos poderios bélicos, tecnológicos, econômicos e culturais, sem, que, entretanto, entrassem, de fato, em combate, em seu sentido clássico. Embora genericamente encarada como um único acontecimento, esse embate, que perdurou de meados dos anos 1940 ao final dos anos 1980, pode ser dividido em dois períodos, amortecidos pela chamada *détente,* durante a década de 70.

A fase inicial, que se estende dos anos 40 aos 50, corresponde ao período mais "quente" do conflito. De um lado, os Estados Unidos procuraram ampliar seu espaço econômico, político e ideológico no cenário internacional, com destaque à propagação de idéias e doutrinas que denotam a rispidez com que estavam delineando sua política externa, eminentemente embasada na contenção das tendências expansionistas da União Soviética. Enquanto isso, Stalin reerguia a economia soviética na contramão das aspirações norte-americanas, o que de certa forma, alimentava o embate. Em 1952, com a eleição de Eisenhower e com a morte de Stalin, inicia-se um período de "coexistência pacífica", fundamentado pelo "equilíbrio do terror", ou seja, pela competição pelas armas nucleares.

A Crise dos Mísseis em Cuba[34], em 1962, no entanto, que quase desencadeou a guerra nuclear, fez com que as duas grandes potências enxergassem a necessidade de ações "concertadas". Esse entendimento desencadeou o período conhecido como "distensão". De acordo com Mougel e Pacteau, "a *détente* é, antes de tudo, um modo de os Estados Unidos e a União Soviética se relacionarem", que compreende cinco princípios: a paridade mútua, o diálogo direto – caracterizado pelo o "telefone vermelho", que ligava a Casa Branca ao Kremlim –, o controle armamentista, a não-ingerência nos respectivos blocos de influência e a permanência da competição ideológica. [35] A *détente* foi, nesse sentido, uma fase de cooperação internacional, quando as potências, conjuntamente, expressaram o desejo de acalmar a situação no Oriente-Médio e promover a cooperação e de assinar acordos para os assuntos nucleares. Para a Europa, esse período foi também foi uma fase de crescimento social e econômico, marcado pela

[33]ALMEIDA, Paulo Roberto. As Duas Últimas Décadas do Século XX: Fim do Socialismo e Retomada da Globalização. In: SARAIVA, J. F. S. (Org.). **Relações Internacionais**: dois séculos de história – entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias) V I e II. Brasília : IBRI/ FUNAG, 2002. P.221.
[34] Instalação de mísseis soviéticos em Cuba.
[35] MOUGEL, François-Charles; PACTEAU, Séverine. **Histoire des relations internationales XIXe et XXe siècles**. Paris: Presses Universitaires de France, 2006. p. 89-101.

cooperação, principalmente se considerarmos a Conferência de Helsinki,, em 1975, sobre segurança e cooperação, que definiu como princípios "a paz, o concerto e o respeito aos direitos humanos". [36]

Ao ampliarmos, além disso, o enfoque sistêmico vigente às margens dessa dualidade sistêmica, verificamos um vasto escopo analítico diante de um quadro aparentemente óbvio, porém freqüentemente negligenciado: o "resto" do mundo não assistira inerte ao embate. Sob esse prisma, o mapa político mundial fora redesenhado em função da nova realidade do processo de descolonização afro-asiático, a América Latina buscara seu espaço, chegando a declarar sua "independência" intelectual nos estudos sociológicos, ironicamente através da Teoria da Dependência,[37] ao passo em que a Europa reerguia suas estruturas e se preparava para voltar à "arena" internacional. Diante das crescentes investidas norte-americanas e seus conseqüentes desdobramentos, tais quais o Plano Marshall[38], a OTAN[39] e a maciça presença de capitais no Leste-europeu, a União Soviética decidiu-se pelo recrudescimento da política de espaços na Europa Oriental, reinício do processo de militarização das fronteiras e aceleração do projeto de desenvolvimento da bomba atômica. Com isso, as duas superpotências travaram, sob a vigência do equilíbrio atômico, a primeira fase da "Guerra Fria".

Em 1979, a invasão do Afeganistão pela União Soviética e o desenvolvimento, pela mesma, de novos sistemas de mísseis com ogivas múltiplas e, a partir de 1980, com o governo Reagan, nos Estados Unidos, com suas declarações nominais evocando a União Soviética como "Império do Mal", combinaram fatores que vitalizaram a retomada das tensões entre ambos. Todavia, com os traços de sua consolidação tecnológica, em face de uma sociedade capitalista cada vez mais transformada pela utilização da informática, o socialismo da União Soviética já tinha perdido seu caráter de sistema social justo ou potencialmente superior, ao submeter-se ao sistema capitalista. A parir daí, a perda de legitimidade interna e externa do socialismo

---

[36] Id. Ibid.

[37] A Teoria da Dependência prega a conectividade global dos fatos e de suas conseqüências. Nesse sentido, a pobreza do então "Terceiro Mundo" geraria repercussões no "Primeiro Mundo". Por isso a necessidade da cooperação internacional era ressaltada.

[38] O Plano Marshall, lançado em 1947, consistia a peça chave da estratégia norte-americana da Guerra Fria. Foram destinados US$ 17 bilhões à Europa para sua reconstrução econômica e social, garantindo uma fronteira dos valores do capitalismo através da reabilitação industrial européia. (SARAIVA, Op.Cit., P.24).

[39] OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte – 1949. Consiste no desdobramento militar da liderança ocidental norte-americana na Guerra Fria, agrupando doze nações ocidentais em torno de um pacto de defesa contra as possíveis agressões militares soviéticas.(SARAIVA, Op. Cit, P.25).

conduziria à lenta erosão do sistema econômico e político das fronteiras soviéticas. Nesse sentido, para Paulo Roberto de Almeida,

> A derrocada do socialismo que, para todos os efeitos práticos, confunde-se com o desaparecimento da própria União Soviética, foi fundamental para a superação substantiva do período conhecido como Guerra Fria e para a transição da bipolaridade para uma nova situação de equilíbrio e convivência entre grandes potências.[40]

A Organização das Nações Unidas constitui um fator crucial para a análise das vicissitudes engendradas pelo término da Guerra Fria na história das relações internacionais do século XX. Por ter sido criada um pouco antes que as rivalidades entre Estados Unidos e União Soviética balizassem o contexto internacional, e por ter tido que adaptar e, de certo modo, limitar suas ações durante esse período, conseqüentemente refletiu e influenciou no delineamento do cenário que se configurou na década de 1990.

Cientes da importância de um Conselho forte, diante do malogro do Conselho da Liga das Nações, do qual as principais potências ou não fizeram parte, ou, em determinados momentos, se retiraram[41], os criadores da Organização das Nações Unidas converteram o Conselho de Segurança em seu "núcleo de poder político". [42] Essa característica, entretanto, que deveria constituir sua força, acabou se transformando em sua inoperância durante a Guerra Fria. Composto pelos cinco aliados vencedores da Segunda Guerra como membros permanentes, [43] e por outros dez membros, não-permanentes, [44] o Conselho recebeu legitimidade constitucional para deliberar [45] e adotar medidas [46] em favor da manutenção da paz e da segurança

---

[40] ALMEIDA, Op. Cit, P.105.
[41] O Congresso dos Estados Unidos não autorizou sua participação na Liga e a Itália e o Japão se retiraram quando seus objetivos de política externa não condiziam com as regulamentações da Liga.
[42] ROSAS, Maria Cristina. O Conselho de Segurança das Nações Unidas: 60 Anos não é nada. In: SANTOS, Cristiane (Ed.). **Reformas na ONU**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005. p. 31.
[43] Estados Unidos, França, Reino Unido, União Soviética e República Popular da China.
[44] Originalmente, o número de membros não-permanentes no Conselho era seis. Pela emenda ao Artigo 23, de 1963, entretanto, esse número foi elevado para dez.
[45] "O Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão, e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser tomadas de acordo com os Artigos 41 e 42, a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais." UNITED NATIONS, **United Nations Charter**. Artigo 39. Disponível em: < http://www.onu-brasil.org.br/doc4.php >. Acesso em 07 jul. 2007>.
[46] Somente quando ocorrer o voto afirmativo de nove membros não-permanentes e de todos os cinco membros permanentes, segundo o artigo 27 da Carta de São Francisco, emendado em 1963. Segundo o artigo 24 da Carta, "a fim de assegurar pronta e eficaz ação por parte das Nações Unidas, seus Membros conferem ao Conselho de Segurança a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais e concordam em que no

internacional, segundo os preceitos dos capítulos VI e VII da Carta de São Francisco, que instituíra a Organização. Ambos os capítulos permitem a consecução de ações coercitivas contra ameaças à paz. A diferença entre eles, no entanto, consiste no teor dessas medidas: enquanto o capítulo VI busca a solução de controvérsias por meios pacíficos[47], autorizando a aplicação de sanções econômicas e embargos – de armas, por exemplo – ou isolamento diplomático de Estados onde possíveis ameaças à preservação da paz sejam identificadas, o capítulo VII, considerado o cerne das Nações Unidas, possibilita a coerção pela força, em última instância, em casos de agressão a um dos membros e/ou ruptura da paz, identificados pelo Conselho. Todavia, por ser condicionado pelo consenso entre todos os membros permanentes, o Conselho de Segurança não pôde atuar em diversas ocasiões em que um, ou mesmo a maioria dos Estados-membros consideraram que a paz e a segurança tivessem sido ameaçadas ou rompidas, pois os vetos, ora dos Estados Unidos, ora da União Soviética, impediam a vigência desse incipiente mecanismo de segurança coletiva.

Com a inoperância do sistema de solução de litígios nas Nações Unidas, não foi possível evitar a eclosão de inúmeros conflitos civis que, como veremos, passaram a predominar no cenário internacional nos anos 1990. Nesse sentido, a cooperação internacional para a segurança, durante a Guerra Fria, foi operacionalizada, eminentemente, por Acordos e Organizações Regionais – como o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) e a OEA (Organização dos Estados Americanos), no continente americano, a OTAN, no oeste-europeu, e o Pacto de Varsóvia, no leste. Antônio de Aguiar Patriota identifica apenas dois casos de intervenção (Coréia e Congo) e dois de aplicação de sanções (África do Sul e Rodésia do Sul) durante a Guerra Fria. Ainda assim, essas medidas não foram autorizadas pelo Conselho de Segurança, mas por um dispositivo denominado "Uniting for Peace", vislumbrado pelos países do Bloco Ocidental para "driblar" o engessamento do Conselho, pelo qual a Assembléia Geral poderia ao menos "discutir, deliberar e recomendar" ações voltadas à manutenção da segurança e da paz internacionais. [48] Uma operação de paz que se fez possível pelo referido mecanismo foi o

---

cumprimento dos deveres impostos por essa responsabilidade o Conselho de Segurança aja em nome deles"**.** UNITED NATIONS. **United Nations Charter**. Disponível em : < http://www.onu-brasil.org.br/doc3.php>. Acesso em 07 jul. 2007>.

[47] Esses meios constituiriam, a princípio: negociação, conciliação, mediação e arbitragem, além da diplomacia preventiva, introduzida com maior veemência por Boutros-Ghali, no documento "An Agenda for Peace".

[48] PATRIOTA, Antônio de Aguiar. **O Conselho de Segurança após a guerra do golfo**: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva. Brasília, DF: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de Estudos Estratégicos, 1998. p. 29.

envio de contingente a Suez[49], em 1956, para monitorar as fronteiras entre Israel e os territórios egípcios e é considerada a pioneira das "operações de paz" da ONU.

As "operações de paz" das Nações Unidas durante a Guerra Fria constituíram as chamadas "operações de paz tradicionais" ou de "primeira geração". Compostas por contingentes militares de diversos Estados, geograficamente distribuídos e levemente armados – para autodefesa, somente –, essas missões diferiam das que começaram a vigorar na década de 1990. Em primeiro lugar, para que, durante a Guerra Fria, pudesse haver mobilização de tropas, as Nações Unidas, obrigatoriamente, deveriam receber o aval das partes envolvidas no conflito, geralmente Estados. Em segundo lugar, as funções desses contingentes eram proteger um determinado Estado contra agressões externas, observar regiões de instabilidade, a fim de anteciparem potenciais ameaças à paz e à segurança e, preliminarmente, monitorar o cessar-fogo entre as partes, especialmente nas regiões fronteiriças, facilitando, desse modo, o início das negociações de paz nas áreas autorizadas – geralmente fora das esferas de influência dos Estados Unidos e da União Soviética.

Considerando que, pelo princípio da autodeterminação dos povos e pela intensidade com a qual a questão da soberania era subsumida, as intervenções poderiam ser inseridas nas divergências entre Estados Unidos e União Soviética enquanto ataques às respectivas áreas de influência, a até mesmo a ONU, nessa lógica, corria o risco de se tornar uma ameaça à paz e à segurança internacional. Por essa razão, mesmo as operações de alcance humanitário deviam ser autorizadas pelo Estado "receptor", o que excluía o caráter "intervencionista", assumindo a forma de "assistência humanitária", que se justifica pela existência de pessoas cuja sobrevivência esteja ameaçada, tanto por catástrofes naturais, quanto por conflitos, e é definida pelos princípios da humanidade, da neutralidade e da imparcialidade[50]. Nesse contexto, era possível, nitidamente, diferenciar as operações de paz da assistência humanitária, o que se tornará mais difícil no pós-Guerra Fria, com a vigência das chamadas "operações de paz multifuncionais", sobre as quais discorreremos mais adiante.

A delimitação das temáticas que as Nações Unidas podiam abarcar durante a Guerra Fria, sem que atingissem questões que a envolvessem diretamente nas vulnerabilidades da ordem internacional em questão, como a Agenda da Segurança e as áreas de "influência" das duas

[49] Operacionalizada com o objetivo de monitorar as fronteiras entre Israel e os territórios egípcios, devido à invasão do Egito por Israel, França e Grã-Bretanha, contrários à nacionalização do Canal de Suez por Nasser, então presidente do Egito.
[50] Documento 46/182 da Assembléia Geral das Nações Unidas.

grandes potências, consiste em um dos principais motivos que levaram a Organização a obter centralidade na resolução dos conflitos no pós-Guerra Fria. Embora concebida, em 1945, para atuar pela manutenção da segurança e da paz, a ONU, durante seus primeiros quarenta anos de existência, teve que se voltar ao trato de assuntos de ordem sócio-econômica e de direitos humanos que, até então, não configuravam elementos de segurança internacional. Considerando que, em finais da década de 1980, tanto as temáticas de ordem sócio-econômica, quanto, e principalmente, as de direitos humanos, enquanto "segurança humana", passaram a integrar as "novas ameaças" à paz e à segurança internacional, ocupando destaque no Conselho de Segurança, a ONU transformou-se, de instituição voltada a fundamentar e promover os direitos humanos, a principal instância para protegê-los e monitorar sua observância pelos Estados, mediante conferências e operações de paz.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pelas Nações Unidas em 1948, constituiu o fundamento da ascensão dos direitos humanos na Agenda Global. Além de embasar os pactos e tratados sobre direitos humanos posteriormente assinados[51], devido, sobretudo, às demandas de proteção da pessoa humana condizentes com os momentos nos quais foram idealizados, pode-se dizer que a Declaração influenciou dinâmicas ocorridas nas décadas de 50 e 60, cujas conseqüências ecoaram diretamente na década de 90. [52] De acordo com Norberto Bobbio,

> [...] a Declaração Universal representa um fato novo na história, na medida em que, pela primeira vez, um sistema de princípios fundamentais da conduta humana foi livre e expressamente aceito, através de seus respectivos governos, pela maioria dos homens que vive na Terra.[53]

Em defesa da relatividade histórica dos direitos do homem, Bobbio caracteriza os direitos contidos na Declaração como decorrentes dos ditames do momento, ou seja, foram concebidos

---

[51] Dentre os quais se destacam: os dois Pactos de 1966 sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação Racial, de 1965; a Convenção sobre a Eliminação da Distribuição contra a mulher, de 1979; a Convenção contra a Tortura, de 1984; a Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989. ALVES, José Augusto Lindgren. **Os cinqüenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos**, disponível em:
< http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/lindgren.htm> Acesso em: 9 jun 2007.

[52] Trata-se do processo de descolonização de territórios da África e da Ásia, que, ao adentrarem a década de 90, encontravam-se imersos em guerras civis e desprovidos de instituições políticas, econômicas e sociais adequadas para evitar a violência.

[53] BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004, p. 47.

segundo os "traumas" causados pelas atrocidades da Segunda Guerra Mundial. [54] Ademais, considera que o princípio da autodeterminação dos povos, expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e a própria Declaração, incidiram diretamente no processo de descolonização dos anos 1950-60, por justificarem, de forma conjunta, a universalidade dos direitos humanos e os movimentos "emancipatórios" de países até então à margem do sistema internacional. Ao contrário da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada à época da Revolução Francesa, a de 1948 não se destina somente aos cidadãos de determinados Estados, mas a todos os indivíduos do planeta, pelo fato de serem humanos.

Frente ao direcionamento dos direitos humanos ao indivíduo enquanto pessoa humana e membro da "comunidade global", em detrimento de sua validade somente aos cidadãos de um Estado em particular, como ocorria desde a proclamação dos Direitos do Homem e do Cidadão, à época da Revolução Francesa, começa-se a conceber a necessidade de uma instância, também universal, capaz de monitorar os Estados na aplicação dos respectivos direitos. Durante a Guerra Fria, isso era inviável, visto que a "sacrossantidade" [55] da noção de soberania impedia a ingerência de qualquer instância internacional nos "assuntos internos" dos Estados. As Nações Unidas, mesmo diante desse impasse, lograram êxito, à época – 1966 –, ao elaborarem dois documentos, conhecidos como "International Bill of Rights", que dividiam os direitos humanos em duas categorias: "primeira" e "segunda geração". O Tratado sobre Direitos Civis e Políticos refletia uma concepção relacionada à tradição liberal do Ocidente, e por isso foi denominado de "primeira geração": são os "direitos negativos", que "protegem os indivíduos contra os abusos da própria sociedade, a exemplo do direito à liberdade de expressão, de religião, de reunião em assembléias, entre outros". [56] Já o Tratado sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que passou a caracterizar os direitos de "segunda geração", representava a ideologia dos países comunistas, segundo a qual a garantia de bens econômicos e sociais, pelo Estado, sobrepujava as liberdades do indivíduo. Entre esses direitos encontram-se os direitos à educação, à saúde, ao trabalho.[57]

---

[54] Ibid., p. 53.
[55] ALVES, Op. Cit., p. 80.
[56] MENDES, Cristiano Garcia. A Organização das Nações Unidas – ONU. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani; LESSA, Antônio Carlos (Org.). **Política internacional contemporânea**: mundo em transformação. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 23.
[57] Ibid., p. 23.

Ao proclamarem direitos condizentes com os anseios de ambos os blocos, as Nações Unidas esperavam promovê-los globalmente. Tanto o ECOSOC e a Comissão de Direitos Humanos, quanto outros comitês afins e agências especializadas desenvolveram programas e fundos, durante meio século, para a efetiva promoção dos direitos humanos, garantindo às Nações Unidas a *expertise* que, ao término da Guerra Fria, proporcionou-lhe grande credibilidade no trato dessas questões, quando estas últimas passaram a integrar a Agenda da Segurança Internacional. Com a generalidade dos direitos humanos, garantida pela Declaração Universal, e pelos pactos de 1966, a concepção de "comunidade internacional", fundada na percepção de que os direitos humanos constituiriam um – talvez o único – "valor fundamental" da humanidade, ganhou força, especialmente no pós-Guerra Fria, e às Nações Unidas, enquanto símbolo da "comunidade internacional", foi facultada a função de monitorar a aplicação dos direitos humanos pelos Estados. Diante do exposto, temos um parâmetro inicial para verificar as mudanças que o término da Guerra Fria engendrou no contexto internacional: o regime internacional dos direitos humanos, iniciado com a criação da ONU, ganhou força na década de 90, atingindo o topo da Agenda Global, principalmente enquanto fator de segurança, juntamente com as chamadas "novas ameaças" não-militares, as quis passaremos a examinar em seguida.

1.1 Teseu Chega a Atenas: [58] *A Emergência de Novas Ameaças à Paz e à Segurança*

Durante a Guerra Fria, a segurança internacional consistia, preliminarmente, em evitar a interiorização desse conflito maior diretamente no âmbito interno dos Estados, de modo a inviabilizar a hipótese da guerra nuclear. Com seu término, as ameaças "à paz e à segurança" mais latentes passaram a ser identificadas em elementos até então tidos como problemáticas de alcance sócio-econômico, que tornaram o aparato militar Estatal insuficiente para detê-las. Denominados "novas ameaças", esses temas decorreram de processos transnacionais que fizeram com que as concepções do Realismo, corrente teórica "tradicional" das relações internacionais,

[58] Teseu era filho de Egeu, rei de Atenas. Como havia sido criado pelo avô materno, Teseu, a certa idade, foi entregue a seu pai, em Atenas. Para chegar até lá, o herói percorreu um longo e perigoso caminho, por terra, onde enfrentou, com êxito, diversas ameaças. Ao chegar em Atenas, deparou-se com "novas ameaças", que não poderiam ser combatidas pela espada: uma taça de veneno, que foi induzido, por Medéia, a tomar. Medéia era uma feiticeira que havia se casado com Egeu. Ela temia a influência do filho sobre o pai, e por isso ofereceu-lhe o veneno. Egeu, ao reconhecer sua espada nos braços de Teseu, não o deixou tomar o veneno e proclamou-lhe seu sucessor. Nesta parte do capítulo, discorremos sobre as "novas ameaças" não militares à paz e à segurança internacional, que perfazem a Agenda da ONU.

perdesse grande parte de seu potencial de explicar a realidade. [59] Segundo Rafael Villa, os referidos elementos tiveram origem na década de 1970 – coincidindo, portanto, com a *détente* – e foram crescendo em importância à medida que o movimento dos países não-alinhados foi se intensificando, que a população mundial teve um aumento considerável, que as crises energéticas demandaram o delineamento de novas parcerias internacionais e que o conflito Leste-Oeste foi, em certa medida, deslocado para o debate Norte-Sul – desenvolvimento versus subdesenvolvimento – e convertido nas análises sobre a interdependência entre os povos.

Devido aos efeitos que as instabilidades nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento causavam nos países desenvolvidos, a noção de interdependência global foi adquirindo relevância, e a distinção entre "high politics" e "low politics", respectivamente, questões militares de segurança internacional e problemáticas sócio-econômicas e políticas – até então, "temas internos" dos Estados – passaram, conjuntamente, a envolver a comunidade internacional como um todo, sob a mesma designação: questões de segurança internacional. Trata-se da chamada "securitização", mediante a qual elementos de cunho social passam a ser considerados como fatores de segurança, tornando o conceito de segurança difuso e, no limite, até mesmo "vazio". Entre esses "novos temas", destacam-se a violação dos direitos humanos, o subdesenvolvimento, a violência urbana, os fluxos migratórios, as epidemias, o tráfico de entorpecentes e de armamentos, a degradação ambiental, as desigualdades sociais, a pobreza, a desnutrição, entre outros fatores que também causassem instabilidades e cujas conseqüências fossem capazes de "transcender fronteiras", incidindo como ameaças à paz e à segurança. Além desses, de ordem sócio-econômica, alguns fatores de alcance político também passaram a integrar as "novas ameaças": os Estados falidos e os colapsados, característicos da década de 1990, e os regimes políticos autoritários.

Por "Estados falidos" compreendem-se os Estados cujas instituições tornaram-se enfraquecidas, incapazes de prover segurança pública, bem estar, entre outras das suas atribuições, mas que ainda resistiram ao colapso total, fator que caracteriza os "Estados colapsados". Resultantes, preliminarmente, de conflitos civis, iniciados, na maioria dos casos, a partir das décadas de 1950 e 60 – resultantes, portanto, do processo de descolonização –, essas duas categorias de "Estados" passaram a ganhar destaque no cenário internacional quando o fim da Guerra Fria, e a conseqüente lógica das áreas de influência, não mais "justificavam" o

[59] VILLA, Rafael. **Da crise do realismo à segurança global multidimensional**. São Paulo: Annablume, 1999.

financiamento de conflitos no terceiro mundo pelas grandes potências. Devido a essas razões, tem-se a impressão que a emergência de conflitos civis é uma característica exclusiva da década de 90. Sem dúvida, o é, principalmente devido ao ressurgimento dos nacionalismos, de modo especial nos Bálcãs e na Ásia, após o fim do Regime Soviético, e à situação do continente africano, de modo geral. Os Estados falidos são considerados uma ameaça à paz e à segurança internacional pelas instabilidades regionais que podem engendrar. De acordo com Aravena,

> [...] os chamados 'Estados Falidos'possibilitam o desenvolvimento de redes criminosas, de economias ilegais e de áreas onde a proliferação e o intercâmbio tecnológico e de armas são efetuados com facilidade. Parte importante das novas ameaças de caráter global e regional se fundamenta na capacidade dos Estados de controlar seus espaços nacionais. Estes também não têm êxito em se associar de maneira positiva para gerar processos de soberania agregada mediante a cooperação.[60]

Deve-se considerar, entretanto, que o fomento da "lógica da hostilidade", da "cultura da guerra", [61] teve seu auge em três momentos do século XX – durante as "três guerras mundiais" – sendo que a última delas pode ser considerada, pela ótica das "áreas de influência", a mais mundial das três, que acabou por influenciar a gestação de processos que desembocariam, com força, nos anos 90, como foi o caso da falência desses Estados. Nesse sentido, embora ocorressem em outros momentos, os conflitos civis não eram considerados "ameaças" à paz e à segurança, nem predominavam no cenário internacional, em detrimento dos conflitos entre Estados; são essas as especificidades que os caracterizam como "novidade" dos anos 1990, e, de certo modo, desconsideram sua ocorrência em momentos anteriores.

---

[60] [...] los llamados "estados fallidos" posibilitan el desarrollo de redes delictivas, de economías ilegales y de áreas en donde la proliferación o el intercambio tecnológico y de armas se efectúan con facilidad. Parte importante de las nuevas amenazas de carácter global y regional se funda en la incapacidad de los estados de controlar sus espacios nacionales. Éstos, tampoco, logran asociarse de manera positiva para generar procesos de soberanía agregada mediante la cooperación. ARAVENA, F.R. **Conferencia Especial Sobre Seguridad del Hemisferio Americano**: La Dificil Construcción de Consensos. Foreign Affairs em Español, Oct.-Dec. 2003. Disponível em: < http://www.foreignaffairs-esp.org/20031001faenespessay030414-p10/francisco-rojas-aravena/conferencia-especial-sobre-seguridad-del-hemisferio-americano-la-dificil-construccion-de-consensos.html>. Acesso em: 21 fev. 2008. Tradução livre nossa.

[61] A expressão "cultura da guerra" é caracterizada como o atual estágio cultural da humanidade, situação oposta à cultura da paz, e define-se, segundo Adams, cujas "Memórias" consistem em nossa principal fonte de pesquisa, pelas seguintes características: caracterização de poder enquanto monopólio da força, e existência constante de um inimigo, autoridade hierárquica, segredos de estado e propaganda, armamentos, exploração humana e do meio-ambiente e patriarcalismo. ADAMS, David. **Early history of the culture of peace**: a personal memoire. ago. 2003. Disponível em: <http://www.culture-of-peace.info/history/introduction.html>. Acesso em: 23 ago. 2005. Tradução livre nossa.

Os regimes políticos autoritários começaram a ser enquadrados como ameaçadores à paz e à segurança na medida em que os direitos humanos foram crescendo em importância enquanto "valores universais" e suas violações passaram a ser associadas ao subdesenvolvimento – a exemplo das ditaduras na América Latina – e ao regime soviético – predominantemente "autoritário" –, em detrimento do modelo "do ocidente desenvolvido", caracterizado pela democracia liberal e pela economia de mercado. Com o colapso soviético, o "modelo liberal" passou a ser considerado "o mais adequado", o "correto" e, portanto, o "último" na sucessão histórica, quando teleologicamente considerada, e influenciou concepções afins, como a controversa tese de Fukuyama. [62] Além de simbolizar a "vitória" na Guerra Fria, o modelo democrático-liberal, desde a década de 1970, vem recebendo aportes teóricos de inspiração kantiana, que especulam sua relação com uma ordem internacional pacífica e condizente ao respeito aos direitos humanos enquanto valores universais.

A questão dos regimes autoritários incidiu preliminarmente no contexto dos direitos de "primeira e segunda geração". Muitos desses regimes, aos suprimirem as liberdades fundamentadas pelos direitos "de primeira geração", alegaram que suas prioridades consistiam na defesa dos direitos de segunda geração, cuja plena vigência demandava a supressão dos primeiros. Essa questão perpassou as conferências da década de 1990, constituindo um dos maiores desafios enfrentados para a consecução de consensos nas declarações finais desses fóruns. Não obstante, a condenação aos regimes democráticos fez-se, em larga medida, por concepções normativas, como a da "paz pela democracia".

A teoria da paz democrática fundamenta-se na ideologia liberal, de inspiração kantiana, para estabelecer a relação entre liberdade, democracia, paz e desenvolvimento.[63] Para Kant, a liberdade constituía o único direito inato do homem, ou seja, "transmitido ao homem pela natureza e não por uma autoridade constituída", [64] e era refletida pela autonomia. Politicamente, a única Constituição Civil que harmonizava com os direitos naturais do homem, concebidos como a "autonomia de obedecer somente às ordens das quais ele mesmo era legislador", [65] era a

[62] FUKUYAMA, Francis. **The end of history and the last man**. Nova Iorque: Free Press, 1992.
[63] Valores que, juntamente com os direitos humanos, foram exaustivamente defendidos durante a década de 1990, e são considerados os pilares da cultura da paz.
[64] BOBBIO, op. cit., p. 69.
[65] Ibid., p. 69.

republicana. [66] Na concepção liberal-kantiana, os indivíduos, fundamentalmente iguais, buscariam auto-preservação e bem-estar material, que só poderia ser lograda pela liberdade. Nesse sentido, estabelece-se a relação entre "liberdade" – um direito fundamental humano – e "democracia", enquanto regime político capaz de assegurar a liberdade, e a articulação entre concepções liberais de vertente kantiana e o regime democrático. A relação dessas temáticas com a paz é feita mediante os pressupostos pelos quais a coerção e a violência seriam contraproducentes às referidas "aspirações humanas universais", e a paz tornar-se-ia necessária para que a liberdade fosse alcançada. [67] Considerando que as democracias buscam os "verdadeiros" interesses de seus cidadãos – o bem-estar material e a auto-preservação – e a paz é fundamental para que eles sejam obtidos, estabelece-se a relação intrínseca entre todos os fatores mencionados.

A teoria da paz democrática, ademais, concebe relações pacíficas entre democracias, visto que, num sistema onde não existam outros regimes políticos, cujas aspirações são outras, em relação ao que acabamos de descrever, e que, por isso podem ser "perigosos", as ações dos demais atores liberais-democráticos tornam-se previsíveis e concertadas, na busca dos "valores" comuns, tendo a paz como fundamento. Num período em que o aumento das ameaças à paz e à segurança predominou no cenário internacional, e que o colapso soviético contribuiu para a ascensão do paradigma democrático-liberal, justifica-se a crescente aceitação da teoria da paz democrática e, principalmente, da instauração de democracias liberais [68] no planeta. Isso não significa que a teoria da paz democrática não apresente lacunas, nem mesmo que seja "verdadeira". Layne, por exemplo, argumenta que "se a opinião pública realmente tivesse o efeito a ela atribuído, as democracias seriam pacíficas nas relações com todos os Estados, democráticos ou não" e que a opinião pública, muitas vezes, quer a guerra.[69] Segundo Owen, a conquista de territórios é uma possível aspiração alheia aos "verdadeiros interesses" dos cidadãos, que pode ser concebida por governantes autoritários. Podemos argumentar que a

---

[66] O conceito de república, para Kant, consiste no princípio político da separação do poder executivo e do legislativo, o que equivaleria, em certa medida, aos sistemas democráticos contemporâneos. KANT, Emmanuel. A Paz Perpétua - Um Projeto Filosófico (1795/96). In:_____ **A paz perpétua e outros opúsculos.** Lisboa: Edições 70, s.d. p.130.

[67]OWEN, John M. How liberalism produces democratic peace. In: BROWN et al (Org.) **Theories of war and peace:** an international security reader. Cambridge: MIT Press, 1999.

[68] Adotamos a definição de Owen para democracias liberais: "Estados dominados pela ideologia liberal e que caracterizam, na lei e na prática, discussões livres e eleições regulares e competitivas". BROWN et al.op. cit, p. 152.

[69] LAYNE, Christopher. Kant or can´t: the myth of the democratic peace. In: BROWN et al, op. cit, p. 183.

conquista de territórios pode ser requerida pelos próprios cidadãos, para que seu bem-estar material seja logrado. Assim um conflito pode eclodir, com a anuência dos cidadãos, e para a obtenção de fins legítimos às aspirações liberais. Amarras conceituais à parte, a teoria da paz democrática ganhou força nos anos 80 e 90, fazendo da democracia – liberal – condição primária à paz e à segurança, no ambiente interno aos Estados e no sistema internacional, e da "construção de regimes democráticos" uma das novas atribuições das operações de paz da ONU na década de 1990.

No final da década de 1980, quando a União Soviética já estava sob o governo de Gorbatchev, iniciou-se um novo período para a Organização das Nações Unidas. O esfriamento das controvérsias entre Estados Unidos e União Soviética permitiu o alcance de consensos no Conselho de Segurança sobre a solução pacífica de conflitos "herdados da Guerra Fria" no Afeganistão, no Camboja, na América Central[70] e, principalmente, no tocante à intervenção na Guerra do Golfo, claramente definida como um ato de agressão e uma ruptura à paz e à segurança da região. Até mesmo a retomada das negociações conclusivas da Carta de São Francisco sobre os capítulos VI e VII, paralisadas em 1947, quando se iniciaram as rivalidades entre as duas grandes potências, fez-se possível. As premissas da universalidade e da preeminência dos direitos humanos entre os valores morais da humanidade ganharam ímpeto sob o conceito do "direito de ingerência": [71] trata-se da legitimidade da intervenção pela causa humanitária, que se fortaleceu com a resolução 688 do Conselho, em 1991, "que exigia do Iraque permissão de acesso imediato da ajuda aliada aos Kurdos, deslocados pela guerra e perseguidos por Bagdá", [72] coercitivamente imposta.

Ao considerarmos as "novas ameaças", percebemos que a "inovação" consiste não nas temáticas em si, mas na maneira de abordá-la: de questões sócio-econômicas a problemáticas de segurança internacional. [73] Devido a essa razão, nota-se um abismo entre os métodos até então utilizados para a interposição dos conflitos, as novas características destes – predominantemente

---

[70] PATRIOTA, Op. Cit, p. 45.
[71] Referência a um conceito criado enquanto um "dever internacional", que só foi possível mediante a inclusão dos "novos temas", de modo particular, os direitos humanos, nas questões de segurança, no contexto específico da Guerra do Golfo. É diferente do "Direito de Genebra", relativo à proteção das populações civis durante conflitos – civis ou não. ALVES, Op. Cit., p. 45.
[72] Ibid., p. 45.
[73] LÓPEZ, Ernesto. "**La Seguridad internacional em los Albores Del Siglo XXI**". Documento de trabajo n. 9. Buenos Aires, Universidade Nacional de Quilmes, Maio de 2002; _____ Nova problemática de segurança e novas ameaças. In: SOARES, Samuel Alves; MATHIAS, Suzeley Kalil. **Novas ameaças**: Dimensões e perspectivas: desafios para a cooperação em defesa entre Brasil e Argentina. São Paulo: Sicurezza, 2003.

civis e permeados por fatores decorrentes e causadores de instabilidades internas e internacionais – e os fatores que o subjazem. Nesses casos, o estabelecimento das "missões de primeira geração" seria contraproducente, a partir da década de 1990.

Em primeiro lugar, devemos considerar a natureza predominantemente civil dos conflitos que deterioraram os Estados aos quais as "missões" seriam dirigidas: em que "fronteiras" seriam posicionados os contingentes ou os observadores militares? Em segundo lugar, a mobilização de tropas nessas regiões para monitorar as negociações não seria suficiente para consolidar a paz resultante desses acordos, visto que as rivalidades étnico-religiosas que costumaram caracterizar os referidos conflitos, na maioria das vezes, perpassaram gerações, o que dificulta ainda mais o entendimento entre os grupos envolvidos, pela lógica da violência estar "nas mentes das pessoas". [74] Nesse sentido, dissipada a possibilidade iminente da guerra nuclear e, com ela, os entraves que a Guerra Fria causara às atividades do Conselho de Segurança, as Nações Unidas viram-se diante de novos desafios: ao reafirmarem seu compromisso constitucional de "salvar as futuras gerações do flagelo da guerra", vislumbraram tanto a necessidade de aparatos renovados que tornassem efetivos seus esforços para a manutenção e a construção da paz, condizentes com as "novas ameaças", quanto a possibilidade de alcançarem a almejada assertividade na resolução dos conflitos.

Ao considerarmos o conjunto de fatores expostos – "novas ameaças", crescentes fluxos internacionais, aumento da interdependência entre os Estados, cessão das rivalidades entre as duas grandes potências, dissolução da União Soviética, crença na democracia liberal e ênfase no regime dos direitos humanos –, podemos concluir que as mudanças na composição e nos objetivos das missões de paz da ONU tiveram que acompanhar a dinâmica desse cenário, a fim de que o mandato instituído pela Carta de São Francisco não esmorecesse, ou mesmo se diluísse, como ocorreu com a Liga das Nações no contexto histórico-normativo que sucedeu a Segunda Guerra Mundial. Ademais, podemos avaliar que não somente a queda do Muro de Berlim, mas também a Guerra do Golfo, em 1991, podem ser consideradas como símbolos do encerramento de um "curto século", intenso nas inovações tecnológicas, nas dinâmicas políticas internacionalmente concertadas e ideologicamente polarizadas. Do contrário, embora possamos considerar que o século XX fora "encerrado" com o fim da Guerra Fria, não podemos dizer que a década de 1990 inicia o século XXI. Trata-se de um período "à deriva" na história recente, no

[74] Alusão ao preâmbulo da Carta da UNESCO.

qual o cenário para o século XXI vai, aos poucos, sendo delineado, e no qual as diretrizes para o século XXI começam a despontar nos fóruns globais.

O que se faz evidente são as particularidades da década de 1990, que permitem associá-la a um período típico de transição: de um século a outro, de um milênio a outro, de uma ordem internacional bem definida e de um conflito de escopo mundial a... não se sabe exatamente, e que, de forma provisória, para fins acadêmicos, foi denominado "pós-Guerra Fria" – justamente o que caracteriza a "busca" empreendida pela sociedade internacional na década de 1990. Nas palavras do ex-Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali,

> […] ainda[75] estamos em um tempo de transição. O fim da Guerra Fria foi um grande movimento de placas tectônicas e seus reflexos continuam a ser sentidos. Porém, ainda que o chão sob nossos pés ainda não tenha se assentado, nós ainda vivemos em uma nova era que contém uma grande promessa para a paz e para o desenvolvimento. [76]

Nessa mesma perspectiva, Aravena considera que o término da Guerra Fria encerrou um ciclo de 50 anos no sistema internacional:

> Surgiram grandes expectativas de cooperação multilateral. O papel da ONU pareceu estar reforçado e, de fato, aumentou sua presença na busca de soluções a graves conflitos que afetavam a paz e a segurança internacional. Entretanto, as inércias burocráticas, a crescente falta de recursos e finalmente, a fraca vontade de respaldo político dos Estados-Membros conduziram, até meados do anos 1990, a uma crise do sistema multilateral.[77]

O que afirmamos, entretanto, é que o período que se inicia em 1989 e termina em 2001, quando os ataques aos Estados Unidos e a proclamação, pelo presidente Bush, da "Guerra contra o Terrorismo" incitaram uma nova fase nas relações internacionais, solapando o "otimismo", já

---

[75] O relatório de onde essa citação foi extraída é de 1995.

[76] […] we are still in a time of transition. The end of the cold war was a major movement of tectonic plates and the after-shocks continue to be felt. But even if the ground beneath our feet has not yet settled, we still live in a new age that holds great promise for both peace and development. BOUTROS-GHALI, B. **Suplement to an agenda for peace**. Parágrafo 20. Disponível em:
< http://www.un.org/Docs/SG/agsupp.html >. Acesso em: 07 dez 2005. Parágrafo 5. Tradução livre nossa.

[77] El final de la Guerra Fría cerró un ciclo de 50 años en el sistema internacional. Surgieron grandes expectativas de colaboración multilateral. El papel de la Organización de las Naciones Unidas (ONU) pareció verse reforzado y, de hecho, se incrementó su presencia en la búsqueda de soluciones a graves conflictos que afectaban la paz y la seguridad internacional. Sin embargo, las inercias burocráticas, la creciente falta de recursos y en definitiva la débil voluntad de respaldo político de sus estados miembro condujeron, hacia mediados de los noventa, a una crisis del sistema multilateral. ARAVENA, Op. Cit., p. 1. Tradução livre nossa.

decadente desde meados da década, quanto às possibilidades do aumento da cooperação internacional e de um cenário mais pacífico, é o que caracterizamos como "Década de 1990", pelas características comuns e bem delineadas que apresenta. Os ataques terroristas de 11 de setembro, segundo Aravena, fizeram com que iniciativas, como as expressas no Relatório Brahimi – sobre alterações das operações de paz – e na Declaração do Milênio, "caíssem por terra". Para ele, "os ataques terroristas de 11 de setembro [...] abriram uma importante margem de manobra para as definições unilaterais dos Estados Unidos. Isso expressa a profundidade da crise do sistema multilateral das instituições globais". [78] É, portanto, especificamente a esse período de síntese [79] do século XX e de transição ao XXI que nos voltamos na segunda parte do presente capítulo, após esboçarmos seus pilares na primeira parte, como forma de contextualizar a emergência da cultura da paz em seus fundamentos historicamente balizados.

2. A Obra de Dédalo: [80] As Características da Década de 1990

As características mais acentuadas da década de 1990 que influenciaram a formulação do conceito de cultura da paz são a seqüência de reuniões de cúpula e conferências multilaterais, convocadas com o objetivo de promoverem discussões sobre Agendas para o século XXI, e a produção de relatórios inter-relacionados, pelo secretariado das Nações Unidas, que influenciaram as deliberações no âmbito dessa Organização. Tanto as conferências quanto os relatórios foram perpassados pelas temáticas dos direitos humanos e do desenvolvimento, o que proporcionou uma peculiar dinâmica a todas as discussões: temas sociais, econômicos e jurídicos foram tratados de modo interdisciplinar, transcendendo os respectivos comitês por eles responsáveis na Organização e lançando à "comunidade internacional" questões até então

[78] Los ataques terroristas del 11 de septiembre[…] abrieron un importante margen de maniobra a las definiciones unilaterales de Estados Unidos. Esto expresa la profundidad de la crisis del sistema multilateral de las instituciones globales. Id. Ibid. Tradução livre nossa.

[79] Podemos estender essa "síntese" para além do século XX, se considerarmos, por exemplo, as transformações ocorridas no conceito de soberania, de Westphalia ao século XX.

[80] Dédalo era o artífice que construiu o labirinto no qual o minotauro habitava. Thomas Bulfinch descreve o labirinto como "um edifício com inúmeros corredores tortuosos que davam uns para os outros e que pareciam não ter começo nem fim, como o rio Meandro, que volta sobre si mesmo e ora segue para adiante, ora para trás, em seu curso para o mar". BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia**: história de deuses e heróis. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000, p.191. Consideramos a década de 1990 à imagem do labirinto da ilha de Creta por ser uma "construção" rica em detalhes, sem precedentes, e que ora volta sobre si, enquanto um período de extraordinário otimismo, ora volta para trás, tomando instituições e normas existentes como parâmetros para continuidades ou mudanças, ora segue adiante, promovendo a normatização do cenário internacional para o século XXI.

concernentes a jurisdições nacionais. Nossa análise sobre as conferências [81] será fundamentada não nas especificidades de cada uma, mas nos elementos que fizeram delas um "continuum", nas palavras de Kofi Annan, e que nos possibilitam identificar as correlações quanto ao surgimento e à consolidação da cultura da paz, no mesmo contexto histórico. Os relatórios também serão analisados em conjunto, visto que, assim como as conferências, foram produzidos com uma nítida continuidade, não somente temporal, mas, e acima de tudo, temática.

A aplicabilidade dos direitos humanos e a noção de desenvolvimento – especialmente, o sustentável – constituem dois dos três eixos das conferências da década de 1990, cujo "otimismo" quanto aos "novos tempos" exalava o elemento restante dessa tríade: a paz. Segundo Rosenau, o período em questão é singular na História Moderna, pois contempla o fim de seis conflitos internacionais,[82] "engendrados e conduzidos por diferentes causas, vários atores, em diversas localidades, caracterizando o predomínio pela cooperação em detrimento do conflito".[83] Ao desenvolver o argumento pelo qual mudanças em instituições que podem causar guerras passam a constituir obstáculos para a emergência de conflitos, o autor identifica o início da referida transformação em finais da década de 1980,[84] principalmente devido à elevação dos direitos humanos ao topo da agenda global. Não obstante, o autor resgata o crescente grau de interdependência entre os países, e acrescenta elementos que nos auxiliarão nas análises sobre as influências dos fóruns multilaterais no delineamento da cultura da paz:

> O argumento desenvolvido aqui se focaliza em dinâmicas que têm pouco que ver com tecnologia bélica ou controle hegemônico. Em vez disso, ele decorre das maneiras pelas quais as estruturas e os processos que subjazem a complexidade, o esgotamento, a paralisia e as normas sociais emergentes em finais do século XX reforçam-se umas às outras para criar condições pelas quais nem cálculos racionais, nem percepções distorcidas, nem necessidades emocionais, nem pressões públicas são

[81] Embora outras importantes conferências tenham ocorrido durante a década, nossa análise se aproximará daquela desenvolvida por Lindgrens Alves, que considerou o "ciclo de conferências" desde a Cúpula Mundial Sobre a Criança, de 1990, à Conferência das Nações Unidas Sobre Assentamentos Humanos, em 1996, visto que são essas as reuniões que conformam o "conjunto" das conferências que mais influenciaram na conformação da cultura da paz. Diferentemente de Lindgren Alves, não analisaremos cada conferência com detalhes; indicaremos a relevância delas aos nossos propósitos e buscaremos complementar nossa abordagem com os relatórios produzidos pelo secretariado das Nações Unidas no referido período.

[82] O recuo soviético do Afeganistão, o cessar-fogo entre Iraque e Irã, a trégua e o cessar-fogo na Nicarágua, o encontro dos partidos na guerra do Camboja, o início das conversações para a paz em Angola, o acordo para finalizar a guerra dos treze anos no Saara Ocidental entre o Marrocos e as Guerrilhas da Frente Polisário.

[83] ROSENAU, James. **Along the domestic-foreign frontier:** exploring governance in a turbulent world. New York: Cambridge UP, 1997. P. 425.

[84] Motivo que reforça nossa escolha do ano de 1989 como início da "década de 1990".

> capazes de convergir sobre a alternativa de se fazer a guerra enquanto uma seqüência de ações compelidas por parte dos Estados com o propósito de empreender campanhas militares triunfantes.[85]

Diferentemente de organizações políticas, instituições econômicas, estruturas familiares, entre outras "universais", Rosenau acredita que a guerra é uma instituição contígua à humanidade, e que apresenta estágios evolutivos. O que ocorre de tempos em tempos são períodos quando há uma "fadiga" em relação à violência; em outras palavras, trata-se de ocasiões quando os custos sociais e econômicos da guerra são avaliados – o **início** da década de 1990 seria um exemplo –, os conflitos cessam e instaura-se um período de paz e cooperação entre os povos. Passados os "traumas" econômicos e sociais, e preteridas as normas que dispersaram a inviabilidade dos conflitos, novas gerações poderiam se interessar pelo recurso à força armada, devido ao contato indireto com a guerra, transformando o período de paz em apenas um intervalo entre novos conflitos e novos arranjos internacionais.

Durante a década de 1990, tanto as conferências, quanto os relatórios produzidos pelas Nações Unidas corroboram os argumentos defendidos por Rosenau. Os elementos centrais das conferências e dos relatórios denotam, além da "esperança" de um maior destaque da Organização no cenário internacional, com predominância na resolução de conflitos, a obsolescência de "normas" remanescentes no cenário internacional - Os métodos de interposição em conflitos conforme praticados pelas Nações Unidas durante a Guerra Fria são um exemplo –, a necessidade de se repensarem jurisdições e concepções sobre as problemáticas da segurança e da pobreza no mundo e das ações dos Estados num incipiente contexto de "responsabilidades e deveres compartilhados" [86] – principalmente quanto à aplicabilidade dos direitos humanos – e a constatada "fadiga" quanto aos ônus de conflitos, preterida pelos benefícios da cooperação internacional e da multilateralidade.

O "ciclo de conferências" da década teve início em 1990, com a Cúpula Mundial Sobre a Criança, em 1990, ocorrida na sede nas Nações Unidas em Nova Iorque. Em 1992, o Rio de Janeiro abrigou a UNCED – United Nations Conference on Environment and Development – a

---

[85] *The argument developed here focuses on dynamics that have little to do with weapons technology or hegemonic controls. It proceeds, rather, from the ways in which the structures and processes underlying the complexity, weariness, paralysis, and emergent norms of societies late in the twentieth century reinforce each other to create conditions under which neither rational calculations nor distorted perceptions nor emotional needs nor public pressures are likely to converge around the alternative of going to war as a compelling course of action on the part of states with the means to wage triumphant military campaigns.* ROSENAU, op. cit., p. 418.

[86] Entre os povos e também entre Estado e sociedade civil.

chamada "RIO-92" ou ainda "Cúpula da Terra" – que lançou o conceito de Desenvolvimento Sustentável e a "Agenda 21". Em 1993, a Conferência de Viena Sobre Direitos Humanos foi o palco de insurgência dos principais "paradoxos" da década: o entrave entre fundamentalismos religiosos e democracia, a emergência das concepções "culturalistas" e a exacerbação dos micro-nacionalismos, que repercutiram, em 1994, na Conferência do Cairo Sobre População e Desenvolvimento, em 1995, na Cúpula Mundial Sobre Desenvolvimento Social de Copenhague, e na Conferência de Pequim, e em 1996, na Conferência das Nações Unidas Sobre Assentamentos Humanos, sediada em Istambul. Embora as conferências acima apresentadas tenham sido as mais relevantes e correlatas entre si, outras oito também se destacaram durante a década por se aproximarem da tríade direitos humanos – desenvolvimento – paz. São elas: a "Cúpula Mundial da Alimentação", em 1996, a "Conferência Global das Nações Unidas Sobre o desenvolvimento Sustentável de Pequenas Ilhas enquanto Estados em Desenvolvimento" e a "Conferência Internacional sobre a Redução de Desastres Naturais", em 1994, o "Nono Congresso sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento de Agressores", em 1995, a "Nona Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento" – UNCTAD-IX, em 1996, a Conferência de Marrakesh, em 1994, a "Rio+5", ocorrida em Kyoto, em 1997, e a Conferência Diplomática de Plenipotenciários sobre o Estabelecimento de um Tribunal Penal Internacional, em 1998.

A unicidade do "ciclo de conferências" é resultante de um conjunto de fatores que Lindgren Alves aponta como "evidências" de um cenário internacional diferenciado. O "imbricamento" das Comissões da Assembléia Geral, a "retro-alimentação sistêmica" das conferências, concomitantemente planejadas e seqüencialmente convocadas, o entusiasmo do mundo desenvolvido e das organizações não-governamentais quanto aos temas e soluções apontadas, à contrapartida das "desconfianças" do terceiro mundo quanto a possíveis ingerências dos países desenvolvidos em favor do meio-ambiente, o "itinerário" geográfico[87] das sedes e a magnitude das reuniões indicam, nesse sentido, o multilateralismo, a pluralidade dos atores e a

[87] José Augusto Lindgren Alves destaca o "percurso geográfico" das Conferências, avaliando os temas discutidos, as respectivas sedes e, por diversas ocasiões, a relevância disso ao sucesso das conferências. Inclusive a escolha das sedes foi controversa. Na ocasião da Conferência sobre Direitos Humanos, Viena se tornou a "única opção", visto que o comprometimento de certos locais com a temática quase inviabilizou o encontro. Lindgren Alves também considera que Cairo foi a melhor opção para sediar uma conferência sobre populações, pelo fato de o Egito ser o local adequado: "um país muçulmano tolerante, árabe e africano, fundador do Movimento Não-alinhado, com forte ascendência no Terceiro Mundo e presença marcante nos foros multilaterais, geograficamente cercado de Estados fundamentalistas, e cujo governo vinha enfrentando agressões terroristas de grupos fanáticos islâmicos." ALVES, op. cit., p. 89; 160.

concepção diferenciada de poder, menos relacionada somente às capacidades militares, mas também à coerente observância dos direitos humanos e do regime democrático. [88]

A caracterização de um período com tantas particularidades pode, à primeira vista, sugerir que se trata de uma fase "homogênea", quando a cooperação e o otimismo em relação aos "novos tempos" suplantaram as divergências políticas e ideológicas das nações, a favor do delineamento de uma nova ordem mundial para o século XXI. Apesar de alguns aspectos favorecerem, de fato, a cooperação e a "compactação" de elementos numa mesma referência – uma década de conferências –, não se trata de uma década inteira de otimismo. Tampouco as conferências atingiram resultados condizentes com as expectativas segundo as quais foram planejadas. Na verdade, o otimismo prevaleceu apenas um ano – de 1989 a 1990 – e ecoou nos demais, em um movimento decrescente, que fora minado em 2001, com os ataques em Nova Iorque e em Washington. Nesse ínterim, as conferências "interagiram" com o contexto internacional: à medida que as deliberações transcorriam com os consensos fácil ou arduamente obtidos, refletiam as relações entre blocos regionais, países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e concepções religiosas.

A Cúpula Mundial Sobre a Criança inicia a "década das conferências" por duas simbologias: a preocupação com a criança, enquanto compromisso com as gerações futuras, em referência à Carta das Nações Unidas, e enquanto representação do "desenvolvimento". Durante a Cúpula, foram lançados os temas que permeariam as discussões das demais conferências, como desenvolvimento, responsabilidade compartilhada entre Estado e sociedade civil no combate às injustiças sociais e à degradação ambiental, planejamento familiar e direitos humanos, especialmente em relação aos direitos da criança, proclamados na "Convenção de 1989 Sobre os Direitos da Criança". Por ter sido realizada no momento de maiores expectativas quanto ao fim da Guerra Fria, a Cúpula da Criança deixou explícita, mais que as outras, o "espírito construtivo"[89] das delegações a respeito dos temas em pauta. Embora, pela caracterização de Lindgren Alves, seja a Conferência do Rio que tenha inaugurado, de fato, o "ciclo", e a da Criança tenha sua importância reconhecida por ter sido a precursora do "movimento", destacamos sua importância entre as principais iniciativas da década, visto que o tema da infância constituirá um dos "objetivos do milênio" que, como veremos, coincidem não somente

[88] Ibid, p. 35-40.
[89] ALVES, op. cit, p. 47.

com as temáticas discutidas nas conferências, mas também com os preceitos que fundamentam a concepção do conceito de cultura da paz.

A Cúpula do Rio de Janeiro – a Rio-92 – torna evidente o processo de correlação das Comissões da Assembléia Geral, a emergência das Organizações Não-Governamentais nos fóruns multilaterais e incide na intensificação da transferência da polarização ideológica Leste-Oeste para a econômico-social Norte-Sul, e por isso é considerada a "primeira" do ciclo. Em 1992, os conflitos no Golfo e na ex-Iugoslávia já haviam atenuado as "esperanças" decorrentes do término da Guerra Fria[90]. A questão do "desenvolvimento sustentável", cuja origem encontra-se no Relatório Brundtland, de 1987 [91], fundamentou as discussões da "Cúpula da Terra", aumentando as incertezas dos países em desenvolvimento quanto às – boas – intenções do mundo desenvolvido. Receosos sobre a possibilidade de entraves ao crescimento econômico – face ao conceito de desenvolvimento sustentável – e devido ao tema ambiental envolver a fiscalização de recursos físicos dos Estados, o Terceiro Mundo temia a ingerência dos países desenvolvidos em domínios que atingiriam suas capacidades soberanas. Fatores como esses, portanto, poderiam sugerir uma possível instrumentalização das Nações Unidas como justificativa para intervenções e medidas unilaterais de países desenvolvidos, podendo, inclusive, ser autorizadas pelo Conselho de Segurança no âmbito do capítulo VII da Carta de São Francisco, haja vista que os temas sociais passaram a constituir "ameaças" à paz e à segurança internacional.

A Conferência sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, por ter sido caracterizada pela influência da sociedade civil na elaboração da Agenda 21 e pela consagração do direito dos Estados ao desenvolvimento, teve seu escopo econômico redirecionado a fins sociais. Embora não deva ser confundido com o direito humano ao desenvolvimento, proclamado pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 1986, o direito ao desenvolvimento da Conferência do Rio de Janeiro consiste em um requisito para o desenvolvimento humano na medida em que permite aos Estados o desfrute de suas riquezas naturais sem que degradem o meio-ambiente.

---

[90] Em relação a um sistema internacional mais pacífico, de predomínio da cooperação em detrimento de ações unilaterais. As ações dos Estados Unidos na Guerra do Golfo e o alto nível de violência nos Bálcãs desfizeram essas expectativas.

[91] Relatório encomendado pelas Nações Unidas ao PNUMA – Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente – que analisa o modelo de desenvolvimento adotado pelo primeiro mundo e sugere o "desenvolvimento sustentável" como "o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades". SOCIEDADE. Disponível em:
< http://www.unica.com.br/pages/sociedade_desenvolv2.asp>. Acesso em 11 jul 2007.

Considerando que os danos ao meio-ambiente, traduzidos pela noção de "insegurança ecológica", passaram a ser considerados fatores de segurança internacional no âmbito das "novas ameaças", pelas instabilidades sócio-econômicas e políticas que possam engendrar, faz-se explícita a convergência, na Cúpula da Terra, de temáticas de ordem econômica, social e política[92] a serem discutidas em conjunto com questões ambientais, em favor da segurança humana[93] e da paz, estabelecendo um "modelo" seguido pelas demais conferências e cúpulas da década.

A Agenda 21, criada na UNCED, inaugurou as mobilizações sócio-econômicas e políticas da década de 90 por instar governos, sociedade civil e o sistema das Nações Unidas, enquanto "comunidade internacional", a agirem em prol do desenvolvimento humano, sem que a sustentabilidade do meio-ambiente seja quebrada. Trata-se de

> [...] um plano de ação a ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos, e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio-ambiente. Constitui-se na mais abrangente tentativa já realizada de orientar para um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI, cujo alicerce é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica, perpassando em todas as suas ações propostas.[94]

A criação do slogan "pensar globalmente, agir localmente" decorreu desse contexto, e permeou as demais conferências. O incentivo à participação da sociedade civil foi considerado fundamental para que os objetivos acordados nessas instâncias fossem logrados. Embora o direito ao desenvolvimento, na ocasião da Cúpula da Terra, tenha sido dirigido aos Estados, numa tentativa de resguardarem suas soberanias, o compartilhamento das responsabilidades com a sociedade civil no tocante às questões sociais – na pauta da segurança internacional – indica o rompimento da concepção clássica de soberania, pela qual cabia unicamente ao Estado zelar pela segurança de seus cidadãos, o que indica uma dinâmica renovada, condizente com a permeabilidade das "ameaças não militares".

---

[92] Pobreza, saneamento, alimentação, analfabetismo, subdesenvolvimento são exemplos de temáticas que foram inseridas nos debates sobre sustentabilidade ambiental.

[93] A noção de segurança tem sido alijada do âmbito de competência estatal, em favor da manutenção da sobrevivência e da integridade do ser humano, e não enquanto nacional de determinado Estado.

[94] BRASIL, Ministério Brasileiro do Meio-Ambiente. **Agenda 21**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=597>. Acesso em: 11 jul. 2007.

A Conferência de Viena Sobre Direitos Humanos, em 1993, constitui o eixo do "ciclo" por sua temática e pelo contexto em que foi realizada. Como discutimos anteriormente, com a criação das Nações Unidas, os direitos humanos lograram maiores espaços na agenda internacional, principalmente na atuação da ONU. Em 1993, contudo, predominavam, no âmbito político, a exacerbação dos nacionalismos e partidos políticos de cunho nazifascistas, em resposta ao crescente fluxo migratório e suas conseqüências, como o desemprego e o aumento da pobreza, em todos os continentes. Além disso, compunham o cenário internacional à época da Conferência de Viena: o aumento do número de conflitos intraestatais, posicionamentos mais categóricos das grandes religiões monoteístas quanto a seus dogmas e, no esteio teórico, abordagens "culturalistas", favoráveis ao respeito às tradições e diferenças entre culturas "milenares", em detrimento da abordagem universal dos direitos humanos. A discussão sobre direitos humanos, nesse sentido, teve que driblar tanto as lacunas que as Convenções anteriores deixaram quanto à universalidade e integralidade da aplicação dos direitos humanos e a força dos argumentos relativistas – reforçados com o vínculo estabelecido com movimentos contrários à globalização.

A relevância da Conferência de Viena, apesar de todos esses impasses, reside no direcionamento universal dos direitos humanos, e, para a presente pesquisa, no fundamento do conceito de cultura da paz, visto que os direitos humanos foram erigidos como eixo da segurança internacional do mundo pós-Guerra Fria. Ao sobressaírem sobre os argumentos relativistas, foi possível, aos defensores dos direitos humanos enquanto atributos fundamentais e integrais a todo ser humano, proclamarem a indissolubilidade entre democracia, desenvolvimento e direitos humanos, num movimento que o referido autor identificou como a atualização da liberdade, da igualdade e da fraternidade, que simbolizaram a Revolução Francesa. [95] Foram estabelecidos, desse modo, vínculos temáticos com as demais conferências – desenvolvimento, gênero, população, assentamentos humanos, desenvolvimento social – e com o Conselho de Segurança das Nações Unidas, dada a consagração das preocupações humanitárias, como salientamos, dentre as ameaças à paz e à segurança, justificáveis pelos capítulos VI e VII da Carta de São Francisco. Comum a todas as conferências da década, a participação das ONGs, foi, em Viena, ainda mais destacada, visto que o reconhecimento formal da importância da presença da

[95] Sendo a democracia a atualização da liberdade, o desenvolvimento, a da igualdade – devido às metas equitativamente compartilhadas – e os direitos humanos a vigência da fraternidade. ALVES, op. cit. p. 119.

sociedade civil nos respectivos fóruns multilaterais e de sua atuação conjunta com os Estados consolidou essa tendência.

As Conferências do Cairo, de Copenhague e de Istambul serão aqui consideradas conjuntamente, pelas características que partilham: a relação entre os temas sobre desenvolvimento e direitos humanos, perpassados e justificados pela segurança internacional, pela paz e pelos propósitos normativos, referentes ao século XXI; o viés social de temáticas até então predominantemente econômicas e a presença massiva da sociedade civil e da natureza das abordagens.[96] Os fatores que destacamos nas três, à diferença das Conferências de Viena e do Rio de Janeiro, são o acirramento das posições do G77 e dos fundamentalismos, visto que, nas três últimas conferências, as referidas discussões lhes eram mais sensíveis e as temáticas soavam mais como "repreensões" ao terceiro mundo, o que explica o recrudescimento desse grupo de países. No caso da Conferência sobre populações, as religiões monoteístas – católica e islâmica – posicionaram-se de forma concertada, aliando-se em defesa de seus dogmas, no tocante a temas como planejamento familiar e controle de natalidade. Apesar disso, os resultados da conferência podem ser enquadrados nas perspectivas da década: o compartilhamento das responsabilidades. Nesse sentido, acordou-se que o controle da natalidade caberia aos casais, enquanto que as condições para esse "planejamento" seriam atribuídas aos Estados e à sociedade internacional, mediante a cooperação.

Pode-se perceber da análise dessas conferências que, após Viena, a relação entre desenvolvimento, paz, segurança e direitos humanos encontra-se mais evidente que antes dela. Atribuímos essa constatação às exaustivas deliberações ocorridas nas preparações para as conferências, durante sua realização e a outro fator: a crescente legitimidade do tema da "cultura da paz" nas instâncias multilaterais. Como veremos no capítulo seguinte, a construção do conceito e dos programas de ação sobre a cultura da paz constituiu um movimento contíguo ao contexto histórico-normativo da década de 1990. Acreditamos, não obstante, que a cultura da paz dificilmente atingiria o grau de legitimação e a publicidade que a estearam, ao menos no momento de sua concepção, em um período histórico diferenciado, justamente pela convergência dos temas que perpassaram as conferências da década – que perfazem seu conceito –, pelas expectativas originárias do fim da Guerra Fria – que inspiraram os debates pela paz, no âmbito

[96] Apesar da Conferência de Pequim pertencer ao "ciclo" de conferências convocadas pela Assembléia Geral da ONU, contou com forte apoio da UNESCO e com discussões referentes à importância das mulheres na construção da cultura da paz. Por essa razão, será tratada no capítulo seguinte.

da UNESCO – e pelos relatórios produzidos pelo secretariado da ONU – que instaram o sistema das Nações Unidas a atuarem pela paz e pelo desenvolvimento no século XXI. É, portanto, à análise da influência desses relatórios que nos voltamos, a fim de salientarmos o aspecto restante para que o cenário do qual emergiu a concepção de uma "cultura da paz" seja devidamente delineado.

2.1 O Desenrolar do Fio de Ariadne: Novas Perspectivas para a Atuação das Nações Unidas

Paralelamente às conferências, três relatórios produzidos pelo então secretário-geral das Nações Unidas, Boutros Butros-Ghali, integram nossas análises sobre as características da década de 1990. São eles: "An Agenda for Peace", de 1992, "An Agenda for Development", de 1994, e "Supplement to An Agenda for Peace", de 1995.

No ensejo da dinâmica de normatização das relações entre os povos, ocorrida com o término da Guerra Fria, e das expectativas quanto ao desenvolvimento e à paz para o século vindouro, na fase onde predominava o otimismo quanto à construção de uma nova ordem mundial fundada na cooperação entre os povos, os chefes de Estados e Governo dos membros do principal órgão executivo da ONU reuniram-se, em janeiro de 1992, em decorrência da primeira reunião de cúpula do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ao final do encontro, foi solicitado a Boutros Boutros-Ghali que elaborasse um relatório com recomendações sobre como tornar a Carta de São Francisco mais efetiva diante das novas facetas do cenário internacional, mediante os mecanismos da diplomacia preventiva, "*peacemaking*" e "*peace-keeping*", que perfazem as atribuições do Conselho, a fim de que a de segurança coletiva, inviabilizada durante a Guerra Fria, fosse não somente retomada, mas também readequada frente aos desafios dos "novos tempos". Em junho daquele mesmo ano, Boutros-Ghali publicou o documento requerido, intitulado "*An Agenda for Peace – Preventive Diplomacy, Peacemaking and Peace-keeping*". Ciente das transformações em curso nas relações internacionais, tanto no grau de interdependência entre os povos, quanto na natureza das "novas ameaças", o então secretário-geral, ao mesmo tempo em que reafirmou os compromissos de segurança coletiva, reformulou a

dimensão das ações do Conselho, adicionando aos referidos mecanismos o conceito de "*peace-building*". [97]

A noção de "*peace-building*" é proveniente da "Agenda da Paz", documento escrito em 1992, pelo então secretário-geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali. Tratava-se de situações relativamente limitadas, que se sucediam às operações de *peace-keeping* e eram descritas como "esforços para identificar e apoiar estruturas que tenderão a consolidar a paz e aprofundar o sentimento de confiança e bem-estar entre as pessoas". O conceito de "*peace-building*", contudo foi modificado à luz das operações de paz; em 1994, na "Agenda do Desenvolvimento", Boutros-Ghali o descreve como "uma questão para países em todos os estágios de desenvolvimento", [98] ou seja, países recém "libertados" de conflitos violentos, que poderiam se beneficiar com "*peace-building*" para estabelecer ou reconstruir instituições políticas, sociais e econômicas, fundamentais para o desenvolvimento; países "em transição", que poderiam utilizar o mecanismo para inserirem suas estruturas nos padrões do desenvolvimento sustentável e países com elevados índices de desenvolvimento, que poderiam se engajar, por exemplo, em desmobilização de tropas. [99]

Não obstante, na Agenda do Desenvolvimento, o ex-secretário geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, diz que "*peace-building* significa fomentar uma cultura de paz"; e complementa: "a reforma agrária, o compartilhamento de recursos hídricos, as zonas de empresas econômicas comuns projetos turísticos desenvolvidos em conjunto, intercâmbios culturais e a restauração do crescimento do nível de empregabilidade podem fazer grandes diferenças e induzirem a

---

[97] O documento é considerado controverso por abordar questões sensíveis, como a imposição da paz em determinadas ocasiões e a conseqüente relativização da soberania dos Estados face às problemáticas globais, os objetivos, as funções, as definições e as "modalidades" das forças de paz da ONU, problemas de ordem orçamentária e preocupações com os "peace-keepers", face às novas ameaças e ao alto grau de violência em determinadas regiões. No entanto, optamos por abordar na pesquisa a "inovação" contida no documento – o mecanismo de peacebuilding – por ser essa a noção que impulsionou a construção do programa "cultura da paz" da UNESCO, justificou sua vigência e contribuiu para sua expansão a todo o sistema das Nações Unidas. Também comentaremos brevemente sobre a relativização do conceito de soberania, pois ela complementa a dinâmica discorrida sobre as conferências, que enfatizou o crescimento das "responsabilidades compartilhadas" entre Estado e Sociedade civil.

[98] Peace-building is a matter for countries at all stages of development. Tradução livre nossa. UNITED NATIONS **An agenda for development** – report of the Secretary-General. Document A/48/935 - 6 may 1994. New York. Disponível em: <http://www.un.org/Docs/SG/agpdev.html>. Acesso em: 07 dez 2005.Parágrafo 23.

[99] UNITED NATIONS **An agenda for development** – report of the Secretary-General. Document A/48/935 - 6 may 1994. New York. Disponível em: <http://www.un.org/Docs/SG/agpdev.html>. Acesso em: 07 dez 2005.Parágrafo 23.

juventude a abandonar a vocação para a guerra". [100] No Suplemento da Agenda da Paz, de 1995, ele agrega a prevenção de conflitos ao conceito de *peace-building*, tornando-o, cada vez mais, complementar à diplomacia preventiva. [101] Nesse sentido, as primeiras propostas do Programa Cultura da Paz enfatizavam a reconstrução de regiões devastadas por conflitos. Com o desenvolvimento do conceito de *peace-building* e do próprio entendimento da natureza da cultura da paz, a prevenção de conflitos passou a ser considerada dentre as atividades do Programa Cultura da Paz.

A "construção da paz" tornou-se uma das principais temáticas da década de 90 e passou a caracterizar as novas gerações de operações de paz, a partir das intervenções na Namíbia,[102] em Angola, em El Salvador, no Cambodja e em Moçambique. [103] Por refletir as metas de desenvolvimento e de observância do regime internacional dos direitos humanos, a noção de *peace-building* decorre absolutamente do referido período, integrando a tríade anteriormente mencionado – paz, desenvolvimento e direitos humanos – que se reforçam reciprocamente. Trata-se de medidas que buscam consolidar a paz negociada, mediante estruturas institucionais e atitudes das partes em questão, empreendidas mediante o auxílio na implementação dos acordos negociados e na (re)construção, tanto física, quanto institucional, dessas localidades, para impedir a reincidência de conflitos.

O mecanismo de *peace-building* também é passível de ser recomendado com caráter preventivo, em locais onde as instituições estejam em crise, e seja identificada uma possível deflagração de conflito, sem que ele tenha ocorrido num período recente, ou que tenha ocorrido há algum tempo. Além do incentivo à reconciliação e às negociações entre as partes em áreas em conflito, a criação da "confiança" recíproca, o desarmamento de civis e combatentes, a reforma dos sistemas judiciais e policiais, o monitoramento de eleições – democráticas – e da observância dos direitos humanos, a retirada de minas terrestres, a reintegração dos combatentes à sociedade

---

[100] "Peace-building means fostering a culture of peace. Land reform, water-sharing schemes, common economic enterprise zones, joint tourism projects and cultural exchanges can make a major difference. Restoring employment growth will be a strong inducement to the young to abandon the vocation of war". Ibid. Parágrafo 30. Tradução livre nossa.

[101] A diplomacia preventiva, conforme expressa na Agenda da Paz, pode ser exercida pelo Secretário-Geral ou por pessoal especializado do Conselho de Segurança, da Assembléia-Geral, de agências especializadas e programas das Nações Unidas e por Organizações regionais em cooperação com a ONU. Parágrafo 23 da Agenda da Paz.

[102] A ONU assitiu a assinatura dos acordos para a independência da Namíbia, em 1988. A novidade foi a autorização, nos acordos, de eleições democráticas supervisionadas pelas Nações Unidas.

[103] BOUTROS-GHALI, B. **Suplement to an agenda for peace**. Parágrafo 20. Disponível em: < http://www.un.org/Docs/SG/agsupp.html >. Acesso em: 07 dez 2005.

civil e a cooperação para o desenvolvimento perfazem as atividades desse novo mecanismo de segurança coletiva, idealizado para responder aos desafios que a natureza das "novas ameaças" proporcionara à manutenção da paz.

Nesse sentido, com a (re)construção da paz, prevê-se que os direitos humanos sejam observados, e tanto a coesão social, quanto o ambiente de respeito e tolerância tornem o desenvolvimento viável. Numa dinâmica inversa, as medidas acima descritas consistem em fatores para o desenvolvimento, que refletirão na observância dos direitos humanos, na prática democrática, contribuindo, portanto, para a conformação de um ambiente pacífico. Essa é a tônica que perfaz tanto o mecanismo cíclico que descrevemos anteriormente, quanto o de segurança coletiva, característicos do "pós-Guerra Fria", e cuja contrapartida conceitual é encontrada nas discussões empreendidas nas conferências da década de 90 e nos três relatórios mencionados.

Preliminarmente, o mecanismo de *peace-building* caracteriza dois novos tipos de "missões de paz": as de segunda e de terceira geração.[104] Em ambas, as principais características são a não-exclusividade de ações militares e de cunho unilateral, e sim a multilateralidade [105] e o caráter humanitário[106] das intervenções, fatores essenciais para sua legitimação. Diferem, no entanto, na questão do consentimento do Estado no qual a operação deva ser destinada: no primeiro caso, ele ocorre[107], e no segundo, o caráter humanitário passou a relativizar a necessidade de autorização de uma ou mais partes para que os contingentes sejam mobilizados[108]. O fortalecimento da imposição da paz pela força – *peace enforcement operations* –, nesse sentido, passou a ser relacionado à crescente reiteração da obsolescência da noção de soberania, como podemos verificar pelo – paradoxal – parágrafo 17 da Agenda da Paz:

---

[104] Cabe dizer que a Agenda da Paz não foi a responsável pela definição das operações enquanto "primeira, segunda ou terceira gerações". Trata-se de classificações acadêmicas, a fim de viabilizarem o trato dos temas em questão.
[105] A multilateralidade, durante a Guerra Fria, foi encoberta por ações unilaterais pela dificuldade de obtenção de consenso e pela observância dos blocos de influência.
[106] As crises humanitárias, decorrentes, em larga medida, da falência de instituições em áreas de conflito e causadoras de instabilidades sócio-políticas e fluxos migratórios, passaram a ser a tônica das intervenções no pós-Guerra Fria.
[107] O consentimento dos Estados caracteriza os mecanismos de diplomacia preventiva, "*peacemaking", "peace-keeping", "peace-building*" e desarmamento.
[108] Nesse caso, destacam-se as sanções e o mecanismo denominado "peace-enforcement". Trata-se de medidas coercitivas e por isso não requerem o consentimento das partes envolvidas. Esses conceitos confirmam o "renascimento" do mecanismo de segurança coletiva, especialmente com a Guerra do Golfo, visto que tais medidas, à época da Guerra Fria, poderiam ser consideradas como ingerência. Como podemos perceber, as fronteiras entre operações de paz e intervenções humanitárias no pós-Guerra Fria são fluidas, praticamente indistinguíveis, ao contrário do que ocorria durante o conflito.

> A pedra fundamental deste trabalho é, e deve permanecer sendo o Estado. O respeito às fundamentais soberania e integridade é crucial para todo progresso internacional em comum. **O tempo da soberania absoluta e exclusiva, entretanto, passou;** essa teoria nunca foi acompanhada pela realidade. É tarefa dos líderes dos Estados hoje entender isso e tentar encontrar um equilíbrio entre as necessidades de uma boa governança interna e os requerimentos de um mundo ainda mais interdependente. O comércio, as comunicações e as temáticas ambientais transcendem as fronteiras administrativas; porém, dentro dessas fronteiras é que os indivíduos realizam suas principais atividades econômicas, políticas e sociais. As Nações Unidas não fecharam suas portas. Contudo, se todo grupo étnico, religioso ou lingüístico clamasse por status estatal, não haveria limites para a fragmentação, e a paz, a segurança e o bem-estar econômico para todos seriam mais difíceis de serem alcançados. [109]

Como podemos perceber, o Estado continuou a ser caracterizado como principal ator das Relações Internacionais e membro constituinte das Nações Unidas. A relativização do conceito de soberania – interna e externa – entretanto, entende-se ser decorrente do aumento dos fluxos entre fronteiras e, de modo especial, das conseqüências provocadas pelos fatores que passaram a ser considerados como "ameaças à paz e à segurança internacional", cujo alcance, como salientou Boutros-Ghali, muitas vezes transcende questões administrativas dos Estados. Apreendemos, também nessa questão, um mecanismo cíclico, no qual a interdependência entre as nações pode ser ao mesmo tempo o fator que desencadeou a caracterização dos temas, então sociais, enquanto "novas ameaças" e uma medida para, se não solucionar, ao menos amenizar essas problemáticas, mediante o mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas, de modo especial, as missões de segunda e terceira geração, que procuram "atingir as raízes estruturais dos conflitos". [110] A emergência das Organizações Não-Governamentais, enquanto representantes da sociedade civil, nas conferências da década de 90, e a legitimidade que a noção

---

[109] *The foundation-stone of this work is and must remain the State. Respect for its fundamental sovereignty and integrity are crucial to any common international progress.* ***The time of absolute and exclusive sovereignty, however, has passed****; its theory was never matched by reality. It is the task of leaders of States today to understand this and to find a balance between the needs of good internal governance and the requirements of an ever more interdependent world. Commerce, communications and environmental matters transcend administrative borders; but inside those borders is where individuals carry out the first order of their economic, political and social lives. The United Nations has not closed its door. Yet if every ethnic, religious or linguistic group claimed statehood, there would be no limit to fragmentation, and peace, security and economic well-being for all would become ever more difficult to achieve.*BOUTROS-GHALI, B. **An agenda for peace**, parágrafo 17. Disponível em: <http://www.un.org/Docs/SG/agpeace.html>. Acesso em: 7 dez 2005. Grifo nosso. Tradução livre nossa.

[110]Idem. **Suplement to an agenda for peace**, parágrafo 49. Disponível em: < http://www.un.org/Docs/SG/agsupp.html >. Acesso em: 7 dez 2005. Tradução livre nossa.

de parceria entre essas entidades e os Estados logrou, no tocante ao desenvolvimento e à segurança, permitem que essa "tendência", apontada por Boutros-Ghali na Agenda da Paz e reconhecida por ele na "Agenda para o Desenvolvimento" e no "Suplemento da Agenda da Paz", seja reconhecida.

Além das diversas atividades que integram a noção de *peace-building*, outra característica inovadora desse mecanismo é o fato de não dever, necessariamente, estar sob o mandato de uma operação de *peacemaking* ou *peace-keeping* para ocorrer. Segundo Boutros-Ghali, "in both situations [111] the essential goal is the creation of structures for the institutionalization of peace".[112] Por essa razão, e pela diversidade de atividades que o conceito de *peace-building* abrange, Boutros-Ghali exortou, mediante a Agenda da Paz, não somente o Conselho de Segurança, mas também as demais agências especializadas das Nações Unidas a trabalharem, de modo coordenado, para a "construção da paz", visto que a maioria das atividades que o conceito de *peace-building* abrange consta nos programas e orçamentos dos fundos e agências especializadas das Nações Unidas que, desde sua criação, voltou-se ao trato de questões humanitárias, econômicas e sociais, desvinculadas que eram das ameaças à segurança internacional. Cabe aqui mencionar que programa "cultura da paz" da UNESCO, como discutiremos no segundo capítulo, foi idealizado como resposta a esse "convite", chegando inclusive a se confundir com a noção de *peace-building*.

Assim como as conferências da década de 1990 formaram um "continuum", os três relatórios produzidos pelo secretariado das Nações Unidas também o constituíram, pois se complementam e "interagem". No mesmo ano em que Boutros-Ghali recebeu, da parte do Conselho de Segurança, a solicitação para descrever suas considerações sobre o sistema de segurança coletiva no pós-Guerra Fria, foi encorajado, pela Assembléia Geral, a fazer o mesmo, frente à temática do desenvolvimento.[113]

A concepção de desenvolvimento enquanto direito humano fundamental e a "base mais sólida para a paz" tornou a Agenda do Desenvolvimento um documento essencial para a compreensão do contexto no qual foi redigido. Diante da perspectiva de "crise do desenvolvimento", resultante do término da Guerra Fria, Boutros-Ghali atentou para a

---

[111] Inserida ou não no contexto de uma operação com mandato do Conselho de Segurança.
[112] Ibid.
[113] BOUTROS-GHALI, B. **An agenda for development** – report of the Secretary-General. Document A/48/935 - 6 may 1994. New York. Disponível em: <http://www.un.org/Docs/SG/agpdev.html>. Acesso em: 4 dez. 2006.

necessidade de reflexões sobre as metas atingidas em prol do desenvolvimento[114] desde a criação da ONU, para que os referidos esforços não fossem perdidos. Durante a Guerra Fria, as potências fomentavam o desenvolvimento dos países pertencentes às respectivas "áreas de influência", com objetivos nem sempre "altruístas", na lógica do equilíbrio de poder. Com o fim da bipolaridade, as ajudas financeiras ao terceiro mundo foram reduzidas, quando não cortadas, e problemáticas estruturais, então camufladas pelos referidos financiamentos, passaram a sobressair no cenário internacional. Como podemos perceber, trata-se das mesmas razões da emergência dos Estados falidos e colapsados, da caracterização das problemáticas sócio-econômicas e políticas enquanto "novas ameaças" à paz e à segurança, e dos "ciclos" que mencionamos anteriormente, que se retroalimentaram de maneira sistêmica. Na Agenda do Desenvolvimento, nesse sentido, Boutros-Ghali aborda as temáticas discutidas nas conferências internacionais, chegando inclusive a mencioná-las, sempre na lógica circular que envolve meio-ambiente, direitos humanos, desenvolvimento sócio-econômico, democracia, paz e segurança, enquanto objetivos, meios e fins entre si. Nas palavras do ex-Secretário-Geral das Nações Unidas, "O Desenvolvimento é um direito humano fundamental. O desenvolvimento é a base mais segura para a paz". [115]

A Agenda do Desenvolvimento e o Suplemento da Agenda da Paz são documentos mais "empíricos" e mais inter-relacionados que a Agenda da Paz, na medida em que nos anos de 1994 e 1995 – respectivamente, anos de publicação de ambos – as características que marcariam a década de 90 já estavam menos obscuras às análises, a exemplo do "ciclo de conferências" e da operacionalização das novas gerações de missões de paz.

Os dois documentos registram a crescente inserção das Organizações Não-Governamentais nos fóruns globais e ressaltam a importância da participação da sociedade civil no "combate" às ameaças, na construção da paz e no alcance do desenvolvimento econômico-social. A Agenda do Desenvolvimento contém tópicos específicos que tratam de cada uma das temáticas discutidas nas conferências da década, e a relação delas com o desenvolvimento. O Suplemento da Agenda da Paz, embora contenha questões mais diretamente vinculadas às incidências da ordem internacional do pós-Guerra Fria nas operações de paz, também é

[114] Dentre as quais, destacam-se os esforços para a redução da pobreza, do analfabetismo, das taxas de mortalidade e de doenças. Agenda do Desenvolvimento, parágrafo 5.

[115] Development is a fundamental human right. Development is the most secure basis for peace. BOUTROS-GHALI, B. **An agenda for development** – report of the Secretary-General. Document A/48/935 - 6 may 1994. New York. Disponível em: <http://www.un.org/Docs/SG/agpdev.html>. Acesso em: 4 dez. 2006. Parágrafo 3.

caracterizado pela abordagem holística dos temas que as perpassam, conforme salientamos neste capítulo, e proporciona uma compreensão menos difusa das causas dos conflitos e das características da década de 90, compactando-as numa mesma dinâmica, que articula o subdesenvolvimento e o desrespeito aos direitos humanos como principais ameaças à paz e à segurança internacional. Como o próprio título sugere, trata-se de um "suplemento" à Agenda da Paz, com o objetivo de agregar àquele documento recomendações que, após três anos de distância do documento anterior, debates multilaterais e um aumento considerável *da expertise* nas novas gerações de operações de paz, fizeram-se salientes, tais quais a assistência humanitária aos chamados "grupos vulneráveis", [116] o monitoramento da aplicação das sanções, para que a prevalência dos direitos humanos e a construção de estruturas atinentes à promoção do desenvolvimento em prol da paz, e da paz em favor do desenvolvimento, fossem garantidas.

Embora a correlação entre as temáticas "em pauta" durante a década tenha sido bem explorada tanto nos debates, quanto nas produções acadêmicas e nas instâncias políticas internacionais, não se trata de um período homogêneo, no qual o otimismo em relação à ordem internacional a ser conformada tenha predominado sem contrapartidas. A partir de meados da década, com o aumento vertiginoso dos conflitos intraestatais e de seus índices de violência e com a inviabilidade – principalmente orçamentária – de as operações de paz permanecerem o período necessário para auxiliaram na gradual negociação entre as partes e na reconstrução sólida das respectivas instituições, a imposição da paz pela força passou a ser cada vez mais utilizada, diluindo substancialmente as fronteiras entre os capítulos VI e VII da Carta da ONU. Não obstante, a emergência de micro-nacionalismos, fundamentalismos religiosos e posicionamentos xenofóbicos pareceram ter suplantado as iniciativas da década, encerrada, na nossa concepção, com os atentados nos Estados Unidos, em 2001, acontecimento no qual questões fundamentalistas estiveram presentes, acirrando novos embates ideológicos, questões nucleares e políticas anti-migratórias. Os elementos aqui apresentados, no entanto, nos bastam para identificar um período "normativo", no qual predominaram a busca de consensos multilaterais e os esforços para a consecução da paz, do desenvolvimento, do respeito aos direitos humanos e da prática da democracia em instâncias diversas.[117]

---

[116] Os chamados "vulnerable groups" incluem minorias étnicas, mulheres, crianças, idosos, portadores de deficiência física e populações indígenas, cujos direitos e situações foram discutidos nas conferências da década de 90.

[117] O incentivo à prática da democracia ressoou no sistema internacional, nas instâncias governamentais dos Estados e inclusive na dinâmica interna de instituições políticas no interior dos Estados.

2.2 As Metas do Milênio e o Encerramento da Década: Saída para o Mar ou Via Bloqueada?[118]

Consideramos a fase que se estende de 1996 a 2001 como a última entre as etapas de "normatização do século XXI", empreendidas durante a "década" de 1990. Como apontamos anteriormente, o otimismo que caracterizou o "imediato" pós-Guerra Fria perfez um movimento decrescente, que se tornou explícito em 1996, no contexto da Habitat II. Devido ao curto intervalo entre as "grandes conferências" e à dinâmica circular com que as mesmas temáticas integraram todos esses debates, chegou-se a uma "exaustão", em 1996, [119] atenuando as expectativas para os novos século e milênio. Outros fatores também podem ser apontados para esse amorecimento, tais quais o aumento dos conflitos e do grau de violência neles empregado, e a predisposição de alguns Estados a ações unilaterais, em detrimento da cooperação. Não obstante, uma vez que todos os temas discutidos durante a década podem ser resumidos em valores, normas e comportamentos e, como tais, levam tempo para serem obtidos, a velocidade de *feedbacks*, às quais já nos acostumamos, também pode ser apontada como fator de inibição das referidas "expectativas".

Apesar disso, grandes reuniões multilaterais continuaram a ocorrer, principalmente aquelas inseridas no mecanismo "+5", adotado pelas "conferências do ciclo". Trata-se da convocação de novas reuniões, a cada cinco anos a partir das datas de encerramento das respectivas conferências. Mediante esse mecanismo, as Nações Unidas lograram um instrumento a mais para monitorarem o cumprimento dos objetivos estabelecidos e, acima de tudo, da observância dos direitos humanos, visto que resultados passaram a ser cobrados dos Estados, frente à "comunidade internacional". A Conferência sobre Mudanças Climáticas ocorrida em Kyoto, também conhecida como "Rio+5", é um exemplo desse mecanismo.

Diante das "novas ameaças" e da "exaustão" no tocante às grandes conferências, o tema da discriminação racial não foi contemplado no "ciclo" da década de 90. No entanto, "a

---

[118] A saída para o mar contempla a analogia efetuada por Bulfinch entre o labirinto e o rio Meandro. Já a "via bloqueada" é uma alusão à obra "O problema da guerra e as vias da paz", de Norberto Bobbio, no qual o autor considera a História como um labirinto, cujas vias bloqueadas levam a humanidade a se perder e ter de encontrar "outro caminho" para encontrar a "saída" para o alcance de seus objetivos, dentre os quais podemos mencionar a consecução da paz.

[119] ALVES, op. cit., p. 285.

Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação e Intolerância correlata foi, afinal, marcada pela Assembléia Geral, em 1997, para ocorrer 'não depois de 2001'"; [120] essa conferência foi, de fato, realizada em Durban, em 2001. A ocorrência dos encontros ministeriais, viabilizados pelo mecanismo "+5", e de outras importantes conferências indica, apesar do desgaste mencionado, os esforços para que as iniciativas empreendidas no início da década não fossem perdidas. Não obstante, frente à amplitude das temáticas, das divergências e, acima de tudo, dos consensos alcançados, fazia-se imprescindível, para o encerramento adequado da "década", a síntese das deliberações, de modo que as metas para os novos séculos e milênio fossem nitidamente expressas, de modo a se tornarem viáveis, ainda que em longo prazo.

A Cúpula do Milênio, realizada em Nova Iorque, na sede da Organização das Nações Unidas, em setembro do ano 2000, "encerra" as deliberações da década de 90 e inaugura, mediante a "Declaração do Milênio", os novos século e milênio. Considerada a maior reunião de cúpula já realizada, [121]a "Cúpula do Milênio" reuniu 147 chefes de Estado e governo de 191 países, com o objetivo de apresentar à "comunidade global" as metas programadas para que o planeta atinja patamares comuns de desenvolvimento[122]. A Declaração do Milênio representa a síntese, não somente da década de 1990, mas, podemos dizer, até mesmo do século que a antecedeu, assim como revela, em oito itens, as expectativas em relação aos "novos tempos". As famigeradas "metas do milênio" refletem, nesse sentido, toda a dinâmica da década de 90, nela embutidos os elementos "gestados" desde a criação das Nações Unidas, em 1945, conforme discorremos anteriormente. Podemos perceber que a cada meta corresponde, direta ou indiretamente, uma ou mais conferências realizadas, e que, examinadas em conjunto, constituem uma "panacéia" capaz de atingir as "causas mais profundas da violência e dos conflitos" daquele "fim de século", aglutinados enquanto "novas ameaças à paz e à segurança", na medida em que atingem, principalmente, a questão da segurança humana.

Os oito objetivos do milênio são: erradicar a extrema pobreza e a fome, atingir o ensino básico universal, promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o HIV/aids, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Como se vê, trata-se de temas que escapam às questões militares, e que tornam

[120]ALVES, Op. Cit, p. 286.
[121] Prefácio do documento A/RES/55/2.
[122] Ao menos, até 2015.

a parceria entre Estado e sociedade civil a chave para seu êxito. A noção de "responsabilidade compartilhada", assim como a tríade – desenvolvimento, direitos humanos e paz - que delineamos para nossa análise, perpassam a "Declaração do Milênio". Nenhum outro documento foi capaz de proporcionar tal abordagem concomitantemente panorâmica e detalhada do século XX, mediante a síntese da década de 90, e, ao mesmo tempo, as expectativas para o século XXI, que a "Declaração do Milênio". Ademais, nenhum outro documento explanaria com mais clareza o que representa a "cultura da paz", na prática, e o porquê da emergência desse conceito só ter sido possível durante a década de 90. Trata-se, como diria Mayor Zaragoza, ex-diretor geral da UNESCO, de um novo "pacto moral" da humanidade, uma "nova página", [123] a ser gradualmente virada na História.

[123] Referência ao livro "The New Page", escrito por Federico Mayor Zaragoza.

CAPÍTULO 2

O EMPLASTO BRÁS CUBAS E A CULTURA DA PAZ: MEDICAMENTOS SUBLIMES PARA A HUMANIDADE[124]

[124] A analogia literária escolhida para nortear a titulação deste capítulo é a obra "Memórias Póstumas de Brás Cubas", de Machado de Assis. O "Emplasto Brás Cubas", um "medicamento sublime", nas palavras do "defundo-autor", foi idealizado, assim como a Cultura da Paz, para "aliviar a nossa melancólica humanidade". [124] Trata-se, em ambos os casos, de projetos ambiciosos, com um fim memorável, porém dificilmente alcançável, se não impossível.

1. "Decida o Leitor Entre o Militar e o Cônego": [125] As Duas Faces da Cultura da Paz

A proposta deste capítulo é apresentar os processos de construção do Programa de Ação sobre a Cultura da Paz na UNESCO, de formulação do respectivo conceito e do transbordamento de ambos ao sistema das Nações Unidas, em um programa(s) de âmbito global. Para tanto, optamos por classificar o desenvolvimento da cultura da paz, ao longo da década de 1990, em quatro etapas. A primeira, que denominamos "estágio inicial", estende-se de 1989 a 1992, com a conformação dos primeiros projetos, no âmbito da UNESCO. A segunda fase, intermediária, inicia-se em 1993, com a implementação do Programa em El Salvador e a dinâmica de conferências consultivas sobre cultura da paz, e termina em 1995, quando a UNESCO declarou a cultura da paz prioridade para a Organização e a Assembléia-Geral da ONU começou a solicitar relatórios sobre as atividades da UNESCO em relação à cultura da paz. A terceira etapa, "de transição", compreende os anos de 1996 e 1997 e se caracteriza pela prioridade concedida à cultura da paz pela UNESCO. Finalmente, a última etapa abrange os anos entre 1997 e 2001, quando a abordagem da UNESCO em relação à cultura da paz foi modificada, e a ênfase recaiu nas preparações do Ano Internacional, do Manifesto 2000 e da proclamação da Década Internacional.

A formulação da cultura da paz, em todos os aspectos que pretendemos abordar, – enquanto conceito e programa de ação da UNESCO e da ONU – só foi possível face ao cenário internacional em questão, que proporcionou um forte apelo, ao menos nos anos iniciais, à cooperação entre os povos, à tolerância e ao diálogo, que conferiu a esperada oportunidade que a Organização das Nações Unidas aguardava, desde sua criação, em 1945, para se inserir assertivamente na política internacional e que, não obstante, abrigou um considerável número de conflitos civis, que afloraram com o fim da Guerra Fria.

O contexto internacional no pós-Guerra Fria, entretanto, não incidiu somente nas dimensões dos conflitos – que passaram a ser predominantemente intraestatais –, suas causas e mecanismos internacionais de soluções de controvérsias, mas também, no âmbito da UNESCO, em sua re-interpretação Constitucional. Desde 1946, quando foi criada, a Organização representava um fórum multilateral para a discussão de medidas relacionadas às suas áreas

[125] Frase extraída do segundo capítulo, "O Emplasto", de Memórias Póstumas de Brás Cubas. Trata-se de dois tios de Brás Cubas – um religioso e outro militar – que lhe aconselhavam quanto aos valores "sublimes" versus os "da Terra". Essa analogia enquadra-se na conformação da cultura da paz por abranger essas facetas: segurança internacional e perspectivas militares versus o ideal de um mundo pacífico.

específicas de competência: cultura, comunicação, ciência e, principalmente, educação. Com a crescente legitimidade das chamadas "novas ameaças" não-militares na Agenda da segurança internacional, como crescimentos populacionais desordenados, poluição e degradação ambiental, pobreza, violência, e seus desdobramentos – migrações em massa, exclusão social, corrupção, tráfico de armas e de entorpecentes –, o enfoque das atividades da UNESCO foi gradualmente redirecionado, a fim de melhor contribuir para a erradicação da intolerância entre os povos e da violência[126] e, analogamente, atuar para a "construção da paz nas mentes dos homens", respondendo aos desafios do final do século XX e se preparando para o século XXI.

Durante seus primeiros cinqüenta anos de existência, as ações da UNESCO eram planejadas e conduzidas segundo as competências de cada setor que integra a Organização. Apesar de os valores defendidos pela UNESCO, a exemplo do respeito aos direitos humanos, da tolerância e da cooperação entre os povos, perpassarem todos os setores, a "construção da paz nas mentes dos homens" era promovida de maneira difusa; em outras palavras, não havia um elemento que norteasse as atividades da Organização, integrando os departamentos. O que existia era um conjunto de valores que a UNESCO promovia – e ainda promove – para a consecução dos fins a que fora criada, que eram mencionados e inseridos dentre os objetivos específicos dos planos de ação de cada setor. Nesse sentido, a criação da "Cultura da Paz", enquanto um conceito que abarca, por si só, os valores e os fins da UNESCO, enquanto programa de ação e, principalmente, enquanto "projeto transdisciplinar", [127] representa um aspecto inovador na trajetória da Organização:

> A proposta da Organização -… **'considerando que as guerras têm início nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que as defesas da paz devem ser construídas'** – é definida em sua Constituição. Mais do que nunca, as guerras têm-se 'iniciado nas mentes dos homens'. Desse modo, **mais do que nunca, a missão constitucional da UNESCO de 'construir as defesas da paz nas mentes dos homens' tornou-se relevante, requisitando uma ação inovadora.** Isso é confirmado pela consideração da evolução das características das guerras acima referida. [128]

[126] A violência, neste caso, concebida enquanto constrangimento físico e também "estrutural", conforme a concepção de Johan Galtung.

[127] Trata-se de um projeto que promove a atuação coordenada de todos os setores da UNESCO junto a um único tema. A Cultura da Paz tornou-se um projeto transdisciplinar em 1997.

[128] The purpose of the Organization - '*… since wars begin in the minds of men, it is in the minds of men that the defences of peace must be constructed*' - is defined in its Constitution. More than ever before, wars 'begin in the minds of men'. Therefore **more than ever before the constitutional mission of UNESCO to construct the**

O fragmento acima, extraído de um relatório do secretariado da UNESCO, indica a percepção das alterações ocorridas no cenário internacional pós-Guerra Fria no que concerne à natureza dos conflitos. Não obstante, confirma, no âmbito da UNESCO, uma tendência verificada no sistema das Nações Unidas: a da busca de uma maior inserção na cena internacional. Tematicamente, o fragmento ressalta a relação entre a violência e o comportamento humano, conforme a concepção expressa na "Declaração de Sevilha", proferida em 1986, que embasou a percepção norteadora da "Cultura da Paz": [129] a paz enquanto um construto passível de ser culturalmente infundido nas mentes dos homens.

A Declaração de Sevilha sobre a Violência é, juntamente com a Declaração de Yamoussoukro, um dos documentos que fundamentaram a concepção da "Cultura da Paz". Trata-se de uma declaração resultante das discussões empreendidas na ocasião do "Sexto Colóquio sobre Cérebro e Agressão", em 1986, na Universidade de Sevilha. O evento ocorreu no contexto do "Ano Internacional da Paz", declarado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1981, e teve como objetivo discutir a predisposição humana à violência. Especialistas em neurociências, genética, psicologia[130], ciências sociais e comportamento animal apresentaram resultados de suas pesquisas que, de modo geral, apontam para a guerra como instituição exclusiva dos seres humanos. Pesquisas realizadas com animais, cujas estruturas cerebrais os pesquisadores acreditam ser um pouco menos complexas que as humanas, indicaram que os genes relacionados ao comportamento agressivo são "ativados" a desencadearem reações violentas somente quando fatores externos, oriundos do ambiente em que o animal se encontre, representarem algum tipo de ameaça ou "constrangimento".

Os pesquisadores deduziram, por analogia, e pelo fato de as estruturas cerebrais humanas serem ainda mais desenvolvidas que as dos animais, que os homens, principalmente pela

---

'defences of peace in the minds of men' has become relevant and requiring innovative action. This is especially true taking into account the evolution in the character of wars referred to above. UNESCO. **Evaluation report on the transdisciplinary project 'towards a culture of peace'.** Document 155EX/48 – 14 sep. 1998. Paris. Parágrafo 13. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=ged&req=2&by=2&sc1=1&look=new&sc2=1&lin=1&mode=e&text=155+ex+48&text_p=inc&submit=%A0%A0Go%A0%A0>. Acesso em: 19 out. 2006. Tradução livre nossa.

[129] Nas duas acepções que a expressão admite: conceitualmente e enquanto programa de ação.

[130] Área de atuação de David Adams, o autor das "memórias" analisadas nesta pesquisa, e de Federico Mayor Zaragoza, um bioquímico cuja especialidade consiste no metabolismo cerebral e em doenças infantis. Mayor, posteriormente, veio a ser eleito diretor-geral da UNESCO. Atuou intensamente pela promoção da "Cultura da Paz", contribuindo, em larga medida, para que ela fosse mundialmente disseminada.

capacidade cultural que possuem, e ao contrário do que se costuma pensar, não são pré-determinados à violência. Em outras palavras, concluiu-se que tanto a guerra quanto a paz são construções arquetípicas humanas e, portanto, podem existir ou deixar de existir de acordo com a vontade e o empenho dos indivíduos e das sociedades em promover comportamentos pacíficos para a resolução dos conflitos – inerentes aos seres humanos – e eliminar as causas estruturais que podem gerar violência, como a miséria, a exclusão social, e até mesmo a degradação do meio-ambiente. Os pesquisadores, nesse sentido, enfatizaram a importância do contexto histórico, cultural e ambiental para a ocorrência, ou não, do comportamento humano violento e ressaltaram a importância da cooperação social para a promoção da paz.

Ao discutirem a recorrência das "Guerras Modernas", [131] os pesquisadores mencionaram a efetividade da "propaganda" para a formação da imagem do inimigo, a existência de "culturas" que não recorrem à guerra – ou já recorreram a ela em épocas passadas e atualmente preferem a utilização de outros recursos para a consecução de fins políticos [132] – e a influência que o meio ambiente – preservado ou degradado – pode incutir no desencadeamento da violência individual ou coletiva. Como resultados desses debates e constatações, emergiu a máxima: "a mesma espécie que inventou a guerra é capaz de inventar a paz". A legitimação, ao menos no âmbito da UNESCO, que a violência pode ser evitada, consiste na base das iniciativas para a construção de uma "Cultura de Paz". A Declaração de Sevilha foi adotada pela UNESCO em 1989 e influenciou os debates preparatórios e conclusivos do Congresso Internacional sobre a "Paz na mente dos homens", realizado naquele mesmo ano.

O Congresso Internacional sobre a "Paz na mente dos homens", ocorrido em Yamoussoukro, na Costa do Marfim, em julho de 1989, sob iniciativa da UNESCO, foi a instância na qual se começou a falar em "cultura da paz" na Organização. O Congresso reuniu indivíduos dos cinco continentes que militam a favor da paz para refletirem sobre seus significados e incentivarem a UNESCO e a sociedade civil para "ajudarem na construção de uma nova visão de paz pelo desenvolvimento de uma cultura de paz fundamentada nos valores

---

[131] Principalmente as duas grandes guerras do século XX.

[132] Tentori, em "Educazione Alla Pace", cita pesquisadores nas áreas da antropologia e da psicologia que estudaram populações que não resolvem suas divergências pelo recurso à força física. Ruth Benedict e Margaret Mead, por exemplo, que sedistinguem na antropologia. Na obra "Patterns of Culture", Benedict estudou o povo Zuni, do Novo México, que não resolve suas divergências de maneira violenta. Já Mead, com o estudo sobre os Arapesh da Papua Nova Guiné, também constatou que a violência não consta na arte, na literatura, nos ritos nem na história desse povo. Cf. TENTORI, Tullio. **Educazione alla pace**. (Org.) Roma: Editrice Studium, 1970. PP. 22-23.

universais do respeito à vida, à liberdade, à justiça, à solidariedade, à tolerância, aos direitos humanos e à igualdade entre mulheres e homens [...]".[133]

A abordagem de assuntos não militares enquanto questões de segurança internacional caracteriza o documento que resultou dessa Conferência: a "Declaração de Yamoussoukro". Temas como desemprego, drogas, exclusões e injustiças sociais, subdesenvolvimento, degradação ambiental, mudanças climáticas e as dívidas dos países do Terceiro Mundo foram apontados como ameaças à paz que, por sua vez, foi definida como "mais que o fim de um conflito armado": uma "reverência à vida", um "modo de comportamento", um "compromisso com os princípios da liberdade, da justiça, da igualdade e da solidariedade de todos os seres humanos". [134] A Declaração recomenda à UNESCO o desenvolvimento de programas de ação sobre a paz e encoraja a disseminação da Declaração de Sevilha. Além disso, e para fins da presente pesquisa, os aspectos mais relevantes da Declaração consistem no comprometimento, por parte da UNESCO, em fomentar estudos sobre a paz e, principalmente, na proposta de formulação de um "programa diferenciado para a paz":

> O Congresso, desse modo, propõe um novo programa que faça provisões práticas e efetivas para novas visões e abordagens em cooperação, educação, ciência, cultura e comunicação, que considerem as tradições culturais de diferentes partes do mundo. Essas medidas devem ser implementadas em cooperação com organizações e instituições internacionais, incluindo a Universidade das Nações Unidas, a Universidade para a Paz, da Costa Rica, e a Fundação Internacional "Houphouët-Boigny pour la recherche de la paix in Yamoussoukro". [135]

Ao analisarmos tanto o fragmento acima, quanto o anterior a ele, logo no início deste capítulo, podemos notar que a inovação trazida pelos debates conduzidos no Congresso Sobre a Paz nas Mentes dos Homens não consiste na temática, em si, uma vez que os valores então

---

[133] […] help construct a new vision of peace by developing a peace culture based on the universal values of respect for life, liberty, justice, solidarity, tolerance, human rights and equality between women and menUNESCO. **Yamoussoukro declaration on peace in the minds of men**. Disponível em: < www.unesco.org/cpp/uk/declarations/yamouss.pdf >. Acesso em 14 set. 2006. Tradução livre nossa.

[134] Ibid.

[135] The Congress therefore proposes a new programme that makes practical and effective provision for new visions and approaches in co-operation, education, science, culture and communication, taking into account the cultural traditions of the different parts of the world. These measures are to be implemented in co-operation with international organizations and institutions, including the United Nations University, the University for Peace in Costa Pica and the Fondation international Houphouët-Boigny pour la recherche de la paix in Yamoussoukro. Ibid. Tradução livre nossa.

discutidos são promovidos pela UNESCO – e pelas Nações Unidas, de modo geral – desde sua criação, em 1946, mas na percepção de mudanças no sistema internacional e na necessidade da promoção de estudos referentes às referidas transformações e à paz, cujo conceito também sofrera modificações ao longo do século XX, para que o Mandato da Organização seja eficazmente cumprido no pós Guerra Fria. Embora a menção à "cultura da paz" tenha sido registrada como o elemento diferencial do Congresso, somos compelidos, pela análise documental, a relativizar essa afirmação. A expressão "cultura de paz" fora, de fato, introduzida no léxico "oficial" da Organização a partir do Congresso em Yamoussoukro e uma breve definição de seu significado fora formulada. Contudo, nessa ocasião, ela foi utilizada sem toda a carga semântica e o embasamento empírico que, como discutiremos neste capítulo, fora "construída" ao longo da década de 1990. Em Yamoussoukro, discutiu-se a necessidade da promoção de uma cultura **de** paz – "a peace culture". Trata-se, nesse momento, mais da noção de "cultivar", "semear", "promover" um ambiente de paz, que a instituição de um conceito, ou mesmo um novo paradigma da paz, como se pretendia.

Enquanto a principal ameaça à segurança internacional era a iminência da guerra atômica e outras de caráter militar, o mandato da UNESCO não se imiscuía diretamente no âmbito da segurança internacional. A partir do momento em que as raízes dos conflitos passaram a ser identificadas mais em causas sócio-econômicas, étnicas e culturais, relacionadas, predominantemente, a questões internas das nações, em detrimento, até certo ponto, da esfera da "high politics", constata-se, por parte de agências das Nações Unidas, esforços de maior inserção na política internacional, especialmente no tocante ao combate às "novas ameaças". Mediante esses argumentos, faz-se plausível afirmar que, após a Guerra Fria, "cada vez mais, as guerras têm início nas mentes dos homens" e que, por essa razão, "o mandato da UNESCO passou a abrigar "novas abordagens" para que a paz fosse construída nas mentes dos homens.

2. A "Cultura da Paz" é o que se faz de uma "Cultura de Paz" [136]

A expressão "Cultura de Paz" fora criada entre os anos 1984 e 1986, pelo acadêmico e padre jesuíta, Felipe MacGregor[137]. De acordo com Jorge Capella Riera e Elsa Tueros Way,[138]

[136] Analogia ao artigo de Alexander Wendt "Anarchy is What States Make of It". International Organization, vol. 46, n.2, 1992.

> Em 9 de abril de 1986, o então ministro da educação Gróver Pango Vildoso criou a Comissão Nacional Permanente de Educação para a Paz, por resolução ministerial N° 15-86-ED, presidida pelo padre McGregor. Foi no âmbito dessa comissão – conforme recordou-se o padre Carlos Rodríguez Arana, SJ. Provincial da Companhia de Jesus no Peru (2004) – onde se cunhou o conceito de cultura da paz e se traduz em uma publicação da qual foram editados 40 mil exemplares e que serviu de inspiração ao movimento promovido pela UNESCO e adotado pelas Nações Unidas. [139]

Essa publicação, também mencionada por Adams como "origem" da cultura da paz, consiste em ensaios sobre a violência no Peru, compilados pelo padre MacGregor, e que também resultaram do seminário "Violência e Paz no Peru", de 1984, organizado pela APEP – Associação Peruana de Estudos e Pesquisas para a Paz –, que reuniu 140 profissionais e estudiosos sobre paz e conflitos, da qual o padre MacGregor era diretor. Os referidos ensaios tratavam tanto das origens da violência no Peru, quanto de reflexões sobre a paz. No artigo intitulado Concepción Integral y Dinámica de la Paz, no contexto desses estudos, o padre McGregor inicia suas considerações propondo o estudo da violência a partir da paz. Com isso, inverte a metodologia "tradicional" dos estudos da paz, que se fundamenta na guerra – outro aspecto a ser ressaltado dessa proposição, visto que ele propõe o estudo da violência – para analisar a paz. Segundo o padre, essa nova maneira de pensar a paz a desvincula do âmbito estatal, tornando-a objeto também das relações humanas, e não somente das esferas governamentais.

---

[137] Felipe Estanislao Macgregor Rolino Nasceu em Callao, Peru, em 1914. Ingressou na Companhia de Jesus e mudou-se para a Argentina, onde estudou filosofia e teologia, foi ordenado sacerdote e iniciou as atividades de docência. Mudou-se para Nova Iorque, onde cursou a pós-graduação em filosofia. Exerceu diversas funções acadêmicas e era vinculado às Nações Unidas, inclusive à UNESCO. Fundou a Associação Peruana de Estudos para a Paz, da qual foi presidente até seu falecimento, em 2004. Dados disponíveis em: RIERA, J.C; Way, E.T. Felipe MaCGregor: Vida y Legado de un Maestro. IN: **Educación** – Revista Eletrônica do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Peru. Vol. XIV, n. 27. 2006. Disponível em: < http://revistas.pucp.edu.pe/educacion/content/view/28/26/>. Acesso em: 16 abr. 2007.

[138] Id. Ibid.

[139] *El 9 de abril de 1986 el entonces ministro de Educación Gróver Pango Vildoso crea la Comisión Nacional Permanente de Educación para la Paz por Resolución Ministerial N° 15-86-ED, presidida por el P. McGregor. Fue en el seno de esa comisión -como lo recordara el P. Carlos Rodríguez Arana, SJ., provincial de la Compañía de Jesús en el Perú (2004)- donde se acuña el concepto de cultura de paz y se plasma en una publicación de la que se editaron 40 mil ejemplares y que ha servido de inspiración al movimiento promovido por la UNESCO y adoptado por las Naciones Unidas.* Id., Ibid. P. 7. Tradução livre nossa.

O padre explica, em seus artigos, as origens de sua concepção de paz. Ele escreve que quando era criança, viu no jornal uma notícia, que dizia: "acabou a guerra: há paz". Ao analisar essa automaticidade na alternância entre paz e guerra, ele a considerou como uma visão infantil sobre o assunto, e começou a pensar em inverter os termos de análise, visto que, em seus estudos, diz ter sempre aprendido sobre a guerra, e nunca sobre a paz, enquanto objeto, e sim enquanto conseqüência da guerra. Começou a pensar, então, em como fundamentar uma concepção segundo a qual a guerra dependeria da paz, e não o contrário, conforme usualmente se propõe. Nesse sentido, ele passou a vincular elementos, tais quais a violência urbana, a falência no Estado de Direito e subdesenvolvimento/pobreza, – além daqueles característicos dos estudos sobre guerra e paz na ciência política – às análises sobre a paz – e sua ausência. Em suas palavras: "o esquema cognoscitivo da minha experiência vincula essas proposições: ordem e paz, justiça e paz, segurança e paz, paz e guerra". [140]

Desse modo, ele amplia o espectro analítico que se concentrava na díade paz e guerra. Esse espectro também pode ser constatado na própria composição da APEC: segundo o relatório do Seminário Violência e Paz, o grupo era constituído por acadêmicos, advogados, psicoanalistas, economistas, sociólogos, politólogos, filósofos, analistas em relações internacionais, diplomatas e militares que se reuniam para estudar a paz. [141] Como podemos notar, as diferentes perspectivas da paz, desde o âmbito político de âmbito internacional, ao psicológico de cada indivíduo, passando pelas relações sociais era abordado, ampliando, conforme escreveu o padre McGregor, o espectro do conceito de paz. Trata-se, portanto, do desenvolvimento da *peaceresearch*, que será considerado na UNESCO para a formulação do conceito de cultura da paz, mesmo porque o padre McGregor chegou a participar, ao menos, das reuniões internas da UNESCO, que prepararam o Congresso de Yamoussoukro, conforme Adams demonstra, por palavras e por fotos, em suas "memórias" sobre a construção da cultura da paz.

De 1986 a julho 1989, percebemos, pela análise documental, que a expressão cultura da paz fora utilizada no interior da UNESCO, porém desprovida do sentido atribuído a ela a partir

[140] "El esquema cognoscitivo de mi experiência enlaza estas proposiciones: el orden y la paz; la justicia y la paz; la seguridad y la paz; la paz y la guerra". Concepción Intergral y Dinámica de la Paz. APEP: Lima, 1984. Tradução livre nossa.
[141] Id. Ibid.

de Yamoussoukro. Segundo Adams, "[...] nesse momento,[142] a cultura da paz era pouco mais que um slogan entre muitos outros na UNESCO". [143] Ora, se a "cultura da paz", enquanto um slogan que refletia o mandato da UNESCO – e que por isso foi incluído entre outros utilizados pela Organização –, perdurou por alguns anos sem grandes repercussões, cabe-nos identificar e contextualizar os fatores que propiciaram à expressão uma posição de destaque na UNESCO e, em seguida, no sistema das Nações Unidas, durante o período que classificamos como a "década de 1990". [144]

Em primeiro lugar, temos que considerar que a expressão é formada pelas palavras que mais refletem o mandato da UNESCO. O fomento a uma "cultura **de** paz", nesse sentido, passou a ser deliberadamente exercido e a expressão, crescentemente proferida, dentro e fora da UNESCO, enquanto elo entre o mandato Constitucional da Organização e os propósitos de suas ações – a construção da paz nas mentes dos homens. Em segundo lugar, não podemos deixar de mencionar a relevância dos Congressos ocorridos em Sevilha e em Yamoussoukro, que fundamentaram a concepção do programa e do conceito de "cultura **da** paz", assim como o momento histórico no qual eles ocorreram: trata-se, justamente, do final da Guerra Fria, um período que, como discutimos no primeiro capítulo, reúne as idéias e as frustrações humanas, acumuladas, principalmente, no século XX para, em seguida, conclamar as esperanças e os objetivos da humanidade para o século XXI.

Em terceiro lugar, em se tratando da proposta da "Cultura da Paz" enquanto um plano de ação, [145] devemos ressaltar as mudanças qualitativas e quantitativas das ações da ONU no tocante às operações de paz que começaram a ocorrer em finais dos anos 1980, e na exortação à premência dessas atividades, ressaltada nos relatórios do Secretário-Geral da Organização, ao longo da década de 1990. Finalmente, enfatizamos a diferenciação entre "cultura de paz" e "cultura da paz"; trata-se, no primeiro caso, de um propósito inerente aos objetivos da UNESCO, desde 1946. [146] Já a "cultura **da** paz" consiste na expressão que intitula o programa e o conceito

---

[142] Até julho de 1989.
[143] "At this point the culture of peace was still little more than a slogan among many others at UNESCO". ADAMS, David. **Early history of the culture of peace**: a personal memoire. ago. 2003. Disponível em: <http://www.culture-of-peace.info/history/introduction.html>. Acesso em: 23 ago. 2005. Tradução livre nossa.
[144] Período que abrange desde o ano de 1989 ao de 2001.
[145] Neste caso, desconsideramos a diferenciação semântica entre cultura "de" e "da" paz.
[146] Segundo o documento 141 ex/16, "The concept of a culture of peace is anchored in the Constitution of UNESCO which states that 'since wars begin in the minds of men, it is in the minds of men that defenses of peace must be constructed'. It corresponds to the initial motivation of those professionals and governments who established UNESCO in the aftermath of the Second World War ".

desenvolvidos ao longo da década de 1990, que constituem nosso enfoque neste trabalho. Nada mais sugestivo a um período caracterizado pelo "otimismo" que a construção de uma "cultura de paz" no século XXI, por menos que se soubesse, na época, o que, de fato, se ensejava com a utilização da referida expressão.[147] Imbuídos desse objetivo, da exortação do então secretário-geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, às operações de *peacebuilding*, do embasamento conceitual propiciado pelo Congresso em Sevilha e do impulso à promoção da paz, reafirmado em Yamoussoukro, iniciou-se, na UNESCO, o delineamento um novo programa de ação para o século XXI. Frente a essas constatações, prosseguimos com o percurso da construção da "Cultura da Paz".

3. "O Menino é Pai do Homem": A Fase Inicial da Cultura da Paz [148]

Em 1992, após três anos de empenho em divulgar a Declaração de Sevilha e de análises quanto aos compromissos firmados em Yamoussoukro, as atividades da UNESCO em relação à cultura da paz começaram[149] a ser esboçadas enquanto programa de ação. A partir desse ano, "praticamente todas as reuniões do Conselho Executivo e da Conferência Geral discutiram o

[147] Durante o Congresso de Yamoussoukro, discutiu-se, genericamente, o que significava construir uma "cultura de paz": "uma cultura esteada nos valores universais do respeito à vida, à liberdade, à justiça, à solidariedade, à tolerância, aos direitos humanos e à igualdade de gênero". UNESCO. **Co-peration to promote a culture of peace**. Document 140EX/28 - 14 aug. 1992. Paris. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=extd&set=46D883F6_1_130&look=ex&sc1=1&sc2=0&ref=http://unesdoc.unesco.org/ulis/index.html&nl=1&ll=1&scroll=2>. Acesso em: 29 out. 2006. Nesse sentido, os pilares para a formulação do conceito foram elencados já naquela ocasião, e "refinados" durante as conferências promovidas pela UNESCO durante a década de 1990. Ao considerarmos o primeiro capítulo desta dissertação, podemos perceber que a agenda do "ciclo de conferências das Nações Unidas" equivale, em grande medida, aos temas referentes à cultura da paz, vislumbrados em 1989, em Yamoussoukro. Preliminarmente, ao analisarmos esses dados, podemos levantar a hipótese da importância auferida pelas Nações Unidas à discussão dessas temáticas para a "normatização" do mundo pós Guerra Fria e, principalmente, do século XXI.

[148] Referência ao décimo primeiro capítulo de Memórias Póstumas de Brás Cubas, no qual Machado de Assis discute a importância da educação para a formação do adulto. Nesta sessão, discutiremos a fase inicial da cultura da paz – "o menino" – e a formulação do método de resolução de conflitos criado nesse contexto, de modo a avaliarmos sua "trajetória", que será concluída em 1999 – "o homem".

[149] Logo após o Congresso de Yamoussoukro, já é possível localizar referências aos compromissos assumidos para o fomento à paz. Os documentos que resultaram da 25ª e da 26ª Conferências Gerais da UNESCO[149], respectivamente em outubro de 1989 e outubro de 1991, consistem nas primeiras evidências sobre a relevância auferida ao tema e sobre o empenho da UNESCO em promovê-lo. No entanto, só em 1992, após um período de estudos sobre como seria o "programa diferenciado sobre a paz", sugerido em Yamoussoukro, e após à publicação da Agenda da Paz, o programa começou a ser, de fato, esboçado.

significado de 'cultura da paz'". [150] Em agosto desse ano, o primeiro esboço[151] de um programa "cultura de paz" fora entregue ao Diretor-Geral da Organização. A princípio, tratava-se de uma proposta de parceria com o Conselho de Segurança das Nações Unidas, para a fundação de um programa sobre "cultura de paz". Esse programa seria administrado por um Centro Internacional que, por sua vez, seria gerido, conjuntamente, pela UNESCO e pelo Conselho de Segurança. O financiamento do Programa corresponderia a 1% dos recursos orçamentários destinados às operações de manutenção da paz – logo, administrado pelo Conselho de Segurança – e a *expertise* das atividades e de pessoal para trabalhar com o programa viria da UNESCO. Ele seria implementado em locais onde os contingentes de manutenção da paz da ONU – os "capacetes-azuis" – já estivessem em operação, por três motivos: pela certeza de um orçamento regular, pela força política que o Conselho possui e devido à complexidade em se "construir a paz nas mentes dos homens", ou seja, em induzir a confiança recíproca e o bem-estar entre pessoas afetadas física e psicologicamente por conflitos, tarefa que não consta entre as especialidades dos "capacetes-azuis". Nesse sentido, percebeu-se que o mandato da UNESCO era relevante para o sucesso das operações de "*peacebuilding*".

Embora bem recebidas, as propostas de parceria com o Conselho de Segurança e de criação do Centro Internacional não foram aprovadas pelo Conselho Executivo da UNESCO que, segundo Adams, preferiu, ao menos a princípio, manter o programa sob a égide exclusiva da Organização. O Conselho Executivo da UNESCO, então, requisitou o aprofundamento da abordagem do tema, motivo pelo qual sugeriu que se consultassem especialistas em resolução de conflitos e psicologia, além das agências das Nações Unidas, a fim de que fosse delineado um programa para o fomento da "cultura da paz", dentro dos limites de atuação da UNESCO. A consulta realizada aos "especialistas" [152] acima referidos resultou na elaboração de uma abordagem capaz de combinar técnicas de resolução de conflitos e métodos para o

---

[150] Adams, D. UNESCO and a Culture of Peace. Promoting a Global Movement. Publicações UNESCO. Paris: 1995. p. 23. Também disponível em: <http://www.culture-of-peace.info/monograph/page1.html>. Acesso em: 11 abr. 2007.

[151] A proposta foi entregue como documento 140 ex 28.

[152] Abelardo Morales, Professor Ates Vuran, Betty Reardon, Carlos Contreras Quina, El Sayed Yassin, Elise Boulding, F.E. MacGregor, Hakan Wiberg, Professor H.W. Tromp, Joachim Bony, John McDonald, John Paul Lederach,Louis Kriesberg, Professor Morton Deutsch, Riitta Wahlstrom, Robert Muller, Professor Ronald Fisher, Professor Thierno Bah, Takeo Ushida, Professor Yoshikazu Sakamoto. Esses nomes não foram determinados pelo Conselho, mas escolhidos de acordo com a relevância dos estudos que desenvolviam em relação à abordagem requerida ao projeto "cultura da paz". Informação disponível em:<http://www.culture-of-peace.info/annexes/crossconflict/page8.html>. Acesso em: 3 maio 2007.

desenvolvimento de projetos relacionados ao "desenvolvimento humano". [153] Trata-se de "*cross-conflict participation*", técnica mediante a qual a "cultura da paz" seria "absorvida" pelos "atores" – indivíduos – em tarefas a eles designadas durante a execução de atividades referentes ao Programa Cultura da Paz. Essas atividades deveriam ser executadas por equipes compostas por "líderes" (sociais, religiosos, ou mesmo artistas), "não-líderes" (jovens, mulheres, vítimas de violência estrutural) e Organizações não-governamentais dirigidas por "grupos rivais" dos locais em questão. As equipes seriam orientadas, por agentes especializados da UNESCO – os "*peace-promoters*", a trabalharem em conjunto para a consecução de um projeto em comum, relacionado ao "desenvolvimento humano".

A importância da explanação do método de "*cross-conflict participation*" reside na ilustração que ela proporciona das atividades delineadas pela UNESCO no tocante ao "*peacebuilding*" e ao significado prático de "cultura da paz", enquanto uma metáfora: a "situação" atribuída aos participantes – o desenvolvimento de um projeto em comum – representaria a vida, os afazeres humanos, e, numa ótica política, poderia também conotar as relações entre Estados. Já o "método de trabalho" corresponderia ao exercício dos pressupostos da "cultura da paz": da tolerância, do entendimento mútuo, do respeito aos direitos humanos e da solução pacífica dos conflitos. Segundo Adams, a definição de um objetivo comum à humanidade é o fator essencial para que os esforços sejam canalizados em prol de uma "cultura de paz":

> Na prática, a chave para a cultura da paz é a transformação da competição violenta na cooperação para objetivos compartilhados. Isso requer que as partes conflitantes trabalhem em conjunto no desenvolvimento do processo em si e pode ser compreendido como o gerenciamento do conflito mediante o compartilhamento do desenvolvimento. [154]

A emergência da temática do desenvolvimento enquanto uma das "prioridades" para o século XXI, elencadas pelas Nações Unidas durante a década de 1990, pode ser apontada como o

---

[153] ADAMS, David. **Early history of the culture of peace**: a personal memoire. ago. 2003. Disponível em: <http://www.culture-of-peace.info/annexes/crossconflict/summary.html>. Acesso em: 13 nov. 2007.

[154] "In practice, the key to a culture of peace is the transformation of violent competition into co operation for shared goals. It requires that conflicting parties work together in the development process itself. It may be understood as the managing of conflict through the sharing of development". ADAMS, D. **UNESCO and a culture of peace –** promoting a global movement. p. 19. Disponível em: <http://www.culture-of-peace.info/monograph/pages18-19.html>. Acesso em: 13 nov. 2007. Tradução livre nossa.

elemento norteador entre os possíveis "objetivos comuns", capazes de conduzir a humanidade à conformação de uma "cultura de paz". Além dele, sete outros objetivos, divulgados como "as metas do milênio" [155], são capazes de desempenhar essa função de amálgama social, conforme concebido pelos formuladores do método "*cross conflict*". Por esse motivo, as metas do milênio coroam as iniciativas da década de 1990 e completam o emaranhado de objetivos, discussões e empreitadas que pulularam naquele período.

No tocante ao método "*cross-conflict*", documentos da UNESCO exemplificam algumas das atividades sugeridas para que ele fosse empiricamente testado em "projetos-pilotos" do Programa Cultura da Paz. Trata-se de atividades desenvolvidas no âmbito das seguintes disciplinas: educação, ciências sociais, comunicação, cultura e participação democrática. [156] Em se tratando da UNESCO, esse documento ressalta a prioridade concedida aos projetos do setor educacional. O ex-secretário-geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, entretanto, na Agenda da Paz, já havia ressaltado a centralidade da educação e da reforma curricular das escolas para que a percepção de hostilidade fosse reduzida, e, desse modo, a reincidência de tensões culturais em determinadas localidades fosse, gradativamente, bloqueada. Como podemos perceber, o mandato da UNESCO refletia os objetivos propostos na Agenda da Paz.[157] O desenvolvimento de grades curriculares diferenciadas, que enfatizassem a pluralidade cultural da localidade onde o projeto estivesse em curso, e a criação de cátedras sobre "cultura da paz" [158] são exemplos das atividades sugeridas tanto por Boutros-Ghali, quanto por relatórios sobre o tema, produzidos pela UNESCO. [159]

No que concerne às ciências sociais, a principal tarefa seria o exame das causas dos conflitos em determinadas regiões em consideração às tradições locais. O documento sugere às

---

[155] Cabe-nos ressaltar que os "objetivos do milênio" só foram "proclamados" ao final da década de 1990. A primazia pelo desenvolvimento, contudo, já era plenamente divulgada à época da formulação desse método e foi ressaltada com a publicação da "Agenda do Desenvolvimento", em 1994. A inclusão das metas do milênio no rol desses valores capazes de conduzir a humanidade a uma "cultura de paz" é dedução nossa.

[156] UNESCO. **Action programme to promote a culture of peace.** Document 141EX/16 – 7 abr. 1993. Paris. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=extd&set=46D8849C_1_152&look=ex&sc1=1&sc2=0&ref=http://unesdoc.unesco.org/ulis/index.html&nl=1&ll=1&scroll=1>. Acesso em: 24 set. 2006.

[157] UNITED NATIONS**. An agenda for peace –** preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping. Report of the secretary-general pursuant to the statement adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992. Document A/47/277 - S/24111 - 17 jun.1992. New York. Parágrafo 56. Disponível em: <http://www.un.org/Docs/SG/agpeace.html>. Acesso em: 07 dez 2005.

[158] No Brasil, a Universidade Federal do Paraná criou uma dessas cátedras.

[159] O documento 141/16, por exemplo, de 1993, apresenta sugestões de possíveis atividades a serem desenvolvidas com o método "cross-conflict".

respectivas equipes de cientistas sociais que, fundamentadas nas referidas análises, apontem sugestões sobre como dirimir os respectivos conflitos estudados. No setor das ciências naturais, a ênfase recairia na elaboração de projetos voltados à sustentabilidade ambiental; e nas áreas da cultura e comunicação, o documento sugere a dramatização de situações que enfatizem perspectivas multiculturais e a difusão de imagens e notícias que estimulem a reconciliação entre partes conflitantes.

Embasado nas atividades delineadas e nos objetivos bem definidos, como os apresentamos acima, o Conselho Executivo da UNESCO aprovou o Programa "Cultura da Paz", enviando-o para ulterior apreciação pela Conferência Geral. Esta última, em sua 27ª reunião, em 1993, aprovou o respectivo Programa, incluindo-o no pacote orçamentário para o biênio 1994-1995. O "Programa Cultura da Paz" previa o fomento e a institucionalização da "cultura da paz" em regiões onde as operações de *peace-keeping* da ONU estivessem em andamento, com o propósito de desenvolver projetos que estimulassem a reconciliação entre partes conflitantes. [160] Os Estados-membros, contudo, enfatizaram a importância da operacionalização do projeto segundo as tradições culturais dos locais onde ocorrer a implementação do mesmo; que ele não seja imposto, mas elaborado segundo os desígnios das sociedades que desejem desenvolvê-lo. A resolução que a Conferência aprovou previa uma fase de "testes", entre 1994-1995, no qual dois ou três projetos-piloto seriam realizados.

O primeiro projeto-piloto[161] foi inaugurado em El Salvador. Essa escolha decorreu dos compromissos de reconstrução da paz e do desenvolvimento assumidos no Acordo de Chapultepec, de 1992, que pôs fim ao conflito que durou 12 anos naquele país, e por resoluções do Conselho de Segurança e da Assembléia Geral, [162] que conclamaram instituições internacionais a auxiliarem na reconstrução de El Salvador. A atividade de destaque – a primeira[163] – desenvolvida nesse país foi a elaboração de um programa de rádio destinado ao público feminino, especialmente do meio rural, com a finalidade de veicular informações sobre

[160] A princípio, o Programa seria voltado a localidades onde situações de conflito – como guerras civis, disputas étnicas e territoriais e regimes políticos ditatoriais – tivessem cessado. Com a consolidação do Programa, a UNESCO pretendia expandi-lo a locais onde a eclosão de conflitos fosse latente.
[161] O segundo projeto-piloto foi programado para ser desenvolvido em Moçambique. Cabe-nos ressaltar que, segundo Adams, nenhum dos projetos elaborados para Moçambique obteve financiamento.
[162] S 791 e 47/158, respectivamente.
[163] Alguns relatórios da UNESCO citam outros projetos desenvolvidos em El Salvador. Adams, contudo, diz, em suas "memórias", que o único projeto que foi financiado em El Salvador foi o de rádio; ainda assim, os recursos orçamentários foram enfraquecendo e, ao final da década, o projeto teve que ser abandonado.

os direitos humanos e sociais relativos às mulheres, a divisão doméstica de tarefas, a violência contra a mulher e a auto-estima feminina. O Programa foi patrocinado pela UNESCO e financiado pelo Ministério Alemão para Cooperação Econômica e Desenvolvimento. [164] Essa parceria demonstra a importância da captação de recursos extra-orçamentários para a viabilidade da implementação do Programa Cultura da Paz. A captação de recursos representa, talvez, o maior desafio dos programas nacionais, visto que, pelo fato de a "Cultura da Paz" se tratar de um novo conceito, ela não era prioridade nas contribuições dos Estados-membros à UNESCO. Por esse motivo, não poderiam ser completamente financiados pelo orçamento regular da Organização, dependendo, portanto, de fundos extra-orçamentários.

Embora as condições sócio-políticas e econômicas em El Salvador, após 12 anos de conflitos, fossem complexas, a UNESCO confere êxito a esse projeto-piloto, visto que, conforme previsto, um "projeto em comum" entre as partes, outrora em conflito, fora, de fato, desenvolvido, implementado e obteve resultados satisfatórios. A UNESCO elaborou um índice para a "medição" dos resultados obtidos com os programas em cultura da paz. Para a Organização, a dificuldade de medir os resultados em termos de cultura da paz se assemelha à relativa ao "índice de desenvolvimento humano", que deve levar em consideração diversos aspectos. No caso da cultura da paz, para exemplificar, alguns dos itens analisados são os seguintes: nível de aderência social e jurídica aos acordos de paz e de cessar-fogo, grau de desarmamento e desmobilização, reinserção dos combatentes na sociedade civil, reformas legais, estruturais e institucionais para eliminação de causas históricas de conflitos, institucionalização do diálogo e da negociação entre diferentes setores sociais, treinamento de líderes de opinião e formuladores de políticas sobre "cultura da paz", reformas no sistema educacional, entre outros.

A experiência de El Salvador fora exposta no Primeiro Fórum sobre Cultura da Paz, realizado em San Salvador, em fevereiro de 1994. A partir de então, Estados-membros da UNESCO começaram a manifestar interesse no estabelecimento de programas nacionais, o conceito de cultura da paz passou a ser "refinado" em fóruns internacionais e reflexões sobre o tema começaram a surgir, o que contribuiu para o êxito inicial da "cultura da paz".

---

[164] PARAJON, Francisco Lacayo; LOURENÇO, Mirta; ADAMS, David. **The UNESCO Culture Peace Programme in El Salvador:** An Inicial Report. Disponível em: <http://www.gmu.edu/academic/ijps/vol1_2/UNESCO.htm>. Acesso em: 13 nov. 2007.Tradução livre nossa.

4. Que Escapou a Aristóteles:[165] A Fase Intermediária

Mediante a análise documental realizada, podemos considerar que foram três os principais fatores que alavancaram o Programa da UNESCO na década de 1990: o delineamento do Programa, condizente com as aspirações e com o contexto internacional no momento em questão; [166] o empenho do diretor-geral da UNESCO [167], de indivíduos e de alguns Estados em promover a "cultura da paz" e, em terceiro lugar, a realização de congressos, pela UNESCO, com o intuito de realizar "balanços" periódicos das atividades implementadas e reflexões de caráter conceitual sobre a temática, em si, e questões correlatas, como segurança internacional e contingentes de operações de paz da ONU.

A consolidação do conceito de "cultura da paz" e do respectivo Programa de Ação no léxico da UNESCO e no da ONU foi decorrente de uma dinâmica bifacetada: assim como a construção do conceito de "cultura da paz" foi acompanhada pela avaliação de resultados empíricos, o aprimoramento do Programa, ao longo da década, foi concomitante à formulação de abordagens de cunho teórico decorrentes dos fóruns realizados pela UNESCO e do "Ciclo de Conferências" das Nações Unidas. Nesse sentido, a partir de 1994, com o projeto em El Salvador, a aplicação do Programa em diversos países alternou-se à realização de fóruns internacionais para a discussão do conceito de "cultura da paz", um processo que culminou com as proclamações do programa de ação de alcance global, do ano da "Cultura da Paz" e da "Década Internacional da Cultura da Paz e Não Violência às Crianças do Mundo" pela Assembléia-Geral da ONU, em 1999.

Mediante as recomendações de Yamoussoukro, de 1989, com a publicação da Agenda da Paz e a formulação do Programa "Cultura da Paz", em 1992, a UNESCO se empenhou na "construção de uma nova visão de paz". Em julho de 1993, ela organizou uma "mesa redonda" [168] com a finalidade de avaliar os desafios da Agenda da Paz no âmbito da UNESCO e a possível

---

[165] Este é o título de um dos capítulos do livro Memórias Póstumas de Brás Cubas, no qual Machado de Assis comenta sobre dinâmicas sociais – a partir de referências metafísicas. Considerando que esta sessão tratará da dinâmica da construção da cultura da paz, numa fase intermediária, na qual uma série de eventos desencadearão resultados, optamos pela referida analogia.

[166] Vide o primeiro capítulo desta dissertação.

[167] Na 27ª Conferência Geral da UNESCO, na qual o Programa de Paz fora aprovado e na qual Federico Mayor Zaragoza fora reeleito para o cargo de diretor-geral da Organização, ele declarou que a disseminação da cultura da paz seria a prioridade em seu segundo mandato.

[168] Round table of eminent persons on 'The Agenda for Peace: A Challenge for UNESCO'. Paris, 1º a 3 de julho de 1993.

sinergia do Programa com outras iniciativas das Nações Unidas. [169] Trata-se do delineamento da primeira configuração específica das ações da UNESCO sobre "cultura da paz". [170] Os resultados da reunião consistiram na elaboração dos objetivos e das abordagens tanto do conceito quanto do Programa "Cultura da Paz". No tocante aos objetivos pretendidos com a disseminação da "cultura da paz", deliberou-se que deveria ocorrer a promoção de valores e a indução de comportamentos pacíficos no cotidiano dos indivíduos, de modo que a "sustentabilidade" [171] da paz se fizesse possível. [172] Com isso, buscou-se garantir que a paz fosse infundida nas mentes dos homens, conforme a concepção que a UNESCO tem de "cultura" – modo de comportamento diário [173] – e de acordo com o mandato da Organização, ou seja, sem que ela assumisse responsabilidades alheias às suas competências. Essa noção encontra-se na primeira linha do conceito formulado ao longo da década, com referências aos "modos de comportamento e meios de vida". [174]

Em relação à abordagem do Programa, a interdisciplinaridade e a ênfase na atuação em *peacebuilding* continuaram perfazendo a tônica da cultura da paz, assim como fora esboçado em 1992, na primeira proposta. Os especialistas convidados à "mesa redonda" de 1993 sugeriram que os setores de educação, comunicação, cultura e ciência se articulassem – entre si e com outras iniciativas das Nações Unidas –, para que atuassem em regiões onde conflitos tivessem cessado, conforme as recomendações da Agenda da Paz. [175] Embora a menção às operações de

---

[169] UNESCO. **Action programme to promote a culture of peace.** Document 141EX/16 – 7 abr. 1993. Paris. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=extd&set=46D8849C_1_152&look=ex&sc1=1&sc2=0&ref=http://unesdoc.unesco.org/ulis/index.html&nl=1&ll=1&scroll=1>. Acesso em: 24 set. 2006.

[170] UNESCO. **Evaluation report on the transdisciplinary project 'towards a culture of peace'.** Document 155EX/48 – 14 sep. 1998. Paris. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=ged&req=2&by=2&sc1=1&look=new&sc2=1&lin=1&mode=e&text=155+ex+48&text_p=inc&submit=%A0%A0Go%A0%A0>. Acesso em: 19 out. 2006. parágrafo 48.

[171] Ibid.

[172] O termo sustentabilidade passou a ser muito utilizado na década de 1990, principalmente no que concerne ao meio-ambiente e ao desenvolvimento. Podemos notar, nesse sentido, o transbordamento dessa concepção a outras iniciativas que, aliás, estão vinculadas ao desenvolvimento e ao meio-ambiente sadio.

[173] UNESCO. **The culture of peace programme: from national programmes to a project of global scope.** Document 145EX/15 - 18 aug. 1994. Paris, 1994. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=extd&set=46D885A1_3_11&look=ex&sc1=1&sc2=0&ref=http://unesdoc.unesco.org/ulis/index.html&nl=1&ll=1&scroll=1>. Acesso em: 7 out. 2006.

[174] "Modes of behavior and ways of life". Ibid. Tradução livre nossa.

[175] UNESCO. **Evaluation report on the transdisciplinary project 'towards a culture of peace'.** Document 155EX/48 – 14 sep. 1998. Paris. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=ged&req=2&by=2&sc1=1&look=new&sc2=1&lin=1&mode=e&text=155+ex+48&text_p=inc&submit=%A0%A0Go%A0%A0>. Acesso em: 19 out. 2006.

peacebuilding não tenham entrado no conceito proclamado em 1999, ela foi incluída no Plano de Ação, aprovado na mesma sessão da Assembléia Geral. [176]

A dinâmica de aprimoramento do Programa e "refinamento" do conceito de cultura da paz teve início com o "Primeiro Fórum Internacional sobre Cultura da Paz", que ocorreu entre os dias 16 e 18 de fevereiro de 1994, em El Salvador. [177] O principal objetivo do evento era o compartilhamento de experiências em situações de reconciliação nacional, principalmente a de El Salvador, para que tanto o Programa – de modo especial, o projeto-piloto de El Salvador, que estava em andamento – quanto o conceito de cultura da paz fossem aprimorados. Ademais, buscavam-se incentivar a comunidade internacional às reflexões acerca do tema e à busca de mecanismos que permitissem o desenvolvimento e o apoio à cultura da paz em âmbito global. [178]

Os participantes do evento[179] discutiram sobre a "natureza da cultura da paz", sobre o Programa da UNESCO, sobre as contribuições regionais e globais para a promoção da cultura da paz e argüiram sobre as raízes dos conflitos em El Salvador e em outros países, assim como as respectivas resoluções, de modo a adequarem as abordagens do Programa a cada caso específico.[180] Foram várias as contribuições desse Fórum ao delineamento da cultura da paz. Em primeiro lugar, os participantes concluíram que o objetivo maior da cultura da paz é garantir que os conflitos, considerados inerentes aos relacionamentos humanos, sejam solucionados de forma pacífica. Trata-se de uma dose de realismo em meio a um projeto de forte caráter idealista, visto que o fundamento da cultura da paz, nesse sentido, não consiste em ensinar a humanidade a não divergir em opiniões, e sim em resolver as controvérsias por meios pacíficos.

---

[176] Subitem "f", do item 16 do plano de ação: "Support initiatives, at the national, regional and international levels, to address concrete problems arising from post-conflict situations, such as demobilization, reintegration of former combatants into society, as well as refugees and displaced persons, weapon collection programmes, exchange of information and confidence-building".

[177] Esse evento foi realizado pelo governo de El Salvador, em parceria com a UNESCO.

[178] Em um documento de 1993 – no "Apelo de San Salvador", o então diretor-geral da UNESCO exorta indivíduos do mundo todo – chefes de Estado, de governo, ministros, prefeitos, cientistas, professores, intelectuais, religiosos, pais e jovens – a promoverem o aprendizado e a prática da cultura da paz; além disso, ele anuncia o lançamento do Programa, pela UNESCO, em âmbito global. A idéia de um movimento global pela cultura da paz foi também ressaltada, segundo Adams, durante as preparações de uma reunião consultiva que ocorreu na América Central, em 1994. Os integrantes do grupo teriam admitido que a cultura da paz "possui as características de um movimento global em construção, uma utopia que é tanto viável quanto necessária". [178] Diário, p. 26 do word.

[179] Conforme o relatório final do Primeiro Fórum sobre Cultura da Paz, representantes de 13 países e da Organização pela Libertação da Palestina conduziram o evento. Não obstante, dele participaram 31 delegados de outros países, representantes de diversas organizações civis de El Salvador, de Organizações do sistema das Nações Unidas e da comunidade internacional.

[180] UNESCO. **UNESCO´s Transdisciplinary Project "Towards a Culture of Peace"**. Final Report. First International Forum on the Culture of Peace Tradução livre nossa. San Salvador, El Salvador, 16-18 Fev. 1994. Disponível em:< http://www.unesco.org/cpp/uk/projects/firstforum.htm>. Acesso em: 22 mar. 2006.

Em segundo lugar, os participantes do Fórum reiteraram a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos, integrando-os à noção de paz. Eles também enfatizaram que a construção da cultura da paz é uma tarefa "multidimensional", que envolve diversos "níveis": o das relações entre indivíduos e entre estes e o meio-ambiente, nas esferas locais, regionais, nacionais e internacionais. Trata-se, nitidamente, da influência da Rio-92, na qual a relação entre o meio-ambiente sadio, a paz e o desenvolvimento sustentável, e o slogan "pensar localmente, agir globalmente" adquiriram notoriedade. [181] Os participantes do fórum, não obstante, ressaltaram que a cultura da paz deve fomentar os ideais democráticos, de modo que as pessoas sintam-se responsáveis pela tomada das decisões que afetam suas vidas. Essa conclusão deveu-se, sobretudo, à análise e às discussões sobre o término do conflito em El Salvador. O reconhecimento da ex-guerrilha "Frente Farabundo Mardi de Liberación Nacional" – FMLN – como um partido político nacional foi considerado um dos principais êxitos do término da violência e do cumprimento dos acordos de paz naquele país, o que embasou os participantes do Fórum a enfatizarem a promoção dos valores democráticos e da ampla participação política entre os principais elementos que compõem o conceito e o Programa Cultura da Paz.

Apesar da breve duração, o Fórum de El Salvador foi de grande importância para a fundamentação da cultura da paz, visto que as temáticas discutidas e as conclusões obtidas perfazem o cerne do conceito e do Programa de cultura da paz. Devemos considerar, além disso, que o ano de 1994 [182] encontra-se na metade do período que denominamos "Década de 1990"; desse modo, parte considerável dos principais temas discutidos nesse período já se encontrava "infundida nos corações e nas mentes" [183] dos participantes desse evento e dos formuladores da cultura da paz, enquanto integrantes de agências do sistema das Nações Unidas. Ao listarmos, resumidamente, as principais conclusões extraídas desse evento, anteriormente mencionadas,

---

[181] Além de constar no conceito de cultura da paz, essa noção fora incluída no Plano de Ação proclamado pela Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 1999.

[182] O ano de 1994 foi importante para o aprofundamento das reflexões e o conseqüente desenvolvimento da cultura da paz. Em fevereiro, além do Fórum de El Salvador, a UNESCO criou uma "unidade" de Cultura da Paz para gerenciar os programas nacionais e regionais, que passaram a ser implementados em diversos países. Além disso, a unidade seria responsável pelo aprimoramento da metodologia e difusão da "cultura da paz", pela captação de recursos extra-orçamentários mediante o estabelecimento de parcerias, e pela coordenação das atividades dos setores UNESCO com relação ao tema, e da UNESCO com as demais agências do sistema das Nações Unidas, Organizações Governamentais e Não-Governamentais. Nesse ano, entre os eventos que contribuíram para o "desenvolvimento" da cultura da paz, destacam-se: as "deliberações de Veneza", o "Encontro sobre a Função das Religiões na Construção da Cultura da Paz" e a Reunião Consultiva sobre o Programa Cultura da Paz.

[183] Referência ao preâmbulo da UNESCO e ao fato de o caráter idealista dominar, em grande medida, as iniciativas em relação ao pacifismo, ao desenvolvimento e à cooperação entre os povos.

chegaremos aos seguintes conceitos: indivisibilidade e universalidade dos direitos humanos – temática abordada na Conferência de Viena, de 1993; interação entre valores democráticos, ação "multidimensional" e desenvolvimento – noção que perpassou todas as Conferências do "Ciclo" dos anos 1990; meio-ambiente e "desenvolvimento sustentável" [184] – elementos que remontam à UNCED, de 1992. A relevância do Primeiro Fórum de El Salvador, nesse sentido, consiste na fundamentação do conceito e da prática da cultura da paz segundo perspectivas empíricas[185] e concernentes aos valores em voga no momento em questão, que contribuíram para a legitimação da temática no sistema das Nações Unidas e para a positiva avaliação de parte significativa Estados-Membros da UNESCO. [186]

Entre 1994, 1995 e 1996, um número expressivo de Programas em Cultura da Paz foi elaborado – ou ao menos solicitado à UNESCO – pelos Estados-membros, dentre os quais podemos destacar: Moçambique, Burundi, Quênia, África do Sul, Congo, Sudão, Somália, Filipinas, Bósnia, Mali, Angola, Haiti, Guatemala e Ruanda. [187] O interesse dos Estados é fundamental, visto que o mandato da UNESCO não confere a ela poder de imposição ou coerção, e sim a capacidade para elaborar, sugerir e auxiliar os Estados-membros a aderirem, implementarem e disseminarem determinados programas e slogans. Justificam-se, nesse sentido, o ímpeto da proposta inicial de parceria com o Conselho de Segurança e a necessidade da ampla divulgação mundial do Programa, a fim de despertar nos Estados – e na "comunidade internacional", como um todo – a manifestação favorável à cultura da paz.

Em seqüência à dinâmica de aprimoramento da cultura da paz e como "continuidade"[188] ao Fórum de El Salvador, o governo das Filipinas e a UNESCO organizaram, em novembro de

---

[184] Este é um exemplo de como a noção de "sustentabilidade" transgrediu a dimensão ecológica da qual emergiu para fundamentar outros patamares de desenvolvimento – no caso, o humano. Isso mostra a força das idéias discutidas durante a década de 1990, que perduraram – e foram intensificadas – na primeira década do século XXI.

[185] A utilização da mídia para a promoção da cultura da paz também foi um fator importante que foi discutido em El Salvador. Analisaremos esse aspecto adiante, dado que se trata de uma temática cujas discussões foram aprofundadas em outros eventos da década.

[186] A análise documental indica a maior aceitação da cultura da paz entre países em desenvolvimento que entre os desenvolvidos. Analisaremos esse fato mais adiante. Cabe-nos aqui somente a indicação segundo a qual a cultua da paz não foi uma unanimidade no jogo político de todos os países.

[187] UNESCO. **Report on the implementation of the transdisciplinary project 'towards a culture of peace'.** Document 151EX /43 – 23 apr. 1997. Paris. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=extd&set=46D88676_3_39&look=ex&sc1=1&sc2=0&ref=http://unesdoc.unesco.org/ulis/index.html&nl=1&ll=1&scroll=4>. Acesso em: 3 set. 2006.

[188] O termo utilizado é "Follow up", que significa um pouco mais que "continuidade"; trata-se, além do caráter seqüencial, de um sentido de "implementação" e de "acompanhamento", posterior à implementação.

1995, o Segundo Fórum sobre Cultura da Paz. [189] Assim como o Primeiro, o objetivo do Segundo Fórum era deliberar sobre o conceito e o Programa Cultura da Paz, fundamentando-se no compartilhamento de experiências em *peacebuilding* e em avaliações dos Programas Cultura da Paz em andamento. As diferenças entre eles, no entanto, consistem no aprofundamento das discussões e na maior duração do evento de 1995. O Fórum de Manila, nesse sentido, caracterizou-se por abordar o **processo** de construção da cultura da paz – sendo que ela própria fora concebida enquanto um processo[190] – em sociedades devastadas por conflitos, chegando, inclusive, a adotar lema: "Transformation Towards a Culture of Peace", [191] que indica um processo; durou cinco dias – mais que o dobro que o de El Salvador – e abordou os seguintes assuntos: "healing and reconciliation", "continuing management of conflict", "governance and empowerment", "enculturation for peace" e "development and economic rehabilitation".

Durante o Fórum de Manila, como se vê, discutiram-se os mecanismos utilizados nas operações de *peacebuilding* para o efetivo desaparecimento de situações de conflito e para o estabelecimento de instituições, estruturas e sentimentos passíveis de gerarem um ambiente de paz. Encontramos, nessas temáticas abordadas no Fórum de 1995, significativas relações com pelo menos três eventos ocorridos em 1994, sob os auspícios da UNESCO: as "Deliberações de Veneza" – reunião na qual foram debatidas as mudanças na concepção e no significado de "segurança" que, a partir de uma perspectiva multidisciplinar, foram inseridas entre os novos desafios às operações de *peacebuilding* –, a 44ª Sessão da Conferência Internacional Sobre Educação, que se reuniu em Genebra, e um encontro ocorrido em Barcelona[192], no qual se discutiu a relevância das religiões na promoção da cultura da paz.

No documento de preparação para o Segundo Fórum sobre Cultura da Paz, a UNESCO reiterou a transformação da natureza do entendimento de segurança e, conseqüentemente, a de "ameaça". A frase que inicia o documento – "On the eve of the 21st Century, humanity itself is the greatest threat to its continued existence" – expressa o fato de, com o término da Guerra Fria,

---

[189] Além do caráter seqüencial, o Fórum consistiu na contribuição do governo filipino às comemorações do cinqüentenário da ONU – e da UNESCO – e do ano de 1995 enquanto o "Ano da Tolerância", proclamado pelas Nações Unidas.

[190] UNESCO. **The Second Forum on the Culture of Peace** – The Manila Forum. Final Report. 26-30 nov. 1995. Manila. P. 10. Disponível em: http://www.unesco.org/securipax/antecede.htm. Acesso em: 14 nov. 2007.

[191] Ibid.

[192] De acordo com o documento 28 C/123, foram 2 os encontros sobre a contribuição das religiões para a cultura da paz: um em 1993 e outro em 1994, no qual uma Declaração fora assinada. Ambos foram organizados pelo "UNESCO Catalunya Centre", em Barcelona.

a maior parte dos conflitos não ser travada entre Estados, mas entre "grupos", e geralmente por razões sócio-culturais, econômicas e políticas. A expansão do escopo do conceito de paz e segurança internacional, nesse sentido, acaba atribuindo sentido e veracidade à sentença acima transcrita, que proclama humanidade, em si, uma ameaça a ela mesma. Decorre também dessas constatações as abordagens psicológicas e espirituais aos entraves do subdesenvolvimento, à corrupção e à marginalização social e política. As discussões empreendidas em Manila, nesse sentido, caracterizaram-se pela preocupação em dotar o Programa Cultura da Paz com o potencial para atingir as raízes psico-sociais e estruturais – relacionadas ao desenvolvimento – dos conflitos e a plena restauração da paz enquanto um processo sustentável.

O Fórum de Manila nos permite inferir que a construção de uma paz duradoura deve ter início não só nas "mentes", mas também nos "corações" dos homens. [193] Os discursos proferidos durante o evento reiteram que o processo de reconciliação entre as partes beligerantes deve perpassar uma etapa "espiritual", cujos fundamentos são encontrados nas religiões. Segundo o Professor Hizkias Assefa, por exemplo, embora a reconciliação deva ser diferente em cada sociedade, deve ser embasada em sete princípios: reconhecimento honesto do dano ou injúria entre as partes, arrependimento sincero e remorso, prontidão em desculpar-se, prontidão das partes em esquecer o ocorrido, comprometimento das partes em não repetir a ofensa, esforços sinceros para compensar os danos causados e início de um novo relacionamento, mutuamente enriquecedor. [194] Trata-se de condutas que podem ser traduzidas em compaixão e solidariedade, valores estimados pelas religiões.

Ao longo da História, as religiões geraram – e continuam gerando – mais conflitos que paz entre os povos. A contribuição delas para a cultura da paz, todavia, é marcante, visto que elas promovem o sentimento de "comunidade", ou seja, identidade, solidariedade e caridade entre os que professam a mesma fé e que, por isso, pertencem a um mesmo "grupo". A percepção de hostilidade entre os pertencentes a grupos de crenças distintas consiste em um dos desafios a serem vencidos para que a paz, como salienta Johan Galtung [195], supostamente encontrada no interior desses grupos, seja estendida à humanidade inteira. Trata-se, em outras palavras, do

[193] Referência ao Ato Constitutivo da UNESCO. Essa analogia foi encontrada em alguns dos relatórios analisados para a consecução desta pesquisa.
[194] UNESCO. **The Second Forum on the Culture of Peace** – The Manila Forum. Final Report. 26-30 nov. 1995. Manila. P. 16.
[195] GALTUNG, Johan. **Social cosmology and the concept of peace**. Journal of Peace Research, Vol. 18, n. 2. Special Issue on Theories of Peace. 1981. pp. 183-199. Disponível em: http://links.jstor.org/sici=0022-3433%281981%2918%3A2%3C183%3ASCATCO%3E2.0.CO%3B2-4> Acesso em: 11 jan 2004.

"cultivo da paz" em cada indivíduo, de modo que a "paz interior" de cada um seja exteriorizada para a vida social.

A Declaração assinada em Barcelona, em dezembro de 1994, representa uma iniciativa no que concerne ao entendimento entre as religiões – não somente enquanto religiões, mas enquanto "culturas" – para a disseminação da paz. [196] Os signatários se comprometeram a "construírem uma "cultura de paz" fundamentada na não-violência, na tolerância, no diálogo, no entendimento mútuo e na justiça;" [197] a atuarem pela paz e pela justiça social, desvinculando-se de fatores de ordem política, econômica e social que possam atrelar-se às respectivas religiões e, desse modo, frustrar a proposta de ação de caráter universalista e a proporcionarem, entre as religiões, o relacionamento harmonioso e o diálogo. Os signatários, por fim, exortaram a sociedade civil, o Sistema das Nações Unidas, Governos, Organizações Governamentais e Não-governamentais e a mídia a estreitarem seus comprometimentos e a colaborarem com eles na disseminação da mensagem da paz. [198]

Paralelamente ao diálogo entre as religiões, no âmbito da UNESCO e com referências à cultura da paz, devemos ressaltar a "aliança estratégica entre o dogma cristão e as tradições corânicas". [199] Estabelecida, segundo Lindgren Alves, sob a forma de "apoios mútuos e articulações de delegados", [200] a partir da Conferência do Cairo, em setembro de 1994, essa articulação visava à defesa dos fundamentos das respectivas religiões, que se manifestavam nas discussões quanto ao controle de natalidade, por exemplo, para a Igreja Católica, e quanto aos direitos de gênero, no caso do Islã. A "*Unholly Alliance*", [201] como ficou conhecida, explicita um fenômeno marcante da década de 1990: a crescente exacerbação do fundamentalismo religioso que, curiosamente, não materializou o paradigma do "choque de civilizações", [202] e sim "um

[196] A Declaração de Barcelona foi assinada por representantes religiosos e de organizações pela paz, pelos direitos humanos e de universidades. Na lista de nomes dos que assinaram a Declaração, podemos identificar representantes de organizações budistas, católicas, protestantes, muçulmanas, indus e judaicas.
[197] UNESCO. **The San Salvador Appeal**. Disponível em: <www.unesco.org/cpp/uk/declarations/**salvador**.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2007.
[198] Ibid.
[199] ALVES, Op. Cit, p. 159.
[200] Id. Ibid.
[201] Id, ibid.
[202] Referência ao paradigma defendido por Samuel Huntigton, no livro "O Choque de Civlilizações – e a recomposição da ordem mundial", segundo o qual o conflito entre potências daria lugar, no século XXI, aos antagonismos entre "civilizações". O autor classificou seis "grandes civilizações" no planeta.

outro paradigma de antagonismo internacional, contrapondo fé e realidade social, religião e secularismo, teocracia e Estado civil". [203]

Em continuidade a esse crescente diálogo, as "três religiões monoteístas" – a islâmica, a cristã e a judaica – se reuniram no Marrocos, [204] em 1998, para consolidarem os laços entre si e reafirmarem o comprometimento à promoção de uma "cultura de paz". Tanto a Declaração de Barcelona quanto a do Marrocos contêm o reconhecimento, pelos representantes das referidas religiões, de valores como a tolerância, a compaixão, a humildade, o perdão, a solidariedade, a resolução pacífica dos conflitos, e ainda a manutenção da diversidade cultural do planeta. Ressaltou-se, portanto, a harmonia que as religiões são capazes de proporcionar aos indivíduos e aos respectivos grupos e o caráter da contribuição delas à construção de uma "cultura de paz". Essa perspectiva, aliada à ausência de menções gênero, reflete o consenso negociado durante essas reuniões.

O processo de "enculturação da paz", discutido em Manila, envolve não somente o papel das religiões, mas também, e principalmente, o da educação, para a consecução dos objetivos pretendidos pela UNESCO. Em 1994, ocorreu, em Genebra, a 44ª Sessão da Conferência Internacional Sobre Educação. Durante esse encontro, a UNESCO reafirmou a "Recomendação Concernente à Educação para o Entendimento Internacional, Cooperação, Paz e Educação Referente aos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais". [205] A Recomendação de 1974 – e sua "atualização" [206] em 1994 – são consideradas precursoras da cultura da paz, por incentivarem o chamado "entendimento internacional". [207] Trata-se de uma expressão que nomeia a principal função do mandato da UNESCO: a promoção da solidariedade moral da humanidade. O "entendimento internacional" foi a nomenclatura adotada em 1974, em substituição às anteriores

---

[203] Idem, p. 160.

[204] A reunião foi uma iniciativa do então diretor-geral da UNESCO, Federico Mayor Zaragoza e do ministro de educação superior, pesquisa científica e cultura do Marrocos, fortemente respaldada pelo rei Hassan II.

[205] UNESCO. **Recommendation Concerning Education for International Understanding, Co-operation and Peace and Education relating to Human Rights and Fundamental Freedoms**. Adopted by the General Conference of UNESCO at its 18th Session on 19 November 1974. Disponível em: <http://www.unhchr.ch/html/menu3/b/77.htm>. Acesso em: 25 abr. 2007. Tradução livre nossa.

[206] Os elementos essenciais que compõem a Recomendação de 1974, a exemplo da educação para o entendimento internacional, com vistas à paz e à cooperação, foram mantidos. A Conferência de 1994, contudo, "atualizou" a ênfase na tolerância entre os povos, por exemplo, devido ao crescente fluxo migratório internacional e a forte incidência do racismo, da xenofobia, de movimentos nazifascistas, do nacionalismo, do terrorismo, do fanatismo religioso. Outro aspecto endossado, porém "contextualizado" à década de 1990 foi o respeito aos direitos humanos, com base na Declaração de Viena, de 1993, e nos mecanismos de proteção dos direitos da criança (referência, principalmente, à Conferência de Nova Iorque, em 1990) e da mulher.

[207] International Understanding.

"educação para paz e segurança", "educação para o entendimento internacional", e "educação para o entendimento e cooperação internacional", que nomeavam as atividades da UNESCO no setor educacional, desde sua criação, em 1946 – e que, atualmente, aproximar-se-ia, segundo nossa acepção, à "educação para a paz", pelo conjunto de fatores que decorrem de ambas as expressões: o "entendimento" entre os povos e a correlação entre este último – equivalente à tolerância – à cooperação e à paz. Nesse sentido, podemos dizer que é a precursora da cultura da paz. Segundo a Recomendação de 1974,

> Os termos "entendimento internacional", "co-operação" e "paz" devem ser considerados um todo indivisível fundamentado no princípio das relações pacíficas entre povos e Estados que possuem sistemas sócio-políticos diferentes e no respeito aos direitos humanos e nas liberdades fundamentais. No texto desta recomendação, as diferentes conotações desses termos são geralmente agrupadas numa expressão concisa: "educação internacional". [208]

A importância da 44ª Conferência sobre Educação para o desenvolvimento da cultura da paz reside, eminentemente, no "convite" que os Ministros da Educação reunidos naquela instância fizeram ao Diretor-Geral da UNESCO: que elaborasse uma "Estrutura de Ação" [209] capaz de permitir aos Estados-membros e à própria UNESCO a integração entre os direitos humanos, a educação para a paz e a democracia, "numa perspectiva de desenvolvimento sustentável". [210] Adams, em suas memórias, contribui para embasarmos nosso entendimento da Recomendação de 1974 e da Declaração de 1994 serem precursoras da cultura da paz. Ele afirma que, com algumas modificações, elas foram apresentadas à Conferência-Geral da UNESCO, em novembro de 1995, na qual se tornou o "objeto central". [211] Durante essa sessão da Conferência-

---

[208] " The terms 'international understanding', 'co-operation' and 'peace' are to be considered as an indivisible whole based on the principle of friendly relations between peoples and States having different social and political systems and on the respect for human rights and fundamental freedoms. In the text of this recommendation, the different connotations of these terms are sometimes gathered together in a concise expression, 'international education'". UNESCO. **Recommendation Concerning Education for International Understanding, Co-operation and Peace and Education relating to Human Rights and Fundamental Freedoms**. Adopted by the General Conference of UNESCO at its 18th Session on 19 November 1974. Disponível em: <http://www.unhchr.ch/html/menu3/b/77.htm>. Acesso em: 25 abr. 2007. Tradução livre nossa.

[209] "A Framework for Action". Tradução livre nossa.

[210] UNESCO. **Records of the General Conference**. Twenty-Eighth Session. Paris, 25 Oct. To 16 nov. 1995.Volume 1. Resolutions, página 63.

[211] "Centerpiece". Tradução livre nossa.

Geral, uma possível definição de cultura da paz [212] foi adotada e ela foi considerada o tema norteador das atividades da "Estratégia a Médio-Prazo", vigente para os anos 1996-2001. Ainda nessa mesma reunião, a Conferência-Geral da UNESCO aprovou o Projeto Transdisciplinar "Towards a Culture of Peace", [213] que significou a expansão coordenada do "Programa Cultura da Paz" a todos os setores e campos de atuação da UNESCO, com início previsto para o biênio 1996-1997. A prioridade conferida à "Cultura da Paz", pela UNESCO, a partir de então, refletiu-se na Assembléia-Geral das Nações Unidas, que passou a considerar a "cultura da paz" em suas resoluções. Por isso, passou a solicitar à UNESCO o encaminhamento de relatórios com as atividades desenvolvidas no tocante à cultura da paz.

O primeiro dos relatórios solicitados à UNESCO pela Assembléia Geral foi proposto pela resolução A/50/173, "United Nations Decade for Human Rights Education: Towards a Culture of Peace", de dezembro de 1995. Esse documento enalteceu a missão constitucional da UNESCO e a implementação do projeto transdisciplinar "Towards a Culture of Peace". Além disso, considerou as resoluções da própria Assembléia Geral que estabeleceram o "Ano da Tolerância" e a "Década para a Educação dos Direitos Humanos", a fim de expressar o apoio ao projeto "Towards a Culture of Peace", exortar a UNESCO a executar todas as ações "necessárias para assegurar a educação para a paz, os direitos humanos, a democracia, o entendimento internacional e a tolerância" e, finalmente, requisitar ao secretário-geral da ONU, em consulta ao secretário-geral da UNESCO, um relatório sobre as atividades educacionais desenvolvidas no âmbito desse projeto transdisciplinar.

---

[212] *A culture of peace "consists of values, attitudes and behaviours that reflect and inspire social interaction and sharing, based on the principles of freedom, justice and democracy, all human rights, tolerance and solidarity, that reject violence, endeavour to prevent conflicts by tackling their root causes to solve problems through dialogue and negotiation and that guarantee the full exercise of all rights and the means to participate fully in the development process of their society".* ADAMS, David. **Early history of the culture of peace**: a personal memoire. ago. 2003. Disponível em: < http://www.culture-of-peace.info/history/page34.html>. Acesso em: 14 nov. 2007.

[213] A UNESCO desenvolve projetos que envolvem a coordenação de dois ou mais de seus setores. O Projeto "Towards a Culture of Peace", segundo o documento 155 ex 48, envolve 11 setores, entre departamentos, unidades e divisões. Alguns documentos, como o A/51/395, de 1995, consideram o projeto dividido em 4 unidades; o documento 155 ex 48, entretanto, mais recente, ratifica-os, estabelecendo as 3 respectivas unidades: "Culture of peace: raising awareness and building partnership", "Educating for a culture of Peace" e "Culture of peace in action", e foi institucionalizado pela 29ª Conferência Geral, em 1997. Embora, pela Constituição da UNESCO, todas as atividades devam contribuir para a paz, para o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, o Projeto "Towards a Culture of Peace" justifica-se por ressaltar a importância contemporânea de mobilizar esforços para os referidos valores e a especificidade da contribuição da UNESCO às operações de "peace-building".

5. O Delírio: Fase de Transição [214]

A prioridade auferida à cultura da paz, em finais de 1995, no âmbito da UNESCO, caracteriza o período que classificamos como "etapa de transição" da trajetória da cultura da paz na década de 1990. Esse período compreende os anos de 1996 e 1997, ao longo do qual a abordagem de disseminação da cultura da paz sofrera modificações. Segundo Adams, a prioridade à temática em questão foi implementada por Mayor – então Diretor-Geral da UNESCO – por três modos: pela intensa diplomacia pessoal, pelo estabelecimento do Projeto Transdisciplinar e pela proposta do direito humano à paz. Como veremos, trata-se de uma fase de "frustração" [215] quanto ao andamento dos programas nacionais, seguida de uma mudança de abordagem, que conduziria à conformação do Plano de Ação – e da Declaração da Assembléia-Geral da ONU – e, desse modo, à ênfase na divulgação da cultura da paz enquanto um "conceito" e um "modo de vida", em detrimento de programas nacionais – vinculados, ou não – às operações de *peacebuilding*.

A questão central que se impõe durante a "fase de transição" da cultura da paz define-se pelo seguinte paradoxo: como e por quais motivos um tema praticamente desacreditado dentro da UNESCO passa a ser a prioridade para os anos seguintes, e acaba, posteriormente, sendo adotado pela Assembléia-Geral da ONU? Ao analisarmos somente os relatórios e as resoluções da UNESCO e da ONU, temos a impressão inicial que a cultura da paz possui uma trajetória ascendente, em direção a um movimento global, sem que tenha passado por dificuldades de legitimação pela sociedade internacional, e sem que possa ser dividida em, pelo menos, duas grandes fases: de 1989 a 1995 e de 1997 a 2001. Nesse sentido, as conclusões que podem ser extraídas dos relatórios divergem daquelas das memórias no que concerne tanto à trajetória da cultura da paz, quanto à sua definição como prioridade da UNESCO. As hipóteses, portanto, devem ser buscadas no cenário internacional, de modo a complementarem as razões que Adams apresenta, em suas memórias, como causas do declínio do entusiasmo em relação à cultura da paz, e em confronto com as conclusões extraídas dos relatórios.

---

[214] Referência ao capítulo de Memórias Póstumas de Brás Cubas no Machado de Assis narra o delírio do personagem principal, que antecede sua morte; nesse sentido, é uma transição.

[215] Essa frustração é explícita nas "memórias"; contudo, na análise dos relatórios da UNESCO, somente, ela nem chega a ser percebida. A partir dos comentários de Adams, faz-se possível verificar a diminuição dos relatórios sobre cultura da paz no ano de 1996 e a mudança da referência à cultura da paz: de programas nacionais ao Projeto Transdisciplinar.

Em meados da década de 1990, as instabilidades políticas nos Bálcãs e o acirramento dos fundamentalismos podem ser considerados marcos do decrescente otimismo quanto à cooperação internacional e à paz mundial. Em meio a esse ambiente, como obter êxito no incentivo ao desarmamento, à tolerância e à confiança recíproca? No âmbito da UNESCO, Adams aponta o ano de 1996 como o início de seu ceticismo em relação ao tema. A falta de financiamento, de vontade política e a lentidão da UNESCO quanto aos trâmites burocráticos foram apontados pelo professor como entraves ao êxito dos programas nacionais. Ele observa que praticamente todo o ano de 1996 passou sem que sequer um relatório formal fosse produzido. Trata-se de um contraste acentuado, se retomarmos suas palavras, logo no início das memórias, com referência ao começo da década, pelas quais dizia que em praticamente todas as reuniões da UNESCO, a cultura da paz era mencionada. De fato, a quantidade da documentação selecionada para esta pesquisa apresenta um declínio numérico entre os anos de 1995 e 1996, e um progressivo aumento a partir de 1997. A partir desse ano, entretanto, os relatórios fazem menção ao Projeto Transdisciplinar, à cultura da paz como um modelo de convivência, principalmente entre indivíduos, e ao "desafio" de a cultura da paz ser deliberada pela Assembléia-Geral da ONU, em detrimento dos programas nacionais, que são citados como "*background*" da "evolução" da cultura da paz, ao longo da década de 1990.

Ao analisarmos somente os relatórios, a percepção da trajetória da cultura da paz faz-se linear e ascendente. Se analisarmos as "memórias", percebemos dois momentos distintos, ambos com uma breve ascensão, sucedidas de acentuado declínio. O primeiro, de 1989 a 1995, compreende a conformação da Cultura da Paz com ênfase na Agenda da Paz, nas operações de *peacebuilding* e nos Programas Nacionais. Já o segundo, de 1997 a 2001, evoca o Projeto Transdisciplinar e novas abordagens de disseminação da cultura da paz, com ênfase no Ano Internacional, no Manifesto 2000 e nos preparativos para o lançamento da Década Internacional da Cultura da Paz (2001-2010). Os relatórios nos permitem concluir que a cultura da paz foi declarada prioridade pela UNESCO pela unanimidade e pela legitimidade que conquistou entre os Estados-membros e a comunidade internacional – inclusas as ONGs, e a sociedade civil, como um todo, haja vista o relatório elaborado por ela e encaminhado às Nações Unidas, no que concerne à continuidade das atividades. [216] Já a análise das "memórias" e do cenário

[216] Embora o relatório **World Report on the Culture of Peace** – Civil society report at midpoint of the culture of peace decade in accordance to the invitation in operative paragraph 10 of General Assembly Resolution só tenha

internacional, entretanto, permitem-nos inferir que a prioridade foi uma tentativa de evitar que a cultura da paz fosse arquivada na UNESCO. Declará-la como principal objetivo para os anos seguintes, no âmbito da estratégia a médio prazo – 1996-2001, pode ter sido um modo de reacender os ânimos quanto à cultura da paz e resgatar as iniciativas do início da década. Desse modo, o Projeto Transdisciplinar, destinado a proporcionar a convergência de todos os setores da UNESCO quanto ao tema da cultura da paz, e as novas abordagens – a mídia, de modo geral, e principalmente a internet – passaram a caracterizar o que denominamos de segunda "grande" [217] fase da trajetória da cultura da paz.

O Projeto Transdisciplinar, a partir de 1997, passou a ser difundido enquanto o principal objetivo da UNESCO em relação à cultura da paz. Os programas nacionais foram gradualmente substituídos pela mensagem de construção da paz nas mentes dos homens mediante a conduta diária, a solidariedade e a tolerância. Como discutimos no início deste capítulo, esses valores não são novidade para a UNESCO, e sim os mesmos aos quais ela fora criada e que defendeu ao longo de seus sessenta anos de existência, porém com denominações diferentes. Percebeu-se, portanto, que a abordagem referente aos programas nacionais não obtivera sucesso, chegando inclusive a ser considerada "alheia" [218] ao mandato da UNESCO e que, por isso, o tema deveria ser disseminado de uma nova maneira. Ao ser estabelecida como prioridade, a cultura da paz ganharia, novamente, o espaço necessário na UNESCO para que fosse "repensada". Finalmente, ao ser revista, a UNESCO deveria considerar os limites do seu mandato, a fim de que novas empreitadas não fossem desperdiçadas. Desse modo, ressurgiu a idéia de transformar a cultura da paz em um movimento global.

A idéia de fazer da cultura da paz um "movimento global" remonta ao ano de 1994. No "Apelo de São Salvador", Mayor exortou "líderes" de segmentos da "comunidade global" a tomarem conhecimento e a praticarem a cultura da paz e, conforme relata Adams, em reuniões internas da UNESCO, a plena viabilidade da construção de uma cultura de paz fora atrelada à sua disseminação em nível mundial. Os programas nacionais, embora tenham sido bem-

---

sido publicado em 2005, ele nos permite avaliar a legitimidade da cultura da paz no mundo. Há registros de 700 ONGs, em 100 países, atuando sob os preceitos e o lema da cultura da paz.

[217] "Grande" para não ser confundida com os períodos menores que utilizamos para empreender a análise pormenorizada da cultura da paz.

[218] Em dados momentos, a aprovação de propostas atinentes à cultura da paz na UNESCO teve que driblar argumentos relacionados ao mandato da UNESCO. Adams cita dois exemplos: na apresentação da primeira proposta, em 1992, algumas delegações alegaram que o método "cross-conflict" seria alheio ao mandato da UNESCO; o mesmo ocorreu na convocação de conferências, na Espanha, para que a crise no Sudão fosse discutida.

recebidos por diversos países, dependiam do conjunto de fatores anteriormente mencionados – as causas do ceticismo de Adams – para serem postos em execução. Por isso, consideráveis ressalvas eram feitas à cultura da paz, especialmente pelos países desenvolvidos, como veremos adiante.

A "transformação" da cultura da paz em um Projeto Transdisciplinar, sua adoção enquanto prioridade para a UNESCO – ao menos no biênio 1996 e 1997 e para a estratégia a médio prazo, de 1996 a 2001 – e o interesse da Assembléia-Geral da ONU pela temática propiciaram o ímpeto para que a abordagem da cultura da paz fosse modificada e a intenção do "movimento global", fosse retomada. De acordo com Adams, a "prioridade" à cultura da paz foi levada a cabo, pelo Diretor-Geral, de três modos: em primeiro lugar, pela intensa diplomacia pessoal que ele empreendeu na divulgação da cultura da paz; em segundo lugar, no próprio estabelecimento do Projeto Interdisciplinar, que deveria envolver, de forma coordenada, todos os setores da UNESCO e, finalmente, na proposta do direito humano à paz.

A diplomacia pessoal de Mayor pela divulgação da cultura da paz enquanto um "movimento global" teve início em 1997, e foi intensificada nos anos seguintes, juntamente com a campanha publicitária referente ao Ano Internacional da Cultura da Paz, cuja liderança ficou a encargo da UNESCO. A "simpatia" do Diretor-Geral pelo tema e seu apoio ao desenvolvimento da cultura da paz, entretanto, remontam à Declaração de Sevilha, da qual foi signatário. O comprometimento "apaixonado" [219] de Mayor pelo mandato da UNESCO e pelas causas dos "países do sul", recém "libertados", é ressaltado por Adams como o principal fator do êxito inicial da cultura da paz e da retomada das atividades, a partir de 1997.

Durante os anos de 1997, 1998 e 1999, Adams relata a assinatura e o envio de cartas assinadas por Mayor a chefes de parlamentos nacionais, de Estados e Governos, às comissões nacionais da UNESCO, aos premiados com o Nobel da Paz, a prefeitos (1000), a milhares de "presidentes" de Universidades, a Organizações Governamentais e Não-Governamentais e a profissionais da mídia, a fim de promover o pretendido "movimento global", caracterizado pelo Manifesto 2000, o qual comentaremos adiante. Cabe-nos dizer que os resultados dessa "nova abordagem" foram a referência à cultura da paz em inúmeras declarações internacionais e o estabelecimento de parcerias, a fim de que o "movimento global" pudesse ser viabilizado. Entre

[219] ADAMS, David. **Early history of the culture of peace**: a personal memoire. ago. 2003. Disponível em: <http://www.culture-of-peace.info/history/page3.html>. Acesso em: 14 nov. 2007.

esses parceiros da UNESCO, destacam-se Organizações Não-governamentais, escolas, universidades, demais agências das Nações Unidas e a mídia internacional, de modo particular a internet, que foi considerada, pela UNESCO, um dos instrumentos mais eficazes para a divulgação da cultura da paz.

O terceiro método de demonstração da "prioridade" auferida pela UNESCO à cultura da paz, na concepção de Adams, foi a proposta do Direito Humano à Paz. Em primeiro de janeiro de1997, em sua mensagem de ano novo, Mayor mencionou a proposta do direito humano a paz, de modo que essa se tornasse a contribuição da UNESCO à celebração do cinqüentenário da proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que seria comemorado em 1998. Durante 1997, foram convocadas reuniões [220] de especialistas, com o objetivo de comporem uma Declaração sobre o direito do ser humano à paz. Em junho, durante a reunião de Oslo, foi redigido um esboço de Declaração, que considerava "a paz como um direito humano, como um dever e a cultura da paz como um meio para a consecução desse direito". [221] Essa Declaração seria votada na 29ª reunião da Conferência-Geral da UNESCO, em novembro de 1997.

O direito humano à paz não foi aprovado pela Conferência-Geral da UNESCO em 1997. Nem em 1998, ou 1999... Segundo Adams, a questão do direito humano à paz "ecoou" por anos não somente na UNESCO, mas também na Assembléia-Geral da ONU. Enquanto alguns países tentavam barrar a aprovação desse direito por vias jurídicas, alegando que a UNESCO estaria ultrapassando seu mandato, outros argumentavam que "a paz jamais deveria ser elevada enquanto um direito humano; caso fosse, seria praticamente impossível iniciar uma guerra". [222] As discussões na 29ª Conferência foram tensas, a ponto de a delegação do Uruguai questionar quem poderia ser contra ao direito de todo ser humano a viver em paz, e a do Paraguai defender a perspectiva segundo a qual a paz talvez seja uma preocupação maior para o Sul, onde os recursos estão sendo desviados para a guerra. Ao perceber que o debate havia sido polarizado no sentido Norte/Sul, e que o consenso jamais seria obtido, o Diretor-Geral não mais insistiu nessa questão.

As barreiras que impediram a proclamação do direito humano à paz dizem respeito aos mecanismos jurídicos que o envolveriam, aos respectivos sujeitos, aos signatários, aos não-

---

[220] A exemplo das renuniões em Las Palmas, em fevereiro de 1997 e em Oslo, em junho de 1997.
[221] BRIZ, Jesús Maria Alemany. La paz, ¿un derecho humano? **Revista Aragonesa de Administración Pública**. n. 2, 1998, p. 17-46. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/extaut?codigo=172800>. Acesso em: 13 fev. 2007.
[222] ADAMS, David. **Early history of the culture of peace**: a personal memoire. ago. 2003. Disponível em: <http://www.culture-of-peace.info/history/page16.html.>. Acesso em: 14 nov. 2007.

signatários e, principalmente, à política internacional, se concebida como um "tabuleiro de xadrez". Jesús Maria Briz [223] destaca três mecanismos jurídicos, mediante os quais o direito humano à paz poderia ser proclamado. O primeiro seria a formulação de um Tratado ou Pacto, a ser votado na Assembléia-Geral da ONU e que, a partir de então, abrir-se-ia às ratificações dos Estados. Uma segunda opção seria adicionar um protocolo aos direitos civis e políticos, os chamados "direitos de primeira geração". Uma terceira possibilidade seria a aprovação de uma Declaração solene em uma instância internacional – a Assembléia-Geral da ONU ou outra Conferência-Geral.

No que concerne à primeira possibilidade, Briz ressalta as vantagens que um Pacto é capaz de proporcionar, em termos de precisão jurídica. Contudo, ele expõe a desvantagem de Pactos e Tratados vincularem somente seus signatários. Como o direito humano à paz, conforme salientamos anteriormente, é um tema controverso, essa possibilidade fora descartada. Tampouco a segunda opção fora viável, dado que os sujeitos dos direitos civis e políticos são os indivíduos e os do direito à paz, por deduções lógicas e históricas, pertencem à categoria dos "direitos de terceira geração", uma vez que a paz não deve ser somente um direito de ordem civil, por abranger diversas dimensões, dentre as quais os Estados e as nações. Por isso deve ser considerada como um "direito coletivo". Assim sendo, a proposta do direito à paz, assim como a do direito ao desenvolvimento sustentável e ao direito humanitário, possui caráter coletivo.

Já a terceira possibilidade apontada por Briz para a proclamação do referido direito foi por ele considerada, pelas problemáticas jurídicas mencionadas, a mais viável; tanto é que foi a escolhida pela UNESCO. Não obstante, a dimensão política em se proclamar a paz como um direito humano consistiu no principal óbice ao reconhecimento desse direito em nível global. Num sistema internacional de caráter anárquico, cujos atores principais ainda são os Estados – dotados dos respectivos aparatos militares dirigidos ao respaldo da consecução dos interesses de cada política externa – e onde a lógica da cooperação em prol de um "bem comum" [224] ainda não foi capaz de superar as desconfianças recíprocas e os interesses individuais, a proibição do recurso à guerra como continuidade da política faz-se ilusória, principalmente à época, com o conflito em Kosovo em vias de eclodir e alguns outros em andamento no Continente Africano. Embora o direito humano à paz não tenha sido "oficialmente" proclamado e, por essa razão, não

[223] BRIZ, Op. Cit.
[224] MORGENTHAU, Hans J. **Política entre as nações:** a luta pelo poder e pela paz. Brasília, D.F.: Ed. UNB, 2003.

possua obrigações vinculantes aos Estados, nem punições quanto à sua violação, ele adquiriu visibilidade e tem sido considerado como uma extensão do direito à vida. No que concerne à trajetória da cultura da paz, a não-aprovação desse direito humano não influenciou, a ponto de travar as demais iniciativas, principalmente pela transferência do tema para o âmbito da Assembléia-Geral da ONU. Nesse sentido, passaremos, agora, à análise do período que consideramos como "última etapa".

6. Última Etapa: A Concepção do "Emplasto" [225]

Classificamos o período que se estende ente os anos de 1997 e 2001 como a etapa final da trajetória de concepção da cultura da paz, ao longo da década de 1990. O ano de 1997, para Adams, foi o mais importante no que concerne às iniciativas das Nações Unidas em relação à cultura da paz, devido à convergência de três propostas: o Ano Internacional da Cultura da Paz – cujo símbolo maior foi o "Manifesto 2000" –, a campanha promovida por ganhadores do Prêmio Nobel da Paz, que deu origem à "Década Internacional para Cultura da Paz e Não-Violência às Crianças do Mundo", aprovada, pela Assembléia Geral, em 1998, [226] e a Declaração e Programa de Ação em Cultura da Paz, em 1999.

As sugestões para o estabelecimento do Ano e da Década Internacional da Cultura da Paz foram iniciativas da sociedade civil, endossadas, primeiramente, pela UNESCO e pelo ECOSOC [227] – Conselho Econômico e Social das Nações Unidas – e, prontamente, pela Assembléia-Geral das Nações Unidas. Conforme os relatos de Adams, a idéia do estabelecimento de um ano voltado à cultura da paz foi do fundador e diretor-executivo da ONG "Partage Avec les Enfants du Monde" e membro da mais antiga entre as principais organizações pacifistas, a "International Fellowship for Reconciliation", o Sr. Pierre Marchand. Foi ele, portanto, quem mobilizou os

[225] Conforme nossa analogia, o "Emplasto" Brás Cubas representa a cultura da paz, "medicamentos sublimes"para salvar a humanidade contra as tristezas provenientes dos males encontrados nas mentes das pessoas.
[226] Embora a proclamação da Década da Cultura da Paz tenha ocorrido em 1998, estendemos nossa análise até 2001 por dois motivos: em primeiro lugar, porque a Década teve início em 2001 e, em segundo lugar, devido à nossa análise conjuntural abarcar a "Década de 1990" como um período distinto, que abarca desde o ano de 1989 ao ano de 2001.
[227] O ECOSOC, segundo as informações disponíveis no endereço eletrônico das Nações Unidas, é responsável pela coordenação das atividades econômicas e sociais do sistema das Nações Unidas, sendo considerado o principal fórum de discussões e de formulação de recomendações sobre os referidos temas. É subordinado à Assembléia Geral. A atuação desse Conselho no incentivo à cultura da paz ilustra a concepção de paz sustentada pelo bem-estar social e econômico, como instrumento de prevenção de conflitos.

premiados com o Nobel da Paz, [228] pedindo-lhes que assinassem uma "carta" endereçada a todos os Chefes de Estado e Governo dos Estados-membros das Nações Unidas, a fim de que proclamassem um ano – e uma década – dedicada à educação para a não-violência.

No âmbito da UNESCO, o apoio a essa iniciativa pode ser constatado pela Declaração de Puebla, de 1997. Resultante da conferência "Meeting of Publishers ans Editors of Latin Américan Newspapers for A Culture of Peace", realizada pela UNESCO, em conjunto e direcionada aos profissionais de mídia da América Latina, essa Declaração foi a instância onde esses profissionais demontraram seu interesse e comprometimento em relação à cultura da paz e não violência, sugerindo à UNESCO que proclamasse um ano internacionalmente dedicado à cultura da paz. Na ocasião, foi cogitado o ano de 1999. Já no "apelo", os "nobéis da paz", além de sugerirem uma mobilização semelhante, mencionaram as violências diretas e indiretas[229] que afetam as crianças, incluindo, portanto, essa questão como temática para o Ano Internacional. Os "premiados", contudo, indicaram o ano 2000 e toda a primeira década do novo milênio, que, em conjunto, simbolicamente marcaria seu início, para a campanha à não-violência contra as crianças. [230]

A importância auferida pela Assembléia-Geral das Nações Unidas ao estabelecimento de pelo menos um ano para a concentração de esforços voltados à cultura da paz, principalmente para a mobilização da opinião pública, é visível pela urgência e prioridade com que a temática foi discutida nos diversos fóruns. O ECOSOC, nesse contexto, sugeriu que a Assembléia Geral, em sua 52ª sessão[231], proclamasse o ano 2000 como o "Ano Internacional para Cultura da Paz" [232] e que à UNESCO fosse facultada a coordenação das atividades referentes a ele. A Assembléia-Geral da ONU, em acato à sugestão do ECOSOC, adotou formalmente o ano 2000 como "Ano Internacional para a Cultura da Paz". A UNESCO fora designada como "agência

---

[228] Assinaram o documento os seguintes premiados: Mairead Corrigan-Maguire, Nelson Mandela, Mother Teresa, Aung San Suu Kyi, The 14Th DalaI Lama (Tenzin Gyatso), Mikhail Sergeyevich Gorbachev, Shimon Peres, Elie Wiesel, Mgr. Desmond Mpilo Tutu, Adolfo Perez Esquivel, Yasser Arafat, Mgr Carlos Felipe Ximenes Belo, Jose Ramos-Horta, Norman Borlaug, Oscar Arias Sanchez, UNICEF, Frederik Willem de Klerk, Betty Williams, Lech Walesa, Joseph Rothlat, The International Peace Bureau, The American Friends Service Committee. **The Nobel Peace Laureates´Appeal**. Disponível em: <http://www.global-vision.org/sustainability/appeal.html>. Acesso em: 7 out. 2007.

[229] Referência à concepção de Galtung de violência "física", considerada "direta" e "estrutural", chamada de "indireta", que se caracteriza como uma barreira ao desenvolvimento das potencialidades humanas, inibindo o logro do bem-estar, do desenvolvimento e, conseqüentemente, da paz.

[230] Ibid.

[231] O ECOSOC sugeriu a 52ª sessão por ser a reunião da Assembléia Geral que aconteceria ainda no ano de 1997.

[232] "International Year for the Culture of Peace".

líder" para a condução das atividades da do Ano Internacional, o que, segundo Adams, proporcionou à Organização a oportunidade e o moral que ela necessitava para redimensionar as estratégias de disseminação da cultura da paz.

Como expusemos anteriormente, a "nova fase" de divulgação da cultura da paz teve início em 1997 e intensificou-se nos anos seguintes, principalmente em 1999, em decorrência da designação da UNESCO para promover o Ano Internacional da Cultura da Paz. A estratégia de mídia utilizada nessa fase contou com a popularização da internet e com o engajamento da sociedade civil em prol do "movimento global" pela cultura da paz. Selecionamos dois aspectos principais dessa estratégia: o concurso internacional para o logotipo da cultura da paz e o "Manifesto 2000".

A UNESCO lançou um concurso internacional para a escolha do logotipo da campanha pela cultura da paz. Segundo Adams, desenhos de pombas foram os que mais chegaram. As pombas constituem o símbolo mais conhecido da paz e, justamente por esse motivo, desejava-se algo novo: uma nova simbologia, não atinente à ausência da guerra, ou mesmo à "paz celestial", representadas pelas pombas[233], mas ao cultivo da paz. Pretendia-se, portanto, uma imagem com cores fortes, que demonstrasse a nova visão e o compromisso "ativo" pela paz, sintetizados no slogan da campanha: "*cultivons la paix*". [234] O símbolo vencedor, que passou a estampar a página na internet dedicada à cultura da paz, os panfletos de divulgação do movimento e toda a campanha, em si, foi a imagem de duas mãos entrelaçadas, como se estivessem ao término de uma negociação. As cores escolhidas foram o vermelho e o amarelo que, diferentemente dos tradicionais branco e azul-claro, indicam dinamismo, movimento, vida.

---

[233] Elizena Rossy, em sua dissertação de mestrado, resgata a simbologia da paz desde a tradição grega, passando pela romana, pela judaico-cristã, pela filosofia Moderna, chegando aos movimentos de não-violência do século XX – a não-violência de Ghandi e o movimento hippie. Ela ressalta que, segundo a tradição grega, a paz era relacionada à harmonia e à beleza. Já na romana, prevalecia a noção de "paz armada", ou pax, que discutiremos no terceiro capítulo. A simbologia judaico-cristã, segundo a autora, refere-se a compromissos e promessas, decorrentes do dilúvio. Nesse sentido, as imagens do ramo de oliveira e da pomba indicam o término do período de destruições – quando a folha da árvore ficou novamente à amostra, e foi trazida a Noé pela pomba, ele entendeu que as chuvas tinham cessado – e a chegada do messias – a própria ave, ou seja, aquela que trouxe a "Boa Nova". Já a tradição moderna fundamenta a paz, em sua plenitude, na razão humana e, por isso, torna-se um objetivo distante. No tocante aos movimentos pela não-violência do século XX, Rossy cita Ghandi e sua perspectiva do autoconhecimento para que a paz fosse alcançada e considera, por exemplo, o movimento hippie que, mediante músicas e slogans, pregavam o amor frente à guerra. Pp 39 a 41. ROSSY, Elizena de Jesus Barbosa. **Mídia e terceiro setor**: como as ongs promovem a cultura da paz. Dissertação de mestrado. 2006. Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

[234] O slogan original era esse, em francês. Posteriormente, adotou-se, em inglês, o slogan "peace is in our hands". Não se trata, exatamente, de uma " tradução", embora tenha sido considerada como tal.

O Manifesto 2000 foi a maneira encontrada pela UNESCO para não somente divulgar a campanha pelo Ano Internacional da Cultura da Paz, mas também mobilizar cidadãos do mundo inteiro à causa da paz. Os ganhadores do Prêmio Nobel da Paz engajaram-se fortemente na promoção da cultura da paz, contribuindo sobremaneira para a legitimidade e a publicidade do "Movimento Global Pela Cultura da Paz e Não-Violência". Em parceria com a UNESCO e com uma ONG francesa, "Partage Avec les Enfant du Monde", foi lançado, em março 1999, na Torre Eiffel, em Paris, o "Manifesto 2000". Trata-se de um documento em formato de um "contrato", redigido[235] e assinado, primeiramente, pelos premiados com o Nobel da Paz, e dirigido aos indivíduos do mundo todo.

Ao assinar o documento, a pessoa se comprometia a praticar a tolerância, a solidariedade, entre os demais valores que embasam a cultura da paz cotidianamente, conforme discutido nas páginas anteriores. De acordo com Adams, trata-se do auge da divulgação da cultura da paz enquanto um movimento global, visto que o Manifesto, mundialmente distribuído, fora o centro das atividades do "Ano Internacional". Até maio de 2001, o Manifesto foi traduzido e disponibilizado na internet em 44 idiomas, com o registro de 75 milhões de assinaturas. Durante a "Década da Cultura da Paz", o Manifesto permanece disponível a assinaturas, indicando a esperança simbolizada pelos primeiros anos de um milênio que se inicia à consecução de uma paz menos utópica, fundamentada no desenvolvimento, nos direitos humanos e nos ideais democráticos.

Em 1998, foi aprovada a resolução que estabeleceu o período 2001-2010 como "Década Internacional Para uma Cultura de Paz e Não-Violência às Crianças do Mundo". Conforme anteriormente mencionada, trata-se de uma proposta dos ganhadores do Prêmio Nobel da Paz, que fora bem recebida pelas Nações Unidas enquanto continuidade dos esforços direcionados ao Ano Internacional da Cultura da Paz. A UNESCO também ficou encarregada de conduzir as atividades da Década, seguindo duas principais estratégias: a educação para a paz, com ênfase nas crianças, e o movimento global, esteado por parcerias e pelas novas tecnologias da informação. [236] Estabeleceu-se também que cada ano da Década deveria ser "temático"; ou seja,

---

[235] O Manifesto foi estruturado Segundo seis princípios "fundamentais" para a promoção da cultura da paz: o respeito à vida, a rejeição à violência, o compartilhamento – significando generosidade – o entendimentos, sintetizado no slogan "ouvir para entender", a preservação do planeta e a solidariedade visada ao desenvolvimento comunitário.

[236] UNESCO. **Report on the progress made by UNESCO in the implementation of the programme of action on a culture of peace and on cooperation with the united nations system in this field.** Document 161EX/17 – 19

cada um dos dez anos deveria celebrar e promover um tema relacionado à cultura da paz. O diálogo entre as civilizações, por exemplo, foi sugerido pelo Diretor-Geral da UNESCO para nortear as atividades do primeiro ano. No tocante às parcerias, a primeira delas foi estabelecida entre a UNESCO e a UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância –, dado que a prioridade dos objetivos estabelecidos para a década contempla as crianças do mundo inteiro. As parcerias entre a UNESCO e outras agências e fundos das Nações Unidas, e também com outras Organizações Internacionais, governamentais e não-governamentais, foram essenciais para a condução da Década Internacional, que teve início em 2001.

Finalmente, em relação ao terceiro elemento que caracteriza a "última etapa" da cultura da paz na década de 1990, trataremos da votação, na Assembléia-Geral da ONU, da Declaração e do Programa de Ação sobre a Cultura da Paz. Em 1996, a Assembléia-Geral da ONU havia requisitado à UNESCO que elaborasse um "*draft*", ou seja, um "esboço" de uma Declaração e de um Programa de Ação sobre a Cultura da Paz. Em 1997, ela começou a ser preparada e submetida a análises nas diferentes instâncias da UNESCO, conforme o procedimento habitual. [237] Nesse ínterim, segundo Adams, houve tentativas, por partes de Estados-membros, de barrar o envio desses documentos à Assembléia-Geral da ONU. Inviabilizada essa tentativa, tiveram início as "negociações" para que determinados elementos fossem retirados da Declaração final, o que a tornou, na opinião de Adams, politizada e débil no tocante à moralidade que poderia ter abarcado. Segundo o professor,

> Entre as cláusulas eliminadas estavam o respeito aos princípios democráticos nas relações internacionais, a referência às "profundas raízes culturais da guerra" e à promoção de um "movimento global para uma transição rápida de uma cultura da guerra e da violência para uma cultura de paz e não-violência no novo milênio", assim como referências à cultura da paz como um "processo de transformação individual, coletivo e institucional" e como um elemento na reforma das Nações Unidas. Por outro lado, o Programa de Ação foi em grande parte conservado, até mesmo fortalecido pelo reconhecimento da paz, da

---

apr. 2001. Paris. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=ged&req=2&by=2&sc1=1&look=new&sc2=1&lin=1&mode=e&text=161+ex+17&text_p=inc&submit=%A0%A0Go%A0%A0>. Acesso em: 26 nov. 2006.

[237] Os documentos devem ser encaminhados ao Conselho Executivo, que se reúne, em média, duas vezes por ano, para prévia aprovação; sendo esta efetuada, o documento passa para aprovação da Conferência-Geral da UNESCO, que se reúne a cada dois anos.

> segurança internacional e do desarmamento como um domínio de ação legítimo. [238]

Como podemos perceber, referências à "cultura da guerra" – antônimo "natural" da cultura da paz, cujas raízes são encontradas na "cultura" européia – foram "bloqueadas. De acordo com Adams, o processo de conformação do Plano e da Declaração durou cerca de nove meses, que coincidiram com a guerra em Kosovo. Se considerarmos que o direito humano à paz não obteve consenso na UNESCO, podemos estender essas discussões para a votação da Declaração e do Plano na Assembléia-Geral da ONU. O que talvez tenha viabilizado a chegada ao consenso quanto a estas últimas sejam os debates "informais", que antecedem as conferências e onde, geralmente, os termos dos acordos são definidos e as alianças entre os países são formadas. Foi nesses debates, portanto, que os elementos ressaltados no trecho acima foram retirados da Declaração que, segundo Adams, só foi aprovada "no último dia possível da 53ª sessão, 13 de setembro de 1999". [239]

Após praticamente uma década de Conferências Internacionais, com a finalidade de delinearem os objetivos para o século XXI, e na UNESCO, após todo esse período de conformação dos valores defendidos pela Organização, ao longo de seus 50 anos de existência, conformados na expressão "cultura da paz", a Assembléia-Geral das Nações Unidas declarou que a "cultura da paz" é:

> […] um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados no respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação; no pleno respeito aos princípios de soberania, integridade territorial e independência política dos Estados e de não ingerência nos assuntos que são, essencialmente, de jurisdição interna dos Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com o direito internacional; no pleno respeito e na promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais; no compromisso com a solução pacífica dos conflitos; nos esforços para satisfazer as necessidades de

---

[238] "Among the provisions eliminated were the respect for democratic principles in international relations, reference to the "deep cultural roots" of war, and the reference to promotion of a "global movement for a speedy transition from a culture of war and violence to a culture of peace and non-violence in the new millennium", as well as reference to the culture of peace as a "process of individual, collective and institutional transformation" and to promotion of a culture of peace as an element of UN reform. On the other hand, the Programme of Action was retained in most respects, and was even strengthened by recognizing international peace and security, including disarmament, as a legitimate domain of action". ADAMS, David. **Early history of the culture of peace**: a personal memoire. ago. 2003. Disponível em: <http://www.culture-of-peace.info/history/page21.html>. Acesso em: 14 nov. 2007. Tradução livre nossa.

[239] ADAMS, David. **Early history of the culture of peace**: a personal memoire. ago. 2003. Disponível em: <http://www.culture-of-peace.info/history/page21.html>. Acesso em: 14 nov. 2007.

> desenvolvimento e proteção do meio-ambiente para as gerações presente e futuras; no respeito e promoção do direito ao desenvolvimento; no respeito e fomento à igualdade de direitos e oportunidades de mulheres e homens; no respeito e fomento ao direito de todas as pessoas à liberdade de expressão, opinião, informação; na adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento em todos os níveis da sociedade e entre as nações; e animados por uma atmosfera nacional e internacional que favoreça a paz. [240]

Tanto a Declaração quanto o Programa aprovados pela Assembléia Geral têm por objetivo nortear as ações de governos, organizações internacionais e da sociedade civil, para a promoção da cultura da paz, de modo especial durante o "Ano" e a "Década da Cultura da Paz e Não-Violência às Crianças do Mundo", mediante seis grandes domínios de ação: a cultura da paz pela educação, o desenvolvimento econômico e social, o respeito aos direitos humanos, à eqüidade entre mulheres e homens, a participação democrática[241], entendimento, tolerância e solidariedade, "comunicação participativa" [242] e o livre trânsito de informações e de conhecimento e a paz e a segurança internacionais. Apesar de não abrangerem todos os elementos que seus formuladores desejavam, a Declaração e o Plano são considerados ímpares entre os documentos votados pela Assembléia-Geral da ONU, pelos valores que abarcam. A unicidade do Programa aprovado pela Assembléia Geral fora mencionada, pelo embaixador Anwarul Chowdhury, de Bangladesh, responsável pela apresentação dos documentos formulados à aprovação da Assembléia Geral, por ter contemplado questões "que a Assembléia raramente tratou durante seus 50 anos". O embaixador declarou:

> […] diferentemente de muitos outros documentos da Assembléia-Geral, este documento orienta ações e as encoraja em todos os níveis... Todas as pessoas de todos os meios de vida, de formações diversas, podem contribuir para sua implementação. [243]

---

[240] ONU. **Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz.** A/RES/53/243. 6 out 1999. Versão em português disponível em: <http://comitepaz.org.br/dec_prog_1.htm >. Acesso em: 27 dez 2007.

[241] Note-se que a democracia no interior dos Estados é amplamente promovida, enquanto que, nas relações internacionais, ela não chega a ser nem discutida.

[242] Participatory communication. Tradução livre nossa.

[243] "Unlike many other General Assembly documents, this document is action-oriented and encourages actions at all levels […] all people from all walks of life and all sorts of backgrounds can contribute to its implementation". Essa citação pode ser extraída das Memórias de Adams e do documento A/53/PV107, que relata a reunião da Assembléia Geral na qual a Declaração e o Programa de Ação Cultura da Paz foram aprovados. Tradução livre nossa.

A Declaração de Yamoussoukro, de 1989, exortou os Estados, as Organizações internacionais governamentais e não-governamentais a:

> [...] ajudarem na construção de uma nova visão de paz pelo desenvolvimento de uma cultura de paz, baseada nos valores universais do respeito à vida, da liberdade, da justiça, da solidariedade, da tolerância, dos direitos humanos e da eqüidade entre mulheres e homens; no estreitamento do destino comum da humanidade, de modo a fomentar a implementação de políticas comuns capazes de garantir a justiça nas relações entre os seres humanos e uma parceria harmoniosa entre a humanidade e a natureza; na inclusão dos componentes da paz e dos direitos humanos como características permanentes em todos os programas educacionais; no encorajamento a ações concertadas, em nível internacional, para o monitoramento e a proteção do meio-ambiente e para garantir que as atividades efetuadas sob a autoridade ou controle de um Estado não deteriore a qualidade do meio-ambiente de outro nem prejudique a biosfera. [244]

Ao compararmos a Declaração e o Programa de Ação sobre Cultura da Paz, percebemos que, de fato, as diretrizes da Declaração de Yamoussoukro foram seguidas. A politização do conceito de 1999, detectada não somente pelos elementos que passaram a compor o conceito, mas, principalmente, pelos que poderiam pertencer a ele e, conforme pudemos perceber mediante a análise dos documentos, foram barrados – o direito humano à paz, a menção à "cultura da guerra", a democratização das relações internacionais, a reforma da ONU, por exemplo, – reflete o declínio do "otimismo" encontrado dez anos antes, na ocasião do Congresso de Yamoussoukro. O período que sucedeu imediatamente a Guerra Fria foi determinante para a configuração da cultura da paz nos moldes em que ela se desenvolveu, dado que ela foi social e historicamente construída, conforme a dinâmica dos fatos que perfizeram o contexto internacional do período analisado.

O contexto internacional refletiu-se na conformação da cultura da paz na medida em que o grau de otimismo e de cooperação entre os Estados, durante a década de 1990, positiva e negativamente. De um lado, por se tratar de uma década inteira destinada a traçar os termos da

---

[244] "Help construct a new vision of peace by developing a peace culture based on the universal values of respect for life, liberty, justice, solidarity, tolerance, human rights and equality between women and men; strengthen awareness of the common destiny of humanity so as to further the implementation of common policies ensuring justice in the relations between human beings and a harmonious partnership of humankind with nature; include peace and human rights components as a permanent feature in all education programmes; encourage concerted action at the international level to manage and protect the environment and to ensure that activities carried out under the authority or control of any one State neither impair the quality of the environment of other States nor harm the biosphere". UNESCO. **Yamoussoukro declaration on peace in the minds of men**. Disponível em: < www.unesco.org/cpp/uk/declarations/yamouss.pdf >. Acesso em 14 set. 2006. Tradução livre nossa.

"pax" do pós-Guerra Fria, a cultura da paz pôde se beneficiar das discussões, no âmbito das Nações Unidas, dos elementos que, conforme solicitou a Declaração de Yamoussoukro, deveriam ser considerados para a conformação de "uma nova visão de paz". De outro, a esperança de um mundo pacífico foi suplantada por novas possibilidades de conflitos e pela eclosão de alguns outros – a exemplo das escaladas no Golfo, na Bósnia, em Kosovo, no Oriente Médio e no continente africano. Além disso, o fundamentalismo religioso – especialmente o islâmico – o terrorismo, o colapso de Estados e o narcotráfico emergiram como a principais ameaças à paz e à segurança no limiar do século XXI, aumentando a "desconfiança" entre os povos. Finalmente, as políticas externas dos Estados-membros da UNESCO, atinentes aos seus objetivos e aos fatos registrados no período, também incidiram, como pudemos notar, na formulação da cultura da paz.

A paz, freqüentemente considerada um objetivo comum entre os povos, não se desvincula da busca pelo poder e da "sobrevivência" do sistema de Estados na política internacional. É, de fato, uma meta almejada; contudo, mesmo que se tenha buscado desvincular o conceito de paz de "*status quo*" dos "vencedores", atrelando-o à conduta diária da prática da tolerância, da cooperação e da solidariedade, nas esferas individuais, comunitárias e estatais, ao menos no nível internacional, o aporte hobbesiano do "homem contra ele mesmo" e a visão do mundo como um tabuleiro de xadrez, que caracterizam a "cultura da guerra", permanecem fortes, dificultando a consecução de uma "paz duradoura", da qual a cultura da paz tornou-se, na década de 1990, a mais evidente expressão. A consecução da paz duradoura, em uma dinâmica circular, encontra obstáculos tanto no sistema internacional, quanto nas mentes humanas, formuladoras dessa estrutura. Fundamentados nessa constatação que os idealizadores da cultura da paz pensaram o referido programa, a fim de que a lógica da competição seja suplantada pela da cooperação, em primeiro lugar, nas mentes das pessoas, a fim de que, em longo prazo, essa transformação seja refletida nas instituições e a paz, em suas diversas acepções, seja lograda.

CAPÍTULO 3

VISHNU E SHIVA: DA MANUTENÇÃO À DESTRUIÇÃO [245]

[245] Vishnu e Shiva são deuses da mitologia hindu. Junto com Brahma, formam a Trimurti, a trindade Hindu que representa a criação, a manutenção e a destruição (transformação) do universo. Vishnu representa o poder de manutenção do universo e Shiva, o de transformação ou de destruição do que puder ser destruído. Nossa analogia consiste em associar a "manutenção" que Vishnu representa ao que, no Ocidente, compreende-se pelos significados da paz e a "transformação"ou "destruição" que Shiva representa aos sentidos atribuídos à guerra.

1.Vixnusahastanama-stotra: os conceitos da paz [246]

O conceito de cultura da paz, conforme adotado pelas Nações Unidas, em 1999, preconiza a ampliação analítica sofrida pelo conceito de paz ao longo do século XX. Durante os anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial, uma nova área de estudos começou a se desenvolver entre as ciências humanas: os estudos da paz. Psicólogos e cientistas sociais iniciaram a empreitada de aplicar os métodos de pesquisas das ciências sociais aos estudos da guerra e da paz, a fim de encontrarem as origens dos conflitos e de elaborarem métodos para resolução dos mesmos. Com o término da Segunda Guerra Mundial, esse processo foi conduzido, em grande medida, pela ONU, pela UNESCO e por *think tanks* criados para se dedicarem aos estudos da paz que, a partir de então – e em certa medida –, dissociaram-se da polemologia[247], configurando-se como objeto de uma disciplina específica: a irenologia ou *peaceresearch.*

Os estudos da paz eram, até então, um desdobramento dos estudos da guerra. Nessa lógica, estudavam-se a guerra para dominarem todas suas possíveis causas, táticas e conseqüências. Paz e guerra eram fenômenos políticos, decorrentes das políticas externas dos Estados ou das conformações civis dessas sociedades: enquanto a guerra desfazia uma determinada "ordem" interna ou internacional, a paz consolidava uma nova, com o status obtido no findado conflito. A paz, nesse sentido, era concebida, genericamente, como externa e interna: externamente, enquanto acordos que cessavam uma guerra, enquanto períodos juridicamente regulados entre guerras, o que a tornava "frágil", de curta duração; internamente, a paz relacionava-se à moral, objeto de estudo da filosofia, e significava a ausência de conflitos no interior de um indivíduo. Alheia aos estudos jurídicos e políticos, porém ainda "externa", distinguia-se a "paz social", propalada pelas religiões. Salientamos que essas de concepções de paz, embora esteadas em uma mesma lógica "negativa" – ausência de guerra entre os Estados, na alma humana e em uma dada sociedade – não encontravam contrapartida uma na outra. [248]

---

[246] Vixnusahastanama-stotra é uma prece hindu, que significa "os mil nomes de Vishnu", que derivam os atributos desse Deus, dentre os quais destacamos: Acyutah (firme, permanente), Ananta (sem fim, eterno, infinito), Madhava (relacionado à primavera). Podemos perceber que são conceitos que se relacionam ao que se espera obter com a paz.

[247] Bouthoul define a polemologia como "o estudo objetivo do fenômeno-guerra". BOUTHOUL, Gastón. **Viver em paz.** São Paulo: Moraes, 1968.

[248] Cabe-nos ressaltar que a questão da moral, na verdade, sempre perpassou os estudos da guerra e da paz. A teoria da guerra justa e as normas de direito à guerra – *jus ad bellum* – e do direito nas guerras – *jus in bellum* – são exemplos dessa preocupação. Adotamos o modelo acima, pois a paz interna ao indivíduo costuma ser proferida

Tratava-se, portanto, de um conceito "negativo", [249] sem uma definição afirmativa própria, em esferas distintas: a ciência política, a filosofia e a religião.

A questão da paz, em todas as esferas, esbarrava na estabilidade. Religiosamente, a paz eterna era obtida com a morte. Política e filosoficamente, entretanto, a paz duradoura fora sempre objeto de modelos teóricos caracterizados como utópicos, a exemplo das proposições do Abade de Saint-Pierre, de Kant, ou ainda do Presidente dos Estados Unidos à época da Primeira Guerra Mundial, Woodrow Wilson. Desse modo, ao subestimarem tais parâmetros, considerados mais uma utopia metafísica que projetos exeqüíveis para a consecução da paz, os *peaceresearchers*, após a Segunda Guerra Mundial, iniciaram uma empreitada a favor da valorização de uma paz duradoura tangível.

O desenvolvimento das ciências sociais e o fomento da UNESCO aos estudos da paz, desde sua criação, contribuiram para o desenvolvimento da *peaceresearch* enquanto uma ciência multifacetada e mais distante da ciência política. Considerando que a ótica analítica tanto da antropologia, quanto das ciências sociais e da psicologia se aproximam mais dos propósitos da Organização que a ciência política, a contribuição da UNESCO aos estudos da paz por essas perspectivas deve ser acentuada. De acordo com Tentorini,

> O desenvolvimento das ciências sociais começou a fazer possível um discurso sobre a organização e a construção da paz não mais em fundamentos unicamente poéticos, emotivos e morais, mas também sob dados e modelos organizativos, cuja elaboração depende da contribuição oferecida – um trabalho de pesquisa interdisciplinar – às custas de várias disciplinas, tais quais a antropologia cultural, a economia, a jurisprudência, a psicologia, a sociologia, a história. [250]

Além disso, diante da problemática do subdesenvolvimento e suas facetas – miséria, fome, doenças contagiosas, violência urbana, degradação ambiental e do crescente fluxo

---

enquanto moral – vide Norberto Bobbio, O Problema da Guerra e as Vias da Paz. Pretendemos, com esse modelo, indicar que na ciência política, a "paz interna", ou seja, o comportamento do indivíduo não se imiscuía nas temáticas da "paz externa", relacionada à atividade dos Estados. A moral vinculada aos estudos bélicos relacionava-se ao conjunto de regras quanto ao recurso à guerra, e não ao comportamento e às condições espirituais de cada indivíduo, em seu cotidiano, como passou a acontecer em meados do século XX.

[249] Negativo porque desprovido de uma acepção axiológica própria, e não por conotar juízos de valor.

[250] "Lo sviluppo delle scienze sociali comincia a render possibile un discorso sull'organizzazione e la construzione della pace non più su base unicamente poética, emotiva e morale, ma anche su date e modelli organizzativi, la cui elaborazione dipende da contributi forniti – um impegno di ricerca interdisciplinare – da cultori di varie discipline quali l'antropologia culturale, l'economia, la giurisprudenza, la psicologia, la sociologia, la storia". TENTORI, T.(Org.) **Educazione Alla Pace.** Roma: Editrice Studium, 1970. P. 20. Tradução livre nossa.

internacional, a partir da década de 1970 – passou-se a considerar a paz como a plena satisfação das potencialidades humanas, às quais o subdesenvolvimento se apresenta, senão enquanto "ameaça", como entrave estruturalmente arraigado. Trata-se da manifestação do gradual deslocamento do conflito Leste-Oeste para o Norte-Sul, que caracterizou o final e o término da Guerra Fria em meados e finais da década de 1980, e da "visão sistêmica", segundo David Adams, conforme a qual o subdesenvolvimento do "Sul" seria uma ameaça ao desenvolvimento e à segurança – do "Norte".

A paz, desse modo, passou a ser considerada não somente como a ausência de guerras, mas também de violência. Esta última, por sua vez, passou a ser analisada de maneira holística, e não somente em sua incidência direta nas pessoas. Assim, as considerações sobre a violência, além de abarcarem suas manifestações físicas – embate corporal –, passaram a valorizar as questões instrumentais – as armas – e as estruturas sociais – que incidem indiretamente nas pessoas, privando-as de se desenvolverem ou ocasionando mortes que poderiam ser evitadas.

Concebida enquanto ausência de violência – e não unicamente enquanto ausência de guerra –, a paz passou a vincular-se à justiça social, cuja consecução tornou-se pré-requisito para o desenvolvimento humano. O desenvolvimento e a justiça social tornaram-se, portanto, esteios para a paz. Inversamente, entretanto, a obtenção do desenvolvimento e da justiça social tornou-se inviável em ambientes onde predominam a violência "física" – bélica -, a pobreza e a injustiça social, esta última compreendida enquanto desigualdades nas relações sócio-econômicas, étnicas e de gênero. Desse modo, percebe-se o imbricamento das três esferas anteriormente mencionadas – a política, a filosófica e a religiosa –, tornando a concepção de paz, em finais do século XX, equivalente à soma desses elementos.

Com o aprofundamento das problemáticas atinentes ao subdesenvolvimento, no pós-Guerra Fria, e com a inclusão desses temas na Agenda de Segurança das Nações Unidas, tal perspectiva de paz ganhou força e legitimidade, culminando com a Declaração sobre Cultura da Paz, de 1999. Nesse sentido, após, nos primeiros capítulos desta dissertação, termos delineado o cenário internacional no qual a cultura da paz se desenvolveu, assim como sua trajetória ao longo da década de 1990, cabe-nos, neste terceiro capítulo, analisar o sentido dessa paz proposta, em comparação com os modelos "tradicionais".

A análise do conceito de cultura da paz será realizada em duas etapas. Em primeiro lugar, apresentaremos os principais conceitos de paz existentes, a fim de que possamos efetuar as

devidas comparações entre eles. Em segundo lugar, analisaremos o porquê de a cultura da paz abarcar tantos elementos, ou seja, que realidade se procura, de fato, obter, quando se tem em mente a cultura da paz, para que possamos analisar o referido conceito em termos de segurança internacional, ou seja, em seu potencial de propiciar uma paz duradoura.

As diferentes considerações sobre a paz revelam não somente o crescimento da *peaceresearh* ao longo do século XX, mas também as dimensões histórico-estruturais do sistema internacional que influenciaram esses estudos. Para lançarmos as bases argumentativas para a análise da cultura da paz, avaliaremos a paz enquanto ausência de guerras, enquanto conceito negativo e/ou positivo, enquanto regulamentação jurídica – a chamada "paz pela lei" –, enquanto conformação política universal, "pax", ou ainda "paz imperial".

O primeiro e "clássico" significado de paz é o de "ausência de guerra". Vincula-se diretamente à definição de guerra, fazendo desta última o termo forte de uma díade. O conceito de guerra, desse modo, determinará o de paz, esta sendo definida enquanto a ausência dos elementos que caracterizam a guerra. Para que a exposição do conceito de paz enquanto ausência de guerras seja adequadamente efetuada, nesses termos, faz-se necessária uma análise sobre ao menos algumas concepções de guerra. Thomas Hobbes relacionou-a ao estado "natural" do homem, oposto à sociedade civil; tem-se, nessa perspectiva, as antíteses desordem/ordem; mal/bem. Clausewitz a definiu como "um ato de força destinado a compelir o adversário a submeter-se à vontade do vencedor", ou ainda a "continuação da política por outros meios". [251] Norberto Bobbio, em "O Problema da Guerra e as Vias da Paz", além de se referir à guerra como um "tipo particular de conflito" que é encerrado por acordos de paz, menciona o verbete "guerra" do Dicionário Enciclopédico Italiano, no qual o termo é definido como "Luta armada entre dois ou mais Estados".

Como se vê, a guerra pode ser definida segundo diversos critérios. A concepção hobbesiana parece ter-se consolidado no senso comum, que rejeita a guerra enquanto um mal absoluto e considera a paz o bem supremo. Nesse caso, a ordem – associada à sociedade civil – corresponderia à paz e o caos, à guerra. [252] Essa noção maniqueísta, embora aparentemente arraigada no imaginário popular, nem sempre fora predominante na ciência política. [253] Pelo contrário, tanto a ciência política, quanto a filosofia e a literatura, segundo Bouthoul, registram

[251] CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. Capítulo 1.
[252] O caráter anárquico do sistema internacional costuma ser indicado como um fator de recorrência à guerra.
[253] BOBBIO, Norberto. O problema da guerra... p. 149.

mais recorrências à exaltação da guerra que da paz. Ele argumenta que, "relativamente à guerra, fonte de todos os lirismos, a paz figura de parente pobre. Ela pode dar-nos a felicidade, não a glória nem o entusiasmo supremo do combatente. Os povos felizes não têm história: os historiadores não lho perdoam". [254] Nesse sentido, a guerra não somente deixou, por um longo período, [255] de ser considerada um mal absoluto, para ser caracterizada como um mal necessário para a obtenção de um ou mais fins, quais sejam: liberdade, poder, glória, progresso, ou ainda um meio lícito – mediante a teoria da guerra justa – para o alcance dos objetivos pretendidos.

A justificativa da guerra enquanto mal necessário é encontrada no pensamento kantiano, e fundamenta-se na concepção teleológica da História que se fortaleceu no século XVIII e se vinculou à noção de progresso, no XIX. Para Kant, [256] a guerra é uma imperfeição da natureza humana que pode ser corrigida pela razão e que, devido a esse atributo, possui função pedagógica. Em "Idéia de uma História Universal com um Propósito Cosmopolita", o filósofo examina as predisposições "naturais" quanto ao aprimoramento humano, desenvolvendo a concepção do "curso contraditório da natureza", capaz de conduzir a humanidade à perfeição e à unidade mediante o aprendizado que a guerra é capaz de proporcionar – visão essa que, posteriormente, aplicaria em "A Paz Perpétua". A questão da paz duradoura, segundo Kant, não encontra soluções nas assinaturas de tratados posteriores a determinados conflitos, visto que conformam o cessar de uma violência momentânea que não exclui futuras incursões violentas. De acordo com a teleologia kantiana, a História dialética, determinada pela alternância entre guerra e paz, tornar-se-ia não-dialética, ou seja, constantemente pacífica, quando a humanidade se desenvolvesse, racional e institucionalmente, em sua plenitude, a ponto de a guerra não encontrar meios para ser levada a cabo.

Para Kant, a "natureza" utiliza-se dos antagonismos das disposições humanas para o desenvolvimento social; devido ao conflito das vontades, que caracteriza o desenvolvimento humano, as divergências tendem a "endireitarem-se" reciprocamente: "[...] tal como as árvores num bosque, justamente por cada qual procura tirar à outra o ar e o sol, se forçam a buscá-los por

---

[254] BOUTHOUL, Gastón. Op. Cit., p. 27.
[255] De acordo com Norberto Bobbio, a noção de guerra como um mal absoluto foi retomada com a possibilidade da explosão nuclear, no contexto do "equilíbrio de terror", durante a Guerra Fria.
[256] KANT, Emmanuel. A Paz Perpétua - Um Projeto Filosófico (1795/96). In: **A paz perpétua e outros opúsculos.** Lisboa: Edições 70, s.d. p.144.

cima de si mesmas e assim conseguem um belo porte [...]". [257] Daí a consecução da paz ser um projeto que levaria gerações para ser obtido, e a guerra ser um mal necessário para o desenvolvimento da humanidade e para a consecução da paz não enquanto armistício – intervalo entre uma guerra e outra – e sim perpétua.

A concepção da história enquanto dialética, ou seja, movimento, é determinante para a compreensão do pensamento kantiano, assim como o é a noção de progresso. A vinculação da guerra ao movimento e deste último à História proporcionam o nexo causal entre esses termos. Sendo a paz a ausência de guerra, trata-se, então, da ausência de movimento. A extática, contudo, é relacionada à morte. Ora, se definirmos a História enquanto a "ciência dos homens no tempo", [258] constataremos que a História deixaria de existir com o desaparecimento do homem. Logo, a paz perpétua seria impossível, pois os homens já estariam mortos quando ela se instaurasse. Podemos extrair desse raciocínio uma consistente justificativa para a guerra: à medida que a guerra, nos termos descritos, é vinculada ao movimento, à História e, com ela, à vida, a paz perpétua só seria possível com a morte. Segundo Philonenko, [259] trata-se, de fato, da inspiração de Kant para a escrita da Paz Perpétua: um quadro que estampava a imagem de um cemitério, e que continha os dizeres "descanse em paz". [260] Ao deparar com esse quadro e a (im)possibilidade da paz duradoura "em vida", Kant teria elaborado seu projeto para que se tentasse instaurar a paz perpétua entre os povos.

Em se tratando da relação entre guerra e progresso, Norberto Bobbio descreve três argumentos freqüentemente utilizados para essa justificativa: a de que a guerra serviria ao progresso moral, ao progresso civil e ao progresso técnico da humanidade. Moralmente, a guerra desenvolveria nos indivíduos "a coragem, o espírito de sacrifício e de solidariedade"; [261] em relação ao progresso civil, a contribuição da guerra estaria no aumento da comunicação entre os

---

[257] Kant, Emmanuel. Idéia de uma história universal com um propósito cosmopolita. In: ***A* paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70, s.d., p. 28.

[258] BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1997. P. 55

[259] PHILONENKO, Aléxis. Kant et le problème de la paix**.** In: **Essais sur la philosophie de la guerre**. Paris: Libraire Philosophique J.Vrin, 1976.

[260] Essa perspectiva é encontrada em autores considerados neokantianos, a exemplo de Francis Fukuyama. Em "O Fim da História", Fukuyama discute o término da Guerra Fria e a vitória do capitalismo em termos de o "fim da história", porque não concebia outro "inimigo" ao sistema capitalista capaz de produzir a dialética. Apesar do raciocínio acima poder ser considerado uma justificativa para a guerra, temos que considerar que Kant foi um dos primeiros expoentes da filosofia dedicada ao alcance de uma paz duradoura, e não da paz "frágil", sinônimo de armistício. Não obstante, quanto à contextualização do término da Guerra Fria e a recorrência de outros conflitos, muito se argumentou, principalmente no âmbito das Nações Unidas, sobre a humanidade ter atingido, ao término do século XX, o nível de "emancipação" ao qual Kant se referiu, a ponto de tornar a guerra obsoleta.

[261] BOBBIO, Norberto. O problema da guerra... p. 90.

homens, devido ao subjugo de uns povos a outros, além de promover a união de uma coletividade, mediante uma causa em comum. Segundo Bruno Coppieters e Nick Fotion, uma determinada sociedade, quando se prepara e/ou vai à guerra, desenvolve o sentimento de "nós": "nós lutamos firme, nós vencemos a guerra, e venceremos a próxima", [262] o que favorece a consolidação de um Estado-nação, seja pela defesa de um território, de uma religião ou de uma etnia.

Já no que concerne à relação entre guerra e progresso científico e tecnológico, a contribuição da guerra costuma ser ainda mais exaltada, visto que a tecnologia e os estudos desenvolvidos para a guerra acabam sendo posteriormente utilizados sem fins militares, a exemplo dos aparelhos eletrônicos, tais quais rádios, fornos microondas, computadores, internet, e até mesmo de guloseimas, como a goma de mascar. Além disso, a guerra costumou, e ainda costuma influenciar pesquisas nas mais diversas áreas, da história à psicologia, da química às ciências tecnológicas, da matemática à arquitetura. Daí Bouthoul afirmar, numa perspectiva hegeliana, que os povos não-guerreiros não teriam história. Trata-se de uma concepção arraigada, que atribui a dinâmica das sociedades e dos Estados à preparação e à eclosão das guerras, que visam justamente à "melhoria" da "paz", ou seja, do "estado" subseqüente. Uma sociedade constantemente pacífica, nessa perspectiva, não "progrediria", nem teria "história", visto que não desenvolveria técnicas, políticas, ou mesmo táticas para derrotar o inimigo, nem poderia se vangloriar de conquistas gloriosas, fatos que costumam ser valorizados na escrita da história.

Essa concepção de paz é justamente a que os *peaceresearchers* e a própria ONU, mediante a cultura da paz, vêm tentando obliterar, quando propõem que o desenvolvimento – faceta contemporânea do progresso – só se faz possível em um ambiente de paz, que não são as divergências que devem cessar, mas os métodos de solucioná-las, e que a paz também – e principalmente – é capaz de gerar ganhos comerciais e tecnológicos. Desse modo, não se esperam que os conflitos de interesses entre os povos desapareçam, mas que a negociação prevaleça sobre o uso da força, e que um consenso seja obtido entre as partes, em detrimento da submissão dos perdedores aos desígnios do vencedor, fator tido como uma das principais origens de conflitos ulteriores.

---

[262] COPPIETERS, B.; FOTION, N. (Ed.). **Moral constraints on war** – principles and cases. New York: Lexington Books, 2003. Introdução.

Entre a consideração da guerra como um mal absoluto e a paz como um bem absoluto encontra-se a – extinta – teoria da guerra justa e as constatações – históricas – da paz injusta. Segundo Norberto Bobbio,

> A teoria da guerra justa teve início com Santo Agostinho, com o objetivo de refutar a tese, atribuída aos primeiros padres da Igreja, segundo a qual de algumas passagens e do espírito do Evangelho se deveria extrair o princípio da condenação absoluta da guerra, e conseqüentemente que toda guerra era sempre lícita.[263]

Bruno Coppieters e Nick Fotion argumentam que, embora a teoria da Guerra Justa tenha surgido entre os antigos gregos e também na filosofia chinesa – Platão, Aristóteles, Cícero e Mo Tzu, dizem os autores, já teriam escrito sobre constrangimentos morais nas guerras –, a tradição ocidental da teoria da Guerra Justa encontra sua fundamentação nos escritos de Santo Agostinho que, face ao Império Romano Cristianizado, e aos constantes ataques dos "pagãos", partiu para o convencimento aos cristãos, defensores da paz, sobre ao recurso à guerra. [264]

O questionamento axiológico das causas de uma guerra engendrou a derrocada da teoria da Guerra Justa, ao propiciar validade universal à justa causa de toda guerra. Uma guerra sempre pode ser justificada, tanto pela parte agressora, quanto pela parte agredida, quaisquer que sejam agredidos e agressores. Desse modo, qualquer guerra pode ser considerada justa. Por outro lado, o acordo firmado entre as partes para o término de um conflito nem sempre foi justo – um exemplo é o acordo de rendição assinado pela Alemanha em Versalhes: cessou a guerra, mas a paz obtida, ou seja, o fim da violência, foi imposto, não satisfez as necessidades políticas, econômicas e sociais de todas as partes envolvidas e acabou insuflando as condições para um novo conflito. Por isso, Bobbio refuta a concepção hobbesiana de paz e guerra enquanto extremos valorativos, considerando-as como valores extrínsecos e relativos: "uma guerra pode ser boa se o fim a que tende é bom, e a paz é boa apenas quando o resultado que dela decorre é bom". [265] O que devemos ressaltar, entretanto, são os efeitos e os destinatários dessas pazes: o que seria um fim bom, ou ruim, e para quem seriam bons ou ruins? Ainda no exemplo acima, da Paz de Versalhes, trata-se, na verdade, de um armistício, e não do estabelecimento definitivo da paz. Ao adotarmos, portanto, a perspectiva dicotômica hobbesiana de guerra para definirmos a

[263] BOBBIO, N. O problema da guerra... p. 76.
[264] COPPIETERS,B; FOTION, N. Op. Cit., p. 11.
[265] BOBBIO, N. Op. Cit., p. 149.

paz, estaremos sujeitos a lacunas e tipologias historicamente refutáveis. Delineados esses argumentos, partiremos para a concepção de guerra segundo Clausewitz, ainda para podermos definir a paz em seu sentido clássico, qual seja: ausência de guerra.

As definições de Clausewitz para o fenômeno da guerra, tais quais "um ato de força destinado a compelir o adversário a submeter-se à vontade do vencedor" e a "continuação da política por outros meios" perpassam duas noções fundamentais: a institucionalização da força e a conseqüente utilização de armamentos. Ao pensarmos a paz enquanto ausência de guerra e esta última enquanto um "ato de força" e "outros meios" além da política, concluiremos que o estado de paz deva excluir a utilização da força e os recursos para que ela seja executada. Ora, o uso da força remete a análise à questão do potencial bélico das partes, os "meios" pelos quais a força é empregada, tornando premente a questão do (des)armamento, presente na Declaração da Assembléia-Geral, de 1999, a qual comentaremos adiante.

No que concerne ao emprego da força, Proença estabelece as devidas distinções entre força e violência. Essa diferenciação é fundamental nesta seção, dado que a violência, atualmente, é considerada, por muitos autores, como um entrave à consecução da paz, quando não seu antônimo contemporâneo, conforme expusemos anteriormente. À primeira vista, força e violência podem, de fato, imiscuir-se conceitualmente, por conotarem, o "uso de ação ou constrangimento físico" e a "transmissão orientada de energia". [266] Proença exemplifica esse "constrangimento" e essa "transmissão" mediante as imagens de se de imobilizar uma pessoa e de se forçar uma porta emperrada. A diferença que ele evoca entre força e violência, entretanto, incide na institucionalização que remete à expressão "uso da força" e na ilegitimidade que conota a "violência":

> Em condições sociais, [...] a escolha do termo violência insinua que tal uso [da força] se dá num contexto carente de sanção de autoridade competente (ilegal ou ilegítimo); ou de forma descontrolada (imprópria ou irracional). Já a escolha do termo força insinua o contrário, é dizer, que tal uso se dá num contexto em que existe sanção de autoridade competente (legal ou legítima), e em função disso esse uso está sujeito a limitações (em termos de sua conveniência ou racionalidade). Só assim

[266] PROENÇA, Domício. Enquadramento das PKO nas teorias da guerra e da polícia. **Revista brasileira de política internacional.** Julho-dezembro, ano/vol. 45, número 002. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Brasília. P. 149.

> pode-se identificar um ato como violência ou, no caso contrário, como uso de força. [267]

Ao analisarmos a definição clausewitziana de guerra, devemos considerar a utilização da força pelos Estados, responsáveis legítimos pelo emprego da mesma, excluindo, por enquanto, a violência, particular ao léxico da *peaceresearch* a partir da década de 1960, com os estudos de Galtung – noção essa criticada por Bobbio, devido à imprecisão metodológica que proporciona aos estudos da guerra e da paz na ciência política. A utilização da força como "retaguarda da política" [268] e vice-versa pressupõe a composição da política internacional, na qual persuasão e dissuasão são respaldadas pela tecnologia e pela posse de armamentos. De acordo com Raza, "enquanto o mundo prescindir de um soberano universal, os Estados continuarão sendo os principais atores do cenário internacional, responsáveis pelo uso legal e legítimo da força". [269] Nesse sentido, a concepção de paz que se pode extrair da definição de guerra de Clausewitz é a de "paz armada", que pode ser equiparada às concepções defendidas pelos que se enquadram à corrente Realista das Relações Internacionais. Trata-se, portanto, da ameaça ou do uso da força para a consecução das vontades nacionais, ou seja, para a manutenção da política internacional.

A temática dos armamentos perpassa a noção Realista-Clausewitziana, à medida que condiciona os potenciais persuasivos e dissuasivos dos Estados. A posse de armas, no entanto, não preconiza a iminência de conflitos, como a definição de guerra de Clausewitz nos induz a concluir. Hans Morgenthau, considerado o "pai do Realismo Político nas Relações Internacionais", ao questionar se "desarmamento significa paz", conclui que, independentemente do momento histórico e das condições políticas e tecnológicas a que um Estado esteja inserido, a humanidade sempre lutou e sempre lutará, não porque possui armas, mas porque considera necessário lutar ou ameaçar para lograr seus objetivos, ou mesmo "sobreviver". Morgenthau enfatiza, mediante o estudo das primeiras tentativas de desarmamento, no século XVIII, que se determinadas armas forem banidas, outras serão inventadas, de modo que a política pelo poder possa ser conduzida. Morgenthau conclui esse raciocínio com a que talvez tenha sido a mais contundente inspiração dos fundadores da UNESCO e dos formuladores da "cultura da paz". Ele afirma que

---

[267] Id. Ibid.
[268] RAZA, Salvador Guelfi. Entrevista. **Segurança Nacional**. Entrevistador: Willian Waack. Globonews: São Paulo, 2007. Programa Globonews Painel.
[269] Id. Ibid.

> O que os leva [os homens] à guerra são as **condições das mentes dos homens**, que fazem com que a guerra lhes pareça como o menor de dois males. É nessas condições que deve ser buscada a enfermidade, de que o desejo de armas, ou a sua posse, é um mero sintoma. Enquanto os homens buscarem dominar aos outros e arrebatar-lhes os seus pertences, enquanto recearem e se odiarem mutuamente, eles tudo farão para satisfazer os seus desejos e pôr de lado as suas emoções.[270]

A negação do uso da força para respaldar a política internacional, embora caracterizasse a paz em seu sentido "clássico", geraria um cenário improvável na política internacional. Trata-se da eliminação dos pilares da política estatal, na perspectiva maquiaveliana, incapaz de gerar um verdadeiro estado de paz porque dificilmente todos os Estados baniriam, de fato, suas armas. Essa situação também poderia gerar uma "paz injusta", assim como ocorreu com a rendição alemã após a Primeira Guerra Mundial, à qual nos referimos acima, ou ainda o modelo que Raymond Aron definira como "Paz Imperial" [271] e Morgenthau, como Estado Mundial. [272] Trata-se de considerar que a pluralidade de Estados Soberanos – e armados – pressupõe o recurso à guerra e que as alternativas viáveis consistiriam ou na transferência das soberanias dos Estados a uma instância superior, ou em uma federação mundial, ou ainda, num caso extremo, no subjugo dos povos em relação a um único centro de poder – um império global.

Diante desses argumentos, a diferenciação entre força e violência deve ser ressaltada, principalmente se considerarmos o contexto internacional pós-Guerra Fria. Estabelecemos que, num sistema internacional onde os Estados são os principais atores, o desarmamento total faz-se improvável, quando não impossível, visto que sustenta a idéia de Estado: trata-se da manutenção da ameaça ao recurso à força como respaldo político e não implica, necessariamente, no recurso à guerra; de outro modo, a diplomacia tornar-se-ia obsoleta. [273] Em termos ideais, o desarmamento dos Estados faz-se altamente desejável. Contudo, não devemos trabalhar com o improvável; cabe-nos avaliar a plausibilidade das idéias, a fim de torná-las mais próximas da realidade. Já o desarmamento em nível civil, embora dificilmente consiga ser obtido, faz-se estritamente necessário, pois este, sim, freqüentemente culmina na violência. Além disso, o

---

[270] MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. Brasília, D.F.: Ed. UNB, 2003. P. 755. Grifo nosso.
[271] ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as Nações**. Brasília, D.F.: Ed. UnB, 2002.
[272] MORGENTHAU, H. Op. Cit., pp. 905-964.
[273] Segundo Morgenthau, a guerra consiste na falha da diplomacia.

desarmamento da população é necessário para que se possa reacomodar o modelo weberiano das funções do Estado, de provimento da segurança dos respectivos cidadãos.

Retornando à distinção entre força e violência na *peaceresearch*, podemos, a partir dos argumentos acima, compreender a crítica de Bobbio quanto à usual equivalência entre os referidos termos. Ao aproximarmos força e violência, inevitavelmente tornamos segurança pública – ou humana – sinônimo de segurança internacional. De certo modo, a consideração das "novas ameaças", a intensificação dos processos transnacionais no pós-Guerra Fria e a generalidade da paz que se pretende obter quando se consideram as deliberações da ONU sobre cultura da paz obliteram as diferenças entre a segurança internacional e a segurança pública, porque consideram **o ser humano** – o cidadão (des)armado, o formulador de políticas públicas, o diplomata, o soldado – como agente no mundo, capazes de interferir na segurança pública local e global. Ao considerar a questão do desarmamento, a Declaração de 1999 sobre Cultura da Paz da Assembléia-Geral menciona o desarmamento total – sob controle internacional – e a necessidade de medidas para se extinguirem a produção e o tráfico das armas leves, ilustrando essa "mistura" conceitual, recorrente na *peaceresearch*. Trata-se, como se vê, de uma meta ambiciosa, à qual os formuladores não estipularam prazo. Impossível ou não de ser obtida, nossa proposta, por hora, é avaliar os desdobramentos da concepção de paz enquanto ausência de guerra, sendo esta última fundamentada em Clausewitz.

Paz e guerra, nesse sentido, podem ser descritas do seguinte modo, conforme Proença as resumiu:

> Guerra, sempre que os resultados atuais ou potenciais de combate, isto é, do uso de força, são uma consideração que modifica o comportamento dos envolvidos, não importa o quão brandamente. Paz, quando, ao contrário, tais considerações não têm qualquer efeito no comportamento dos envolvidos. Ordinariamente, a paz dá conta da maioria esmagadora dos relacionamentos internacionais, em temas tão diversificados quanto o comércio, a cultura ou a diplomacia. Sabemo-lo na prática: uma "crise diplomática" afirma que não se considera o uso da força. Uma crise é apenas uma denominação politicamente expediente para uma guerra limitada. [...] *O propósito da guerra é a paz*. O objetivo da guerra é uma paz "melhor", mais afeita aos interesses de quem a inicia, ou de quem a vence; ou simplesmente uma paz, sempre que ambos os lados sentem que eles ganham mais pela cessação que pela continuação das hostilidades.[274]

[274] PROENÇA, Op. Cit, P. 159.

Decorrente dessa concepção "clássica" de guerra e paz, Norberto Bobbio define a guerra como um "tipo particular de conflito" que é encerrado por acordos de paz, que pressupõe a "luta armada entre dois ou mais Estados" ou "entre grupos políticos respectivamente independentes ou considerando-se como tais", e "cuja solução é confiada ao uso da violência **organizada**". [275] Mediante as definições de Bobbio, devemos esmiuçar as demais "particularidades" de um conflito, além daquelas acima referidas, para analisarmos, sob novas perspectivas, a guerra e a paz decorrente de sua ausência.

Encontramos na literatura dos conflitos diferentes e variados critérios elaborados para classificá-los, desde o número de vítimas militares e/ou civis, ao grau de violência utilizada. Axt, Milososki e Shwarz, em "Conflict: a literature review", [276] exemplificam algumas dessas categorias, atendo-se na dinâmica da escalada da violência. Segundo esses autores, a metodologia "COSIMO 2.0", desenvolvida no "Heidelberg Institute for International Conflict Research" – HIIK – é considerada, atualmente, a mais importante para o estudo sobre conflitos, visto que se trata de um banco de dados que contém informações sobre mais de 500 conflitos, desde 1945; ela considera a dinâmica dos mesmos, dividindo-os numa escala de cinco graus, na qual a guerra representaria o último estágio, em termos de violência empregada. Esses cinco patamares, contudo, podem ser divididos em dois grandes grupos: o dos conflitos não-violentos, que são os dois primeiros – conflitos latentes e conflitos manifestos – e o dos conflitos violentos – crise, crise severa e guerra. Enquanto último estágio de violência, a guerra é definida, por esse instituto, como "um tipo de conflito violento no qual a força é usada com certa continuidade, de modo organizado e sistemático. As partes do conflito exercem medidas extensivas, dependendo da situação. O grau de destruição é massivo e de longa duração".[277]

Outra metodologia bastante utilizada é a desenvolvida pela Universidade de Upsala. Ela divide os conflitos em três categorias, de acordo com o número de vítimas em um dado período

---

[275] BOBBIO, Op. Cit, P. 142.

[276] AXT, Heinz-Jürgen; MILOSOSKI, Antonio; SCHWARZ, Oliver. **Conflict** – a literature review. Duisburg, 23rd Feb. 2006. Disponível em:
< http://www.europeanization.de/downloads/conflict_review_fin.pdf>. Acesso em: 31 jan 2008.

[277] "A war is a type of violent conflict in which violent force is used with a certain continuity in an organized and systematic way. The conflict parties exercise extensive measures, depending on the situation. The extent of destruction is massive and of long duration". HIIK (2005) (ed.), **Conflict barometer 2005**. Crisis, wars, coups d'état, negotiations, mediations, peace settlements, Heidelberg. Disponível em:
< http://www.hiik.de/konfliktbarometer/pdf/ConflictBarometer_2005.pdf >. Acesso em: 31 jan 2008. Tradução live nossa.

de tempo: "conflito armado menor" – pelo menos 25 mortes em combate por ano e menos de 1000 mortes em combate durante o curso do conflito; "conflito armado intermediário" – ao menos 25 mortes em combate por ano e um acúmulo de pelo menos 1000 mortes, porém menos de 1000 no intervalo de um ano; "guerra" – ao menos 1000 mortes em combate por ano. [278] Baseadas na intensidade do emprego da força ou no número de vítimas, as metodologias têm em comum o fato de enquadrarem a guerra nos respectivos últimos patamares de violência, que pressupõem certa duração prolongada. Trata-se de um dos argumentos de Bobbio, Matteuci e Pasquino para invalidarem a "violência" como antônimo da paz, em detrimento da guerra. Os autores entendem, por violência, "o uso da força física, intencionalmente orientada ao efeito desejado pelo sujeito ativo, não aceito por parte do sujeito passivo". [279] Ainda segundo esses autores,

> Não é violência, no sentido corrente da palavra, a chamada violência psicológica, ou o uso de meios de manipulação da vontade, para conseguir um fim desejado; causar sofrimentos, mesmo graves, sem intenção; causar sofrimentos, mesmo graves, em quem consente. Acrescentamos violência "organizada", porque o conceito de guerra não é tão amplo que compreenda explosões de violência, mesmo entre grupos políticos, que sejam esporádicas, não duradouras, acidentais. [280]

Baseando-se na metodologia da Universidade de Upsala, Fisas apresenta dados extraídos do periódico Journal of Peace Research, no qual são listados os conflitos, com seus respectivos "níveis de intensidade", e as datas de ocorrência. Os números são os seguintes: de 1989 a 1996, o número de conflitos "menores" passou de 15 para 17, atingindo um máximo de 23, em 1992. O número de conflitos "intermediários" passou de 14 para 13 nesse período, alcançando a quantia de 19 em 1994, e a quantidade de guerras caiu de 18, em 1989, para 6, em 1996. Esses números comprovam a grande diminuição das guerras no pós-Guerra-Fria. Contudo, a incidência de conflitos "menores" aumentou. Cabe-nos questionar, nesse sentido, a medida com que as classificações escamoteiam a violência perpetrada no mundo, de forma proposital ou não. Se considerarmos que paz é somente ausência de **guerra**, teoricamente, deveríamos desprezar a

---

[278] Minor Armed Conflict: at least 25 battle-related deaths per year and fewer than 1,000 battle-related deaths during the course of the conflict. Intermediate Armed Conflict: at least 25 battle-related deaths per year and an accumulated total of at least 1.000 deaths, but less than 1.000 in any given year. War: at least 1.000 battle-related deaths per year. AXT, Heinz-Jürgen; MILOSOSKI, Antonio; SCHWARZ, Oliver. Op. Cit. Tradução livre nossa.

[279] BOBBIO, N; MATTEUCCI, N. PASQUINO, G., **Dicionário de Política**. Vol. 2. Brasília: Ed. UnB, 12ª Ed., 2002. P. 912.

[280] Id. Ibid.

ocorrência dos conflitos "menores" e "intermediários". Teoricamente, portanto, haveria paz no mundo na década de 1990. Contudo, se retornarmos às reflexões desenvolvidas no primeiro capítulo desta pesquisa, podemos questionar: o mundo esteve, de fato, em paz na década de 1990?

Kenneth Boulding, em "A Paz Estável", entretanto, aborda essa questão afirmando que "a distinção entre guerra e paz não é exatamente a mesma entre conflito e não-conflito. Todo não conflito é paz, mas o conflito pode ser dividido em guerra e paz, dependendo da natureza dos tabus em causa". [281] Segundo Boulding, o conflito terá caráter de guerra quando for violento e de paz quando a força e/ou a violência não for empregada. Sobre esse aspecto, Bobbio, Matteuci e Pasquino complementam: "[...] dois grupos políticos podem estar em conflito entre si sem estar em guerra, já que o estado de paz não exclui todo o conflito, mas só o conflito que se traduz em violência durável e organizada". [282] A controversa consideração de violência como antônimo de paz faz-se, então, justificável: trata-se de um enquadramento mais significativo das ocasiões em que a paz estaria ausente, a fim de que fossem identificadas e, na medida do possível, "controladas". [283]

Em síntese, no que concerne ao conceito de paz enquanto ausência de guerra, considerando o pensamento hobbesiano – do qual as noções ordem/desordem podem equivaler ao binômio paz/guerra –, as definições de Clausewitz sobre a influência que a ameaça ou o uso efetivo da força podem gerar no comportamento alheio e a caracterização de Bobbio sobre a guerra – envolvendo Estados e encerrando-se juridicamente por um acordo – podemos concluir que, em seu sentido "clássico" de ausência de guerra, a paz seria um estado de ordem, estabelecido por um acordo entre as partes, no qual os Estados vencedores/capazes de influenciar o comportamento dos demais assim o fariam, destacando-se entre os demais no cenário político, econômico e militar. Guerra e paz, nesse sentido, são fenômenos que se alternam e se complementam, constituindo "a totalidade das relações possíveis entre os Estados". [284] Trata-se de uma díade, na qual o termo considerado forte – a guerra – contém inúmeras definições, e o "fraco" é entendido enquanto a ausência de seu par, ou seja, de modo negativo.

---

[281] BOULDING, Kenneth. **A paz estável**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 16.
[282] BOBBIO, N; MATTEUCCI, N. PASQUINO, G., Op. Cit., p. 912.
[283] Referimo-nos, por enquanto, à violência física. A questão da violência estrutural será trabalhada adiante.
[284] BOBBIO, N; MATTEUCCI, N. PASQUINO, G., Op. Cit., p. 912.

O desenvolvimento da *peaceresearch*, ao longo da segunda metade do século XX, caracterizou-se pela busca de um conceito "positivo" de paz ou, ao menos, um que fosse capaz de preencher lacunas conceituais, como as que esboçamos acima. Desse modo, a *peaceresearch* aborda o conceito de paz de maneira ampla, desde os conflitos interpessoais, dos coletivos – aos quais se dirigem os chamados "temas humanitários" – àqueles entre as nações, de caráter bélico. Trata-se, portanto, da inter-relação entre os fenômenos "micro" e "macro", fundamentais para a compreensão do conceito de cultura da paz.

Expoente na *peaceresearch*, o sociólogo Johan Galtung passou a defender, a partir dos anos 1960, a tese de que a ausência da violência – física e "estrutural" – conformaria a paz, "positivamente" definida. No artigo Violence, Peace and Peace Research, escrito em 1969, Galtung inicia a tentativa de elaborar uma definição "positiva" para a paz, partindo das seguintes premissas: "o termo 'paz' deve ser utilizado para fins sociais ao menos verbalmente aceitos por alguns, senão pela maioria"; "esses fins sociais podem ser complexos e difíceis, porém não impossíveis de se obter"; e "a afirmação 'paz é ausência de violência' deve ser tida como válida". [285] Ele afirma que o termo "paz" é muito utilizado porque é capaz de gerar consensos, ou mesmo aceitação de uma política formulada; afinal, sempre que uma ação ou um discurso possa ser utilizado para a causa da paz, é bem recebido e transmite a percepção de um argumento comum às partes, porque a paz, contemporaneamente, parece estar na agenda de todos. [286] Mediante essas hipóteses, ele parte para a definição de violência, concebida em termos de "influência", ou seja, "a violência é a causa da diferença entre o potencial e o real, entre o que poderia ter sido e o que é" e "[...] está presente quando seres humanos são influenciados a ponto suas realizações somáticas e mentais serem abaixo de seu potencial". [287]

A definição de "violência estrutural" decorre dessa concepção de "influência", mediante a qual os seres humanos são levados a agirem – ou impedidos de o fazerem – segundo as possibilidades decorrentes das estruturas. Trata-se, nesse caso, de um tipo velado de violência, porque não se caracteriza por corpos fuzilados, ou sangue derramado, mas pela exclusão, pela

---

[285] GALTUNG, Johan. Violence, Peace and Peace Research.. **Journal of Peace Research**, vol 6, n. 3. 1969, p. 167

[286] Essa última sentença apresenta uma forte conotação subjetiva devido à nota que Galtung anexou ao referido tópico. A ubiqüidade da paz entre os objetivos humanos nem sempre pôde ser comprovada. Ele exemplifica as agendas Nazi-Fascistas e a mitologia viking, cujo paraíso Galtung descreve como violento.

[287] "Violence is here defined as the cause of the difference between the potential and the actual, between what could have been and what is"[…] "Violence is present when human beings are being influenced so that their actual somatic and mental realizations are below their potential realizations". GALTUNG, Johan. Violence, Peace and Peace Research.. **Journal of Peace Research**, vol 6, n. 3. 1969, p. 168. Tradução livre nossa.

miséria, pela injustiça, pela desigualdade de gênero e pelo impedimento de que todos atinjam um patamar adequado de bem-estar, emprego, saúde, educação – no caso, distinguir-se-ia a "violência cultural" –, aos quais seriam capazes se houvesse condições "estruturais". Assim definida, a violência estrutural também seria – além da guerra – antônimo de paz, ainda mais abrangente, por considerar períodos e locais onde o emprego sistemático da força não estivesse em questão. A paz "positiva", nessa ótica, seria a ausência da violência estrutural, traduzida na satisfação das necessidades humanas, somada à ausência da violência direta – física e verbal – e à violência cultural, que se refere aos "aspectos da cultura que legitimam a utilização dos instrumentos da violência". [288]

A violência cultural, segundo Fisas, é exatamente o antônimo da cultura da paz. Consiste na legitimação de normas e expressões de superioridade lingüística/cultural de um povo em detrimento de outros, de fanatismos religiosos, de metáforas de combates nas expressões cotidianas, de discursos de caráter xenofóbicos, enfim, de práticas e conceitos que não permitam o vislumbre de alternativas não-violentas ao conflito. [289] Ao enfatizar que a paz é um processo de melhora da condição humana, Fisas menciona os quatro "Ds", apontados por muitos centros de pesquisas para a paz como os fatores-chave para a paz. São eles: desenvolvimento, direitos humanos, democracia e desarmamento [290] que, conforme discutimos nos primeiros capítulos desta dissertação, estearam as deliberações e as propostas das Nações Unidas, desde sua criação, após a Segunda Guerra Mundial.

A paz positiva proposta por Galtung encontra um projeto substantivo na proposta da cultura da paz, inquestionavelmente, uma definição "positiva" de paz. De acordo com Francisco Muñoz, apesar de Galtung ter contribuído para a formulação de uma definição positiva de paz, ele ainda trabalhou com uma negação: a ausência de uma determinada violência, além da guerra. Por isso, Muñoz discute a necessidade de uma nova metodologia para a *peaceresearch*, que enfatize menos as análises dos conflitos e mais as possibilidades de obtenção da paz positiva, a qual Muñoz denomina "total", "perfeita". Nesse sentido, Muñoz propõe a chamada "paz imperfeita", que considera uma "ferramenta teórica" capaz de reconhecer as diversas tipologias e conceitos de paz existentes e interrelacioná-los. Trata-se, segundo o autor, de uma aproximação à "imperfeição" que circunda o ser humano, a fim de que a paz não seja considerada utópica, mas

[288] FISAS, P. 29.
[289] Id. Ibid, p. 28.
[290] Id. Ibid, p. 20.

um projeto, uma construção passível de erros e acertos; não obstante, essa abordagem permitiria uma compreensão holística, não fracionária de paz, e facilitaria a promoção de "idéias, valores, atitudes e condutas de paz", [291] porque condiciona a busca pela paz à historicidade humana, sem julgar os fracassos, e sim as tentativas de se buscar a paz.

A concepção de paz enquanto projeto teve início com o pensamento Kantiano. [292] De acordo com Guimarães, trata-se da expressão do pensamento Moderno, mediante o qual a paz seria um construto racional, capaz de ser logrado por um pacto. Por isso, ressalta o autor, o artigo "a Paz Perpétua" foi escrito em forma de tratado, com cláusulas preliminares, secretas e apêndice.[293] Por isso também é que poderia ser perpétua, visto que se tratava de um instrumento jurídico. Kant concebia o "estado natural" humano como de guerra, que só poderia ser superado por uma estrutura jurídica que definisse amigos e inimigos, e instaurasse um espaço de segurança, exatamente pela referida distinção, porque a lei seria a instância superior capaz de impedir que os homens de se destruíssem ao acaso, mas somente quando agredido, e em situações adversas, caracterizadas pelas guerras. Trata-se, nesses termos, da superação do estado natural e da instauração da sociedade civil enquanto ambiente da lei e da ordem; logo, de um espaço de paz, concebido, fundado e regulamentado por ações resultantes de um esforço racional, logo capaz de assegurar os fins aspirados.

No que concerne à relação entre a guerra e o direito – e conseqüentemente, à paz – Norberto Bobbio enumera os seguintes elementos de análise: a guerra como antítese do direito, como meio para realizar o direito e como sua fonte, aos quais o filósofo e jurista italiano compreende não como pontos de vista distintos sobre a guerra, mas enquanto quatro acepções diferentes sobre o direito. Com relação ao primeiro aspecto, Bobbio evoca a questão do estado natural hobbesiano, adicionado a perspectiva ontológica de Kelsen sobre o direito. Para Kelsen, "a paz não é o fim do direito, o único fim possível do direito: é menos que isso; mas não é tampouco um dos possíveis fins do direito: é mais que isso". [294] A questão central desse fundamento é admitir que toda ordem jurídica é construída para regulamentar as relações de

---

[291] MUÑOZ, Francisco. La paz imperfecta ante um mundo de conflictos. Instituto de la Paz y los Conflictos, Universidad de Granada. P. 11.
[292] OLIVEIRA, A.B. **O Conceito de paz:** um percurso de Kant à atualidade. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Filosofia Política e Jurídica da Universidade Estadual de Londrina, como requisito final à obtenção do título de Especialista em Filosofia Política e Jurídica. Londrina, 2007.
[293] Cf. GUIMARÃES, **Por uma cultura de paz.** Disponível em:
<http://www.educapaz.org.br/por-uma-cultura-de-paz.html> Acesso em 31 jul 2007.
[294] BOBBIO, N. **O Problema da guerra...** p. 118.

determinado grupo social, o que torna a paz um fim "mínimo", freqüentemente associado à consecução da justiça, do bem-estar, da liberdade. Nesse sentido, a paz é considerada condição para que outros fins almejados possam ser logrados.

A paz, entretanto, não pode ser considerada apenas instrumento para a obtenção de outros fins; ela é, em si, uma meta almejada, exatamente por estear o alcance das demais e por fundamentar a segurança no interior de um grupo social. Em outras palavras, a regulamentação institucional de um grupo, conformando uma sociedade civil, cria um espaço de paz no qual regras são estabelecidas, a fim de que a violência deixe de ser perpetrada entre os indivíduos do grupo, o que torna a paz mais que um dos fins do direito: uma condição para que a sociedade civil seja fundada. [295]

Ora, uma sociedade civil, quando se conforma juridicamente, pretende-se uma zona de paz em suas fronteiras internas – não somente geográficas, mas também entre os indivíduos que se reconhecem nesse espaço. A clássica questão que segue é o tipo de relacionamento estabelecido entre os grupos. A solução kantiana foi a proposta do Direito Cosmopolita, ao qual o Direito Internacional responde de modo menos institucionalmente consolidado. Já nas perspectivas conceituais, Norberto Bobbio e Raymond Aron apresentam argumentos complementares, o primeiro no que concerne à relação entre direito e guerra não mais como termos antitéticos, e sim instrumentais, e o segundo ao trazer à discussão a autoridade soberana dos Estados e a capacidade, decorrente dessa prerrogativa, de interpretar, deliberar e aplicar a justiça.

O segundo elemento apontado por Bobbio no que concerne à relação entre o direito e a guerra é a consideração desta última como instrumento para o direito, ou seja, a guerra pode ser travada para que os interesses de um grupo, e seu respectivo sistema de normas, seja aplicado dentro e/ou fora de seu território. Esbarra na noção de soberania porque diz respeito a conflitos de vontades e capacidades, e a possibilidade da utilização da força para dirimi-los. Ao assumir que as relações entre os Estados são comportamentos sociais, [296] Aron argumenta que a falha impreterível do direito internacional é a ausência de uma instância superior, uma "terceira parte" capaz de interpretar o direito de modo imparcial, de modo que, com a falta da mesma, o sistema internacional "corre o risco de se decompor em tantos sistemas quantos são os Estados que o

[295] Esse argumento fundamenta a concepção de instauração, manutenção e construção da paz pelas Nações Unidas, dentre as quais podemos ressaltar as atividades de reerguimento das instituições civis fragilizadas.
[296] ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília, D.F.: Ed.UNB, 2002. p. 663.

interpretam. Não havendo uma força de coação a serviço da lei, cada um dos sujeitos se reserva o direito de aplicar a própria justiça". [297] Aron denomina "Império da Lei" uma sociedade internacional regulamentada pelo direito. Trata-se da força institucional das leis na criação de um espaço de paz, ou "pax", se as regras forem determinadas por uma potência hegemônica, a exemplo do Império Romano, de onde o termo surgiu.

De acordo com Aron, a diferença entre um Estado – ou Federação Mundial – e a paz pelo direito é tênue: "o caminho que leva à federação mundial é o mesmo que leva à paz pelo direito".[298] A diferença, ressalta o autor, é que a Federação é a "versão civilizada e voluntária do Império". [299] Nesse sentido, a paz regulada pelo direito pode, em certo momento, transformar-se numa sociedade global, fundamentada em leis capazes de assegurar a paz mundial; entretanto, essa paz pode vir a conformar-se pelo subjugo a normas, políticas ou questões econômicas que, por sua vez, podem transpassar os limites do direito, sufocando a soberania dos povos. Nesse caso, instaurar-se-ia um império mundial. No que concerne à garantia da paz do mundo, um Império, ou uma Federação mundial, é capaz de assegurar. Contudo, a soberania nacional estaria em risco. As questões que permeiam esse tópico, dessa forma, consistem na medida em que um "Império da Lei" justificaria o sufoco das soberanias nacionais, e se os Estados estariam, de fato, preparados para tal empreitada, em favor da paz. Os Estados, afinal, desejam a sobrevivência, a paz ou o poder na política internacional?

2. O lótus, a concha, o disco e a clava: os elementos da cultura da paz [300]

Avaliados os principais conceitos de paz existentes, passamos, agora, a analisar a proposta de cultura da paz. Nosso objetivo é analisar a conformação desse conceito, à luz do desenvolvimento da *peaceresearch* ao longo da segunda metade do século XX e dos principais

[297] Id. Ibid., P. 663.
[298] ARON, Op.Cit, P. 685.
[299] Id, Ibid.
[300] Esses são os elementos que figuram nas representações de Vishnu. Ada um de seus quatro braços deve segurar um desses elementos. O Lótus, por crescer no lodo e permanecer luminoso, radiante, representa a pureza e indica que devemos buscar a Verdade que se esconde nas ilusões. A concha contém os cinco elementos da criação: ar, fogo, água, terra e éter; por isso, através dela, pode-se ouvir o som de criação do universo, o "Om". O disco, ou roda de energia de Vishnu, representa o controle dos sentimentos e a roda do tempo, capaz de destruir demônios. A clava representa a força física, que serve para atacar os desejos, fonte de sofrimento e insegurança. Podemos perceber que esses elementos coincidem com a proposta da cultura da paz, na medida em que indicam a busca do auto-conhecimento, o controle sobre a força física, o equilíbrio e a atenção aos elementos da natureza e a menção à "roda do tempo", que ao mesmo tempo simboliza o controle dos sentimentos, ou seja, a maturidade deve trazer o domínio dos sentimentos.

traços da década de 1990, destacados no primeiro capítulo desta pesquisa e que, como podemos perceber, foram determinantes para a conformação do conceito de cultura da paz. Para fins metodológicos, analisaremos tematicamente cada uma das oito plataformas do Programa de Ação,[301] das quais se extraem os princípios enumerados no conceito de cultura da paz. Apresentaremos, primeiramente, o conceito completo para que, em seguida, possamos fragmentá-lo para as devidas considerações. Trata-se, portanto, de:

> […] um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados no respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação; no pleno respeito aos princípios de soberania, integridade territorial e independência política dos Estados e de não ingerência nos assuntos que são, essencialmente, de jurisdição interna dos Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com o direito internacional; no pleno respeito e na promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais; no compromisso com a solução pacífica dos conflitos; nos esforços para satisfazer as necessidades de desenvolvimento e proteção do meio-ambiente para as gerações presente e futuras; no respeito e promoção do direito ao desenvolvimento; no respeito e fomento à igualdade de direitos e oportunidades de mulheres e homens; no respeito e fomento ao direito de todas as pessoas à liberdade de expressão, opinião e informação; na adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento em todos os níveis da sociedade e entre as nações; e animados por uma atmosfera nacional e internacional que favoreça a paz. [302]

2.1. Educação para a Cultura da Paz

O primeiro tópico do conceito de cultura da paz enquadra-se na estratégia "educação para a cultura da paz". Considerar que o objeto se trata de "um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados no respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação" significa reafirmar o mandato constitucional da UNESCO, vinculando-o à noção de paz

[301] Education for a culture of peace, Equality of women; Democratic participation; Sustainable development; Human rights; Understanding, tolerance, solidarity; Free flow of information and knowledge; International peace and security. ADAMS, D. **World report on the culture of peace** – civil society report at midpoint of culture of peace decade in accordance to the invitation in operative paragraph 10 of General Assembly Resolution A/59/143. Barcelona: Foundation Culture of Peace/ Copiespimpam, 2005. Tradução livre nossa.

[302] ONU. **Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz.** A/RES/53/243. 6 out 1999. Versão em português disponível em: <http://comitepaz.org.br/dec_prog_1.htm **>.** Acesso em: 27 dez 2007.

enquanto ausência de violência, à concepção de cultura enquanto modo de comportamento diário e à Declaração de Sevilha, sobre o aprendizado da paz. Esse primeiro item do conceito resume, de fato, o que vem a ser a cultura da paz e justifica sua dimensão estrutural, ou seja, permite-nos identificar que se trata mais de uma perspectiva para longo prazo que de um projeto com prazos definidos. Ademais, endossa a perspectiva de cultura concebida pela UNESCO, enquanto modo de comportamento diário. Conforme expressa o documento da Organização que relata o desenvolvimento do Programa Cultura da Paz,

> Como a cultura da guerra está imiscuída em nosso modo de ser, por diversas maneiras, uma cultura de paz precisa ser introduzida em todos os aspectos de nossas vidas e no processo de aprendizado. Por exemplo, o conteúdo e o formato dos textos de história nacional e regional devem ser revistos, de modo a moldar atitudes de não-violência, de compartilhamento, de favorecimento do conhecimento do outro (que é fundamental para a tolerância). **Cultura é como nos comportamos todos os dias.** Comportar-se pacificamente, estar sempre apto ao diálogo e à compreensão, manter nossas crenças e opiniões sem violência ou dogmatismo – isso é "construir os baluartes para a paz", esse é o papel da UNESCO.[303]

Embora a ONU – e a UNESCO – tenham realizado programas e plataformas de ação para a cultura da paz, o próprio conceito enfatiza o aprendizado de condutas pacíficas diárias. Para as Nações Unidas,

> A cultura da paz é mais que uma série de projetos; é uma construção cultural, no sentido de ser uma tentativa de afirmar valores, atitudes e comportamentos positivos, não somente de governos, mas também de indivíduos e grupos, em todos os níveis e na vida cotidiana. A paz é um comportamento diário. [304]

---

[303] As the culture of war has pervaded our ways of being in myriad ways, a culture of peace needs to be introduced into every aspect of our lives and into the process of learning. For example, the contents and design of national and regional history texts must be reviewed in order to forge attitudes of non-violence, of sharing, of favouring the knowledge of the other' (which is fundamental to tolerance). **Culture is how we behave every day**. To behave peacefully, to be always ready for dialogue and comprehension, to maintain our beliefs and opinions without violence or dogmatism - this is 'building the defences of peace', this is UNESCO's role. UNESCO. **The culture of peace programme: from national programmes to a project of global scope.** Document 145EX/15 - 18 aug. 1994. Paris, 1994. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=extd&set=46D885A1_3_11&look=ex&sc1=1&sc2=0&ref=http://unesdoc.unesco.org/ulis/index.html&nl=1&ll=1&scroll=1>. Acesso em: 7 out. 2006. Parágrafo 6. Tradução livre nossa. Grifo nosso.

[304] The culture of peace is more than a series of projects - it is a *cultural construction* in the sense that it attempts to reinforce positive values, attitudes and behaviours, not only of governments, but of individuals and groups at all levels and in daily life. Peace is a daily behaviour. UNESCO. **Report on the implementation of the**

O título de um livro publicado por Mayor Zaragoza, diretor-geral da UNESCO à época da formulação do conceito de cultura da paz, "A Nova Página", ilustra essa perspectiva, a esperança da chegada de novos tempos, ao final do século XX, quando novos valores pudessem começar a ser estabelecidos, e uma nova página da história poderia começar a ser escrita. A reflexão, em curto prazo, não é se a cultura da paz possa ser lograda em uma década, ou um século, e sim o que aconteceria nesse período se nada tivesse sido feito antes, ou seja, se os esforços para a tolerância e para a resolução não-violenta dos conflitos não tivessem sido propostos.

Segundo Fisas, educar significa "dotar o indivíduo da autonomia suficiente para que possa raciocinar e decidir com toda a liberdade" [305]. Educar para a paz, nessa lógica, é o primeiro passo para a instituição de um novo modo de vida. Não poderia deixar de introduzir o conceito de cultura da paz.

2.2. Igualdade de Gênero

A igualdade de gênero, traduzida no "*empowerment*" [306] feminino, é considerada, atualmente, condição *sine qua non* para a construção da paz. A participação das mulheres na construção da cultura de paz vem sendo largamente discutida e, progressivamente, posta em prática. Desde que fora criada, em 1945, a ONU respalda a igualdade de gênero, a proteção e a aplicação dos direitos humanos da mulher, sua emancipação, sua assertividade na governança de nações e na tomada de decisões políticas e, mais recentemente, destaca sua relevância para a

---

transdisciplinary project 'towards a culture of peace'. Document 151EX /43 – 23 apr. 1997. Paris. Disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=extd&set=46D88676_3_39&look=ex&sc1=1&sc2=0&ref=http://unesdoc.unesco.org/ulis/index.html&nl=1&ll=1&scroll=4>. Acesso em: 3 set. 2006. Parágrafo 49. Tradução livre nossa.

[305] FISAS, V. Op. Cit., "Educar significa dotal al individuo de la autonomia suficiente para que pueda razonar y decidir com toda libertad". Tradução livre nossa. P. 372.

[306] Segundo Lindgren Alves, a palavra "*empowerment*" contém um sentido amplo, que envolve capacitação, participação no poder político, econômico, etc, e, justamente por essa abrangência, ainda não foi traduzida oficialmente, no âmbito das Nações Unidas, para o idioma português. O neologismo "empoderamento", segundo o diplomata, tem sido utilizado; a utilização do termo no original em inglês, no entanto, faz-se mais adequada. ALVES, José Augusto Lindgren. **Relações internacionais e temas sociais**: a década das conferências. Brasília, DF: IBRI, 2001. Página 212.

construção da paz. Além de dotar-se de Comitês, Comissões e Divisões [307] voltados à causa feminina, a ONU promove Conferências, Fundos Internacionais e Programas destinados ao referido fim.

A partir da Declaração de 1999, os objetivos dessa Organização, no tocante à perspectiva de gênero, passaram a se concentrar na promoção da igualdade de gênero inclusão e na participação feminina nas operações de paz, enquanto pilares para o desenvolvimento, concebido enquanto interface da "cultura da paz". Nesse sentido, a promoção da igualdade de gênero e do "*empowerment*" das mulheres são, atualmente, mais que temáticas defendidas em fóruns internacionais e projetos, no âmbito das Nações Unidas, de Estados[308] e da sociedade civil organizada. Trata-se de uma, senão a principal – por ser fundamental à consecução das demais – entre as oito metas a serem alcançadas até 2015, difundidas como "objetivos do milênio". A importância da mulher dentre as iniciativas destinadas à superação da pobreza, à erradicação da fome no mundo, ao acesso à educação primária para todos – nesse caso, a educação das meninas aufere destaque –, à luta contra o HIV/AIDS e à saúde infantil são fundamentais para que se possam atingir os patamares de desejáveis de desenvolvimento e, aos poucos, construir-se a cultura da paz.

A importância do "*empowerment*" feminino para o alcance dos objetivos relacionados ao desenvolvimento é crucial por, no mínimo, três fatores: em primeiro lugar, são as mulheres as principais responsáveis pela educação das crianças. Mães solteiras, viúvas, ou mesmo as casadas, são elas que, além de passarem mais tempo com os filhos, são as responsáveis "naturais" pela transmissão de valores a eles. Não se trata aqui somente da chamada "educação formal" – que, aliás, também é exercida, em grande parte, por mulheres, ao menos no Brasil, principalmente no ensino fundamental e em áreas rurais – mas também da transmissão de cuidados com a higiene e com a saúde, de valores morais, religiosos e "culturais", ou seja, de tradições dos locais onde vivem e que conformam o que se considera como "educação informal". Desse modo, as mães podem ensinar seus filhos a resolverem suas divergências por meio do diálogo, a praticarem a tolerância e o respeito ao outro, a desenvolverem a consciência ecológica e o respeito ao meio-

[307] Podem ser citados como exemplo a Comissão sobre o Estatuto da Mulher, a Divisão para o Progresso das Mulheres, o Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres – UNIFEM e o Instituto Internacional das Nações Unidas para a Investigação e Formação em Prol do Progresso das Mulheres.
[308] Cabe salientar que não são todos os Estados que se comprometem a sanarem as dificuldades com as quais as mulheres sofrem, dificuldades essas histórica e social e culturalmente arraigadas em diversos países.

ambiente e, de modo especial, a adquirirem hábitos de higiene, capazes de prevenir inúmeras doenças e, assim, contribuírem para que a paz seja cultivada "nas mentes das pessoas".

Em segundo lugar, pesquisas vêm constatando a tendência internacional do aumento do número de lares chefiados por mulheres.[309] A capacitação feminina, nesse sentido, faz-se fundamental para que as mulheres possam adentrar no mercado de trabalho e para que consigam sustentar condições, ainda que mínimas, de proporcionarem uma infância saudável e digna aos seus filhos. Em terceiro lugar, porém tão ou ainda mais relevante que os outros dois fatores, está a incidência do HIV/AIDS no mundo. Segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS – o vírus se propaga em um ritmo alarmante entre as mulheres, sendo que elas já configuram cinqüenta por cento dos infectados no mundo todo. [310] As mulheres são vulneráveis por sofrerem abusos sexuais, por não receberem as devidas instruções sobre o uso de preservativos, ou ainda acabam sendo contaminadas pelos próprios maridos. Não obstante, podem transmitir o vírus aos seus bebês durante a gestação ou amamentação. Por isso, o "*empowerment*" das mulheres pode contribuir sobremaneira em favor da luta mundial contra o HIV/AIDS.

Outro fator que legitima a inserção feminina na construção da paz consiste na predisposição ao diálogo. Constatou-se, neurologicamente, que, frente a controvérsias, o cérebro feminino tende a optar pelo diálogo, em detrimento da utilização da força física. Além desse fator biológico, passou-se a difundir, em finais dos anos 1980, que a violência física não é inerente à espécie humana; trata-se, ao contrário, de um comportamento culturalmente assimilado. Tal consenso fora obtido em 1986, no Congresso de Sevilha, que comentamos ao longo desta pesquisa, por ser considerada precursora do movimento pela cultura da paz. A "Declaração de Sevilha" – resultante do Congresso acima citado – chamou a atenção para a importância do aprendizado da não-violência, ou seja, do diálogo como o método preferível para a resolução de controvérsias. A solução negociada, a partir dessas considerações, tornou-se um dos fundamentos para a cultura da paz. Considerando que a mulher, além de preferir "a força da

---

[309] No Brasil, por exemplo, o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – constatou que, em 2006, 30% dos lares brasileiros eram chefiados por mulheres, contra 21,6 % em 1996. SPITZ, Clarice. Cresce número de lares brasileiros chefiados por mulheres. **Folha Online**. Rio de Janeiro, 29 set 2007. Disponível em : <http://www.direitos.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=3919>. Acesso em : 25 ago 2008.

[310] Women comprise about half of all people living eith HIV worldwide. **UNAIDS**. Disponível em: <http://search.unaids.org/Results.aspx?q=women+&o=html&d=en&l=en&s=false> . Acesso em: 20 ago 2008.

razão, em detrimento da razão da força" [311], envolve-se mais diretamente na educação das crianças, sua participação para a almejada "cultura da paz" deve ser destacada.

As iniciativas relacionadas à promoção do *status* feminino têm como referências, eminentemente, a Convenção para a Eliminação da Discriminação Contra a Mulher, de 1979, e as quatro Conferências Internacionais sobre a Mulher: a primeira delas, que foi impulsionada pelo movimento feminista, ocorreu na Cidade do México, em 1975; a segunda, realizou-se em Copenhague, em 1980, a terceira, ocorreu em Nairóbi, em 1985, e a quarta, reuniu-se em Pequim, em 1995.

A primeira delas se destacou, segundo o diplomata José Augusto Lindgren Alves, por ter "definido claramente os direitos da mulher como direitos humanos" [312] e por ter elaborado um plano de ação cuja ênfase recaiu na importância da participação feminina na tomada de decisões no interior das Nações Unidas e em outras Organizações de amplo alcance. Quatro anos depois, a Assembléia-Geral das Nações Unidas adotou a Convenção sobre a Discriminação da Mulher, que é considerada, ao mesmo tempo, o principal instrumento jurídico internacional de proteção dos direitos humanos da mulher e o documento referente à proteção desses direitos que apresenta o maior número de ressalvas, [313] em função do papel que é reservado à mulher em diferentes sociedades. Ambas as Conferências sobre a Mulher que ocorreram na década de 1980 consideraram as desigualdades econômicas entre homens e mulheres, o que proporcionou o deslocamento temático das reuniões para o desenvolvimento e os conseqüentes obstáculos à manutenção da paz.

Já a Conferência de Pequim, ocorrida em 1995, definiu um plano de ação capaz de possibilitar o "empowerment" das mulheres, pelos compromissos firmados, principalmente, no tocante ao aumento da participação feminina na resolução de conflitos, ao processo de tomada de decisões e no acesso ao poder, [314] à proteção das mulheres que vivem em situações de conflitos armados e de refúgio, ao reconhecimento da igualdade de direitos, oportunidades e acesso a recursos, e à "distribuição eqüitativa das responsabilidades familiares entre homens e mulheres e

---

[311] Referência ao título do livro "The New Page", publicado pelo ex-direitor da UNESCO, Federico Mayor Zaragoza, no ano 2000.
[312]ALVES, Op. Cit., p.211.
[313] ALVES, Op. Cit., p. 242.
[314] A Plataforma de Ação de Pequim estipulou uma representação feminina mínima de 30% nos aparatos governamentais dos Estados.

uma parceria harmoniosa [...]". [315] Assim como suas três antecessoras, porém com maior veemência, a Conferência de Pequim caracterizou-se pela defesa da Igualdade, do Desenvolvimento e da Paz, conforme ilustram, respectivamente, os Parágrafos 13 e 18 da Declaração de Pequim:

> A promoção da expansão do papel da mulher e a plena participação da mulher em condições de igualdade em todas as esferas da sociedade, incluindo a participação no processo decisório e o acesso ao poder, são fundamentais para a conquista da igualdade, do desenvolvimento e da paz;
>
> A paz local, nacional, regional e global pode ser alcançada e está indissoluvelmente ligada ao progresso das mulheres que representam uma força essencial na liderança, na solução de conflitos e na promoção de uma paz duradoura em todos os níveis; [316]

Após a Conferência de Pequim, o interesse e o acesso das mulheres no tocante à resolução de conflitos – e, conseqüentemente, na "construção da paz" – aumentou. Esse fato deveu-se, além da contribuição que essa Conferência proporcionou na definição das contribuições femininas para a conformação da "cultura da paz", às alterações das operações de paz que, durante a década de 1990, passaram a integrar mais componentes civis para a reconstrução dos locais devastados por conflitos que nas décadas anteriores. Nesse sentido, justifica-se, com maior afinco, a participação das mulheres nessas operações, pelos motivos já descritos anteriormente.

Com o avanço obtido nas quatro Conferências Internacionais e com a alteração das atividades desempenhadas nas operações de paz, a inserção feminina nelas passou a ser amplamente discutida. No ano 2000, o Conselho de Segurança adotou a Resolução 1325, considerada um marco entre as deliberações desse órgão das Nações Unidas, na qual o impacto "único e desproporcional dos conflitos armados para as mulheres foi avaliado" [317], e mediante a qual foram logradas consideráveis mudanças na perspectiva de gênero, nas negociações de paz, na prevenção de conflitos, nas operações de manutenção e construção da paz e, principalmente,

---

[315] ONU. **Declaração de Pequim adotada pela quarta conferência Mundial sobre as mulheres:** Ação para igualdade, Desenvolvimento e paz 1995.
[316] Id., Ibid.
[317] UNITED NATIONS. **Resolução 1325**. Aprovada pelo Conselho de Segurança na sua 4213a reunião, em 31 de Outubro de 2000. Disponível em: <http://www.un.org/Docs/scres/2000/sc2000.htm>. Acesso em: 5 out 2007. Tradução livre nossa.

no reconhecimento das mulheres enquanto agentes importantes para a preservação da paz e da segurança.

A partir da Resolução 1325, vários outros documentos foram produzidos pelas Nações Unidas, a fim de discutirem a inserção feminina nas operações de paz e de propiciarem a implementação das deliberações contidas naquele documento. Destacam-se, entre as cláusulas da Resolução 1325, o apelo do Conselho de Segurança aos Estados-membros para que ampliem o acesso feminino às instâncias de poder, o encorajamento para a participação das mulheres na tomada de decisões para a resolução de conflitos e para os processos de paz, o apelo ao Secretário-Geral da ONU para que nomeie mais mulheres para designar os bons ofícios nos acordos de paz e para as operações de paz, a manifestação da vontade dos Estados signatários de estabelecerem uma perspectiva de gênero nas operações de paz, o apelo aos Estados-membros para que ampliem o auxílio financeiro, técnico e logístico destinado ao treino e à sensibilização das ações sobre gênero e o apelo às partes envolvidas em conflitos armados, para que protejam as mulheres e meninas contra violações e abusos de qualquer espécie, principalmente de caráter sexual.

Em 2005, foi elaborado um Plano de Ação destinado a abranger todas as agências e órgãos do Sistema das Nações Unidas e a responder aos principais desígnios da Resolução 1325, quanto à interação entre as mulheres, a paz e a segurança. O Plano contém aproximadamente 269 ações, cujas atividades abarcam "políticas com perspectivas de gênero, estratégias de desenvolvimento, "*capacity-building*", [318] apoio a organizações regionais voltadas à mulher, pesquisas e gerenciamento de conhecimento e serviços de consultoria." [319] Deliberações como essa têm sido empreendidas com base na observação de fatos muitas vezes ocultados aos olhares internacionais, em sua maioria por temor e necessidade. Esse fato tende a camuflar o real comprometimento feminino à construção da paz e à superação das diferenças, conforme relata Noeleen Heyzer, ex-diretora Executiva da UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. Heyzer afirma ter conhecido muitas mulheres que, "apesar de terem sofrido muito, aceitaram o desafio de construir uma paz duradoura, reconhecendo que a

[318] "Construção de capacidade". O termo é freqüentemente utilizado em inglês.
[319] UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on women, peace and security**. Document S/2006/770**.** 27 Sep 2006. Disponível em: <http://www.mineaction.org/doc.asp?d=665>. Acesso em: 30 set 2007.

segurança e as vitórias de um grupo nunca podem ser conseguidas mediante a frustração ou humilhação de outros". [320] Segundo Heyzer,

> Eram mulheres como as de Timor Leste, que criaram grupos de apoio emocional mútuo e esquemas de trabalho para sustentarem suas famílias e comunidades. Ministraram aulas de alfabetização – quando a guerra terminou, 90% das mulheres rurais eram analfabetas – e pleitearam lugar nas eleições políticas. No Sudão, as mulheres do norte e do sul tiveram a iniciativa de se reunir, deixando de lado diferenças étnicas e religiosas para dialogarem sobre a conformação da paz. Em Gana, as mulheres refugiadas da Libéria adquiriram conhecimentos em construção civil (alvenaria) graças a um programa apoiado pela UNIFEM e construíram um ambiente mais seguro para elas e suas famílias. No Afeganistão, as mulheres se reuniam em segredo para se organizarem durante o regime Talibã. Traçaram mapas de ruas e bairros que indicavam a localização de escolas subterrâneas para meninas, ou onde fosse possível encontrar assistência médica ou empregos, que distribuíam em casamentos ou festas de aniversário. Não podemos esperar que as mulheres realizem tudo isso sozinhas; é necessário reconhecer, valorizar e apoiar seus esforços.[321]

Embora as ações da ONU sejam freqüentemente criticadas por tratarem as mulheres como "vítimas" dos conflitos armados e da violência, na mesma categoria das crianças, [322] o exemplo acima ilustra a superação desse conceito, mediante contribuições efetivas para o

---

[320] "[...] a pesar de todo lo que experimentaron, muchas de las mujeres que conocí aceptaron el desafío de construir una paz perdurable, reconociendo que la seguridad y los logros de un bando nunca pueden conseguirse mediante la frustración o humillación de otros". HEYSER, Noellen. Prólogo. IN: REHN, Elisabeth; SIRLEAF, Ellen Johnson. El **progreso de las mujeres en el mundo 2002**. Volumen 1. Sumario ejecutivo. Mujeres, Guerra, paz. Informe de expertas independientes. Disponível em: <http://www.womenwarpeace.org/Portals/0/Documents/WWP_ES_SP.pdf>. Acesso em: 30 out 2007. Tradução livre nossa.

[321] "Eran mujeres, como las de Timor Oriental, que crearon grupos de apoyo emocional mutuo y generaron esquemas de trabajo para mantener a sus familias y comunidades en pie. Impartieron clases de alfabetización – cuando la guerra terminó, el 90 por ciento de las mujeres rurales eran analfabetas- y demandaron un lugar en las elecciones políticas. En Sudán, las mujeres del norte y del sur tomaron la iniciativa de reunirse dejando de lado las diferencias étnicas y religiosas para dialogar sobre la construcción de la paz. En Ghana, las mujeres refugiadas de Liberia adquirieron conocimientos en albañilería gracias a un programa apoyado por UNIFEM y construyeron un campo más seguro para ellas y sus familias. En Afganistán, las mujeres se reunían en secreto para organizarse durante el régimen Talibán. Trazaron mapas de calles y barrios donde se indicaba la ubicación de escuelas subterráneas para niñas, o dónde era posible encontrar atención médica o empleos, que distribuían en bodas y cumpleaños. No podemos esperar que las mujeres realicen todo esto solas; es necesario reconocer, valorar y apoyar sus esfuerzos". HEYSER, Noellen. Prólogo. IN: REHN, Elisabeth; SIRLEAF, Ellen Johnson. **El progreso de las mujeres en el mundo 2002**. Volumen 1. Sumario ejecutivo. Mujeres, Guerra, paz. Informe de expertas independientes. Disponível em: <http://www.womenwarpeace.org/Portals/0/Documents/WWP_ES_SP.pdf>. Acesso em: 30 out 2007. Tradução livre nossa.

[322] MONTE, Izadora Xavier et al. **Evolving Paradigms on the Management of Conflict Situations:** Security Council's Responsibility in the Maintenance of International Peace and Security. Disponível em: <http://www.amun.org.br/2007/index2.php?pag=unsc>. Acesso em: 26 ago 2007.

empowerment feminino. Informações extraídas de relatórios da Organização afirmam que seu principal foco é "introduzir uma perspectiva de gênero em todos os programas de assistência humanitária e propiciar suporte operacional". [323] Não obstante, as Nações Unidas demonstram-se comprometidas com o "desenvolvimento de políticas que visem à igualdade de gênero nos programas de reconstrução que sucedem conflitos e de reabilitação, e de treinamentos que promovam a participação das mulheres em fóruns decisórios sobre reconstruções e governança". [324] Traça-se, portanto, o caminho a ser perseguido para que as mulheres, cada vez mais, construam a paz e dela se beneficiem. Justifica-se, desse modo, a inclusão da igualdade de gênero no conceito de cultura da paz.

2.3. Participação Democrática

Conforme salientamos no primeiro capítulo desta pesquisa, a promoção da democracia tornou-se um conceito-chave na política internacional da década de 1990, promovida pelos Estados Unidos sob o lema da "paz democrática", tornando-se, inclusive, um dos elementos do tripé "paz, desenvolvimento- democracia", que consideramos como uma das características mais fortes da "Década de 1990".

De acordo com os documentos analisados, as Nações Unidas priorizam a democracia como sistema político capaz de manter a governabilidade em longo prazo, já que, em sua concepção ideal, permite a participação equânime de todos na vida política de uma nação, na tomada de decisões que afetam suas vidas. De acordo com a Agenda do Desenvolvimento, "Democracy and a vigorous civil society are particularly vital in helping to ensure that government is sensitive to the societal costs of its policies".[325] Predomina a ótica kantiana, segundo a qual os cidadãos, por estarem cientes que os custos humanos e financeiros dos

---

[323] "The main focus of United Nations activities is on mainstreaming a gender perspective into all humanitarian assistance programmes and on providing operational support in that respect". UNITED NATIONS. **Report of the Secretary-General on women, peace and security**. Document S/2006/770**.** 27 Sep 2006. Disponível em: <http://www.mineaction.org/doc.asp?d=665>. Acesso em: 30 set . Tradução livre nossa.

[324] "United Nations activities target the development and implementation of gender mainstreaming policies for post-conflict reconstruction and rehabilitation programmes and relevant gender training and promote women's participation in decision-making forums on post-conflict reconstruction and governance". Idem, Ibidem. Tradução livre nossa.

[325]BOUTROS-GHALI, B. **An agenda for development** – report of the Secretary-General. Document A/48/935 - 6 may 1994. New York. Disponível em: <http://www.un.org/Docs/SG/agpdev.html>. Acesso em: 07 dez 2005. Parágrafo 109.

conflitos recairão sobre eles mesmos, recusariam o recurso à guerra para solucionar os conflitos. Não obstante, trata-se de supor que, por presumir uma governabilidade distributiva, seja no tempo, ou no número de representantes de determinados grupos – étnicos ou religiosos, por exemplo –, o regime democrático seria o ideal para assegurar estabilidade política.

Considerando, portanto, o momento histórico em que o conceito de cultura da paz foi formulado, no qual todos esses fatores eram fortemente considerados pelas Nações Unidas, e a promoção da democracia era uma das prioridades da Política Externa dos Estados Unidos, justifica-se a inclusão do tema no conceito de cultura da paz.

2.4. Desenvolvimento Sustentável

As ações a favor da não-proliferação de armas nucleares, da retirada de minas terrestres, da promoção dos direitos humanos, da reconciliação entre partes conflitantes, da ajuda humanitária, são assuntos que, facilmente, podem ser relacionados à promoção da paz. Entretanto, a inclusão do desenvolvimento sustentável, presumido enquanto utilização racional do meio-ambiente, no conceito de cultura da paz, expressa tanto a dimensão da paz concebida em finais do século XX, quanto o processo de securitização[326] de temas sócio-ambientais e culturais na Agenda política internacional. Nesse, sentido, cabe-nos aqui articular os elementos capazes de fundamentar o que, afinal, é capaz de vincular a paz com o meio-ambiente.

Em primeiro lugar, a inclusão do desenvolvimento sustentável no conceito de cultura da paz evoca o pensamento de Galtung, no que concerne à violência estrutural que, conforme discutimos anteriormente, é definida em termos de empecilhos ao pleno desenvolvimento das potencialidades do ser humano. Em outras palavras, a violência estrutural se materializa na injustiça social, na pobreza, na falta de condições adequadas de moradia, alimentação, saneamento e educação, questões de caráter social que passaram a ser concebidos enquanto ameaças à segurança dos povos. O subdesenvolvimento, atrelado à degradação ambiental, sumariza essas questões, que podem ser esboçadas conforme a seqüência: a degradação do meio-ambiente priva o homem de uma vida saudável, pode gerar doenças e agravar situações de miséria que, muitas vezes, impulsionam migrações. Estas, por sua vez, podem ser vetores de

[326] Securitização é um termo que vem sendo muito utilizado no léxico dos estudos de segurança internacional e conota a transferência de temas sócias, políticos e econômicos para a agenda da segurança internacional.

doenças contagiosas, do aumento populacional em regiões já infladas e, por conseqüência, da perpetuação de condições desumanas de vida, ou seja, de violência estrutural e, conforme o conceito de segurança humana, de uma situação de ausência de paz.

Conforme expusemos no primeiro capítulo deste trabalho, em 1987 a Organização das Nações Unidas encomendou a um grupo de especialistas um relatório – que ficou conhecido como "Relatório Brundtland" – que analisasse como manter o desenvolvimento mundial, sem que o meio-ambiente fosse degradado. Surgiu, então, o conceito de "desenvolvimento sustentável". Cinco anos depois, o Rio de Janeiro foi sede da Rio 92, que discutiu a problemática do meio-ambiente e lançou a chamada "Agenda 21", um documento que exorta a "comunidade internacional" a agir em favor do desenvolvimento sustentável. A partir de então, o mundo começou a se preocupar com o meio-ambiente, fazendo da sua conservação uma prioridade. Ao longo da década de 1990, outras grandes iniciativas internacionais merecem destaque, a exemplo do Protocolo de Kyoto, de 1997, que reflete a preocupação com o aquecimento global e com os seus desdobramentos: as inundações, e o conseqüente desaparecimento de cidades litorâneas, a grande mortandade de animais e de seres humanos, entre outras.

De acordo com a Agenda do Desenvolvimento, documento publicado pelas Nações Unidas em 1994,

> O meio-ambiente, assim como a paz, a economia e a democracia, permeia todos os aspectos do desenvolvimento e tem um impacto em países em todos os níveis do desenvolvimento. [...] Desenvolvimento e meio-ambiente não são conceitos separados, nem podem ser adequadamente concebidos sem referências de um a outro. O meio-ambiente é uma fonte ao desenvolvimento. Sua condição é uma medida importante e sua preservação é uma preocupação constante para o desenvolvimento. O desenvolvimento, para lograr êxito, requer políticas que incorporem considerações ambientais. Esse vínculo foi aceito na Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento, em 1992. Essa Conferência proporcionou um modelo para outros esforços em direção à maior coerência no desenvolvimento.[327]

[327] The environment, like peace, the economy, society and democracy, permeates all aspects of development, and has an impact on countries at all levels of development. […]Development and environment are not separate concepts, nor can one be successfully addressed without reference to the other. The environment is a resource for development. Its condition is an important measure and its preservation a constant concern of development. Successful development requires policies that incorporate environmental considerations. This link was accepted at the United Nations Conference on Environment and Development (UNCED) in 1992. That Conference provided a model for other efforts toward greater coherence in development. BOUTROS-GHALI, B. Op. Cit., Parágrafos 68 e 69. Tradução livre nossa.

Considerando a importância que as relações entre o meio-ambiente e o desenvolvimento obtiveram ao longo da década de 1990, além da concepção da chamada "segurança ecológica", inserida no processo de securitização das ameaças à segurança internacional no pós-Guerra Fria, o desenvolvimento sustentável tornou-se um tema importante no conceito de cultura da paz. Cientes, portanto, de que o meio-ambiente é o cerne da vida, o elo entre a miséria e o desenvolvimento, a degradação humana e seu bem-estar, a guerra e a paz, a vida e a morte, as Nações Unidas passaram a atuar por essa temática. Por essa razão, os "esforços para satisfazer as necessidades de desenvolvimento e proteção do meio-ambiente para as gerações presente e futura e o respeito e promoção do direito ao desenvolvimento" foram inseridos no conceito de cultura da paz.

2.5. Direitos Humanos

A questão dos direitos humanos, assim como a temática ambiental e a da igualdade de gênero, não poderia ser negligenciada no conceito de cultura da paz, por três razões principais, que se fazem evidentes neste trabalho: constitui o mandato das Nações Unidas,[328] é contemporânea às discussões, na década de 1990, e refere-se à convicção de que, se respeitados, os direitos humanos são capazes de evitar situações de constrangimento em grupos e indivíduos, proporcionando, dessa forma, uma situação psico-social equilibrada, menos propensa à escalada de conflitos dessa natureza entre grupos – étnicos e/ ou religiosos, e entre indivíduos marginalizados pelas respectivas sociedades.

Conforme discutimos no primeiro capítulo, a década de 1990 foi sensível à causa dos direitos humanos, marcadamente pelos genocídios nos Bálcãs e na África. Além disso, a causa humanitária ganhou um forte apelo na política internacional, capaz de legitimar as intervenções multilaterais, fazendo da promoção aos direitos humanos um elemento de softpower, e de seu descumprimento, um fator de condenação legítimo pela comunidade internacional. Por desvincular a dignidade de todo ser humano ao Estado, à nação, à religião, enfim, ao grupo ao

[328] Objetivo da ONU 'to save succeeding generations from the scourge of war' and 'to reaffirm faith in fundamental human rights.' UNITED NATIONS. **United Nations Charter**. Disponível em: <http://www.un-documents.net/charter.htm>. Acesso em: 8 abr. 2006.

qual pertença, o respeito aos direitos humanos faz-se elemento fundamental no conceito de cultura da paz, por incitar a tolerância, o tratamento equânime entre os indivíduos e a reafirmação da igualdade intrínseca de todos, enquanto seres humanos.

2.6. Compreensão, Tolerância e Solidariedade

A "adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento em todos os níveis da sociedade e entre as nações" traduz o caráter "positivo" da paz proposta pelo conceito de cultura da paz, no sentido de que atitudes são listadas, e não a ausência de atributos, o que caracteriza os conceitos de negativos de paz – ausência de guerra e/ou de violência. Os elementos listados convergem para a noção de justiça, de satisfação das necessidades de modo sustentado e eqüitativo, a fim de que todos se sintam incluídos nas sociedades às quais pertençam. Contudo, dentre os valores que, no Programa da UNESCO definem esta seção, a tolerância torna-se o conceito central, porque agrega tanto a compreensão quanto a solidariedade. Segundo Mayor Zaragoza, a "tolerância integra os direitos humanos e a paz",[329] tornando esses conceitos causas e conseqüências entre si. O propósito dessa afirmação, vinculada aos demais valores acima descritos, e também endossada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, é que a violência tanto pode resultar da intolerância, quanto da repressão a aspirações democráticas. Nesse sentido, a paz acaba sendo conseqüência da soma de todos esses valores, ou ainda o valor primordial para que eles sejam obtidos.

De acordo com o documento da UNESCO "Tolerance: the Threshold for Peace", a linguagem, o estabelecimento de esteriótipos, o preconceito, a discriminação, o desrespeito a símbolos culturais e religiosos, a prática conhecida como "bullying", na qual a capacidade física e o número de indivíduos são utilizados para coagir ou humiliar, a segregação, a repressão são exemplos de intolerância que podem gerar sérios conflitos. [330] Para a UNESCO, "o objetivo é aprender a viver junto […] e é através da

[329] Tolerance is integral to peace. UNESCO.**Tolerance:** Threashhold for peace – a teaching/learning guide for education for peace, human rights and democracy. Preliminary Version. Paris: UNESCO, 1994. P. 12. Tradução livre nossa.
[330] Tolerance... p. 15

cultura que podemos desenvolver maneiras diversas e pacíficas de vivermos juntos.[331] Assim, tanto a compreensão – da diferença – quanto a solidariedade, no sentido de que se permita a coexistência da diversidade, são intrínsecas à tolerância e, portanto, fundamentais para que a cultura da paz seja construída entre as nações e entre os indivíduos.

2.7. Livre Circulação de Informações e Conhecimento

O respeito e o fomento ao direito de todas as pessoas à liberdade de expressão, opinião e informação correspondem à temática "livre circulação de informações e conhecimento". A mídia, para a UNESCO, desempenha um papel fundamental na promoção da cultura da paz, devido ao escopo que atinge, à capacidade educativa que possui e o espaço que proporciona à expressão das idéias. É nesse sentido que a UNESCO compreende a mídia enquanto forte componente para a democracia e a cultura da paz, já que a liberdade de opinião, de expressão e de informação foram reconhecidos como aspectos integrais dos direitos humanos. [332]

A manipulação da informação e a diplomacia secreta são consideradas características dos "tempos passados", e vinculam-se aos regimes autoritários, de um lado, e da prática da diplomacia secreta, de outro. Questões como essa que a UNESCO passou a abordar, apesar de perfazerem uma tendência, a exemplo da abertura das reuniões da Assembléia-Geral a representantes da sociedade civil, conforme mencionamos no primeiro capítulo desta pesquisa, ainda são temas delicados, ainda mais para a UNESCO, cujo mandato constitucional é contribuir para a manutenção do patrimônio cultural da humanidade e, assim, contribuir para que a paz e a segurança dos povos seja mantida pela lógica da compreensão, advinda da partilha cultural e da tolerância que aquela supostamente favorece.

Devido à questão do mandato, inúmeras iniciativas da UNESCO foram barradas, inclusive esse ímpeto no que concerne à prática da diplomacia. Em inúmeras ocasiões, o segredo diplomático é necessário para a própria segurança dos cidadãos, dado que a política internacional, mesmo com o aumento da cooperação e do multilateralismo após a Guerra Fria,

---

[331] The goal is learning to live together [...] it is through culture that we can develop diverse and peaceful ways of living together. UNESCO. **Preliminary consolidated report to the united nations on a culture of peace**. Document 154EX/42 – 2 abr. 1998. Paris. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=ged&req=2&by=2&sc1=1&look=new&sc2=1&lin=1&mode=e&text=154+ex+42&text_p=inc&submit=%A0%A0Go%A0%A0>. Acesso em: 22 out. 2006.

[332] BOUTROS-GHALI, B. Op.Cit., p. 82.

ainda contém elementos estratégicos. O segredo na esfera diplomática não deve ser considerado sinônimo de eminência da guerra, como alguns documentos fazem parecer. Trata-se de um elemento inerente da política entre os Estados. O sigilo, entretanto, afeta a prática da boa governança. Nesse sentido, a abordagem ao tema que consta na Agenda do Desenvolvimento sugere o equilíbrio entre o sigilo e a informação, nos seguintes termos:

> É vital promover a transparência para a governança e para a tomada de decisões econômicas e atentar para a proliferação do sigilo justificável em termos de "segurança nacional", "segurança financeira", e "competitividade econômica". A questão é a medida na qual o sigilo é compatível com o acesso à informação necessária para a prática democrática e para a justiça social e se, em determinados casos, em vez de contribuir para a segurança em longo prazo, ele pode ocultar informação sobre processos (ecológicos, financeiros, militares, etc) que são potenciais ameaças a todos e que, por isso, devem ser dirigidas coletivamente.[333]

Outro aspecto relevante sobre a relação entre comunicação e cultura da paz consiste na compreensão dos mecanismos de ação e reação, subjacentes aos atos bélicos. A guerra se apresenta em duas grandes dimensões: a racional e a irracional. Para compreendê-la é preciso combiná-las. Se considerarmos Kant, e os neo-kantianos, como Habermas, a dimensão animal insere-se no campo da ação-reação. E a reação parece ser sempre legítima, se considerarmos a dimensão animal. A marca do humano não é só a reação, mas a resposta – de responsabilidade. A medida da ação-reação é simétrica, e não ética; e é do rompimento dessa dinâmica que se trata a cultura da paz: ela não se constrói pela simetria – pela lei de Talião –, mas sim pela assimetria, com uma resposta diversa a do ato violento. Em Habermas, por exemplo, a razão é fundada na comunicação, ou seja, na resposta, na possibilidade de romper com a irracionalidade. Por isso a informação, o incentivo ao diálogo e a construção do conhecimento, praticamente numa perspectiva "Iluminista", foram enfatizados para a elaboração dos pressupostos da cultura da paz. Por isso a comunicação é um elemento importante no conceito de cultura da paz; independente de questões ideológicas, ou mesmo jurídicas, relacionadas ao mandato da UNESCO, ou ao

[333] It is vital to promote *transparency* in governance and economic decision-making and to look into the proliferation of secrecy justified in terms of 'national security', 'financial security', and 'economic competitiveness'. The question is to what extent this secrecy is compatible with the access to information necessary for democratic practice and social justice and whether, in some cases, instead of contributing to long-term security, it may conceal information about processes (ecological, financial, military, etc.) which are a potential threat to everyone and which need therefore to be addressed collectively. BOUTROS-GHALI, B. Op. Cit., Parágrafo 110. Tradução livre nossa.

sistema internacional, um conceito que se sustenta pela indução de novos modos de comportamentos e estilos de vida não pode excluir o fator "comunicação" do conceito formulado. O que é importante ressaltar, entretanto, é o grau de circulação do conhecimento que deve ser fomentado: trata-se da informação não-tendenciosa, sem que se torne um "espetáculo", sem que incentive o acirramento dos ânimos entre povos, ou mesmo entre grupos de uma nação, e que permita reflexões sobre os fatos veiculados e o incentivo à referida assimetria, para que, gradualmente, a simetria do diálogo seja alcançada.

2.8. Paz Internacional e Segurança

O mandato constitucional da UNESCO expressa que o objetivo da Organização é contribuir para a manutenção da paz internacional e da segurança humana. Ora, como uma Organização criada para fomentar o compartilhamento do patrimônio cultural da humanidade pode contribuir para a paz e a segurança internacional? Devemos considerar, preliminarmente, o preâmbulo da Carta da Organização, o qual se refere à construção da paz nas mentes dos homens. Ao considerar que a indução ao comportamento pacífico diário e à prática da tolerância pelas diferenças no comportamento diário engendraria esse comportamento em nível global, a UNESCO, de certa forma, promove o cosmopolitismo, conforme defendido por Kant, a fim de que a humanidade compartilhe uma mesma ética, um sistema de valores capaz de garantir o respeito mútuo entre os povos. Em segundo lugar, devemos ressaltar que as ações da UNESCO em relação à não-violência se consolidam com o compromisso pela resolução pacífica de conflitos.

Tanto o Programa quanto a disseminação do que venha a constituir a construção de uma cultura de paz, desse modo, coadunam-se com as atividades e com o ensejo de solução compartilhada para os conflitos, especialmente em países em vias de restauração político-social. Por isso o momento de concepção da cultura da paz no sistema das Nações Unidas foi propício para que obtivesse um nível considerável de aceitação: trata-se, conforme discutimos no primeiro capítulo deste trabalho, de um momento de reestruturação da sociedade internacional, quando as Nações Unidas buscaram lograr assertividade e quando conflitos civis, ocasionados, em grande maioria, por questões étnicas e representatividade política, passaram a predominar, principalmente no Terceiro Mundo.

A contribuição que a UNESCO, constitucionalmente, é capaz de propiciar para a manutenção da paz e da segurança é refletida no conceito e no programa de cultura da paz. Segundo relatórios da Organização,

> Um programa para transformar a cultura da guerra e da violência em uma cultura de paz requer mudanças dos valores, atitudes e comportamentos de indivíduos e instituições moldados e escorados pela guerra e pela violência, para valores, atitudes e comportamentos que promovam a não-violência. A não-violência, nesse sentido, não nega a existência do conflito e a necessidade de mudança social, mas insiste que os conflitos sejam resolvidos de maneira justa e que a mudança social se desenvolva pelo diálogo e pela negociação em vez da violência.[334]

O trecho acima ilustra o propósito da paz que se procura obter com o conceito em questão. Não se trata do estímulo ao encerramento de todo e qualquer tipo de conflito, conforme as noções "tradicionais" de paz costumam transmitir, e sim de uma concepção, de certa forma, realista, em torno de um projeto altamente idealista. O que deve ser ressaltada aqui é a diferença entre guerra e conflito; uma vez que a violência possa ser considerada além de sua manifestação física – o que, como vimos, inspirou, de fato, a concepção da cultura da paz –, mas também em termos das desigualdades sociais, o incentivo à promoção da democracia, enquanto oportunidades eqüitativas de representação política, dos direitos humanos, a fim de que as condições de vida sejam adequadas a todos, independentemente das identidades étnicas e religiosas, e da resolução negociada das divergências são consideradas, pela UNESCO, medidas para que se evitem conflitos **violentos** e guerras. Dessa forma, a UNESCO é capaz de contribuir para a paz e a segurança internacional.

---

[334] A programme to transform the culture of war and violence into a culture of peace requires changing the values, attitudes and behaviours of individuals and institutions from those which have been shaped by and supported war and violence to *values, attitudes and behaviours* which promote non-violence. Non-violence, in this sense, does not deny the existence of conflict and the need for social change, but it insists that conflicts be resolved in a just way and that social change should take place through dialogue and negotiation rather than violence. UNESCO. **Preliminary consolidated report to the united nations on a culture of peace**. Document 154EX/42 – 2 abr. 1998. Paris. Disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=ged&req=2&by=2&sc1=1&look=new&sc2=1&lin=1&mode=e&text=154+ex+42&text_p=inc&submit=%A0%A0Go%A0%A0>. Acesso em: 22 out. 2006.
Parágrafo 78. Tradução livre nossa.

Não se trata, portanto, de atuar, política ou militarmente, na solução de conflitos – o que significaria infringir o mandato da Organização – e sim atuar para que a paz, ou seja, a justiça, a tolerância e o respeito às diferenças sejam conduzidos "nas mentes dos homens", a fim de que a disposição ao diálogo seja fomentada, e à guerra, suplantada, gradualmente. Essa noção pode ser considerada um avanço nessa área, principalmente porque a maioria das teorias pela paz procura, de fato, eliminar a possibilidade dos conflitos. Essa dose de realismo em um projeto de forte alçada idealista confirma um certo grau de viabilidade da consecução de pelo menos uma porcentagem dos objetivos pretendidos, ainda que em um prazo indeterminado. Nas palavras de Aron, "toda doutrina que conta com o desaparecimento de certos 'pomos de discórdia' e de certas causas, para assegurar a paz perpétua, é intrinsecamente errônea". [335] Assim, com uma perspectiva ideal, porém alinhada às concepções e às atividades das Nações Unidas, a UNESCO espera construir uma cultura de paz, não esperando erradicar as guerras da humanidade, mas gerando alternativas para que os homens consigam, aos poucos, solucionar suas divergências sem o recurso às armas, tanto no cotidiano, quanto nas relações entre Estados.

Podemos perceber que essa discussão sobre armamentos e erradicação das guerras é circular: retornamos aqui o que argumentou Morgenthau em relação à natureza humana e o recurso às armas; para esse autor, os homens sempre lutaram e sempre lutarão. Se extinguirem determinados armamentos, outros serão criados, a fim de que o jogo da dissuasão na política seja mantido, e a busca da sobrevivência e do poder no sistema de Estados seja garantida. Também Raymond Aron chegou a criticar a contribuição que a UNESCO possa ser capaz de propiciar para a paz e a segurança, dizendo que

> [...] o filósofo e o educador que lutam contra o fanatismo nacionalista e se esforçam por difundir a consciência da unidade humana fazem um trabalho que é útil em si; mas quem imagina que uma reforma educacional ou o aumento do orçamento da UNESCO assegurarão a paz é demasiadamente ingênuo para ser levado a sério.

Apesar de a proposta da UNESCO ser consistente, fundamentada no momento em que fora delineada, não podemos deixar de considerar o que disseram Aron e Morgenthau. Trata-se de dimensões distintas: o fundamento de idéias, e um lado, e a participação na política

[335] ARON, R. Op. Cit., P. 648.

internacional, de outro. Nesse sentido, fazem-se complementares aos comentários acima as palavras do padre MacGregor, considerado o "fundador" da expressão cultura da paz, quando diz que "[...] nos realistas, prima o sentido político, o que pode ser obtido; os idealistas são guiados por princípios morais, sem se preocuparem com os resultados". [336]

A UNESCO, de fato, não é capaz de assegurar a paz e a segurança internacional, mesmo porque já não há nem há um consenso sobre o que sejam a paz – ausência de guerras, de violência, período jurídico após guerras – e a segurança – territorial, militar, humana, energética, ambiental, empresarial, econômica. Contudo, se considerarmos as próprias dimensões da segurança, a UNESCO pode contribuir de algumas maneiras, na medida em que promova a prática da tolerância – segurança humana, relacionada ao bem-estar do indivíduo, enquanto cidadão do mundo – e do respeito ao meio-ambiente – segurança ambiental, com relação à sustentabilidade dos recursos naturais que difunde em seus programas. À medida que a paz e a segurança passaram a se vincular ao desenvolvimento e à promoção do bem-estar social, da democracia, do respeito aos direitos humanos, da prática da não-violência, da justiça, e do entendimento mútuo entre as nações, e a paz passou a ser também considerada a satisfação desses valores, a contribuição da UNESCO para esses objetivos tornou-se menos distante. Não se trata, portanto, de esperar que a UNESCO estabeleça a paz mundial; deve-se, em vez disso, avaliar suas atividades mediante cenários. Nesse caso, a lógica não seria a de avaliações com base no que foi feito, mas com ênfase em como estaríamos se nada houvesse sido feito.

[336] "[...] en los realistas prima el sentido político, lo que puede ser obtenido; los idealistas son guiados por princípios morales sin preocuparse de resultados". McGregor, F. **Concepción integral y dinámica de la paz.** Lima, 1984. P. 24. Tradução livre nossa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do conceito e do Programa de Ação Cultura da Paz refletiu os acontecimentos do momento em que foram concebidos, o qual denominamos "Década de 1990". As Conferências Internacionais multilaterais realizadas nesse período, a ascensão de "novos temas" na Agenda da Segurança das Nações Unidas e as modificações ocorridas nas operações de paz foram os principais elementos que influenciaram na composição do conceito de cultura da paz que, nessa ótica, resume as idéias discutidas ao longo da "Década". Não obstante, cientes do período de profundas transformações – "pós-Guerra Fria", "pós-comunismo", fim do século XX, início de um novo milênio, as Nações Unidas, de modo geral, e a UNESCO, particularmente, no que concerne à cultura da paz, convergiram seus mandatos e as incertezas do período nos esforços pela construção da paz.

Apesar de a construção de "uma cultura de paz" pela educação ter sido a própria inspiração para a fundação da UNESCO, o que motivou a Organização para a construção desse conceito de paz foram as transformações em curso e as idéias do momento. De modo análogo, foram esses os fatores que motivaram a concepção desta pesquisa: o fato de o conceito e o Programa só terem sido desenvolvidos no momento em questão. Como seriam se fossem elaborados na década de 1960, por exemplo? Aliás, por que isso não ocorreu antes? Por essas razões, enfatizamos a importância do cenário internacional na conformação de nosso objeto de estudo, confirmando, portanto, nossa hipótese de trabalho, que identifica no cenário internacional os principais elementos e o "*timing*" para a construção, tanto do conceito, quanto do plano de ação "cultura **da** paz".

Considerados desdobramentos do término da Guerra Fria, os conflitos que eclodiram na década de 1990 – a desintegração da Iugoslávia, por exemplo – podem ser classificados segundo a lógica do rearranjo político pós-Guerra Fria. Entretanto, foram conflitos nos quais foram registrados índices altos de violência e mortes. Nesse sentido, em que medida podemos classificar a paz desse período? Ou ainda, podemos, de fato, dizer que esse foi um período de paz?

O período que denominamos de "Década de 1990", nesse sentido, pode ser concebido como um pós-guerra diferenciado, de acomodações do sistema internacional. É diferenciado

enquanto pós-guerra porque vencedores e vencidos participaram da recomposição da "ordem", ou seja, de como o sistema internacional passaria a funcionar, quais temas ganhariam destaque na Agenda internacional, a exemplo das questões ambientais e do combate ao subdesenvolvimento – e como a sociedade internacional passaria a atuar politicamente: predomínio da cooperação e de acordos multilaterais e a crescente conformação de mecanismos regionais de integração econômica e política. Nesse sentido, representa um período de paz, no sentido jurídico-normativo que o referido termo evoca. Apesar disso, percebemos um movimento decrescente do grau de otimismo quanto a essa nova ordem e à caracterização do período enquanto uma época de paz, seja no que concerne à definição clássica de ausência de guerras, ou ainda no que concerne à situação de não-violência.

Em primeiro lugar, isso ocorreu porque, ao longo da Década de 1990, acirraram-se conflitos étnicos e religiosos no interior dos Estados, que começaram a tomar dimensões não-estatais, culminando, em nossa análise, nos atentados ocorridos nos Estados Unidos, em 2001, que incitaram a declaração de uma nova guerra – contra o terrorismo. Não obstante, o envio de tropas ao Afeganistão e ao Iraque, as instabilidades políticas no Oriente Médio, na América do Sul, e no Leste da África indicam as perspectivas dos conflitos e das "ameaças à segurança internacional" não convencionais, também chamadas de "novas ameaças", na primeira década do século XXI.

Em segundo lugar, identificamos, por este estudo, o quanto os conceitos de paz, guerra e violência são utilizados de maneira imprópria, o quanto eles ainda estão arraigados no sentido clássico que diferencia guerra e paz – respectivamente, batalhas destrutivas e ausência delas –, e ainda o quanto a utilização de termos provenientes da ciência política, anteriormente destinados a referenciar fenômenos decorrentes das relações entre Estados, foram se imiscuindo às questões pertinentes à sociologia, à antropologia, à psicologia e até mesmo às religiões, na conformação do significado da paz. No que concerne a essa última constatação, trata-se do próprio desenvolvimento da *peaceresearch*, a partir da segunda metade do século XX, conforme avaliamos no terceiro capítulo desta pesquisa.

A paz, nesse sentido, passou a descrever fenômenos de ordem social, fato que podemos corroborar mediante o conceito de cultura da paz. Todavia, não deixou de simbolizar a situação de alternância à guerra. Considerando que a cultura da paz não é o mesmo que a paz, e sim uma de suas facetas conceptuais, o que podemos afirmar, mediante esta pesquisa, foi a agregação

semântica e alterações significativas no nível de abstração do conceito. De Kant à cultura da paz, passa-se de um projeto a um Programa de Ação. Embora a "construção" de **uma** cultura **de** paz, em si, seja também um projeto, tão utópico quanto o kantiano, trata-se, contudo – principalmente se considerarmos o Programa de Ação da UNESCO – do encorajamento de ações de solidariedade, de respeito e de tolerância em níveis pessoais, e não somente no âmbito das relações internacionais. Desse modo, em diálogo com o que propõem religiões, torna-se mais tangível, a todas as pessoas – e não somente aos responsáveis pela condução política dos Estados – e em qualquer lugar do planeta, que o projeto kantiano da paz perpétua.

Essas possibilidades de ações individuais e coletivas para a construção de uma cultura de paz, assim como o escopo mundial alcançado pela divulgação do conceito, do Programa e da Década da cultura da paz, podem ser constatadas nos relatórios sobre o andamento da Década Internacional da Cultura da Paz. De acordo com o relatório de 2005, elaborado pela Fundação Cultura da Paz, embora muito tenha sido feito em relação à cultura da paz, os resultados foram notáveis, porém não atingiram o grau de adesão esperado. Aproximadamente 700 organizações de 100 países foram consultadas a respeito do andamento das atividades na Década Internacional da Cultura da Paz e Não-Violência para as Crianças do Mundo; as respostas obtidas foram compiladas em um relatório com mais de 3000 páginas. A principal conclusão obtida foi a constatação do avanço no movimento global pela cultura da paz, principalmente se considerados os números dos dados obtidos. O relatório menciona a notabilidade dos referidos números em relação ao nível de atenção disponibilizado ao tema pela mídia e pela própria agencia líder do movimento global: a UNESCO.

O que se percebe nas Nações Unidas, atualmente, são preocupações com os direitos humanos, com a crise de alimentos e, principalmente, com questões ambientais e com o desenvolvimento (sustentável). Podemos perceber que esses temas estão presentes na pauta das temáticas discutidas ao longo da Década de 1990 e no próprio conceito de cultura da paz. A diferença é que, enquanto, nos documentos e discursos da Década, no âmbito das Nações Unidas, a tríade paz, desenvolvimento e direitos humanos justificavam-se por si próprias, passado o "pós-Guerra Fria", subentendido enquanto "Década de 1990", a ênfase no desenvolvimento sustentável parece ter substituído a paz enquanto *leitmotiv* para os projetos econômicos, políticos e sociais.

O que devemos considerar, frente aos resultados desta pesquisa, são as características da "Década de 1990", os contornos da *peaceresearch* no limiar do século XXI e os elementos que derivam da conjunção de ambos, no que concerne às relações internacionais no início do século XXI. Trata-se, em síntese, de uma "década" à deriva entre um período que, de fato, caracteriza a segunda metade do século XX, ideológica e politicamente, de um otimismo idealista decrescente, e o "século XXI", no qual o a degradação do meio-ambiente e a ascensão de uma nova potência global despontam assertivamente, incidindo nas relações internacionais, desde seus fundamentos teóricos, à economia, à política e às tradições.

Para classificarmos a "Década de 1990" e mensurarmos o devido sentido da cultura da paz, devemos nos atentar às palavras de Bobbio, quando diz que "O homem é um animal teleológico, que atua geralmente em função de finalidades projetadas no futuro. Somente quando se leva em conta a finalidade de uma ação é que se pode compreender seu sentido". [337] O fato de termos classificado o período que se estende de 1989 a 2001 como a "Década de 1990" e o de termos escolhido a cultura da paz como síntese desse tempo traduzem esse pensamento de Norberto Bobbio, na medida em que tanto a "Década" quanto a "cultura da paz" consistem, de um lado, em um balanço das concepções, das tradições, dos fatos e dos traumas gerados no segundo milênio e, de outro, nas percepções, nas perspectivas, nas projeções e nas esperanças para o século XXI e para o terceiro milênio. Memórias e projeções: disso se trata o surgimento da cultura da paz nas Nações Unidas, de 1989 a 2001.

[337] BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004, p. 68.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, David. **Early history of the culture of peace**: a personal memoire. ago. 2003. Disponível em: <http://www.culture-of-peace.info/history/introduction.html>. Acesso em: 23 ago. 2005.

_____. **World report on the culture of peace** – civil society report at midpoint of culture of peace decade in accordance to the invitation in operative paragraph 10 of General Assembly Resolution A/59/143. Barcelona: Foundation Culture of Peace/ Copiespimpam, 2005.

ALVES, José Augusto Lindgren. **Relações internacionais e temas sociais**: a década das conferências. Brasília, DF: IBRI, 2001.

ALVES, Lindgren. **Os cinqüenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/lindgren.htm>. Acesso em: 9 jun. 2007.

ANDERSON, Sheldon. Metternich, Bismarck and the mith of the "long peace" – 1815-1914. **Peace & Change**, v. 32, n. 3, jul. 2007. Disponível em: <http://www.blackwell-synergy.com/toc/pech/32/3>. Acesso em: 3 set. 2007.

ALMEIDA, Paulo Roberto. As duas últimas décadas do século XX: fim do socialismo e retomada da globalização. In: ALMEIDA, Paulo Roberto (Org.) **Relações Internacionais**: dois séculos de história: entre a ordem bipolar e o policentrismo - de 1947 a Nossos Dias. Brasília, D.F.: IBRI/ FUNAG, 2002.

ARAVENA, F.R. **Conferencia Especial Sobre Seguridad del Hemisferio Americano**: La Dificil Construcción de Consensos. Foreign Affairs em Español, Oct.-Dec. 2003. Disponível em: < http://www.foreignaffairs-esp.org/20031001faenespessay030414-p10/francisco-rojas-aravena/conferencia-especial-sobre-seguridad-del-hemisferio-americano-la-dificil-construccion-de-consensos.html>. Acesso em: 21 fev. 2008.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília, D.F.: Ed.UNB, 2002.

ASSIS, M. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

AXELROD, Robert. **The evolution of cooperation**. London: Penguin, 1990.

AXT, Heinz-Jürgen; MILOSOSKI, Antonio; SCHWARZ, Oliver. **Conflict** – a literature review. Duisburg, 23rd Feb. 2006. Disponível em: < http://www.europeanization.de/downloads/conflict_review_fin.pdf>. Acesso em: 31 jan 2008.

BARBÉ, Esther Iguel. **Relaciones internacionales**. Madri: Editorial Tecnos, 2001.

BAYLIS, John. **The continuing relevance of strategic studies in the post-cold war era.** Defense studies, vol. 1. Nº 2 (spring 2001).

_____ . **Strategy in the contemporary world**. Oxford e New York: Oxford University Press, 2002.

BERNSTEIN, S.; MILZA, P. Conclusão. IN: CHAUVEAU, A.; TÉTARD, Ph. (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

BETTS, Richard K. **Should strategic studies survive?.** World politics 50.1 The John Hopkins University Press, 1997.

BIERSTEKER, T; WEBER, C. **State, Sovereignty and Social Construct**. New York: Cambridge UP, 1999.

BILGIN, Pinar. **Individual and Societal Dimensions of Security**. International Studies Review, 2003.

BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1997.

BOBBIO, Norberto. **O problema da guerra e as vias da paz**. São Paulo: UNESP, 2003.

_____. **A era dos direitos**. Campus, 2004.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N. PASQUINO, G. Dicionário de Política. Vol.1 e 2. Brasília: Ed. UnB, 12ª Ed., 2002.

BOULDING, Kenneth. **A paz estável**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BOUTHOUL, Gaston. **Viver em paz.** São Paulo: Moraes, 1968.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica**. Brasília, D.F.: UNB, 2002.

BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia**: história de deuses e heróis. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap. **Security**: A new framework for analysis. Boulder: Lynnie Rienner, 1998.

BRASIL, Ministério Brasileiro do Meio-Ambiente. **Agenda 21**. Disponível em: http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=597>. Acesso em 11 jul 2007.

BRIZ, Jesús Maria Alemany. La paz, ¿un derecho humano? **Revista Aragonesa de Administración Pública**. n. 2, 1998, p. 17-46. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/extaut?codigo=172800>. Acesso em: 13 fev. 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: _____. **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARR, Edward H. **Vinte anos de crise:** 1919-1939. Brasília, D.F.: UNB, 2001.

CHALK, Peter. **Non-military security global order**. New York, St. Martin´s Press, 2000.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CONFORTINI, Cátia C. Galtung, violence and gender: the case for a peace studies/fiminism alliance. **Peace & Change**, v. 31, n. 3, jul. 2006. Disponível em: <http://www.blackwell-synergy.com/toc/pech/31/3> . Acesso em: 3 set. 2007.

COPPIETERS, B.; FOTION, N. (Ed.). **Moral constraints on war** – principles and cases. New York: Lexington Books, 2003.

DESENVOLVIMENTO sustentável e Agenda 21. Portal ÚNICA. Apresenta informações sobre o setor sucroalcooleiro e o meio-ambiente. Disponível em: < http://www.unica.com.br/pages/sociedade_desenvolv2.asp>. Acesso em: 11 jul 2007.

DINIZ, Eugênio. Compreendendo o Fenômeno do Terrorismo. In: BRIGADÃO, Clóvis; PROENÇA, Jr.Domício. **Paz e terrorismo**. São Paulo: Hucitec, 2004.

DOUGHERTY, James; PFALTZGRAFF, Robert. **Teorias en pugna en las relaciones internacionales**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1993.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá**: teoria das relações internacionais. Brasília, D.F.: UNB, 2000.

ECOSOC. **International year for the culture of peace**: **2000**. Document E/RES/1997/47 - 22 jul 1997. New York. Disponível em: < http://www.un-documents.net/e1997r47.htm>. Acesso em: 24 ago. 2006.

_____. Towards a culture of peace. Document E/CN.4/RES/1998/54 - 17 apr. 1998**.** New York. Disponível em: < http://www.un-documents.net/ecn49854.htm>. Acesso em: 24 ago. 2006.

_____. **Towards a culture of peace.** Document E/CN.4/2000/66 – 26 apr. 2000. New York. Disponível em: < http://www.un-documents.net/ecn40066.htm>. Acesso em: 24 ago. 2006.

FERREIRA, Marieta de Morais. A nova 'velha história': o retorno da história política. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992.

FISAS, V. **Cultura de paz y gestión de conflictos**. Icaria Editorial: Barcelona, 1998.

FONT, Carmen. Interview: Federico Mayor Zaragoza. **Worldpress.org**, New York, 7 jan. 2004. Disponível em: <http://www.worldpress.org/Europe/1731.cfm> Acesso em: 16 set. 2005. Tradução livre nossa.

FREDERKING, Brian. Constructing Post-Cold War collective security. **American Political Science Review**, v. 97, n.3, ago 2003.

FUKUYAMA, Francis. **The end of history and the last man**. Nova Iorque: Free Press, 1992.

GADDIS, John Lewis. History, science, and the study of international relations. In: WOODS, Ngaine (Ed.). **Explaining international relations since 1945.** Oxford: Oxford University, 1997.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. "**O início das lágrimas de Tucídides**", Sete aulas sobre linguagem, memória e história. São Paulo: Imago, 1998.

GALTUNG, Johan. **On the meaning of non-violence**. Journal of Peace Research. Vol 2, Nº 3, 1965.

_____. **Peace by peaceful means**. London: Sage, 1995.

_____. **Social cosmology the concept of peace**. Journal of Peace Research, Vol 18,Nº 2, Special Issue on Theories of Peace, 1981.

_____. **Twenty-five years of peace research**: ten challenges and some responses. Journal Of Peace Research, vol. 22, nº 2. Jun 1985.

_____. **Two approaches to disarmament: the legalist and the structuralist**. Journal of Peace Research. Vol 4 Nº 2, 1967.

_____. **What if the devil were interested in peace research?** Journal of Peace Research. Vol 25, Nº 1, mar 1988.

_____. Violence, peace and peace research. **Journal of Peace Research**, vol 6, n. 3. 1969, pp. 167-191.

GAT, Azar. The democratic peace theory reframed – the impact of modernity. **World Politics**, 58. Project Muse Scholarly Jounals Online, p. 73-100, oct. 2005.

GAWERC, Michelle I. Peace Building: Theoretical and concrete perspectives. **Peace & Change**, vl. 31, n. 4, p. 435-661, oct., 2006. Disponível em: <http://www.blackwell-synergy.com/loi/pech?open=2007#year2007>. Acesso em: 8 nov. 2006.

GROTIUS, Hugo. **Le droit de la guerre et de la paix.** Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **Por uma cultura de paz.** Disponível em: <http://www.educapaz.org.br/por-uma-cultura-de-paz.html> Acesso em 31 jul 2007.

HEYSER, Noellen. Prólogo. IN: REHN, Elisabeth; SIRLEAF, Ellen Johnson. El **progreso de las mujeres en el mundo 2002**. Volumen 1. Sumario ejecutivo. Mujeres, Guerra, paz. Informe de expertas independientes. Disponível em: <http://www.womenwarpeace.org/Portals/0/Documents/WWP_ES_SP.pdf>. Acesso em: 30 out 2007.

HIIK (2005) (ed.), **Conflict barometer 2005**. Crisis, wars, coups d'état, negotiations, mediations, peace settlements, Heidelberg. Disponível em: < http://www.hiik.de/konfliktbarometer/pdf/ConflictBarometer_2005.pdf >. Acesso em: 31 jan 2008.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos:** o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Sobre a história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

HOLSTI, Kalevi. **The state, war, and the state of war**. New York: Cambridge University, 1999.

INTERNATIONAL SYMPOSIUM FROM PARTIAL INSECURITY TO GLOBAL SECURITY. Paris: UNESCO, IHEDN,1997.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques. ; NORA, Pierre (Org.). **História**: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

KANT, Emmanuel. A paz perpétua - um projeto filosófico(1795/96). In: **A paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70, s.d.

_____. Idéia de uma história universal com um propósito cosmopolita. In: **A paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70, s.d.

KAPPEN, Thomas Risse. **Bringing international relations back in** – non-state actors, domestic structures and international institutions. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

KIRKPATRICK, Jeane J. Beyond the cold war. **Foreign Affairs**, vol. 69, 1990.

KOERNER, Andrei. O papel dos direitos humanos na política democrática: uma análise preliminar. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, outubro, vol. 18, n. 53. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5. n. 10, 1992.

KRAUSE, Keith. **Culture and security**: multilateralism, arms control, and security building. London: F. Cass, 1999.

_____. Theorizing security, state formation and the 'third world' in the post cold-war world**. Review of international studies**, n. 24, 1998.

KRIPPENDORFF, Ekkehart. **Las relaciones internacionales como historia**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

LAMAZIÈRE, George. **Ordem, hegemonia e transgressão**. Brasília, D.F.: Instituto Rio Branco Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de Estudos Estratégicos, 1998.

LAYNE, Christopher. Kant or cnt: the myth of the democratic peace. In: BROWN, Michael et al. (Org). **Theories of war and peace:** an international security reader. Cambridge: MIT Press, 1999.

LINKLATER, Andrew (Ed). **International relations**: critical Concepts in political science. New York, Routledge, 2000.

_____. **The transformation of political community**: ethical foundations of the post-westphalian era. Cambridge: Polity, 1998.

LINKLATER, Andrew (Ed). **International relations**: critical Concepts in political science. New York, Routledge, 2000.

LIPSON, Michael. Peacekeeping**:** organized hipocrisy? **European Journal of International Relations**. SAGE Publications and ECPR. vol 13, n.5, 2007. Disponível em: <http://ejt.sagepub.com/cgi/content/abstract/13/1/5> . Acesso em: 14 jun. 2007.

LOPES, Carlos. **Cooperação e desenvolvimento humano** – a agenda emergente para o novo milênio. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

LÓPEZ, Ernesto. **La Seguridad internacional em los albores Del siglo XXI**. Documento de trabajo n. 9. Buenos Aires, Universidade Nacional de Quilmes, Maio de 2002.

MACGREGOR, Felipe. **Concepción integral y dinámica de la paz.** APEP: Lima, 1984.

_____. **Cultura de Paz**. Lima: Ministerio de Educación, Comisión Nacional Permanente de Educación para la Paz. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 1986.

_____. **Cultura de Paz**. Lima: Comisión Nacional Permantente para la Paz Hernán Silva Santisteban Lardo. Ministerio de Educación del Perú, 1989.

MATHIAS, Suzeley Kalil; SOARES, Samuel Alves (Orgs.). **Novas ameaças**: Dimensões e perspectivas: desafios para a cooperação em defesa entre Brasil e Argentina. São Paulo: Sicurezza, 2003.

MATSUURA, Koïshiro. **The evolution of a new concept**: the culture of peace. Published by the Culture of Peace Co-ordination of the Bureau of Strategic Planning United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, Paris, 2002.

MATTHEWS, Jessica. **Redefinig security.** Foreign Affairs, New York, v.68, n.2, 1989.

MELO, Raquel Bezerra Cavalcanti Leal. **O processo de institucionalização das operações de paz multidimensionais da ONU no pós-Guerra Fria**: direitos humanos, polícia civil e assistência eleitoral. 2006. Tese de doutorado. Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MERLE, Marcel. **Sociologia das Relações Internacionais**. Brasília, DF: Ed. UnB. 1981.

MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2005.

_____. Construção de estados: por que não funciona e como fazê-la funcionar? **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol 26, n. 2, 2004.

MORGENTHAU, Hans J. **Política entre as nações:** a luta pelo poder e pela paz. Brasília, D.F.: Ed. UNB, 2003.

MOUGEL, François-Charles; PACTEAU, Séverine. **Histoire des relations internationales XIXe et XXe siècles**. Paris: Presses Universitaires de France, 2006.

MUNÕZ, Francisco A. (Ed.). **La paz imperfecta**. Granada. Granada, 2001.

MONTE, Izadora Xavier et al. **Evolving Paradigms on the Management of Conflict Situations:** Security Council's Responsibility in the Maintenance of International Peace and Security. Disponível em: <http://www.amun.org.br/2007/index2.php?pag=unsc>. Acesso em: 26 ago 2007.

NOUR, Soraya. Os cosmopolitas. Kant e os temas kantianos em relações internacionais. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol 25, n.1, 2003.

OLIVEIRA, Ariana Bazzano. **O Conceito de paz:** um percurso de Kant à atualidade. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Filosofia Política e Jurídica da Universidade Estadual de Londrina, como requisito final à obtenção do título de Especialista em Filosofia Política e Jurídica. Londrina, 2007.

OLIVEIRA, Henrique Altemani; LESSA, Antônio Carlos (Org.). **Política internacional contemporânea**: mundo em transformação. São Paulo: Saraiva, 2006.

OWEN, John M. How liberalism produces democratic peace. In: BROWN, Michael et al. (Org.) **Theories of war and peace:** an international security reader. Cambridge: MIT Press, 1999.

PARAJON, Francisco Lacayo; LOURENÇO, Mirta; ADAMS, David. **The UNESCO Culture Peace Programme in El Salvador:** An Inicial Report. Disponível em: <http://www.gmu.edu/academic/ijps/vol1_2/UNESCO.htm>. Acesso em: 13 nov. 2007.

PARIS, Roland. Peacekeeping and the constraints of global culture. **European Journal of International Relations**, v. 9, n. 3, p. 441-473, 2003. Disponível em: <http://ejt.sagepub.com/cgi/content/abstract/9/3/441>. Acesso em: 26 apr. 2007.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **O conselho de segurança após a guerra do golfo**: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva. Brasília, DF: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de Estudos Estratégicos, 1998.
PETROVA, Margarita H. **The end of the cold war**: a battle or bridging ground between rationalist and ideational approaches in international relations? European Journal of International Relations. SAGE Publications and ECPR, vol 9, 2003.

PHILONENKO, Aléxis. Kant et le problème de la paix**.** In: **Essais sur la philosophie de la guerre**. Paris: Libraire Philosophique J.Vrin, 1976.

PHILPOTT, D. **Revolutions in Sovereingty:** How Ideas Shaped Modern International Relations. Princeton: Princeton UP, 2001.

PROENÇA, Domício. Enquadramento das PKO nas teorias da guerra e da polícia. **Revista brasileira de política internacional.** Julho-dezembro, ano/vol. 45, número 002. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Brasília, Brasil.

RALPH, Jason. Security dilemmas and the end of the cold war. **Review of International Studies,** British International Studies Association, vol. 25, 1999.

RAMSBOTHAM, Oliver. Humanitarian intervention 1990-5: a need to reconceptualize? **Review of international studies**. British International Studies Association, 1997.

RÉMOND, René et al. (Org.). **Hacer la historia del siglo XXI**. Madrid: Biblioteca Nueva.Universidad Nacional de Educación a Distancia Casa de Velázquez, 2004.

RAZA, Salvador Guelfi. Entrevista. **Segurança Nacional**. Entrevistador: Willian Waack. Globonews: São Paulo, 2007. Programa Globonews Painel.

RENOUVIN, Pierre. **Historia de las relaciones internacionales**. Madrid: Gráficas Nebrija, 1964. T.2.

RIERA, J.C; Way, E.T. Felipe MaCGregor: Vida y Legado de un Maestro. IN: **Educación** – Revista Eletrônica do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Peru. Vol. XIV, n. 27. 2006. Disponível em: < http://revistas.pucp.edu.pe/educacion/content/view/28/26/>. Acesso em: 16 abr. 2007.

RISSE-KAPEN, Thomas (ed.), Bringing transnational relations back. In: **Non-state actors, domestic structures and international institutions**. Cambridge: Cambridge University, 1995.

ROSAS, Maria Cristina. O Conselho de Segurança das Nações Unidas: 60 Anos não é nada. In: SANTOS, Cristiane (Ed.). **Reformas na ONU**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

ROSANVALLON, P. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História**, v. 15, n º 30, 1995.

ROSEANAU, James N. **Along the domestic-foreign frontier**: exploring governance in a turbulent world. Cambridge: Cambridge University, 1997.

ROSSY, Elizena de Jesus Barbosa. **Mídia e terceiro setor**: como as ongs promovem a cultura da paz. Dissertação de mestrado. 2006. Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

SAINT-PIERRE, Abbé de. **Projeto para tornar perpétua a paz na Europa**. Brasília, D.F.: UNB, 2002.

SARAIVA, J.F.S. (org). **Relações internacionais**: dois séculos de história - entre a ordem bipolar e o policentrismo - de 1947 a Nossos Dias. Brasília, D.F.: IBRI / FUNAG, 2002.

SCHMITT, C**. Le Nomos de la terre**. Paris: Presses Universitaires de France: 2001.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. P. 37-58. IN: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs) **Memória e res(sentimento):** indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2001/2004.

SPITZ, Clarice. Cresce número de lares brasileiros chefiados por mulheres. **Folha Online**. Rio de Janeiro, 29 set 2007. Disponível em : <http://www.direitos.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=3919>. Acesso em : 25 ago 2008.

TANNO, Grace. A Contribuição da Escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol 25, n.1, jan jun.2003.

TENTORI, Tullio. **Educazione alla pace**. (Org.) Roma: Editrice Studium, 1970.

UNESCO. **The Seville statement on violence,** 1989. Disponível em: < http://www.culture-of-peace.info/brochure/pages42-43.html>. Acesso em: 7 abr. 2005.

_____. **Constitution of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.** Disponível em: < http://www.un-documents.net/unesco-c.htm >. Acesso em: 7 abr. 2005.

_____. Yamoussoukro declaration on peace in the minds of men. Disponível em: < www.unesco.org/cpp/uk/declarations/yamouss.pdf > Acesso em 14 set. 2006.

_____. **UNESCO´S contribution to peace, human rights and the elimination of all forms of discrimination**. Document 25 C/4 com. V/C. 13 oct. 1989. Paris. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=gctd&req=2&by=2&ord=1&sc1=1&look=cfg1&lin=1&dc=25+C%2F4&submit=%A0GO%A0>. Acesso em: 5 nov. 2006.

_____. **Implementation of 25C/resolution 22 concerning the follow-up to the international congress on peace in the minds of men: Yamoussoukro declaration; Seville statement on violence. Report by the director-general**. Report by the director-general. Document 26C/18 – 7 oct. 1991. Paris. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=gctd&req=2&by=2&ord=1&sc1=1&look=cfg1&lin=1&dc=26%2FC%2F18&submit=%A0GO%A0>. Acesso em: 28 out. 2006.

_____. **Information document on the transdisciplinary project "towards a culture of peace" at the general assembly of the united nations**. Document 29C/ inf. 17 – 27 oct. 1997. Paris. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=gctd&req=2&by=2&ord=1&sc1=1&look=cfg1&lin=1&dc=29%2FC+inf.+17&submit=%A0GO%A0>. Acesso em: 25 out. 2006.

_____. **Report on the action of the culture of peace programme**. Document 28C/123 – 20 sep. 1995. Paris. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=gctd&req=2&by=2&ord=1&sc1=1&look=cfg1&lin=1&dc=28+c+123&submit=%A0GO%A0>. Acesso em: 13 out. 2006.

_____. **Decisions adopted by the executive board at its 131st session**. Document 131EX/Decisions – 21 jul. 1989. Paris. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=extd&sess=131&by=5&req=2&look=ex&sc1=1>. Acesso em: 7 out. 2006.

_____. **Report by the director-general on the general regulations and the financial regulations of the Felix Houphouet-Boigny Peace Prize**. Document 134EX/ 31 - 20 abr. 1990. Paris. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=extd&set=46D88365_3_114&look=ex&sc1=1&sc2=0&ref=http://unesdoc.unesco.org/ulis/index.html&nl=1&ll=1&scroll=3>. Acesso em: 11 out. 2006.

_____. **Co-peration to promote a culture of peace**. Document 140EX/28 - 14 aug. 1992. Paris. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=extd&set=46D883F6_1_130&look=ex&sc1=1&sc2=0&ref=http://unesdoc.unesco.org/ulis/index.html&nl=1&ll=1&scroll=2>. Acesso em: 29 out. 2006.

_____. **Action programme to promote a culture of peace**. Document 141EX/13 – 12 mar. 1993. Paris. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=extd&set=46D8849C_1_152&look=ex&sc1=1&sc2=0&ref=http://unesdoc.unesco.org/ulis/index.html&nl=1&ll=1&scroll=1>. Acesso em: 25 ago. 2006.

_____. **Action programme to promote a culture of peace.** Document 141EX/16 – 7 abr. 1993. Paris. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=extd&set=46D8849C_1_152&look=ex&sc1=1&sc2=0&ref=http://unesdoc.unesco.org/ulis/index.html&nl=1&ll=1&scroll=1>. Acesso em: 24 set. 2006.

_____. **Action programme to promote a culture of peace.** Document 142EX/13 – 9 sep. 1993. Paris. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=extd&set=46D88524_2_122&look=ex&sc1=1&sc2=0&ref=http://unesdoc.unesco.org/ulis/index.html&nl=1&ll=1&scroll=1>. Acesso em: 13 out. 2006.

UNESCO. **The culture of peace programme: from national programmes to a project of global scope.** Document 145EX/15 - 18 aug. 1994. Paris, 1994. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=extd&set=46D885A1_3_11&look=ex&sc1=1&sc2=0&ref=http://unesdoc.unesco.org/ulis/index.html&nl=1&ll=1&scroll=1>. Acesso em: 7 out. 2006.

_____. **Recent decisions and activities of the organizations of the united nations system of relevance to the work of UNESCO**. Document 149EX /23 – 28 mar. 1996. Paris. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=extd&set=46D885A1_3_11&look=ex&sc1=1&sc2=0&ref=http://unesdoc.unesco.org/ulis/index.html&nl=1&ll=1&scroll=1>. Acesso em: 18 out. 2006.

_____. **Report on the implementation of the transdisciplinary project 'towards a culture of peace'.** Document 151EX /43 – 23 apr. 1997. Paris. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=extd&set=46D88676_3_39&look=ex&sc1=1&sc2=0&ref=http://unesdoc.unesco.org/ulis/index.html&nl=1&ll=1&scroll=4>. Acesso em: 3 set. 2006.

_____. **Contribution by the director-general to the report of the united nations secretary-general on the transdisciplinary project towards a culture of peace**. Document 152EX /50 – 26 aug. 1997. Paris. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=extd&set=46D886C9_2_3&look=ex&sc1=1&sc2=0&ref=http://unesdoc.unesco.org/ulis/index.html&nl=1&ll=1&scroll=4>. Acesso em: 13 out. 2006.

_____. **Preliminary consolidated report to the united nations on a culture of peace**. Document 154EX/42 – 2 abr. 1998. Paris. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=ged&req=2&by=2&sc1=1&look=new&sc2=1&lin=1&mode=e&text=154+ex+42&text_p=inc&submit=%A0%A0Go%A0%A0>. Acesso em: 22 out. 2006.

_____. **Evaluation report on the transdisciplinary project 'towards a culture of peace'.** Document 155EX/48 – 14 sep. 1998. Paris.
Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=ged&req=2&by=2&sc1=1&look=new&sc2=1&lin=1&mode=e&text=155+ex+48&text_p=inc&submit=%A0%A0Go%A0%A0>. Acesso em: 19 out. 2006.

_____. **Preliminary consolidated report to the united nations on a culture of peace.** Document 155EX/ 49 – 11 ago. 1998. Paris.
Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=ged&req=2&by=2&sc1=1&look=new&sc2=1&lin=1&mode=e&text=155+ex+49&text_p=inc&submit=%A0%A0Go%A0%A0>. Acesso em: 13 out. 2006.

_____. **The culture of peace and UNESCO´s action in member states**. Document 155EX/50 – 28 sep. 1998. Paris.
Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=ged&req=2&by=2&sc1=1&look=new&sc2=1&lin=1&mode=e&text=155+ex+50&text_p=inc&submit=%A0%A0Go%A0%A0>. Acesso em: 13 out. 2006.

UNESCO. **Evaluation report on the transdisciplinary project 'towards a culture of peace'**. Document 157EX/ 39 – 24 sep. 1999. Paris.
Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=ged&req=2&by=2&sc1=1&look=new&sc2=1&lin=1&mode=e&text=157+EX+39&text_p=inc&submit=%A0%A0Go%A0%A0>. Acesso em: 11 out. 2006.

_____. **Strategy paper by the director-general on the place of UNESCO in the united nations system-wide actions on the culture of peace**. Document 159EX/37 – 4 may 2000. Paris. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=ged&req=2&by=2&sc1=1&look=new&sc2=1&lin=1&mode=e&text=159+ex+37&text_p=inc&submit=%A0%A0Go%A0%A0>. Acesso em: 11 out. 2006.

_____. **Final report of the task force on UNESCO in the twenty-first century**. Document 160EX/48 – 11 out. 2000. Paris.
Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=ged&req=2&by=2&sc1=1&look=new&sc2=1&lin=1&mode=e&text=160+ex+48&text_p=inc&submit=%A0%A0Go%A0%A0>. Acesso em: 12 set. 2006.

_____. **Report on the progress made by UNESCO in the implementation of the programme of action on a culture of peace and on cooperation with the united nations system in this field**. Document 161EX/17 – 19 apr. 2001. Paris. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=ged&req=2&by=2&sc1=1&look=new&sc2=1&lin=1&mode=e&text=161+ex+17&text_p=inc&submit=%A0%A0Go%A0%A0>. Acesso em: 26 nov. 2006.

_____. **The Second Forum on the Culture of Peace** – The Manila Forum. Final Report. 26-30 nov. 1995.

_____.**Tolerance:** Threashhold for peace – a teaching/learning guide for education for peace, human rights and democracy. Preliminary Version. Paris: UNESCO, 1994.

The Nobel Peace Laureates´Appeal. Disponível em: <http://www.global-vision.org/sustainability/appeal.html>. Acesso em: 7 out. 2007.

UNITED NATIONS. **United Nations Charter**. Disponível em: <http://www.un-documents.net/charter.htm>. Acesso em: 8 abr. 2006.

_____. **International year of peace and international day of peace**. Document A/RES/36/67 - 30 nov. 1981. New York. Disponível em:
< http://www.un.org/documents/ga/res/36/a36r067.htm>. Acesso em: 29 ago. 2006.

_____. **International year of peace.** Document A/RES/37/16 - 16 nov. 1982. New York. Disponível em: < http://www.un.org/documents/ga/res/37/a37r016.htm >. Acesso em: 29 ago. 2006.

UNITED NATIONS. **Declaration on the right of peoples to peace.** Document A/RES/39/11 - 12 nov. 1984**.** New York Disponível em:
< http://www.un.org/documents/ga/res/39/a39r011.htm >. Acesso em: 29 ago. 2006.

_____. Human rights questions: human rights questions, including alternative approaches for improving the effective enjoyment of human rights and fundamental freedoms - Note by the secretary-general**.** Document A/51/395 - 23 sep. 1996. New York. Disponível em:
< http://www.un.org/documents/ga/docs/51/plenary/a51-395.htm >. Acesso em: 23 ago. 2006.

_____. **An agenda for peace** – preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping. Report of the secretary-general pursuant to the statement
adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992. Document A/47/277 - S/24111 - 17 jun.1992. New York. Disponível em:
<http://www.un.org/Docs/SG/agpeace.html>. Acesso em: 07 dez 2005.

_____. **An agenda for development** – report of the Secretary-General. Document A/48/935 - 6 may 1994. New York. Disponível em: <http://www.un.org/Docs/SG/agpdev.html>. Acesso em: 07 dez 2005.

_____. **Supplement to an agenda for peace** – position paper of the secretary-general on the occasion of the fiftieth anniversary of the United Nations. Document A/50/60 – S/1995/1 – 3 jan. 1995. New York. Disponível em:
< http://www.un.org/Docs/SG/agsupp.html >. Acesso em: 07 dez 2005.

_____. **United Nations decade for human rights education: towards a culture of peace.** Document A/RES/50/173 – 22 dec. 1995. New York**.** Disponível em:
< http://www.un.org/documents/ga/res/50/a50r173.htm >. Acesso em: 20 ago. 2006.

_____. **Resolution adopted by the general assembly -** on the report of the third committee (A/51/619/Add.2). Culture of peace. Document A/RES/51/101 – 3 mar. 1997. New York. Disponível em: < http://www.un.org/documents/ga/res/51/ares51-101.htm>. Acesso em: 20 ago. 2006.

_____. **Proclamation of the year 2000 as the international year for the culture of peace**. Document A/52/15 – 20 nov. 1997. New York. Disponível em: < http://www.un.org/ga/documents/gares52/res5215.htm >. Acesso em: 20 ago. 2006.

_____. **Resolution adopted by the General Assembly**. International decade for a culture of peace and non-violence for the children of the world (2001-2010). Document A/RES/53/25 – 19 nov. 1998. New York. Disponível em: < www.un.org/spanish/aboutun/organs/ga/53/ares5325.pdf >. Acesso em: 23 ago. 2006.

_____. Resolutions adopted by the General Assembly. **Declaration on a culture of peace A.** Document A/RES/53/243 – 6 oct. 1999. New York. Disponível em: < www.un.org/Docs/asp/ws.asp?m=A/RES/53/243 >. Acesso em: 23 ago. 2006.

UNITED NATIONS. **Consolidated report cotaining a draft declaration and programme of action on a culture of peace -** note by the secretary-general. Document A/53/370 Add.4 – 22 jan. 1999. New York. Disponível em: < http://documents.un.org/mother.asp >. Acesso em: 27 ago. 2006.

_____. **Identical letters dated 21 August 2000 from the secretary-general to the president of the general assembly and the president of the security council**. Document A/55/305 – S/2000/309 – 21 aug. 2000. New York. Disponível em: < http://www.un.org/peace/reports/peace_operations/>. Acesso em: 27 ago. 2006.

_____. **Resolution adopted by the general assembly** - without reference to a main committee (A/55/L.2).United Nations millennium declaration. 18 sep. 2000. New York. Disponível em: <http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/r55.htm>. Acesso em: 27 ago. 2006.

_____. **Resolution adopted by the general assembly without reference to a main committee (A/55/L.43/Rev.1 and Add.1) 55/47.**International decade for a culture of peace and non-violence for the children of the world, 2001–2010. 22 jan. 2001. New York. Disponível em: < http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/r55.htm >. Acesso em: 27 ago. 2006.

_____. **International decade for a culture of peace and non-violence for the children of the world.** Report of the secretary-general. Document A/55/377 – 12 sep. 2000. New York. Disponível em: < http://www.culture-of-peace.info/history/page23.html >. Acesso em: 23 ago. 2006.

VAÏSSE, Maurice. La historia de las relaciones internacionales em Francia. Institut d'Études Politiques (IEP), Paris. IN: RÉMOND, René et. Al. (Orgs.) **Hacer la historia Del siglo XX.** Madrid: Biblioteca Nueva. Universidad Nacional de Educación a Distancia Casa de Velázquez, 2004.

VILLA, Rafael. **Da crise do realismo à segurança global multidimensional**. São Paulo: Annablume, 1999.

WALTZ, Kenneth. **O homem, o estado e a guerra**. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WALZER, Michael. **Just and unjust war**: a moral argument with historical illustrations. New York, Basic Books 2000.

ANEXOS

ANEXO I

United Nations **A/RES/53/243 A**

General Assembly

Distr: General
13 September 1999
Original: English

Fifty-third session
Agenda item 00

Resolutions adopted by the General Assembly

[without reference to a Main Committee (A/53/L.79)]

53/243 A. Declaration on a Culture of Peace

The General Assembly,

Recalling the Charter of the United Nations, including the purposes and principles embodied therein,

Recalling also the Constitution of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, which states that "since wars begin in the minds of men, it is in the minds of men that the defences of peace must be constructed",

Recalling further the Universal Declaration of Human Rights /1 and other relevant international instruments of the United Nations system,

Recognizing that peace not only is the absence of conflict, but also requires a positive, dynamic participatory process where dialogue is encouraged and conflicts are solved in a spirit of mutual understanding and cooperation,

Recognizing also that the end of the cold war has widened possibilities for strengthening a culture of peace,

Expressing deep concern about the persistence and proliferation of violence and conflict in various parts of the world,

Recognizing the need to eliminate all forms of discrimination and intolerance, including those based on race, colour, sex, language,

religion, political or other opinion, national, ethnic or social origin, property, disability, birth or other status,

Recalling its resolution 52/15 of 20 November 1997, by which it proclaimed the year 2000 as the "International Year for the Culture of Peace", and its resolution 53/25 of 10 November 1998, by which it proclaimed the period 2001-2010 as the "International Decade for a Culture of Peace and Non-Violence for the Children of the World",

Recognizing the important role that the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization continues to play in the promotion of a culture of peace,

Solemnly proclaims the present Declaration on a Culture of Peace to the end that Governments, international organizations and civil society may be guided in their activity by its provisions to promote and strengthen a culture of peace in the new millennium:

Article 1

A culture of peace is a set of values, attitudes, traditions and modes of behaviour and ways of life based on:

a. Respect for life, ending of violence and promotion and practice of non-violence through education, dialogue and cooperation;
b. Full respect for the principles of sovereignty, territorial integrity and political independence of States and non-intervention in matters which are essentially within the domestic jurisdiction of any State, in accordance with the Charter of the United Nations and international law;
c. Full respect for and promotion of all human rights and fundamental freedoms;
d. Commitment to peaceful settlement of conflicts;
e. Efforts to meet the developmental and environmental needs of present and future generations;
f. Respect for and promotion of the right to development;
g. Respect for and promotion of equal rights and opportunities for women and men;
h. Respect for and promotion of the right of everyone to freedom of expression, opinion and information;
i. Adherence to the principles of freedom, justice, democracy, tolerance, solidarity, cooperation, pluralism, cultural diversity, dialogue and understanding at all levels of society and among nations; and fostered by an enabling national and international environment conducive to peace.

Article 2

Progress in the fuller development of a culture of peace comes about through values, attitudes, modes of behaviour and ways of life conducive to the promotion of peace among individuals, groups and nations.

Article 3

The fuller development of a culture of peace is integrally linked to:

a. Promoting peaceful settlement of conflicts, mutual respect and understanding and international cooperation;
b. Complying with international obligations under the Charter of the United Nations and international law;
c. Promoting democracy, development and universal respect for and observance of all human rights and fundamental freedoms;
d. Enabling people at all levels to develop skills of dialogue, negotiation, consensus-building and peaceful resolution of differences;
e. Strengthening democratic institutions and ensuring full participation in the development process;
f. Eradicating poverty and illiteracy and reducing inequalities within and among nations;
g. Promoting sustainable economic and social development;
h. Eliminating all forms of discrimination against women through their empowerment and equal representation at all levels of decision-making;
i. Ensuring respect for and promotion and protection of the rights of children;
j. Ensuring free flow of information at all levels and enhancing access thereto;
k. Increasing transparency and accountability in governance;
l. Eliminating all forms of racism, racial discrimination, xenophobia and related intolerance;
m. Advancing understanding, tolerance and solidarity among all civilizations, peoples and cultures, including towards ethnic, religious and linguistic minorities;
n. Realizing fully the right of all peoples, including those living under colonial or other forms of alien domination or foreign occupation, to self-determination enshrined in the Charter of the United Nations and embodied in the International Covenants on Human Rights,/2 as well as in the Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples contained in General Assembly resolution 1514 (XV) of 14 December 1960.

Article 4

Education at all levels is one of the principal means to build a culture of peace. In this context, human rights education is of particular importance.

Article 5

Governments have an essential role in promoting and strengthening a culture of peace.

Article 6

Civil society needs to be fully engaged in fuller development of a culture of peace.

Article 7

The educative and informative role of the media contributes to the promotion of a culture of peace.

Article 8

A key role in the promotion of a culture of peace belongs to parents, teachers, politicians, journalists, religious bodies and groups, intellectuals, those engaged in scientific, philosophical and creative and artistic activities, health and humanitarian workers, social workers, managers at various levels as well as to non-governmental organizations.

Article 9

The United Nations should continue to play a critical role in the promotion and strengthening of a culture of peace worldwide.

107th plenary meeting
13 September 1999

ANEXO II

United Nations **A/RES/53/243 B**

General Assembly

Distr: General
13 September 1999
Original: English

Fifty-third session
Agenda item 00

Resolutions adopted by the General Assembly

[without reference to a Main Committee (A/53/L.79)]

53/243 B. Programme of Action on a Culture of Peace

The General Assembly,

Bearing in mind the Declaration on a Culture of Peace adopted on 13 September 1999,

Recalling its resolution 52/15 of 20 November 1997, by which it proclaimed the year 2000 as the "International Year for the Culture of Peace", and its resolution 53/25 of 10 November 1998, by which it proclaimed the period 2001-2010 as the "International Decade for a Culture of Peace and Non-violence for the Children of the World";

Adopts the following **Programme of Action on a Culture of Peace**:

A. Aims, strategies and main actors

1. The Programme of Action should serve as the basis for the International Year for the Culture of Peace and the International Decade for a Culture of Peace and Non-violence for the Children of the World.

2. Member States are encouraged to take actions for promoting a culture of peace at the national level as well as at the regional and international levels.

3. Civil society should be involved at the local, regional and national levels to widen the scope of activities on a culture of peace.

4. The United Nations system should strengthen its ongoing efforts to promote a culture of peace.

5. The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization should continue to play its important role in and make major contributions to the promotion of a culture of peace.

6. Partnerships between and among the various actors as set out in the Declaration should be encouraged and strengthened for a global movement for a culture of peace.

7. A culture of peace could be promoted through sharing of information among actors on their initiatives in this regard.

8. Effective implementation of the Programme of Action requires mobilization of resources, including financial resources, by interested Governments, organizations and individuals.

B. Strengthening actions at the national, regional and international levels by all relevant actors

9. Actions to foster a culture of peace through education:

a. Reinvigorate national efforts and international cooperation to promote the goals of education for all with a view to achieving human, social and economic development and for promoting a culture of peace;
b. Ensure that children, from an early age, benefit from education on the values, attitudes, modes of behaviour and ways of life to enable them to resolve any dispute peacefully and in a spirit of respect for human dignity and of tolerance and non-discrimination;
c. Involve children in activities designed to instill in them the values and goals of a culture of peace;
d. Ensure equality of access to education for women, especially girls;
e. Encourage revision of educational curricula, including textbooks, bearing in mind the 1995 Declaration and Integrated Framework of Action on Education for Peace, Human Rights and Democracy[3] for which technical cooperation should be provided by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization upon request;
f. Encourage and strengthen efforts by actors as identified in the Declaration, in particular the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, aimed at developing values and skills conducive to a culture of peace, including education and training in promoting dialogue and consensus-building;
g. Strengthen the ongoing efforts of the relevant entities of the United Nations system aimed at training and education, where

appropriate, in the areas of conflict prevention and crisis management, peaceful settlement of disputes, as well as in post-conflict peace-building;

h. Expand initiatives to promote a culture of peace undertaken by institutions of higher education in various parts of the world, including the United Nations University, the University for Peace and the project for twinning universities and the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization Chairs Programme.

10. Actions to promote sustainable economic and social development:

a. Undertake comprehensive actions on the basis of appropriate strategies and agreed targets to eradicate poverty through national and international efforts, including through international cooperation;
b. Strengthen the national capacity for implementation of policies and programmes designed to reduce economic and social inequalities within nations through, *inter alia*, international cooperation;
c. Promote effective and equitable development-oriented and durable solutions to the external debt and debt-servicing problems of developing countries through, *inter alia*, debt relief;
d. Reinforce actions at all levels to implement national strategies for sustainable food security, including the development of actions to mobilize and optimize the allocation and utilization of resources from all sources, including through international cooperation, such as resources coming from debt relief;
e. Undertake further efforts to ensure that the development process is participatory and that development projects involve the full participation of all;
f. Include a gender perspective and empowerment of women and girls as an integral part of the development process;
g. Include in development strategies special measures focusing on needs of women and children as well as groups with special needs;
h. Strengthen, through development assistance in post-conflict situations, rehabilitation, reintegration and reconciliation processes involving all engaged in conflicts;
i. Incorporate capacity-building in development strategies and projects to ensure environmental sustainability, including preservation and regeneration of the natural resource base;
j. Remove obstacles to the realization of the right of peoples to self-determination, in particular of peoples living under colonial or other forms of alien domination or foreign occupation, which adversely affect their social and economic development.

11. Actions to promote respect for all human rights:

a. Full implementation of the Vienna Declaration and Programme of Action;[4]
b. Encouragement of development of national plans of action for the promotion and protection of all human rights;
c. Strengthening of national institutions and capacities in the field of human rights, including through national human rights institutions;
d. Realization and implementation of the right to development, as established in the Declaration on the Right to Development [5] and the Vienna Declaration and Programme of Action;
e. Achievement of the goals of the United Nations Decade for Human Rights Education (1995-2004);[6]
f. Dissemination and promotion of the Universal Declaration of Human Rights at all levels;
g. Further support to the activities of the United Nations High Commissioner for Human Rights in the fulfilment of her or his mandate as established in General Assembly resolution 48/141 of 20 December 1993, as well as the responsibilities set by subsequent resolutions and decisions.

12. Actions to ensure equality between women and men:

a. Integration of a gender perspective into the implementation of all relevant international instruments;
b. Further implementation of international instruments that promote equality between women and men;
c. Implementation of the Beijing Platform for Action adopted at the Fourth World Conference on Women,[7] with adequate resources and political will, and through, *inter alia*, the elaboration, implementation and follow-up of the national plans of action;
d. Promotion of equality between women and men in economic, social and political decision-making;
e. Further strengthening of efforts by the relevant entities of the United Nations system for the elimination of all forms of discrimination and violence against women;
f. Provision of support and assistance to women who have become victims of any forms of violence, including in the home, workplace and during armed conflicts.

13. Actions to foster democratic participation:

a. Reinforcement of the full range of actions to promote democratic principles and practices;
b. Special emphasis on democratic principles and practices at all levels of formal, informal and non-formal education;
c. Establishment and strengthening of national institutions and processes that promote and sustain democracy through, *inter*

alia, training and capacity-building of public officials;

d. Strengthening of democratic participation through, inter alia, the provision of electoral assistance upon the request of States concerned and based on relevant United Nations guidelines;
e. Combating of terrorism, organized crime, corruption as well as production, trafficking and consumption of illicit drugs and money laundering, as they undermine democracies and impede the fuller development of a culture of peace.

14. Actions to advance understanding, tolerance and solidarity:

a. Implement the Declaration of Principles on Tolerance and the Follow-up Plan of Action for the United Nations Year for Tolerance /8 (1995);
b. Support activities in the context of the United Nations Year of Dialogue among Civilizations in the year 2001;
c. Study further the local or indigenous practices and traditions of dispute settlement and promotion of tolerance with the objective of learning from them;
d. Support actions that foster understanding, tolerance and solidarity throughout society, in particular with vulnerable groups;
e. Further support the attainment of the goals of the International Decade of the World's Indigenous People;
f. Support actions that foster tolerance and solidarity with refugees and displaced persons, bearing in mind the objective of facilitating their voluntary return and social integration;
g. Support actions that foster tolerance and solidarity with migrants;
h. Promote increased understanding, tolerance and cooperation among all peoples through, inter alia, appropriate use of new technologies and dissemination of information;
i. Support actions that foster understanding, tolerance, solidarity and cooperation among peoples and within and among nations.

15. Actions to support participatory communication and the free flow of information and knowledge:

a. Support the important role of the media in the promotion of a culture of peace;
b. Ensure freedom of the press and freedom of information and communication;
c. Make effective use of the media for advocacy and dissemination of information on a culture of peace involving, as appropriate, the United Nations and relevant regional, national and local mechanisms;
d. Promote mass communication that enables communities to express their needs and participate in decision-making;
e. Take measures to address the issue of violence in the media, including new communication technologies, *inter alia*, the

Internet;

f. Increase efforts to promote the sharing of information on new information technologies, including the Internet.

16. Actions to promote international peace and security:

a. Promote general and complete disarmament under strict and effective international control, taking into account the priorities established by the United Nations in the field of disarmament;
b. Draw, where appropriate, on lessons conducive to a culture of peace learned from "military conversion" efforts as evidenced in some countries of the world;
c. Emphasize the inadmissibility of acquisition of territory by war and the need to work for a just and lasting peace in all parts of the world;
d. Encourage confidence-building measures and efforts for negotiating peaceful settlements;
e. Take measures to eliminate illicit production and traffic of small arms and light weapons;
f. Support initiatives, at the national, regional and international levels, to address concrete problems arising from post-conflict situations, such as demobilization, reintegration of former combatants into society, as well as refugees and displaced persons, weapon collection programmes, exchange of information and confidence-building;
g. Discourage the adoption of and refrain from any unilateral measure, not in accordance with international law and the Charter of the United Nations, that impedes the full achievement of economic and social development by the population of the affected countries, in particular women and children, that hinders their well-being, that creates obstacles to the full enjoyment of their human rights, including the right of everyone to a standard of living adequate for their health and well-being and their right to food, medical care and the necessary social services, while reaffirming that food and medicine must not be used as a tool for political pressure;
h. Refrain from military, political, economic or any other form of coercion, not in accordance with international law and the Charter, aimed against the political independence or territorial integrity of any State;
i. Recommend proper consideration for the issue of the humanitarian impact of sanctions, in particular on women and children, with a view to minimizing the humanitarian effects of sanctions;
j. Promote greater involvement of women in prevention and resolution of conflicts and, in particular, in activities promoting a culture of peace in post-conflict situations;
k. Promote initiatives in conflict situations such as days of tranquillity to carry out immunization and medicine distribution campaigns, corridors of peace to ensure delivery of humanitarian

supplies and sanctuaries of peace to respect the central role of health and medical institutions such as hospitals and clinics;

l. Encourage training in techniques for the understanding, prevention and resolution of conflict for the concerned staff of the United Nations, relevant regional organizations and Member States, upon request, where appropriate.

107th plenary meeting
13 September 1999